

Canoa do Tempo

Revista do Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal do Amazonas
v. 5/6 - nº 1, jan./dez 2011/2012.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Marco Antonio Raupp

GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

Omar Aziz

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Odenildo Teixeira Sena

DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS

Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão

Esta obra foi financiada pelo Governo do Amazonas com recursos da Fundação de

Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

Travessa do Dera, s/n, Flores, CEP: 69058-793, Manaus-AM

Fone: (92) 3878-4000

www.fapeam.am.gov.br

ISSN 1982-0755

Canoa do Tempo

Revista do Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal do Amazonas
v. 5/6 - nº 1, jan./dez 2011/2012.



EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

Manaus - AM
2012

Reitora

Márcia Perales Mendes Silva

Editor – Edua

Duely Oliveira Moraes Marquez

Conselho Consultivo

Prof.^a Dra. Márcia Regina Barros da Silva – USP

Prof.^a Dra. Mary Lucy Murray Del Priori – IHAGB

Prof.^a Dra. Vânia Leite Fróes – UFF

Conselho Editorial

Prof.^o Dr. Almir Diniz de Carvalho Junior

Prof.^o Dr. Antonio Emílio Morga

Prof.^o Dr. Auxiliomar Silva Ugarte

Prof.^a Dra. Eloína Monteiro dos Santos

Prof.^o Dr. Hideraldo Lima da Costa

Prof.^o Dr. James Roberto Silva

Prof.^a Dra. Kátia Cilene do Kouto

Prof.^o Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Prof.^a Dra. Márcia Eliane Alves de Souza Melo

Prof.^o Dr. Marcos César Borges da Silveira

Prof.^a Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro

Prof.^o Dr. Nelson Tomelin Jr.

Prof.^o Dr. Otoni Moreira de Mesquita

Prof.^a Dra. Patrícia Maria Melo Sampaio

Prof.^a Dra. Patrícia Rodrigues Silva

Prof.^o Dr. Síval Carlos Mello Gonçalves

Comissão Editorial

Prof.^o Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Prof.^a Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro

Revisões

Paulo Roberto Xavier e Silva (Português)

Cinara Cardoso (Técnica)

Editoração Eletrônica

Cinara Cardoso

Política Editorial

Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História.

Publica trabalhos de História sob forma de artigos, relatos de pesquisa, estudos teóricos, entrevistas e resenhas de livros dentro de uma ação integradora dos conhecimentos produzidos na Amazônia e no Brasil.

A exatidão das informações e os conteúdos e opiniões são de exclusiva responsabilidade dos autores

Ficha Catalográfica Catalogada pela
Editora da Universidade Federal do Amazonas

Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal do Amazonas v. 5/
6 - nº 1, jan./dez 2011/2012. – Manaus: Editora da
Universidade Federal do Amazonas, 2012.

ISSN 1517-3127

1. História - Periódicos I Universidade Federal do
Amazonas

CDU 94(081(05)

Universidade Federal do Amazonas - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Programa de Pós-Graduação em História

Av. Gal. Rodrigo Octávio, 6.200, Coroado I - Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, setor Norte

- Cep 69077-000

CEP. 69077-000

Manaus - AM

Pede-se permuta

Se pide canje

Exchange requested

Editorial

Trabalho e movimentos sociais: velhas, novas, outras questões	9
Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro Maria Luiza Ugarte Pinheiro	

Dossiê: Trabalho e Movimentos Sociais

De Rebeliões a Sedições: protesto popular e construção do Estado no Brasil oitocentista	17
<i>Monica Duarte Dantas</i>	

“Com muita e Diferente Gente” - entre experiências e territórios numa mesma Floresta: revisitando a memória histórica dos mocambos de índios e as nomenclaturas coloniais na Amazônia, século XVIII	53
<i>Daniela Yabeta Flávio Gomes</i>	

O Movimento Operário Brasileiro e a Inspiração Internacional (1870-1920)	75
<i>Claudio H. M. Batalha</i>	

Trabalho, controle e resistência: os portuários de capatazia riograndinos na luta por direitos (1959-1969)	89
<i>Edgar Ávila Gandra Lidiane E. Friderichs</i>	

Violência contra os Povos Indígenas em Roraima e luta pela homologação da Reserva “Raposa Serra do Sol” (1970-2009)	113
<i>Jaci Guilherme Vieira Paulo Sérgio Rodrigues da Silva José Victor Dornelles Mattioni</i>	

As Políticas de Reestruturação do Território na Amazônia Sul-Occidental e o Desenvolvimento Sustentável	137
<i>Márcio Roberto Vieira Cavalcante</i>	

Artigos e pesquisas

“Pacíficos e carentes de um Estado protetor e provedor”: os trabalhadores amazonenses na propaganda estadonovista	155
<i>Hosenildo Gato Alves</i>	
A criança no mundo do trabalho na cidade de Manaus (1890-1920)	179
<i>Alba Barbosa Pessoa</i>	
Educação para o trabalho: O caso do Instituto Benjamin Constant	221
<i>Josali do Amaral</i>	
A construção da greve dos metalúrgicos de 1985 em Manaus	251
<i>Célia Santiago</i>	
História, direito, cultura e relações de trabalho nos Seringais do Acre: uma abordagem teórico-metodológica	283
<i>Francisco Pereira Costa</i>	

Editorial

Trabalho e Movimentos Sociais: Velhas, novas, outras questões

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (Ufam)

Maria Luiza Ugarte Pinheiro (Ufam)

Como no passado, nosso mundo contemporâneo tem se mostrado prenhe de transformações as mais diversas – econômicas, políticas, sociais, culturais, que trazem, todavia, percepções de uma aceleração do tempo nunca antes vivenciada pela humanidade, em especial por estarem, tais transformações, ancoradas numa arrancada tecnológica igualmente sem precedentes.

Como argumenta Marshall Berman, diante do turbilhão do novo, muitas vezes se afiguram tanto uma sensação de desencanto, com a perda do mundo antigo que se esvai; quanto o receio e a incerteza diante dos processos desconhecidos que vão se avizinando no horizonte.¹ No cruzamento de tais percepções, é sempre comum ver emergir uma plêiade de profetas a brandir suas sentenças aos quatro cantos do planeta.

Há não mais de duas décadas, em nosso próprio ofício, uma propalada crise de paradigmas das ciências sociais, nos prostraria aos pés de doutrinas e posturas niilistas, a apregoar nossa condição de mero gênero literário, desprovido da capacidade de prova e aferição da verdade, deixando em seu lugar a pluralidade de discursos e jogos de linguagem.² Em paralelo, passamos à contagem regressiva para o desaparecimento do livro e do impresso diante das novas mídias.³ No plano político, com o alardeado fim da história, os ideais de um mundo socialmente mais justo se viram expurgados para os escombros da história junto com as marcas do socialismo real e de seus muros, dando lugar

¹ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 15-35.

² MALERBA, Jurandir. Teoria e História da Historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 13.

³ CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.

a novas sacralizações do mercado e do capital.⁴ Vigoroso esforço teórico foi igualmente estabelecido para decretar a perda de centralidade do trabalho,⁵ levando de roldão a classe trabalhadora e seus movimentos, tidos, outrora, como incômodos e inconvenientes, e agora como personagens de um passado a ser esquecido.⁶

As dimensões mais propriamente conservadoras desses processos, bem como seus impactos no cenário historiográfico contemporâneo, têm sido frequentemente percebidos e denunciados.⁷ Em que pese à riqueza e o adensamento alcançado no interior de nosso campo disciplinar, não se deve descuidar, tampouco, de abordar os caminhos historiográficos recentes de forma crítica⁸ e atenta à pluralidade de suas dimensões.⁹

Felizmente, como nos lembra Chartier, “*os historiadores têm sido sempre os piores profetas*”,¹⁰ e a dinâmica histórica contemporânea tem nos apontado para a necessidade de repensar integralmente aqueles postulados lançados há duas décadas. Assim, o livro e o impresso reafirmaram sua força e vigor, chegando em 2012 a patamares editoriais nunca alcançados; a construção historiográfica tem resistido ao ceticismo das interpretações pós-modernas¹¹ e, no interior dos mundos do trabalho, os movimentos sociais recobram suas forças e voltam ao cenário das ruas.¹²

Com efeito, a explosão de novos temas, a centralidade adquirida pelo conceito de cultura no interior do trabalho historiográfico e mesmo certa supremacia da História Cultural, não anularam os aportes e o legado da História

⁴ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 537-562.

⁵ ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 13-14.

⁶ GORZ, Andre. *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

⁷ DOSSE, François. *A História em Migalhas: Dos Annales à Nova História*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

⁸ VAINFAS, Ronaldo. Avanços em Xeque, Retornos Úteis. In: CARDOSO, Ciro Flamarian e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Eselvier, 2012, p. 319-335.

⁹ Veja-se o comentário de Antoine Prost acerca do caso francês: “É verdade que se alterou a conjuntura do fazer história. O complexo de superioridade dos historiadores franceses, orgulhosos de pertencerem, em maior ou menor grau, à escola dos Annales – cuja excelência, supostamente, é elogiada pelos historiadores do mundo inteiro - começou a tornar-se , não propriamente irritante, mas injustificado”. PROST, Antoine. *Doze Lições de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 9.

¹⁰ CHARTIER, Roger. *A História ou a Leitura do Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 8.

¹¹ GINZBURG, Carlo. *O Fio e os Rastros: Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

¹² SANTOS, Boaventura de Souza. *Trabalhar o Mundo: Os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Social. Antes, permitiram um diálogo novo e enriquecedor,¹³ em que a retomada de temas tradicionais é flagrada em dimensões novas e inusitadas.¹⁴

Os artigos que compõem o dossiê temático, assim como as demais contribuições que integram este número da revista *Canoa do Tempo*, trazem a marca desse complexo e profícuo diálogo, em que a articulação do eixo temático *Trabalho e Movimentos Sociais*, reafirmando sua vitalidade e pertinência, alcançam dimensões e perspectivas inovadoras.

Em primeiro lugar, longe das tradicionais noções hierarquizantes, que frequentemente, na análise dos movimentos sociais, opunham em escala valorativas descendentes, movimentos revolucionários às rebeliões de escravos ou à simples turbas urbanas,¹⁵ os movimentos sociais aqui analisados são pensados em suas dimensões e potencialidades intrínsecas, que existiram enquanto possibilidades históricas de intervenção e transformação social.

Em segundo lugar, tampouco são os movimentos sociais ou os processos de trabalho que articulam crianças, mulheres, seringueiros, posseiros ou operários, abordados aqui em esquemas interpretativos arcaicos e/ou alheios aos aportes historiográficos contemporâneos. Ao contrário, eles nos dão a ver dimensões culturais, que se veem incrustadas nos processos de experiência e identificação vivenciada por esses múltiplos sujeitos.

Por fim, outro ponto importante a ser salientado está no fato de que as análises presentes no dossiê – sejam elas acerca dos movimentos de rebeldia e sedições do século XIX, dos mocambos do Baixo Amazonas ou dos portuários riograndinos – passam ao largo de recorrentes perspectivas polarizadoras como as noções de centro/periferia ou mesmo a de história nacional/história regional. Com efeito, a produção historiográfica que elas articulam e exemplificam dão conta de processos singulares que, materializados em diferentes espaços do país, reconfiguram *outras histórias do Brasil*.¹⁶

¹³ PROST, Antoine. Social e Cultural Indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, p. 123-137.

¹⁴ Cf.: BATALHA, Cláudio, SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre. *Culturas de Classe: Identidade e Diversidade na Formação do Operariado*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2004.

¹⁵ GARCIA, Marco Aurélio. Reforma ou Revolução/ Reforma e Revolução. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 10, n.º 20, mar.91/ago.91, p. 9-38.

¹⁶ Cf: MONTENEGRO, Antonio Torres et al. *História, Cultura e Sentimento: Outras histórias do Brasil*. Recife: Editora da UFPE; Cuiabá: editora da UFMT, 2008.

Por tais dimensões, fica aqui o convite para uma leitura que desejamos ser ao mesmo tempo instigante e prazerosa.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2004.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: Dos Annales à Nova História*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- GARCIA, Marco Aurélio. Reforma ou Revolução/ Reforma e Revolução. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 9-38, mar.91/ago.91.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- GORZ, Andre. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- MALERBA, Jurandir. Teoria e História da Historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres et al. *História, cultura e sentimento: outras histórias do Brasil*. Recife: Editora da UFPE; Cuiabá: Editora da UFMT, 2008.

PROST, Antoine. *Doze Lições de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PROST, Antoine. Social e Cultural Indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, [s.d.], p. 123-137.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. Avanços em Xequê, Retornos Úteis. In: CARDOSO, Ciro Flamarian; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 319-335.

Dossiê

Trabalho e Movimentos Sociais

De Rebeliões a Sedições: Protesto popular e construção do Estado no Brasil oitocentista

Monica Duarte Dantas (IEB/USP)

Assim igualmente, no dia em que, depois de tantas revoltas mal sucedidas, uma derradeira se fez concitando todos os elementos de conflagração. E sem embargo de tudo, sucumbiu, entrou em todos os espíritos a convicção da improficuidade da turbulência; as paixões refrearam o seu ardor, puseram silêncio a suas exigências, retiraram as ameaças; então cessou naturalmente a aversão e o divórcio, e sob o pregão do progresso conservador apareceu a época da transação.

Justiniano José da Rocha, “Ação, reação, transação” (ROCHA, 1956, p. 214).

Com tais palavras registrou Justiniano José da Rocha, em seu famoso opúsculo “Ação, reação, transação”, publicado originalmente em 1855, a ideia de que a derrota da Rebelião Praieira significara, para o Império do Brasil, o fim das turbulências que marcaram as décadas anteriores.¹

Mais de três décadas depois, outra grande figura da época registrou opinião semelhante acerca do fim da Praieira. Segundo o barão do Rio Branco, em uma biografia de Pedro II (publicada em 1889), “desde 1849 temos tido ocasião de ver como o jovem imperador, tão hábil quanto corajoso, havia assegurado a ordem por toda a parte”. Comparando o período anterior à eclosão do movimento em Pernambuco com a situação vivida doravante pelo país, dizia o então cônsul em Liverpool:

¹ Para uma análise recente do célebre panfleto, levando em consideração não só suas inspirações, mas a situação sócio-política do autor, bem como as disputas partidárias no período, ver Tâmis Parron (PARRON, 2012).

Que admirável transformação! Dir-se-ia que um sopro magico passou sobre o paiz, dissipando a ignorância das massas populares, a confusão, a desordem, a ruina, consequências da anarchia e da escravidão vergonhosa, para dar logar a uma instrucção mais elevada e mais diffundida, á ordem, ao respeito á lei, á justiça, ao apaziguamento das paixões e dos ódios politicos, a uma comprehensão mais exacta da verdadeira liberdade e do systema representativo, a um patriotismo mais esclarecido, ao incremento da riqueza publica, a todos os progressos da civilização moderna, á confiança e ao credito nos principaes paizes da Europa, emfim á redempção de dous milhões de escravos, á victoria do grande principio da egualdade e da dignidade humana.²

A imagem de tranquilidade da segunda metade do século XIX era acentuada então – e até muito pouco tempo – na comparação com as rebeliões que marcaram o período regencial e a primeira década do Segundo Reinado. Tal imagem, contudo, não se dissipou no século XX, ainda que tenha ganho uma interpretação que destacava sobremaneira o fim da rebelião de Pernambuco como sinal da derrota dos segmentos populares:

Percebe-se aí como, à medida que avançamos na evolução do Império, vai a agitação democrática e popular perdendo em intensidade. Como as demais revoltas que se seguem à abdição de D. Pedro I, não passou a revolta da Praia de um impulso dado pela revolução da Independência. Mas, então já era vigorosa a contra-marcha. Tinha cessado aquele impulso, e era agora a reação que dominava. Contra ela vinham quebrar-se os ímpetos revolucionários das massas, incapazes de vencer a resistência que solidamente se implantara no país. A agitação Praieira, incapaz de realizar seu ciclo completo, incapaz de propagar a centelha revolucionária através de todas as camadas rebeldes das sociedades, ficando apenas na superfície, é bem o estertor da agonia do intenso movimento popular que acompanha a Independência. [...]

² Rio Branco publicou sua *Vida de Dom Pedro II*, sob o pseudônimo Benjamin Mosse (MOSSE, s/d: 62, 80-81), mas emitiu opiniões semelhantes tanto em suas contribuições à parte sobre Brasil da *Grande Encyclopédie* de Émile Levasseur (LEVASSEUR, 1889), como nos textos que assinou no livro organizado pelo barão de Santana Nery para a exposição universal de Paris, intitulado *Le Brésil en 1889* (SANTANA NERY, 1889).

E assim entramos na segunda metade do século passado. As massas populares, mantidas numa sujeição completa por leis e instituições opressivas, passam para um segundo plano, substituindo pela passividade sua intensa vida política dos anos anteriores (PRADO JR, 1986, p. 86-88).

Caio Prado via, então, a segunda metade do século XIX como um período de passividade da população, em que não mais se faziam demandas de qualquer ordem, vitoriosa a sujeição que lhes fora imposta pelas classes dominantes.

Passadas mais algumas décadas e as interpretações dos historiadores mantinham-se, em muitos pontos, semelhantes. Amaro Quintas, em obra publicada pela primeira vez em 1964, tratando da região a que chama de “nordeste”, entre 1825 e 1850, reafirmava a Praieira como o último movimento do Segundo Reinado. Ao destacar o que percebia como o caráter popular da rebelião, estava implícito um entendimento acerca da paz e tranqüilidade do período que lhe seguiu, sem quaisquer contestações à ordem vigente (QUINTAS, 1985, p. 241).

No mesmo volume da *História Geral da Civilização Brasileira*, outro autor, Wanderley Pinho, escrevendo por sua vez sobre a Bahia, reconhecia que após a Sabinada teria ocorrido ainda um ou outro motim, mas nada que se parecesse com a desordem do período anterior, implicando, mais uma vez, a leitura da paz e prosperidade dos últimos quase 40 anos do reinado de Pedro II.

Com aquela total e cruenta derrota, finda uma penosa época que fora um dia-a-dia de tumultos e levantes. Libertos os governantes e as elites, da contínua e absorvente preocupação pela ordem pública, o desenvolvimento político-social passa a processar-se em frutuoso ambiente de relativa calma. Algum motim ainda agitará as ruas como o da ‘Carne sem osso’, em 1858; mas a permanente desordem, sócia da anarquia, esmorecera e cessara (PINHO, 1985, p. 284).

A partir da década de 1980, com a renovação dos estudos sobre a escravidão e as pesquisas sobre a história do cotidiano, foi possível questionar tanto a ideia do poder absoluto dos senhores ou, como seu complemento ou inverso natural, do paternalismo que seria característico do Brasil, quanto as

concepções que enfocavam a “anomia” da população livre e pobre, caudatária de sua total dependência em relação aos proprietários de terra, o que a tornaria incapaz de reagir à dominação de maneira minimamente organizada. Buscou-se, assim, revalorizar as vivências de populações escravas, libertas e livres pobres, ou seja, suas experiências de contestação, de formação de laços, de resistência ao mundo que se lhes impunham seus senhores e/ou as elites do país.

No bojo dessa renovação começaram a surgir obras que se dedicavam a estudar a participação da população em movimentos de contestação. Em 1980, Hamilton de Mattos Monteiro publicou *Crise agrária e luta de classes: o nordeste brasileiro entre 1850 e 1889* (MONTEIRO, 1980), dedicando um capítulo ao “Ronco da Abelha” (ocorrido em 1851-1852) e outro ao “Quebra-Quilos” (1874-1875). Contudo, a despeito do mérito de trazer a questão dos movimentos populares à baila, o autor terminava por concordar com outra visão bastante sedimentada na historiografia, ou seja, a da manipulação da população por parte das elites, retirando-lhes, portanto, o papel de sujeitos capazes de protestar por seus direitos e expectativas.³

Deste período em diante, historiadores brasileiros e estrangeiros, detendo-se no estudo de movimentos ocorridos tanto na primeira quanto na segunda metade do século XIX, passaram a privilegiar abordagens centradas na atuação e nos interesses da população sublevada, caso, por exemplo, das teses de doutoramento de Marcus Carvalho (CARVALHO, 1989), Matthias Assunção (ASSUNÇÃO, 1993) e Hendrik Kraay (KRAAY, 1995); e dos artigos de Sandra Lauderlade Graham (GRAHAM, 1980), Guillermo Palacios (PALACIOS, 1989) e João José Reis e Márcia Gabriela Aguiar (REIS; AGUIAR, 1996). Alguns destes trabalhos, contudo, eram de difícil acesso aos potenciais leitores (DANTAS, 2006).

Em 2001, José Murilo de Carvalho lançou seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (CARVALHO, 2003);⁴ obra pensada para um público mais amplo, não necessariamente acadêmico, mas que se utilizava da produção historiográfica

³ A ideia da manipulação da população pelas elites pode ser encontrada já no texto de Gonçalves de Magalhães sobre a Balaiada, publicado originalmente em 1848 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (MAGALHÃES, 1989).

⁴ Carvalho desenvolvia então argumentos já apresentados em trabalhos anteriores (e. g. CARVALHO, 1996).

recente, inclusive sobre o século XIX. No livro de Carvalho, o Segundo Reinado já não mais aparecia como um tempo de paz absoluta.

As manifestações populares no Segundo Reinado tiveram natureza diferente. No Primeiro Reinado e na Regência, elas se beneficiavam de conflitos entre facções da classe dominante. Após 1848 os liberais como os conservadores abandonaram as armas e se entenderam graças à alternância no governo promovida pelo Poder Moderador. O Estado consolidou-se. As revoltas populares ganharam, então, a característica de reação às reformas introduzidas pelo governo (CARVALHO, 2003, p. 70).

Em todas essas revoltas populares que se deram a partir do início do Segundo Reinado verifica-se que, apesar de não participar da política oficial, de não votar, ou de não ter consciência clara do sentido do voto, a população tinha alguma noção sobre direitos do cidadão e deveres do Estado. O Estado era aceito por esses cidadãos, desde que não violasse um pacto implícito de não interferir em sua vida privada, de não desrespeitar seus valores, sobretudo religiosos. [...] Eram, é verdade, movimentos reativos e não propositivos. Reagia-se a medidas racionalizadoras e secularizadoras do governo. Mas havia nesses rebeldes um esboço de cidadãos, mesmo que em negativo (CARVALHO, 2003, p. 75).

Se, por um lado, o autor ressaltava então a existência de revoltas populares no Segundo Reinado, por outro, sustentava que se tratava de movimentos essencialmente reativos, em que a população se levantava e pegava em armas para protestar contra medidas modernizadoras do governo. Assim, por serem reativos e não proporem nada de objetivo – apenas se contrapõem ao progresso, em nome de costumes imemoriais ou até antiquados – não poderiam caracterizar uma participação política efetiva, típicas de uma cidadania positiva, que só teria ganho corpo (no que tange à população livre pobre e liberta) a partir de 1887 com o movimento abolicionista. (CARVALHO, 2003, p. 75)

José Murilo de Carvalho cita, para o oitocentos, como exemplos de movimentos sociais que projetavam essa cidadania em negativo o Ronco da

Abelha (ou Guerra dos Marimbondos), o Quebra-quilos e o Motim do Vintém (1880). O autor, muito propriamente, não localiza a emergência da participação popular apenas na segunda metade do XIX, ao contrário, reconhece o caráter popular especialmente de “algumas rebeliões da Regência”, caso da Guerra dos Cabanos (1832-1845), da Cabanagem (1835) e da Balaiada (1838-1840)⁵ (CARVALHO, 2003, p. 68-70).

Não sei se em razão da proposta do livro (que, como já colocado, visa claramente a um público mais amplo), ou se devedora de sua visão sobre o Império, fato é que permanece uma certa dicotomia – como se pode ver do texto citado acima – entre os movimentos ocorridos até 1848 e aqueles que eclodiram depois, tomando-se, portanto, uma cronologia bastante institucional da história política do país como capaz de esclarecer, também, o engajamento e os protestos da população em movimentos contrários aos governo central e provincial, ou mesmo de oposição a medidas mais pontuais (ainda que de grande impacto para os envolvidos).

O que se pretende então é, partindo dos capítulos publicados no livro *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*, e das ponderações por mim feitas no “Epílogo” da referida obra, discutir, ainda que brevemente, a validade de se trabalhar com uma cronologia diria-se oficial da política imperial, bem como questionar o quanto a participação popular nos vários movimentos que abalaram o Brasil oitocentista levaram a população a se perceber como sujeitos de direito e agentes políticos do novo Estado; o que implica, obviamente, deixar em segundo plano o que as populações letradas do Império consideravam ou não como cidadania, ou como participação legítima em um governo monárquico constitucional representativo (DANTAS, 2011a, p. 511-563).

Em 1851-52, eclodiu, simultaneamente em várias regiões das províncias de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Ceará, um movimento contra

⁵ Carvalho inclui também a Revolta dos Malês, ocorrida em 1835, e que contou essencialmente com a participação de escravos e africanos libertos. Não considero, porém, que dadas as especificidades da condição jurídica do escravo, seja possível, ou frutífero, analisá-las conjuntamente com os movimentos que contaram com uma participação maciça de livres ou libertos. Ademais, no que tange a insurreições escravas a historiografia tem se mostrado muito mais profícua, inclusive ao questionar antigas visões. Exemplo fundamental da renovação historiográfica acerca das insurreições escravas é o livro de João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil* (REIS, 2003).

dois decretos imperiais; a depender do local, ficou conhecido como Ronco da Abelha ou Guerra dos Marimbondos. A população protestava contra os decretos que estipulavam o registro civil de nascimentos e óbitos e que mandava organizar o primeiro censo nacional. Para garantir que a lei não seria cumprida rasgavam editais, ocupavam vilas (impedindo que fossem lidas as novas determinações do governo), e chegavam mesmo a escrever às autoridades, “percorrendo”, segundo Maria Luiza Oliveira, “os caminhos oficiais da burocracia” (OLIVEIRA, 2011, p. 391-427).

Na invasão das vilas, soltavam os presos e, porventura, apoderavam-se de pertences das autoridades, mas, atente-se, soltavam apenas os presos não sentenciados e os recrutas (“alvo daquela que era percebida como sendo a maior injustiça de todas, o recrutamento obrigatório”); bem como só levavam consigo os livros do Juizado de Paz, as caixas de cordas e as palmatórias (“assim não seriam nem registrados como escravos, nem tratados como tal”). Como mostra Oliveira, buscavam apenas impedir a execução dos decretos, tanto assim que às exortações do juiz municipal de uma das vilas responderam “obedecêmo-lo, mas não a execução da lei do Cativo”. Para os sediciosos, o fim dos decretos era “escravizar a pobreza”, uma vez que tornavam tênues as fronteiras entre liberdade e escravidão, fosse por meio do recrutamento, ou, de fato, pela ameaça da reescravização.

Em 1874, mais uma vez novas determinações legais foram foco de descontentamento. Dessa vez, misturavam-se nos protestos, ocorridos nas províncias da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas – alcançando, segundo Luciano Mendonça de Lima, mais de 78 vilas do Império e milhares de pessoas – o descontentamento com a implementação do sistema métrico-decimal, a cobrança do novo “imposto do chão” e, tangencialmente, a nova lei do recrutamento (LIMA, 2011, p. 449-483).

Nas várias incursões e ocupações de vilas, ocorridas no transcurso dos meses que durou a sedição do Quebra-Quilos, a população protestava que não pagaria o referido imposto porque “o chão era do povo e que por elle não deveria pagar impostos”, no que um dos envolvidos declarou que “queria o papel dos tributos” para destruí-los. Destruir então os papéis dos tributos, as listas de devedores ou os pesos e medidas era uma das formas de ação da população para evitar a implementação de normas que lhes eram contrárias.

Tanto assim que, mais de uma vez, invadiram câmaras municipais e arquivos de “repartições publicas”, assenhoreando-se dos papéis, para depois queimá-los em praça pública. Contudo, mesmo depois de ações desse talante, retornavam normalmente às suas atividades cotidianas, ou seja, voltavam a “comprar e vender pelas medidas e pesos do *systema antigo*”. Ainda que do ponto de vista das autoridades se tratasse de uma situação da “mais completa anarquia”, incensada “pelo espírito de insubordinação do povo às autoridades constituídas e desrespeito à lei”, pelo lado da população era uma resistência a medidas específicas – e não às autoridades em geral – de modo a impedir a implementação de leis que não lhes pareciam legítimas, que, como diriam alguns, afetavam seus direitos.

Ainda que o foco dos protestos do Quebra-quilos visasse à suspensão do sistema métrico-decimal e do imposto do chão, o desconforto com a nova lei do recrutamento, como mostra Lima, também fazia parte do quadro geral de descontentamento da população. Quanto a essa nova medida – independentemente do que, na visão dos representantes da nação, ela de fato almejava – para a população daquelas províncias, a lei visava a “transformar os filhos do povo em escravos”.

Considerando-se, assim, uma breve descrição desses dois movimentos, a primeira impressão que se tem parece confirmar a interpretação de José Murilo de Carvalho, ou seja, de que a população só atuava reativamente, e de maneira a se opor às medidas modernizadoras do governo.

Contudo, alguns anos depois do Ronco da Abelha, e anos antes do Quebra-quilos, um movimento ocorrido na capital da província da Bahia parece apontar em outra direção. Neste caso, se, em 1858, a população de Salvador levantou um protesto contra o presidente da província da Bahia, o fez em defesa de uma postura aprovada pela Câmara Municipal da Cidade, que visava ao controle do preço da farinha de mandioca. A despeito do início singular do protesto, rapidamente o movimento se transformou em uma manifestação contra a carestia, em que se gritava que a população queria “carne sem osso e farinha sem caroço”. Os manifestantes não só davam “vivas aos vereadores e ao povo, e gritando foras ao presidente”, como protestavam que “seus direitos de cidadão estavam sendo ofendidos”. As demandas da população encontravam eco em cartas redigidas por um dos vereadores, suspenso

pelo presidente da província – em razão de sua negativa em acatar a ordem do último para que fosse suspensa a postura – em que não só atacava publicamente a autoridade provincial, mas reivindicava mais respeito à “segurança e direitos individuais, garantidos pela Constituição Política do Império”. Como destaca João Reis, “o povo rebelde contava com a proteção da câmara, mas ele acreditava que também podia protegê-la” (REIS, 2011, p. 429-448).

Assim, se em certas ocasiões a população podia se opor a leis, decretos, regulamentos e posturas, em outras, contudo, podia se levantar, ou atuar, no sentido de vê-las cumpridas. Nesse sentido vale lembrar, por exemplo, a aderência da população livre pobre e liberta à Lei de Terras de 1850, que, paralelamente, contou com muito menos apoio por parte de grupos com melhor inserção econômica.

Se, no bojo das reformas feitas nas décadas de 1840 e 1850, a regularização fundiária, ou seja, a demarcação das propriedades e a consequente separação entre as terras privadas e aquelas do Estado, aparecia como um passo natural na modernização do país – ao facilitar a imigração espontânea, dizia o ministro do Império, a lei seria um “poderosíssimo elemento de força, *civilização* e riqueza”⁶ – foi justamente entre a parcela mais rica da população que a lei encontrou maior resistência.

Para a historiadora Márcia Motta, “muitos dos *senhores de terras* não estavam acostumados a seguir uma determinação legal acerca da medição e demarcação de suas terras” e, nesse sentido, agiram “como sempre o haviam feito, ou seja, descumprindo qualquer norma que pudesse limitar seus poderes”. Por outro lado, parte dos livres pobres e libertos tendeu a ver os procedimentos estabelecidos pela lei (e seu regulamento) como possibilidade de regularizar seu acesso à terra (MOTTA, 1998, p. 168-69, 175).

Situação semelhante à descrita pela autora para a Paraíba do Sul (província do Rio de Janeiro), no que tange à resistência da parcela mais rica em registrar suas terras, também foi encontrada para um município baiano, dedicado primordialmente ao cultivo da cana-de-açúcar. Enquanto grandes proprietários e senhores de engenho escolheram não registrar suas terras (ou registrá-

⁶ Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa [...] pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Império, Visconde de Monte Alegre, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1851, p. 26.

las da forma mais genérica possível, entenda-se, fornecendo ao vigário o mínimo de informações possível), a maior parte da população livre pobre e liberta parece ter aderido à nova norma do Estado, reconhecendo na lei a possibilidade de efetivação de direitos (DANTAS, 2007).

Resistir à implementação de leis, portanto, não era apanágio apenas da parcela mais pobre da população. Setores da elite política e econômica do Império também o fizeram. Em vários momentos por vias diríamos pacíficas, simplesmente ignorando o que os representantes da nação haviam aprovado (caso da Lei de Terras, mas também, há que se dizer, da Lei de 1831 que abolia o tráfico africano). Mas não só, afinal, apenas para lembrar dois casos, diplomas legais estiveram no foco tanto da Confederação do Equador, em 1824, quanto da Revolta Liberal que eclodiu nas províncias de São Paulo e Minas Gerais em 1842 – movimentos claramente liderados pelas elites (BERNARDES, 2011b; HÖRNER, 2011). No primeiro caso, como é notório, a rebelião se deu contra a Carta outorgada pelo imperador, D. Pedro I, e, no segundo, em oposição às chamadas “leis opressoras” de 1841 (de Reforma do Código de Processo Criminal e do Conselho de Estado).

A questão, portanto, de tal ou qual movimento ser ou não reativo (ou propositivo), não parece, assim, um fator explicativo central para qualificar uma vivência de cidadania. Sem dúvida, pensar em lutas por direitos por parte da população livre pobre e liberta em um país com altíssimo índice de analfabetismo, voto censitário, impressionante desigualdade social e, obviamente, entranhadamente escravista pode, a priori, soar descabido. Mas, para que se possa questionar de maneira mais aprofundada a possibilidade ou não ao menos de uma construção de expectativas de cidadania é necessário, agora, revisar a propriedade de se utilizar a cronologia político-institucional para o entendimento dessa população.

Primeiramente vale começar destacando a sobreposição espacial de grande parte dos movimentos ocorridos no século XIX, considerando que a superposição se dava não só em relação a rebeliões e sedições (lideradas ou não pela população livre pobre e liberta), como também no tocante a regiões convulsionadas desde ao menos o período joanino, com maior intensidade a partir da Revolução do Porto e o período da separação política do Brasil.

O movimento de 1817, a rebelião da Pedra do Rodeador, a Confederação do Equador, a Guerra dos Cabanos e a Praieira ocorreram em regiões em grande parte superpostas. Do sul de Pernambuco e norte das Alagoas - a se pensar apenas em uma das áreas afetadas por esses movimentos - partira a repressão à 1817 e à Confederação do Equador, sendo, tempos depois, foco da resistência imposta durante três anos pelos rebeldes cabanos (BERNARDES, 2011a; PALACIOS, 2011; BERNARDES, 2011b; CARVALHO, 2011; CARVALHO; CÂMARA, 2011). Local onde Pedro Ivo, figura central na Praieira, fugindo das tropas imperiais, enfrentou galhardamente o governo de Pedro II; de onde o general Coelho, enviado para subjugar o restante dos rebeldes praieiros, escreveu a seus superiores, reclamando que um dos comandados de Pedro Ivo, um antigo rebelde cabano, andava “com a cabeça cheia de ideias novas encaixadas a força de martelo pelos senhores revolucionários”.

Em se tratando de Pernambuco e províncias próximas, tal sobreposição espacial, como se viu, também ocorreu em movimentos da segunda metade do século XIX, como o Ronco da Abelha (ou Guerra dos Marimbondos) e o Quebra-quilos.

Tal coincidência espacial também pode ser vista na Bahia, especialmente em sua capital, considerando-se a Guerra de Independência, a Sabinada (além de uma série de motins e quarteladas que convulsionaram a cidade, e seus entornos, no Primeiro Reinado e na Regência) e, finalmente a Greve dos Ganhadores e o Motim da Carne sem Osso, Farinha sem Caroço (MORTON, 1974; KRAAY, 2011; REIS, 2011). Esse acúmulo ou herança de experiências também deve ser considerado no caso tanto da Cabanagem, no Pará, quanto da Balaiada, no Maranhão. Primeiramente, há que lembrar que a província do Pará só foi definitivamente incorporada ao novo Império mediante o uso da força, ademais não ficou imune aos descontentamentos que levaram à Confederação do Equador; tais embates, contudo, não resolveram as disputas internas que dividiam as elites provinciais, disputas essas que se fizeram sentir no restante do Primeiro Reinado e da Regência, levando inclusive a disputas armadas (PINHEIRO, 2011). Nesse sentido, tanto o movimento que eclodiu no Pará, como aquele que convulsionou a província do Maranhão em fins da

década de 1830 devem ser entendidos, como colocou Matthias Assunção, como “resultado das experiências políticas do período 1820-40” (ASSUNÇÃO, 2011, p. 295-327).

Essa questão das experiências políticas mostra-se assim fulcral para se entender a participação da população nos vários movimentos que ocorreram ao longo do século XIX. Marcus Carvalho, em artigo publicado em 2005, já chamava a atenção para um aspecto fundamental da formação do Estado nacional brasileiro, qual seja, do impacto das disputas entre as facções que buscavam definir os rumos do país nascente nas populações livres pobres, libertas e mesmo escravas, para quem “participar daqueles momentos de atrito e tensão, empunhando armas, poderia ser uma experiência transformadora”. Nesse sentido, o autor destaca que ao “empunhar armas em defesa de seus senhores, patrões, chefes políticos, ou sob o comando de oficiais de primeira ou segunda linha em guerras externas ou internas [fosse do lado do governo ou contra ele], os homens advindos da chamada “populaça”, podiam aprender muitas coisas em virtude da situação peculiar em que se encontravam”. Havia o próprio aprendizado do manejo das armas, mas não somente isso, havia também a “politização conferida pelo serviço”, em momentos em que “se falava de liberdade, de independência, de direitos do “povo”, de constituição. Claro que esses termos eram reinterpretados dentro do prisma pelo qual cada camada em particular percebia o mundo” (CARVALHO, 2005, p. 882, 886, 897).

O autor descreve, por exemplo, o caso do negro livre Agostinho José Pereira que, por ocasião da eclosão do movimento de 1817, morava em Recife, no bairro onde ficava o quartel do batalhão dos Henriques, formado por negros livres e libertos, e que teve participação marcante nos quadros da rebelião. Anos depois, em 1824, Agostinho engajou-se na Confederação do Equador. Depois de derrotado o movimento, serviu nas tropas de primeira linha, sendo enviado para várias partes do país. Em 1839, chegou a conhecer Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira (figura que deu nome ao movimento que eclodiu na Bahia em 1837), quando este estava preso no Rio de Janeiro, onde Agostinho então servia. Em 1846, foi preso pela polícia, de volta ao Recife, acusado de comandar uma seita contrária à Igreja Católica. Porém,

mais do que isso, depois de rodar o país, ele voltou à sua cidade natal e abriu uma escola para alfabetizar negros. “Era chamado de “Divino Mestre” por seus seguidores, que segundo as autoridades eram mais de trezentos somente no Recife”; e para os quais pregaria sobre a liberdade dos “morenos”. Em sua defesa, atuou ninguém menos do que o liberal Borges da Fonseca, que em 1848 tomaria não só parte, como se constituiria como uma das lideranças do movimento Praieiro junto à população urbana de Recife. Como coloca Carvalho, “depois de viajar pelo país, de conhecer o líder da Sabinada, voltou como alfabetizador de negros, falando de liberdade e do Haiti” (CARVALHO, 2005, p. 900-904, 912).

Tomando-se, assim, a proposição de Carvalho, os diversos embates entre as elites – em suas ações visando a capitanear ou influenciar os rumos políticos de suas províncias ou mesmo do Estado nascente – teriam proporcionado, nas mais diferentes regiões do país, vivências singulares àqueles que foram armados para lutar em nome de tais expectativas ou bandeiras políticas. Ao aprenderem a combater, ao escutarem palavras de ordem que ressaltavam a legitimidade política dos propósitos daqueles que os engajavam e comandavam, aprenderam a lutar, eventualmente até a liderar e, paralelamente, a reinterpretar a experiência da contestação como uma via possível. Assim, ainda que vários movimentos ocorridos em regiões superpostas não possam ser colocados em uma linha do tempo de causas e consequências, esse mesmo aprendizado não deve ser colocado de lado na busca por um entendimento mais profundo das demandas da população livre pobre e liberta, armada ou não, por direitos; embalados, ao longo do próprio processo de construção do Estado, nos discursos sobre legitimidade e direitos que fluíam das bocas tanto das forças legalistas como de parcelas das elites descontentes que, na primeira metade do século, optaram pelas armas como via de afirmação.

Assim, ao se voltar o foco para a participação da população, e não simplesmente para os motivos que teriam impulsionado as elites a capitanearem os movimentos ou a publicizarem seus descontentamentos com a ordem vigente, pouco auxilia a compartimentação das revoltas em marcos da história política *strictu sensu*. Dizer, por exemplo, revoltas regenciais (para se referir aos movimentos que eclodiram entre a Abdicação e a Maioridade) não só explica pouco, como tende a obscurecer a compreensão de outras questões que per-

passaram, ao longo da primeira metade do século XIX, os vários momentos de contestação da ordem vigente. Mesmo quando se considera a população mais pobre, premida a lutar sob ordens alheias ou a combater em nome de seus interesses mais próximos, acumulava-se uma experiência de contestação que, quando não envolvia em diferentes episódios uma mesma pessoa, em razão da superposição espacial dos movimentos, (pode-se aventar) implicava a transmissão de tal vivência a conhecidos ou mesmo às gerações mais novas.

Esse outro olhar permite então recuperar a experiência acumulada pela população em sua participação nos diferentes movimentos e ultrapassar, assim, dificuldades pregressas de entendimento, visíveis em várias interpretações historiográficas e sociológicas, decorrentes ou bem de tentativas de enquadrar tal ou qual movimento em uma suposta linha de evolução do Antigo Regime rumo à implementação de uma sociedade plenamente burguesa, ou, mais ainda, como coloca Luís Balkar Pinheiro, em seu estudo sobre a Cabanagem, de análises que tomam estes movimentos como simples prenúncios de um processo maior que teria como pressuposto, inexorável, a transformação revolucionária da sociedade (e que, ao não alcançarem tal objetivo, só podiam ser vistos como necessariamente incompletos ou inconsistentes) (PINHEIRO, 2011). A inversão do foco, ao colocar a participação popular, em cada um dos movimentos, em uma espécie de lupa historiográfica, permite entender aparentes contradições – dentro e entre os movimentos – processo fundamental para que a experiência, expectativas e resoluções de homens livres pobres e libertos possam ser compreendidas a partir de sua própria inserção social, de suas realidades e problemas; sem que se confunda tais especificidades com lutas aguerridas pela manutenção, pura e simplesmente, de um *status quo ante* ou, mais ainda, como a defesa de vivências descoladas das transformações mais amplas pelas quais passava o país. Como parte da sociedade no interior da qual o Estado estava sendo construído, estes homens se mobilizaram e agiram tendo em vista valores e instrumentos próprios à sua inserção social, mas também se apropriando de valores e instrumentos novos que estavam sendo constituídos a partir da organização de um regime que se queria monárquico, constitucional e representativo.

Assim, ainda que os radicais baianos, que vieram a liderar a Sabinada, advogassem, entre outras coisas, “maior autonomia para a Bahia, no Império

do Brasil”, condenando a “dominação da aristocracia na sociedade” e exigindo não só “reformas liberais no sistema legal vigente” como igualdade jurídica entre os homens livres, outro grupo – que também teve um papel central na eclosão do movimento – pugnava pela revogação de reformas que pareciam então adequar o país ao mais perfeito liberalismo europeu (se é que isso um dia existiu). Como mostra Hendrik Kraay, oficiais do exército ressentiam-se não só da falta de aumentos e promoções, bem como da redução dos efetivos, realizada tão logo a regência assumiu o governo, mediante sua substituição pela nova Guarda Nacional. Essa inovação regencial representou um duro golpe não só nos efetivos de primeira linha, mas, especialmente, nas milícias que, doravante, deixavam de existir. Com seu fim, vários dos oficiais foram incorporados à nova Guarda, mas sem que pudessem manter sua patente. Portanto, em meio a uma rebelião que condenava a dominação da aristocracia e pugnava pela igualdade jurídica entre os homens, o grupo dos antigos oficiais de milícia (de regimentos organizados com base na cor) lutava justamente pela restauração da organização existente ainda no Primeiro Reinado (e que lançava bases na própria história colonial). Aparente contradição que, recuperadas as vivências hodiernas, mostra-se uma luta por direitos (KRAAY, 2011, p. 263-294).

No que tange às contradições ou incompreensões dos motivos que impulsionaram a população a pegar em armas, a mais flagrante refere-se à chamada Guerra dos Cabanos. Único movimento que, no oitocentos, teria unido de fato livres pobres, libertos, indígenas e mesmo escravos, a Cabanada que convulsionou Pernambuco e Alagoas durante três anos tinha como *leitmotiv* a restauração de Pedro I ao trono. Essa inclusive talvez seja a razão pela qual a Guerra dos Cabanos tenha sido relegada tanto tempo a uma posição secundária, na historiografia mais tradicional, em relação ao restante das chamadas “revoltas regenciais”.

Seu maior líder, Vicente Ferreira de Paula, condenava a Regência (governo dos “jacubinos” que lhes faziam então a guerra) e proclamava defender a santa religião católica, Pedro I e sua dinastia. Assinava-se, ao escrever para aliados e inimigos, “Comandante Geral do Imperial Exército de Sua Majestade Imperial Dom Pedro I”, ou “Comandante de Todas as Matas”.

Assim, a despeito de protagonizado pelos “rústicos brasileiros”, ter-

mo que Vicente de Paula utilizava para se referir a seus seguidores, a luta se dava em nome da restauração do antigo imperador. Bandeira que, como mostra Marcus J. M. de Carvalho, não deve ser entendida como cortina de fumaça a esconder outros objetivos menos conhecidos. “Seu discurso em favor de Pedro I representa a interpretação da gente das matas sobre os atos do governo provincial, ou seja, da Regência, que declarou guerra contra eles.” Defender o primeiro imperador significava defender suas terras, seu modo de vida e, ao fim e ao cabo, sua própria existência.

Segundo o autor, quando, em 1835, Vicente de Paula tentou conseguir anistia para si e seus seguidores – o que implicava permissão para que a gente da mata seguisse portando armas, além de alforrias para os escravos fugidos que comandava – o líder do movimento estava pleiteando direitos para as gentes “da mata”; uma demanda que indicava que os cabanos almejavam assimilação à sociedade, mas desde que “como homens livres, com terra para cultivar, matas para uso comunal e habilitados a portar armas” (CARVALHO, 2011, p. 167-200).

No Maranhão, em fins da década de 1838, o líder da Balaiada, um vaqueiro, segundo muitos, semianalfabeto, deixou ainda mais clara a demanda do reconhecimento dos direitos da população que representava. No centro dos protestos estava a nova lei provincial que instituía os prefeitos na província. Raimundo Gomes atacou a cadeia de Manga para soltar seus homens que haviam sido presos pelo prefeito da vila – com o fim de servirem como recrutas – quando tangiam gado para seu patrão. Assim, não era à toa que pedisse a abolição dos prefeitos (e afins), uma vez que sua atuação era identificada com a opressão dos homens pobres e livres, especialmente por meio do recrutamento arbitrário ou dos maus-tratos que dispensavam aos presos; atuação que, segundo Gomes, infringia a Constituição. Porém, mais do que isso, Gomes, em seus manifestos dizia “só o que queríamos era a Ley da Constituição firme”, defesa que implicava a luta pelas “garantias do cidadão”, a abolição dos cargos de prefeito, subprefeito e comissário, “ficando somente em vigor as leis gerais e provinciais” que não fossem contrárias à Constituição. Como mostra Matthias Assunção, Gomes lutava, assim, entre outras coisas, pela volta dos juízes de paz (autoridades eleitas localmente e que haviam sido substituídas pelos prefeitos, prepostos do governo provincial),

bem como pela igualdade de direitos (da população livre e liberta ao menos) declarada na Constituição (ASSUNÇÃO, 2011, p. 295-327).

Nos catorze capítulos que compõe o livro *Revoltas, motins, revoluções* todos os autores demonstram, assim, com matizes e especificidades próprias a cada movimento, que as demandas dos sublevados iam de encontro então a percepções próprias de direitos ou expectativas de direitos (como, por exemplo, a igualdade perante a lei), que, por vezes, encontravam-se ameaçadas por novas medidas governamentais, e, por outras, pelo seu oposto, ou seja, pela falta de respeito a normas legais imperiais, provinciais ou municipais.

A fim de aprofundar a discussão acerca deste ponto, é necessário remeter a algumas ponderações de Ivan Andrade Vellasco em seu livro, *As seduções da Ordem*. Para o autor, por “mais limitadas que possam ter sido as possibilidades de fazer valer o preceito da igualdade diante da lei”, o “exercício de direitos”, por parte dos homens comuns, “não estiveram ausentes nem foram de todo desprezíveis em nossa formação social”. Nesse sentido, em seu estudo sobre criminalidade e justiça nas Minas Gerais oitocentistas, o autor destaca que é necessário questionar a imagem do Judiciário – um dos poderes previstos na Constituição e, portanto, um dos braços do próprio Estado – como uma instância descolada da população, ou seja, como simplesmente “uma fachada legal para o domínio e controle estatal em consonância com os interesses políticos e econômicos dos potentados locais” (VELLASCO, 2004, p. 25, 21).

Ao estudar os processos criminais, Vellasco percebeu que desde a criação da figura do juiz de paz, em 1827, houve um crescimento no número de processos, especialmente daqueles abertos em razão de queixas feitas pela população livre pobre e liberta. Nesse sentido, sem relevar as reclamações (registradas nas fontes da época e já discutidas na historiografia) acerca da atuação de parte (ou grande parte) dos juizes de paz como régulos locais, é fundamental perceber que em muitas freguesias distantes esses magistrados leigos e eleitos localmente constituíram-se, provavelmente, nas primeiras autoridades governamentais a chegar nessas paragens. Assim, levar suas queixas ao juiz de paz (ou, depois, às outras autoridades constituídas pelo Código de Processo e por sua reforma) significava, portanto, não optar pela resolução privada de conflitos, implicando, dessa forma, o reconhecimento da interferência do Estado como um valor eventualmente positivo. Sem dúvida, como

mostra o autor, muitas vezes, as expectativas da população em relação ao Estado, “pareciam girar menos em torno da imposição de penas e reparação, do que da possibilidade de tornar público um conflito, pelo seu registro na arena jurídica, e sinalizar ao oponente uma disposição de enfrentá-lo legalmente e legitimar sua oposição em relação ao outro”.⁷

Esse processo de reconhecimento e aderência, em certas situações ao menos, a um dos braços do Estado nascente, só teria sido possível, consoante Vellasco, porque, ao correr do século, o próprio Estado – visando à construção de sua legitimidade – teria sido forçado a se constituir como “arena legítima cujos procedimentos pudessem ser tomados como razoavelmente neutros e universais”, apoiando-se, para isso, em um discurso normativo, impessoal e, é claro, universalizante.⁸

Com isso não se pretende dizer que o recurso da população ao Judiciário e, portanto, ao Estado, fosse um processo tranquilo, ao contrário, implicava em grande parte das vezes vencer “óbices de toda natureza”. Mas, ao optarem por fazê-lo, por enfrentarem as dificuldades advindas, entre outras coisas, de uma nova ordem que lhes era “secreta pela impenetrabilidade de suas regras e linguagens”, além obviamente das próprias pressões socioeconômicas a que estavam sujeitos, “demonstraram estar atentos a certos aspectos e ações do poder, e interpretaram, à sua maneira, o que era a justiça e qual o papel de seus funcionários” (VELLASCO, 2004, p. 164-165).

A questão então da “sedução da ordem”, ou seja, do entendimento de que poderes do Estado poderiam até ser entendidos pela população livre pobre e liberta como instâncias de mediação que lhes permitiam uma forma de “participação na ordem”, pode ser estendida para uma experiência mais ampla em relação ao próprio Estado em construção. Assim, seria necessário ponderar que, talvez, a “mudança de atitudes e disposições mentais”, a partir da Independência, “com relação às perspectivas da administração pública por

⁷ Vellasco destaca o volume impressionante de processos abertos a partir de queixas apresentadas pela própria população, e não em razão da denúncia das autoridades, ressaltando a predominância de ações decorrentes de crimes interpessoais, ou seja, “crimes que tipificam o acesso à justiça por parte daqueles que apresentam queixas as mais variadas, relacionadas aos conflitos cotidianos” (VELLASCO, 2004, p. 112, 169, 180);

⁸ Talvez mais visível na área criminal, uma vez que os códigos, penal e processual, foram justamente os primeiros a serem aprovados no Império (VELLASCO, 2004).

parte da elite letrada dominante”, também tenha “contagiado, em alguma medida, os estratos populares situados abaixo na hierarquia social” (VELLASCO, 2004, p. 22).

Obviamente há que se ponderar que, a experiência e as expectativas em relação à construção da nova ordem, afetavam de forma radicalmente diversa os diferentes estratos sociais, sendo muito mais presentes para aqueles que possuíam condições, por exemplo, de alcançar os novos postos criados pela burocracia imperial ou de serem eleitos para as diferentes instâncias de representação política. Contudo, mais uma vez é preciso pensar os dois lados dessa moeda. Se os Juizados de Paz permitiam, como coloca Marcus Carvalho, a assimilação de novas elites ao corpo do Estado – afinal sua jurisdição era muito menor que a dos capitães-mores e, eventualmente, das próprias câmaras (a depender do tamanho dos municípios) – por outro, como coloca Vellasco, a criação de uma autoridade para cada freguesia do Império também trazia a possibilidade de adesão a uma ordem pública de resolução de conflitos. Mais ainda, uma vez que tal autoridade era escolhida por eleições, mesmo que se considere inevitavelmente as pressões dos potentados no processo de escolha do futuro ocupante do cargo, o próprio pleito implicava a participação de todos aqueles habilitados legalmente para isso.

Acerca dessa questão faz-se necessário recuperar dois aspectos da sociedade imperial. Primeiramente, a questão da extensão da cidadania política conforme estabelecida na Carta de 1824. As eleições no Império – para escolha de deputados e senadores – era feita em duas etapas. Na primeira, votantes escolhiam eleitores, e estes, por sua vez, sufragavam os representantes da nação. Poderiam ser votantes, ou seja, poderiam participar das eleições primárias, todos os homens, livres e libertos, maiores de 25 anos (ou 21 anos se casados) com renda anual de 100\$000 réis. Já para ser eleitor era necessário ser homem livre, excluindo-se, nessa etapa, os libertos, e possuir renda equivalente ao dobro daquela exigida aos votantes. Entretanto, no caso dos Juizados de Paz e das Câmaras a eleição, conforme estabelecido por decreto de 1828, era direta, cabendo ao conjunto dos votantes sufragar os vereadores das câmaras e os juizes de paz (titulares e suplentes). Contudo, ainda que o voto fosse censitário, as exigências estabelecidas pela Constituição permitiam uma ampla participação popular (ao menos dos homens livres e libertos – no caso das

assembleias primárias – com a idade mínima prevista). Como coloca Maria Odila Leite da Silva Dias, mesmo depois de 1846, quando o valor mínimo foi atualizado pelo padrão prata, subindo a renda exigida aos votantes para 200\$000 réis, a “quantia [era] irrisória para a época”, sem alterar, então, os índices de participação (DIAS, 1998, p. 68).⁹

No que tange à cidadania política, outro fator que também deve ser levado em conta é a frequência das eleições. Era necessário votar em juizes e vereadores, mas também escolher os eleitores que iriam sufragar nos pleitos para a Câmara de Deputados do Império, o Senado e, a partir de 1835, as Assembleias Provinciais. Como indica Neila Nunes, em estudo sobre Campos dos Goytacazes (província do Rio de Janeiro), de 1870 a 1889, à exceção de três anos, houve eleições em todos os outros, isso quando não havia mais de um pleito por ano. Em 1872, por exemplo, votantes sufragaram diretamente os nomes dos juizes de paz das freguesias e também vereadores para a Câmara, votantes se reuniram para escolher eleitores, enquanto os eleitores participaram em pleitos distintos para a escolha de deputados à Assembleia Provincial e para a Câmara dos Deputados, além de duas outras ocasiões em que votaram em nomes para representante ao Senado pela província do Rio de Janeiro.¹⁰ Isso, sem contar, como aponta a autora, o próprio processo de “qualificação de votantes” que implicava que antes de cada escolha de eleitores – feitas todas as vezes que deveriam ser sufragados deputados provinciais e gerais ou senadores – todos os possíveis votantes da freguesia deveriam se apre-

⁹ O próprio José Murilo de Carvalho traz, a esse respeito, uma interessante comparação entre a porcentagem de votantes/ eleitores no Brasil e em outros países no século XIX - entre eles a Inglaterra. (CARVALHO, 2003)

¹⁰ "O grande número de eleições explica-se por numerosos fatores. Havia casos em que em um mesmo município ou distrito eleitoral se realizavam duas eleições por ano. Como o Senado era uma câmara vitalícia, as votações só aconteciam quando um de seus membros morria. Surgida a vaga, logo eram convocados os eleitores para a escolha de um novo senador, e, por conseguinte, a ocorrência de mais de um pleito por ano não era incomum. [...] A Câmara Municipal, Assembleia Geral e Assembleia Provincial poderiam passar por situação semelhante, porque, não havendo a figura do suplente, sempre que desocupava um cargo de vereador, deputado provincial ou deputado geral, o que acontecia por motivos diversos (transferência de cargo, morte, etc.), uma eleição especial era convocada para o preenchimento da vaga correspondente". Os mandatos dos juizes de paz, vereadores e deputados imperiais eram de quatro anos, enquanto dos deputados às Assembleias Provinciais, de dois anos, mas os "pleitos extraordinários para a Assembleia Geral [para a escolha dos deputados] eram frequentes, em função de atos de dissolução da câmara previstos pela legislação e operacionalizados pelos mecanismos inerentes ao sistema parlamentar em vigor" (NUNES, 2003, p. 314-316).

sentar diante de uma mesa para provar que preenchiam os requisitos necessários para participarem das assembleias primárias. Assim, segundo Nunes, levando-se em consideração o processo de qualificação de votantes, é possível “concluir que os eventos eleitorais foram uma constante na vida do cidadão brasileiro durante o Império” (NUNES, 2003, p. 316).

Tais ponderações não devem, obviamente, nos levar a inverter completamente as várias interpretações acerca da participação da população nos pleitos e, mais ainda, esquecer das frequentes acusações acerca da falsificação dos resultados eleitorais, fruto de pressões e fraudes. Contudo, vale lembrar, por exemplo, que no Motim da Carne sem Osso Farinha sem Caroço, população e vereadores, como coloca João Reis, consideravam que tinham a obrigação de se defenderem mutuamente; e, mais ainda, não se pode esquecer dos dados trazidos pelo historiador quanto à participação popular no processo de escolha de seus representantes na Câmara, eleita em 1858. Mesmo que se considere a projeção mais dilatada da população da cidade (em torno de 90 mil habitantes), a participação teria ficado em torno de 30% do total, total este que incluía não só as mulheres, mas também os escravos (REIS, 2011).

Estudos recentes mostram que, partindo-se de documentos de época que trazem informações acerca dos rendimentos de variados setores da população, cocheiros, copeiros e cozinheiros, jardineiros e lavradores, recebiam em torno de 200 a 400 mil réis anuais, o que os habilitava não só a participar como votantes, mas até mesmo como eleitores (DOLHNIKOFF, 2009, p. 44). Neila Nunes atenta para o fato de que na freguesia menos urbanizada do município de Campos (entenda-se uma área eminentemente rural) era extremamente representativa a participação, como votantes, de trabalhadores “ligados à agricultura, pecuária e atividades extrativas”, alcançando, se somados os lavradores (diferenciados pela autora dos proprietários e fazendeiros), 75% do total dos participantes no pleito (com destaque ainda, dentre o total, para uma parcela significativa de analfabetos) (NUNES, 2003, p. 327-328, 330-331).

Nesse ponto, mesmo considerando a heterogeneidade da participação em vários dos movimentos, vale retomar brevemente algumas observações dos autores do livro. Luís Balkar Pinheiro, partindo das fontes carcerárias relativas à repressão da Cabanagem, mostra ser necessário questionar a visão tradicional “que identificava os rebeldes como turbas espontâneas constituídas

prioritariamente por bandos de miseráveis e “desqualificados”, uma vez que, “na maioria dos casos analisados, os grupos rebeldes foram formados por pessoas que tinham moradia fixa e respondiam por algum ofício (ocupação)”; eram lavradores, soldados e marinheiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros e pescadores.

Há se considerar, como apontado por Nunes, a significativa participação, nas assembleias primárias, da população livre pobre e liberta em freguesias eminentemente rurais – constatação que tem eco, já na década de 1840, nas informações apresentadas no processo de qualificação de votantes realizado em um município baiano dedicado primordialmente à pecuária e à produção de subsistência, onde uma série de homens designados como vaqueiros estavam aptos a escolher os eleitores (DANTAS, 2007, p. 61-64) – há que se aventar a hipótese de que parte dos “peões”, ou “cavalarianos”, que lutaram sob o comando dos chefes farroupilhas, no Rio Grande do Sul, também alcançasse o requisito necessário estabelecido pelo Constituição (GUAZZELLI, 2011, p. 229-261).

No caso da Sabinada, as próprias atas da Câmara – que proclamavam as bandeiras do movimento rebelde – teriam sido assinadas não só por oficiais do exército e das extintas milícias, como também por empregados públicos e artesãos. A presença dos artesãos também pode ser verificada nas indefectíveis listas de prisioneiros, em que grande parte era formada de carpinteiros e artesãos de outras especialidades. As próprias folhas que condenaram o movimento reforçavam a presença desse grupo social entre os rebelados, recomendando que “todos esses pedreiros, calafates e carpintas” presos fossem forçados a “limpar os entulhos resultantes da batalha”. A liderança e participação dos oficiais das extintas milícias também deve ser levada em consideração. Como mostra Kraay, tratava-se de uma população de cor que foi assimilada à Guarda Nacional, mas que se ressentiu da perda da condição de oficiais, pois, ainda que admitidos à nova Guarda, não conseguiram ser eleitos para os postos em questão. O que não pode ser esquecido é que para a Guarda Nacional, no caso das capitais do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão, só eram admitidos os cidadãos que preenchessem os requisitos necessários para serem eleitores e, no restante do país, aqueles habilitados a serem votantes. Em suma,

não só grande parte da população descontente estava apta a votar nas eleições primárias, como alcançava até mesmo as exigências constitucionais para ser escolhido eleitor (KRAAY, 2011, p. 263-294).

No caso da Praieira a participação da população urbana, com ocupação, é ainda mais evidente, uma vez que a eles é que a bandeira da nacionalização do comércio a retalho apelava com mais fulgor. Dizer isso, porém, parece ser ainda pouco a se considerar o impacto e importância desses grupos na condução da política pernambucana, ao menos na cidade do Recife, pois, como mostram Bruno Câmara e Marcus Carvalho, a “capital era o maior colégio eleitoral da província. Ali votavam artesãos, caixeiros, militares, funcionários públicos e toda a sorte de gente que dispusesse de alguma renda comprovada, sendo assim qualificada como votante e/ou eleitor”; eram, como os denominavam as folhas do Partido Conservador, os “proletariados da praia” (CARVALHO e CÂMARA, 2011, p. 355-389).

Poder-se-ia, a priori, discutir o quanto essa experiência de cidadania, no que tange às eleições, não seria um fato circunscrito às capitais de província. Esse, contudo, não parece ser o caso do interior da província do Maranhão. Como mostra Assunção, os rebeldes bemtevis (como se autointitulavam os balaios), não só reconheciam os órgãos governamentais como instâncias de negociação e representação, como também consideravam a eleição uma das formas de legitimação de suas demandas. Na Vila de São Bernardo, por exemplo, o “conselho geral”, responsável pela redação da representação a ser enviada ao presidente de província, foi “formado na tradição das ‘câmaras gerais’ da Independência”, reunindo três oficiais rebeldes, mas também oficiais subalternos, povo armado, e mais cidadãos. “Com a firma dos “cidadões” (pessoas que satisfaziam os critérios censitários da Constituição) os rebeldes de fato logravam uma legitimação democrática, infelizmente ignorada pelas autoridades da província” (ASSUNÇÃO, 2011, p. 295-327).

Em sua representação, como em outras redigidas pelos rebeldes bemtevis, afirmava-se não só a lealdade ao Império e à Constituição, como se demandava o fim das leis dos prefeitos e de outras leis que se opunham à Carta Magna do Estado, ou seja, viver a cidadania era considerar a validade

dos órgãos representativos, mas paralelamente negar a legitimidade de certas leis (identificando-as, porventura, com interesses particulares que não representavam a vontade geral, ou, no caso, as “forças desse Brasil”).

Nesse sentido, considerar, como assim propunham parte das autoridades (frente ao Ronco da Abelha ou Guerra dos Marimbondos), os protestos da população contra os decretos que estabeleciam o registro civil e o censo como um “quadro horroroso” fruto da simples incompreensão do “povo ignorante” (da “infame plebe”), significa perder uma das dimensões da manifestação popular (em um sentido mais amplo) em relação ao Estado que se buscava construir. Desta feita, identificar – pura e simplesmente - a resistência da população a certas normas ou inovações propostas pelas diferentes instâncias do governo (leia-se, por exemplo, a criação de novos cargos com atribuição de competências que antes ou bem não existiam ou não lhes eram adjudicadas) como permanências de um velho mundo ou como simples incompreensão das inovações impostas por uma modernidade inexorável, acaba por relegar a segundo plano uma dimensão possível de tal atitude, ou seja, uma dimensão segundo a qual participar do Estado significava também poder negociar os rumos de sua construção ou implementação; ou, como coloca Maria Luiza Oliveira, de “uma necessidade e uma vivência da cidadania “formal”.

É evidente que, em um país escravista, a vivência da cidadania passava necessariamente pelo reconhecimento da condição de livre ou liberto dos sujeitos. Não é à toa, portanto, que em alguns dos movimentos mencionados, em meio aos protestos, aparecesse o medo da reescravização.

Assim, ainda que o foco dos protestos do Quebra-quilos visasse à suspensão do sistema métrico-decimal e do imposto do chão, o desconforto com a nova lei do recrutamento, como mostra Lima, também fazia parte do quadro geral de descontentamento da população. Quanto a essa nova medida, para a população daquelas províncias – independentemente do que, na visão dos representantes da nação, ela de fato almejava – a lei visava a “transformar os filhos do povo em escravos” (LIMA, 2011, p. 449-483).

Por mais absurdas que tais alegações pudessem soar aos ouvidos das

autoridades – “a publicação do Decreto e Regulamento mui grande sensação tem causado ao povo ignorante desta Freguesia o qual diz que esta Lei tem por fim escravizar a pobreza”, ou a “grosseira ideia de cativoiro” – elas devem ser consideradas, como mostra Maria Luiza Oliveira, como ecos de um medo real da população.¹¹ Medo que, a despeito de circunstâncias particulares a cada movimento, remetia a uma situação mais geral vivida no país até 1888 (OLIVEIRA, 2011, p. 391-427).

De tal modo essas vivências estavam imbricadas que até mesmo jurisconsultos do Império, frente a processos de revogação de alforria, atentavam para o fato de que o retorno à escravidão colocava um problema que ultrapassava a perda da liberdade, uma vez que, nas palavras de Keila Grinberg, “no Brasil, a conquista da liberdade significava também adquirir direitos de cidadania. Assim, uma alforria revogada implicava não apenas uma escravização, mas a perda de todos os direitos por parte de um cidadão” (GRINBERG, 2006, p. 118). Portanto, não é à toa que em vários dos movimentos aparecesse o medo da (re)escravização, contra a qual se deveria lutar a qualquer custo. Como mostra Maria Luiza de Oliveira, esse não era um medo infundado. Se o perigo da reescravização já aparecia, por exemplo, na Balaiada – fosse em razão dos recrutamentos, fosse em decorrência das pressões feitas por autoridades recém criadas e nomeadas – a partir de 1850, com a lei (definitiva) de abolição do tráfico africano, o perigo da reescravização, com o traslado do Norte (ou Nordeste, nos termos de hoje) para o Sul, se tornou ainda mais real para todos aqueles que, por sua cor ou pela origem de seus antepassados, pudessem ser “confundidos” com escravos. Perigo que, na década de 1870, passava também pela vivência de novas leis que buscavam, segundo Mendonça de Lima, tornar a população livre pobre e liberta mais dócil aos desmandos

¹¹ Mesmo no caso da Revolta Liberal a perda da liberdade também teria sido colocada à população. Como mostra Erik Hörner: "Para o governo, contudo, houve ainda abuso da boa fé e da credulidade da população em parte convencida de que as leis do Conselho de Estado e da reforma do Código do Processo Criminal iriam acabar com 'as liberdades públicas' e que era esta a intenção declarada das autoridades. Nas palavras do ministro da Justiça, Paulino José Soares de Sousa, 'a muitos homens (do interior da Província, de cor e ignorantes) se dizia que iam ser reduzidos ao cativoiro. Àqueles que tinham filhos, fazia-se crer que iam ser recrutados em virtude da Lei da Reforma'" (HÖRNER, 2011, p. 329-354).

dos proprietários de terras (leis novas, mas que, em muitos pontos, pareciam reeditar práticas tentadas em momentos anteriores, em várias das regiões em que explodiram as rebeliões da primeira metade do oitocentos).

Protestar contra esses perigos ou, melhor dizendo, na defesa de seus direitos de cidadão, foi então uma constante no século XIX. Manifestação que poderia aparecer sob a roupagem de uma defesa do primeiro imperador – quando defendê-lo significava defender seu direito à terra e, no limite, à vida –, ou, com mais frequência, sob bandeiras liberais que desde o começo do oitocentos vinham sendo desfraldadas pelas mais diversas parcelas da elite brasileira.

Há que se atentar, sem dúvida, para o papel, como colocado anteriormente, da interpretação que a população fazia dos discursos dos descontentes com os rumos da situação – fosse contra as novas leis dos cabanos maranhenses, ou contra a assunção do Gabinete Saquarema em Pernambuco – discursos esses alardeados na imprensa da época.

Em muitos sentidos, como mostra Matthias Assunção, as reivindicações de Raymundo Gomes ecoavam as demandas dos liberais, divulgadas no jornal *O Bem Te Vi*, descontentes com o presidente da província e com o poder dos conservadores maranhenses, responsabilizados, entre outras coisas, pelos novos cargos criados na província. Mesmo admitindo a pequena tiragem do jornal, Assunção destaca que publicações desse tipo devem ter tido “influência no interior, pois é muito provável que fossem lidos em voz alta para audiências maiores e analfabetas”. Nesse sentido, teria contribuído “para divulgar os pontos programáticos centrais do liberalismo, como a defesa da Constituição e da monarquia”; alimentando dissidências, cultivando antigos ressentimentos contra os “portugueses” absolutistas, mas fazendo também “uma leitura progressista do cristianismo, próxima à visão do catolicismo popular”. Em suma, fornecendo um discurso que reinterpretado por Gomes e outros balaios justificava a defesa da religião católica, de Pedro II, da Constituição e, portanto, de direitos (ASSUNÇÃO, 2011, p. 295-327).

Na mesma época, os radicais baianos também usavam a imprensa para divulgar seus protestos e demandas por meio do *Novo Diário da Bahia*, folha da qual era editor o próprio Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. Em Pernambuco, a imprensa teve função semelhante, tanto em 1824, quanto em 1848. Como coloca Bernardes, ainda que não se possa aquilatar a tiragem

dos jornais em Pernambuco, entre 1821 e 1824, “não é possível passar ao largo da existência de uma imprensa assumidamente política, cuja influência não pode ser minimizada”, destacando a criação de nove jornais em Recife, entre 1821 e 1822, e outros 13, em 1823-1824 – entre eles o próprio *Typhis Pernambucano*, de frei Caneca. No caso da Praia, além da própria folha editada pelo Partido Nacional Pernambucano, o *Diário Novo* – cuja localização, na rua da Praia, acabou por dar o apelido pelo qual ficou conhecido não só o partido, como o próprio movimento de 1848 – não se pode esquecer das várias outras publicações que circulavam há anos na província, e, especialmente, as folhas mais radicais editadas por Borges da Fonseca (KRAAY, 2011; CARVALHO; CÂMARA, 2011; BERNARDES, 2011b, p. 131-166).

Ainda que se pudesse alegar a maior influência da imprensa nas áreas urbanas, devido à facilidade de circulação, não se pode esquecer que o caso maranhense parece autorizar a interpretação de que os jornais ultrapassavam e muito o âmbito da população alfabetizada, indicando uma circulação de ideias e informações que propiciavam (e estimulavam) a reinterpretação pela população dos vários discursos e mesmo de acontecimentos que, a priori, poderiam lhes parecer distantes. Nesse sentido, vale lembrar que a população que se levantou contra os decretos em 1851-1852 não só dizia que eles tinham “por fim captivar os seus filhos, visto que os Inglezes não deixão mais entrar Africanos”, mas, mais ainda, alegava que “o sul quer escravizar os filhos do norte”, ou seja, não só sabiam que o tráfico africano fora abolido, e que para isso a pressão inglesa tivera alguma influência, como tinham também ciência da fome de braços no sul do país, fome essa que, de fato, resultou na migração forçada de milhares de escravos do Norte para as fazendas de café.

Curiosamente, anos depois, em 1880, o próprio imperador escreveu uma carta em que, assombrado com a população que se levantara contra o novo imposto sobre as passagens de bonde, e que ficou conhecido como Motim do Vintém, dizia que “durantequase quarenta anos, não foi precisoempregar a forçacomotalcontra o povo” (GRAHAM, 2011, p. 485-509). O monarca parecia então repercutir a imagem já transmitida por Justiano José da Rocha e por outros que lhe seguiram. Vale questionar se ele se referia apenas à cidade do Rio de Janeiro, ou ao Império como um todo, e neste caso

ponderar o que o monarca considerava ser uso da força, ou mais ainda, o que concebia como um protesto. Afinal protestos contra leis haviam ocorrido – sem sequer se considerar a Revolta Liberal – em 1851, em 1857-58 e em 1874-75 (isso, levando-se em conta apenas os movimentos discutidos no referido livro sobre *Revolutas*).

Nesse sentido, talvez o susto se devesse mais ao local do motim, do que propriamente à existência de protestos e ao uso da força para contê-los; já que, como mostra Lima, a repressão ao Quebra-quilos, por exemplo, foi bastante feroz. Contudo, independentemente da força utilizada contra os manifestantes, há que destacar algumas semelhanças entre os movimentos da segunda metade do século. A despeito de outros fins e expectativas que possam ter aflorado no correr dos protestos, fundamentalmente todos tinham como foco leis ou normas específicas. Mas, além disso, a se considerar a questão da “vitória” do movimento – se por esse termo se entender que os objetivos primeiros dos manifestantes foram alcançados – todos eles tiveram um resultado semelhante: uma vez que com o Ronco da Abelha (ou Guerra dos Marimbondos) os decretos que estipulavam o registro civil e o censo foram suspensos; o Motim da Carne Sem Osso conseguiu que os vereadores que “defendiam” o povo (e eram por eles defendidos) fossem reinstituídos; após o Quebra-quilos o imposto do chão foi suspenso e continuou-se a comprar e vender pelos pesos e medidas antigos; e, finalmente, a taxa de um vintém por passagem de bonde também deixou de ser aplicada.

Ao olhar cronologicamente os diversos movimentos, duas coisas parecem saltar então à vista, primeiramente o fato de que os movimentos ocorridos até 1849 foram todos derrotados (ainda que no caso da Farrroupilha tal afirmação seja duvidosa, frente aos termos da Paz de Ponche Verde), enquanto, como dito acima, aqueles da segunda metade do século acabaram por ter suas demandas reconhecidas (o que não implica desconsiderar a violência com que alguns foram reprimidos). Porém, em segundo lugar, vale atentar para a maneira como foram juridicamente enquadrados pelo Estado.

O movimento de 1817, a repressão à comunidade da Serra do Rodeador e a Confederação do Equador ocorreram quando ainda da vigência do livro quinto das Ordenações Filipinas (sendo enquadrados como crimes

de Lesa Majestade), enquanto os restantes não só terminaram (como eclodiram) após a promulgação do Código Criminal do Império do Brasil, em 1830 (e que só deixou de vigir já na República, em 1890).

A Guerra dos Cabanos, a Cabanagem, a Farroupilha, a Sabinada, a Balaiada, a Revolta Liberal e a Praieira foram todos considerados rebeliões. Conforme o texto do artigo 110 do referido código:

Julgar-se-há cometido este crime, reunindo-se uma, ou mais povoações, que compreendam todas mais de vinte mil pessoas, para se perpetuar algum, ou alguns crimes mencionados nos artigos sessenta e oito, sessenta e nove, oitenta e cinco, oitenta e seis, oitenta e sete, oitenta e oito, oitenta e nove, noventa e um, e noventa e dois.
Penas – Aos cabeças – de prisão perpétua com trabalho no grão Maximo; de prisão com trabalho por vinte annos no médio; e por dez no mínimo.¹²

Já os movimentos da segunda metade do oitocentos foram, em geral, considerados crimes de sedição¹³:

Art. 111. Julgar-se-há cometido este crime, ajuntando-se mais de vinte pessoas, armadas todas, ou parte dellas, para o fim de obstar á posse do empregado publico, nomeado competentemente, e munido de titulo legitimo; ou para o privar do exercicio do seu emprego; ou para obstar a execu-

¹² "Art. 68 - Tentar diretamente, e por fatos, destruir a independência ou a integridade do Império [...]. Art. 69 - Provocar diretamente, e por fatos, uma nação estrangeira a declarar guerra ao Império, se tal declaração se verificar, e se seguir a guerra [...]. Art. 85 - Tentar diretamente, e por fatos, destruir a Constituição Política do Império, ou a forma do governo estabelecida [...]. Art. 86 - Tentar diretamente, e por fatos, destruir algum ou alguns artigos da constituição [...]. Art. 87 - Tentar diretamente, e por fatos, destronizar o Imperador; privá-lo em todo, ou em parte da sua autoridade constitucional; ou alterar a ordem legitima da sucessão [...]. Art. 88 - Tentar diretamente, e por fatos, uma falsa justificação da impossibilidade física, ou moral do Imperador [...]. Art. 89 - Tentar diretamente, e por fatos, contra a Regência ou Regente, para privá-los em todo, ou em parte da sua autoridade constitucional. [...]. Art. 91 - Opor-se alguém diretamente, e por fatos, à pronta execução dos Decretos, ou Cartas de convocação da Assembleia Geral, expedidas pelo Imperador, ou pelo Senado, nos casos da Constituição, artigo quarenta e sete, parágrafos terceiro e quarto [...]. Art. 92 - Opor-se alguém diretamente, e por fatos, à reunião da Assembleia Geral Legislativa em sessão ordinária ou extra-ordinária; ou à reunião extraordinária do Senado nos caso do artigo quarenta e sete, parágrafos terceiro e quarto" ("CÓDIGO", 1876: 151-159).

¹³ Vale destacar que, em alguns casos, os implicados eram julgados também como ingressos em outros artigos do código criminal como os que definiam "resistência", "ajuntamento ilícito" ou "motim".

ção, e cumprimento de qualquer acto, ou ordem legal de legítima autoridade.

Penas – Aos cabeças – de prisão com trabalho por três a doze anos (CÓDIGO, 1876, p. 158).

Sedição se referia então ao ajuntamento de mais de vinte pessoas (sem aparentemente um limite máximo), mas apenas para obstar a atuação de um empregado público (fosse para impedi-lo de tomar posse ou cumprir ordens legais), sendo puníveis apenas os cabeças do movimento.¹⁴ Curiosamente, contudo, parece que nem todas as autoridades concordavam com tal enquadramento. Escrevendo ao chefe de Polícia de Pernambuco, em 1852, dizia o Subdelegado de Buíque, acerca dos protestos contra os decretos sobre o registro civil e o censo, “Esta sedição vai tendo um caráter bastante sério [...] vai dando vizas de rebelião”(OLIVEIRA, 2011, p. 391-427).

Assim, dadas as dimensões de alguns desses movimentos, duas considerações podem ser feitas, ou bem os juízes resolveram de fato seguir a letra da lei, ou então não mais interessava para o Império considerar que havia rebeliões em seu território – haja vista a construção da imagem de tranquilidade do Segundo Reinado, expressa já na própria época.

Voltemos, contudo, ao subdelegado de Buíque. A autoridade local do interior de Pernambuco indica um caminho para o próprio entendimento dos movimentos oitocentistas. Enquanto os movimentos ocorridos nas décadas de 1830 e 1840 foram considerados rebeliões, e seus participantes, rebeldes, aqueles acontecidos na segunda metade do século XIX foram classificados comumente como crimes de “sedição”. Ainda que a repressão contra os vários movimentos tratados no livro tenha variado imensamente, de acordo com o lugar ou a conjuntura, essa transformação aponta para uma mudança política inerente à própria construção e consolidação do Estado e, mais ainda, para uma mudança na forma de atuação e nas expectativas das camadas livres pobres e libertas do Império.

Neste sentido vale caracterizar genericamente, em termos de participantes, os movimentos do oitocentos. Enquanto em quatro deles a participa-

¹⁴ Para uma discussão mais pormenorizada das implicações criminais dos diferentes tipos penais ver a "Introdução" ao livro *Revoltas, motins, revoluções* (DANTAS, 2011b).

ção da população livre pobre e liberta deu-se por meio de seu engajamento na rebelião para lutar sob as bandeiras e ordens da elite responsável por sua deflagração (caso do movimento de 1817, da Confederação do Equador, da Farroupilha e da Revolta Liberal); em outros seis, aquilo que começara sob a liderança, em decorrência ou sob inspiração dos discursos de grupos políticos de elite transformou-se, como no caso da Balaiada, em uma rebelião popular, com a expressão de demandas específicas e a formação de lideranças saídas de seu próprio seio (situação vivida também na Guerra dos Cabanos, na Cabanagem, na Sabinada, e na Praieira); e, finalmente, revoltas ou protestos em que a população livre pobre e liberta foi desde o início protagonista dos acontecimentos (caso do Ronco da Abelha ou Guerra dos Marimbondos, do Quebra-quilos, do Motim da Carne sem Osso Farinha sem Caroço, e do Motim do Vintém).

Ainda que essa passagem, de movimentos capitaneados pela elite (em que a população agia sob as ordens de tais lideranças) para sedições eminentemente populares, não configure um percurso cronologicamente linear – a se pensar, por exemplo, no momento de eclosão da Farroupilha e da Revolta Liberal, indicando a existência de cronologias próprias às várias regiões que compunham o Império –, há sem dúvida uma tendência visível que permite a compreensão da passagem das rebeliões para as sedições.

Com isso não se pretende construir uma linha do tempo dos movimentos, de tal forma que uma ocorrência se torne caudatária da anterior, mas recolocar a importância de entendê-los a partir de uma interpretação que leve em consideração o aprendizado político da população, aprendizado que se fez concomitantemente à própria formação do Estado brasileiro e, nesse sentido, levantar a hipótese de que as várias brigas intra-elite (regionais ou provinciais) – que contaram sempre com a população livre pobre e liberta nas frentes de batalha (senão mesmo na liderança do movimento após sua deflagração) – permitiram a formação de uma ideia própria da população de direitos, de “garantias do cidadão” (nos dizeres de Raimundo Gomes), e, portanto, de cidadania. Ainda que uma vivência de cidadania que, por não se enquadrar nas expectativas das elites políticas, fosse de difícil percepção (e compreensão),

passando, por vezes, como demonstrações de apego a um mundo antigo (em que sequer se poderia colocar a questão de direitos).

Referências

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Pflanzer, Sklaven und Kleinbauern in der brasilianischen Provinz Maranhão, 1800-1850*. Frankfurt: Vervuert, 1993.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador”. Liberalismo popular e o idário da Balaiada no Maranhão”. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. “1817”. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. “Cidadania: tipos e percursos”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 18, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Negros armados por brancos e suas independências. In: JANCSÓ, István (Org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os ‘jacubinos’: a Cabanada, 1832-1835. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil)*, 1821-1835. Tese (Doutorado) - apresentada à Universidade de Illinois (Urbana-Champaign), 1989.

CARVALHO, Marcus J. M. de; CÂMARA, Bruno Dornelas. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

CÓDIGO Criminal do Império do Brazil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. (Collecção das Leis do Império do Brazilde 1830).

DANTAS, Monica Duarte. “Crônica de um debate”. *Revista Eletrônica Almanack Braziliense*, São Paulo, maio, v. 3, 2006. Disponível em: <www.almanack.usp.br>.

DANTAS, Monica Duarte. “Epílogo. Homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império”. In: _____. (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011a.

DANTAS, Monica Duarte. Introdução. *Revoltas, motins, revoluções: das Ordenações ao Código Criminal*. In: _____. (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011b.

DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

DOLHNIKOFF, Miriam. Representação na monarquia brasileira. *Revista Eletrônica Almanack Braziliense*, São Paulo, maio, v. 9, 2009. Disponível em: <www.almanack.usp.br>.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O Motim do Vintém e a cultura política no Rio de Janeiro, 1880. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. The Vintem Riot and Political Culture: Rio de Janeiro, 1880. *Hispanic American Historical Review*, 60(3), 1980.

GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiças no Brasil. In: LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

HÖRNER, Erik. Cidadania e insatisfação armada: a 'Revolução Liberal' de 1842 em São Paulo e Minas Gerais. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

KRAAY, Hendrik. Tão assustadora quanto inesperada: A Sabinada baiana, 1837-1838. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo, Alameda, 2011.

KRAAY, Hendrik. *Soldiers, Officers, and Society: The Army in Bahia, Brazil, 1808-1889*. Tese (Doutorado) - apresentada à Universidade do Texas (Austin), 1995.

LEVASSEUR, Émile (Dir.). *Le Brésil (Extrait de la Grande Encyclopédie)*. Paris: H. Lamirault et Cie Éditeurs, 1889.

LIMA, Luciano Mendonça de. Quebra-quilos: uma revolta popular na periferia do Império. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 23, março de 1989.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise agrária e luta de classes: o nordeste brasileiro entre 1850 e 1889*. Brasília: Horizonte, 1980.

MORTON, F. W. O. *The conservative revolution of independence: economy, society and politics in Bahia, 1790-1840*. Tese (Doutorado) - apresentada à Universidade de Oxford, 1974.

MOSSÉ, Benjamin. *Dom Pedro II. Imperador do Brasil*. São Paulo: Edições Cultural Brasileira, [s.d.].

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

NUNES, Neila Ferraz Moreira. A experiência eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889): frequência eleitoral e perfil da população votante. *DADOS – Revistas de Ciências Sociais*, v. 46, n. 2, 2003.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Resistência popular contra o Decreto 798 ou a ‘lei do cativoiro’: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará, 1851-1852. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

PALACIOS, Guillermo. A ‘Guerra dos Marimbondos’: uma revolta camponesa no Brasil escravista (Pernambuco, 1851-1852). *Revista Eletrônica Almanack Braziliense*, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1989 [reeditado em 2006, vol. 3, maio, disponível em: <www.almanack.usp.br>.

PALACIOS, Guillermo. Uma nova expedição ao Reino da Pedra Encantada do Rodeador: Pernambuco, 1820. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

PARRON, Tâmis Peixoto (Org). De uma história politizada a uma história política: o que um panfleto nos revela sobre a construção do Estado imperial? In: ROCHA, Justiniano José da. *Ação; reação; transação e seus textos*. São Paulo: Hucitec, 2012.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. “Cabanagem: percursos históricos e historiográficos”. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

PINHO, Wanderley. “A Bahia, 1808-1856”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. Tomo II. V. 2.

PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil. Colônia e Império*. 15. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

REIS, João José; AGUIAR, Márcia G. D. de. ‘Carne sem osso e farinha sem caroço’: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *Revista de História*, São Paulo, n. 135, 2. semestre de 1996.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José. Quem manda em Salvador? Governo local e conflito social na greve de 1857 e no protesto de 1858 na Bahia. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

ROCHA, Justiniano José da. Ação, reação, transação. In: MAGALHÃES Jr., Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SANTA-ANNA NERY, M. F. J. De (Dir.). *Le Brésil en 1889*. Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889.

QUINTAS, Amaro. O Nordeste, 1825-1850. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. Tomo II. V. 2.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduições da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais, século 19*. Bauru/ São Paulo: EDUSC/ ANPOCS, 2004.

“Com muita e diferente gente” – Entre Experiências e Territórios numa mesma floresta: Revisitando a memória histórica dos mocambos de índios e as nomenclaturas coloniais na Amazônia, século XVIII¹

Daniela Yabeta (UFF)

Flávio Gomes (UFRJ)

Na Amazônia contemporânea assim como em tantas regiões do Brasil e mesmo atravessando as fronteiras de estados-nação como Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia e outros, vários setores do conhecimento – não necessariamente acadêmicos – e dos movimentos sociais envolventes tem se deparado com a constituição de *territórios* e *culturas* com histórico de resistência, ocupação, uso e manejo da terra e recursos hídricos. Porém, lógicas capitalistas e liberais atreladas a setores ruralistas hegemônicos destas sociedades tem se revelado os principais algozes. Povos tradicionais e micro sociedades têm sido devastados (quase varridos das cartografias contemporâneas) em séculos de expropriação do trabalho, da terra e do subsolo. Embora com naturezas semelhantes de etno-história estas populações conheceram realidades – coloniais e pós-coloniais – diferentes entre frentes de ocupação, colonização, escravidão e pós-emancipação. O que muitas vezes chamamos genericamente de populações tradicionais guardam entre si e as suas territorialidades, complexas memórias que articularam movimentos históricos de migração, fusão, misturas e invenções culturais, étnicas e econômicas.

Neste artigo revisitamos pesquisa arquivística e reflexões para tratar – apenas oferecer contrapontos entre caminhos analíticos – da temática dos

¹ Parte do material empírico utilizado neste texto e das reflexões iniciais também aparecem: "Migrações, populações indígenas e etno-gênese na América Portuguesa (Amazônia Colonial, s. XVIII). *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. 2011, p. 1, on-line e "Indígenas, Africanos y comunidades de fugitivos en la Amazonia Colonial". *Historia y Espacio, Colômbia*, v. 34, p. 201-228, 2010.

quilombos/mocambos da Amazônia colonial até os dias de hoje. Nossa inspiração é a atualidade de projetos originais de identificação e conhecimento dos processos de ocupação e “territorialidades específicas” via “mapeamento social” e cartografia de povos e comunidades tradicionais na Amazônia com núcleos em outros lugares.² É possível pensar as histórias de ocupação e desenhos cartográficos a partir das experiências coloniais de comunidades de fugitivos, especialmente no século XVIII. Apresentamos de início um breve panorama para o debate contemporâneo sobre o reconhecimento – de vários setores, legislação e disputas políticas – das chamadas *comunidades remanescentes de quilombo*. Em seguida revisitamos os indícios da pesquisa arquivística – aparentemente fria (alguns chamariam de materiais *frigorificados*), mas não menos sugestivas em termos analíticos e também políticos, pois contemplam nunca verdades cristalizadas de um passado do qual supostamente somos impotentes, e sim interpretações e escolhas de um presente mobilizador também em termos teóricos e metodológicos – com o objetivo de identificar processos de ocupação (para além da dimensão territorial) de fronteiras e utilização de recursos agrários e hídricos em várias partes da Amazônia. Pesquisas futuras certamente poderão tomar (juntar) estes e outros vários pontos (sempre de partidas e nunca de chegada) para entender as realidades contemporâneas e específicas da ocupação e territorialidade nestas e outras áreas semelhantes.

Legislação, caminhos e atalhos

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu através do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) o direito das comunidades remanescentes de quilombo à titulação de seu território. Perante a lei, tal direito estava garantido, apesar do Art.68 não explicitar os parâmetros da sua aplicação ou a necessidade deles.³ Dúvidas (com variadas intenções e interesses) se colocaram numa luta – não necessariamente inventada com a promul-

² Ver o projeto www.novacartografiasocial.com e PNCSA que reúne diversos pesquisadores acadêmicos e movimentos sociais e financiamentos na perspectiva da auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia.

³ Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - Constituição Federal de 1988: "Aos remanescentes das comunidades de quilombos é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos".

gação da Constituição de 1988 ou a Abolição de 1888 – sobre direito a terra e os seus recursos. De um lado mobilização de setores importantes dos movimentos sociais e de outro a morosidade da burocracia do estado brasileiro, a falta de vontade política de setores de vários governos e a resistência de setores agrícolas e latifundiários.

Ainda assim somente em 2001 surgiu o primeiro decreto presidencial que regulamentou as disposições relativas para um processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades quilombolas. Promulgado em 10 de setembro de 2001 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, o Decreto 3912 determinava a *Fundação Cultural Palmares* à tarefa de iniciar, dar prosseguimento e concluir o processo administrativo de identificação dos remanescentes de quilombo, além de encaminhar o reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras por eles ocupadas. Porém, para que isso fosse possível, era preciso comprovar que na data da Abolição – maio de 1888 – essas terras eram ocupadas por quilombos e que seus descendentes permaneceram no mesmo território até cinco de outubro de 1988, quando foi aprovado o Art. 68.⁴ O Decreto 3912 acabaria revogado durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, sendo substituído pelo Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003, que assim definia quem deveria ser considerado quilombola: “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.⁵ Outras tantas questões seriam suscitadas entre o debate legal e a mobilização social, além das perspectivas teóricas e metodológicas ensaiadas. Vejamos algumas. A primeira delas foi que o Decreto 4887 tratava de direitos de comunidades e não de indivíduos. Assim, o título da terra não seria emitido no nome das pessoas, mas naquele de uma associação formada pela comunidade. Outra especificidade foi que tal

⁴ DUPRAT, Débora. "Breves Considerações sobre o Decreto 3.912/01". In: O'DWYER, Eliane Cantarino. Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 281-289.

⁵ Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Decreto 4887 dava direito a um território e não apenas a terra. Diferente de outras formas de propriedade, o território quilombola tratava da área ocupada por toda a comunidade levando em conta a garantia do seu modo de vida. Por tudo isso, as terras dos remanescentes de quilombo não podiam ser nem vendidas nem divididas entre os membros do grupo.

O Decreto 4887 também identificava o “sujeito” quilombola como um grupo etnicorracial e reafirmava a auto-atribuição. Qual seja, o grupo deveria se reconhecer como uma comunidade própria e distinta a partir de características e marcas que a própria comunidade definia de acordo com seus interesses e tradições, e não por qualquer tipo de característica estabelecida por outros, fossem eles os órgãos de Estado ou por estudiosos. Com trajetórias históricas próprias, tais grupos deveriam se perceber como comunidade em função dos seus componentes estarem ligados por uma experiência histórica em comum vinculada a um determinado território e não a qualquer outro.⁶ Quanto à ancestralidade étnica, tal decreto 4887 estabelecia que o grupo devesse ter vínculos históricos com antigos grupos negros, escravos ou libertos.

A partir do decreto 4887 o processo administrativo pela titulação do território deixou de ser atribuição da *Fundação Cultural Palmares* e passou para o *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA). Para iniciar o processo administrativo, uma dada comunidade quilombola precisava de uma certidão de registro no cadastro geral de remanescentes de comunidades de quilombos emitida pela *Fundação Cultural Palmares*.⁷ Para a emissão da certidão, era necessária a apresentação de uma ata da assembleia onde a comunidade declarava seu reconhecimento como quilombola. Essa ata podia conter um relato resumido de sua trajetória comum, ou seja, a história da comunidade segundo a memória e os termos dela própria. De posse da certidão, a abertura do processo no INCRA podia ser feita por qualquer interessado, sendo o ideal

⁶ BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. *Teorias da etnicidade*. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

⁷ *Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro* (DPA) – É o setor responsável pela preservação dos bens culturais móveis e imóveis de matriz africana, sejam eles registrados no IPHAN ou não. Uma das mais importantes ações do DPA é a certificação de áreas quilombolas - documento expedido pela Fundação após receber um pedido das comunidades, se auto-reconhecendo como remanescentes de quilombos. Ver site Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/quem-e-quem/>. Acesso em 20 de junho de 2012.

que atendesse as demandas das próprias comunidades. Com base nestes primeiros procedimentos era iniciada a elaboração do relatório técnico de identificação e delimitação (RTID), com o objetivo identificar o território quilombola e sua situação fundiária. A produção de tal relatório técnico ficava sob a responsabilidade das superintendências regionais do INCRA, sendo que as próprias comunidades quilombolas tinham o direito de participar deste processo. O RTID seria composto pelos seguintes documentos: 1) relatório antropológico; 2) levantamento fundiário; 3) planta e memorial descritivo; 4) cadastramento das famílias quilombolas; 5) levantamento da eventual sobreposição a unidades de conservação, áreas de segurança nacional, faixa de fronteira, terras indígenas, terrenos de marinha, terras públicas federais e em terras de estados e municípios; 6) parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta de área a ser titulada. Após a elaboração do RTID seguia-se a consulta aos órgãos públicos que poderiam, por algum motivo, ter interesse na área pleiteada, como IPHAN, IBAMA, SPU, FUNAI, Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ou seu correspondente na administração estadual, Serviço Florestal Brasileiro. Essas instituições teriam um prazo de 30 dias para se manifestarem. Caso não houvesse contestação, o RTID deveria ser publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federativa da comunidade em questão, acompanhado de um memorial descritivo e do mapa da área estudada. Além disso, a Superintendência Regional do INCRA deveria notificar os ocupantes do território pleiteado pelos quilombolas, fossem eles detentores de domínio ou não. Não havendo mais contestações, o processo administrativo de identificação do território pelo INCRA se encerrava com a uma publicação da portaria do seu presidente, significando que a instituição estava reconhecendo e declarando os limites do território quilombola. Tal ritual burocrático, aparentemente de fluxo contínuo se mostrou deveras complexo, pois infelizmente – por contados diversos conflitos de terra existentes nos territórios quilombolas pleiteados – a maioria dos processos administrativos pela titulação cruzou o judiciário.⁸ Houve contestação em muitos casos, sem

⁸ A Comissão Pró-Índio de São Paulo disponibiliza em seu site um "passo-a passo" sobre o processo de titulação. Disponível em: http://www.cpis.org.br/terras/html/comosetitula_caminho.aspx. Acesso em 20 de junho de 2012.

falar nas polêmicas em torno da auto-atribuição, a suposta necessidade de comprovação histórica e a mobilização de setores públicos e privados de setores acadêmicos, intelectuais e de movimentos sociais. Os caminhos das histórias e experiências dos quilombos do passado e suas comunidades remanescentes atuais eram remarcados – muitas vezes colocados em dúvida – por burocracias e interesses diversos.

Amazônia e etno-história: caminhos cruzados

Para os chamados povos e comunidades tradicionais na Amazônia também apareceu o fenômeno histórico das denominadas *comunidades remanescentes de quilombos*. Nos lugares mais distantes, populações indígenas e africanas, ocuparam – mais próximas e em cooperação do que até agora os estudos têm destacado — unidades de trabalho, cruzando vidas e *projetos* diversos. As experiências das comunidades de escravos fugidos — com densidade e frequência — alcançaram a Amazônia da região do Rio Branco até as margens do Gurupi e Turiaçu para chegar ao Maranhão, passando pelos Solimões, Negro, Tocantins, Madeira, Tapajós e outros rios que pareciam montanhas intransponíveis. Disputando territórios de várzea e de terra-firme, populações escreveram (e escrevem ainda) histórias de ocupação e autonomia sobre terras e rios.

Quais as origens dos quilombos/mocambos da Amazônia? Territórios isolados de poucos africanos – comparados às áreas de *plantation* — que para lá foram enviados até o século XVIII?. Certamente muito mais que isso. Movimentos de migrações permanentes mobilizariam povos e micro sociedades desde o período pré-colonial; passando pelos séculos XVI e XVII com os primeiros passos da invasão europeia; no século XVIII com a solidificação de algumas economias coloniais e o extensivo uso de mão de obra até as revoltas camponesas da *Cabanagem* no século XIX e as fronteiras da expansão pós-colonial do século XX.

Mais recentemente vários estudos têm analisado as transformações das políticas indigenistas na Amazônia, desde a legislação que definia as formas de escravização a partir de meados do século XVII até as mudanças da administração pombalina, a chamada *liberdade indígena* e a criação dos Diretórios

na segunda metade do século XVIII.⁹ Mas ainda sabemos pouco o quanto tais transformações foram operadas a partir das próprias lógicas das populações indígenas envolvidas. Tanto as percepções de grupos indígenas e sua atuação de cooperação e resistência a escravização e ao tráfico de índios como aquelas das populações de índios aldeados nas missões posteriormente transformadas em vilas com os diretórios. Entre a dizimação, epidemias, migrações, trabalho compulsório e escravização legal e ilegal, milhares de índios – aldeados, recém atraídos por *descimentos* ou trabalhando nas atividades de transporte das canoas – fugiram e formaram novas comunidades. Pode ter sido um momento crucial para várias populações indígenas e neocoloniais, inclusive aqueles num processo de transformação étnica e mesmo em termos de etnogênese. Ainda sabemos pouco sobre este processo histórico das fugas e da formação de comunidades de fugitivos, tanto próximas às vilas e diretórios assim como a migração pelas áreas de fronteiras. Embora existentes desde o século XVI as fugas e formação de comunidades de fugitivos deixaram alarmadas as autoridades coloniais na segunda metade do século XVIII, quando da desestruturação das missões e da criação dos diretórios e vilas. Com a recorrência das fugas (cada vez mais coletivas) e o registro de comunidades e povoados itinerantes na floresta, aparece na documentação colonial à expressão “mocambos de índios”. Interessante, pois havia uma ideia – em parte reproduzida por inúmeras tradições historiográficas – de que as nomenclaturas e terminologias “mocambo” e/ou “quilombo” eram exclusivamente associadas a fuga de escravos africa-

⁹ COELHO, Mauro Cezar. “A construção de uma lei: o Diretório dos Índios”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 168, p. 29-48, 2007; “Índios, negócios e comércio no contexto do Diretório dos Índios - Vale Amazônico (1755-1798)”. In: FIGUEIREDO, Aldrin Moura; ALVES, Moema Bacelar. (Org.). *Tesouros da memória: história e patrimônio no Grão-Pará*. Brasília: Ministério da Fazenda, 2009, pp. 45-58; “O Diretório dos Índios: possibilidades de investigação”. In: COELHO, Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; PRADO, Geraldo. (Org.). *Meandros da História: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX*. 1 ed. Belém: Associação das Universidades Amazônicas, 2005, pp. 48-67; *Do Sertão para o Mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1758-1798)*, Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2006; SAMPAIO, Patrícia M. M. “Entre a tutela e a liberdade dos índios: relendo a Carta Régia de 1798” In: COELHO, Mauro Cezar; GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal; MARIN, Rosa E. Acevedo; PRADO, Geraldo. (Org.). *Meandros da história: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX*. Belém: UNAMAZ, 2005, pp. 68-84; *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Amazônia Colonial*. Manaus: EDUA, 2010 e “Vossa mercê mandará o que for servido...: políticas indígenas e indigenistas na Amazônia Portuguesa, século XVIII”. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 12, 2007, pp. 39-55.

nos e seus descendentes. De fato, no Brasil, tinham se transformado em sinônimo de fugitivos de origem africana. Como e quando tais nomenclaturas são utilizadas e se difundem em termos coloniais no Brasil? As palavras *quilombo/mocambo* para a maioria das línguas bantu da África Central significavam acampamentos, alguns provisórios. No Brasil o termo mais usual para as comunidades de escravos fugidos africanos foi “mocambo” e segundo Stuart Schwartz o termo “quilombo” só apareceria para o grande quilombo colonial de Palmares que existia desde o final do século XVI na década de 1680.¹⁰ A explicação sobre tais termos africanos para representar as experiências coloniais dos escravos fugidos no Brasil continuam uma incógnita, uma vez que nas regiões coloniais vizinhas da Colômbia e Venezuela as comunidades de fugitivos receberam os nomes de “palenques” e “cumbes” respectivamente. Por que tais denominações africanas se propagaram no Brasil diferente de outras áreas coloniais que também receberam africanos centrais e tiveram várias comunidades de fugitivos? Uma hipótese seria a propagação do termo na própria documentação da administração colonial portuguesa. Muitas autoridades no Brasil colonial tinham ocupado postos ou ocupariam os mesmos na África. Podiam estar falando de coisas diferentes – acampamentos de guerra na África, prisioneiros africanos e comunidades de fugitivos no Brasil – mas nomeando-as de forma semelhante. Ainda assim houve diferenças, pois no século XVIII o termo *mocambos* seria mais utilizado para a Amazônia e Bahia enquanto que em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso falava-se mais em *quilombos*. Muitas vezes nomenclaturas diferentes com etimologia de origem africana para processos colônias de múltiplos significados e agentes.

Na Amazônia, as autoridades coloniais fizeram mais ao utilizarem a nomenclatura *mocambo* – palavra africana – para classificar as fugas coletivas e a formação de comunidades de fugitivos de populações indígenas, escravas e livres. Duas questões podem ser sugeridas na utilização desta mesma nomenclatura pela administração colonial local. A primeira, a simples tradução – no

¹⁰ SCHWARTZ, Stuart B. "Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial". Estudos Econômicos, (São Paulo), IPE-USP, 13, número 1, 1987, pp. 61-88.

caso nomeação – do processo histórico de fugas escravas e no caso de índios aldeados e a formação de comunidades. A outra: a própria lógica das populações indígenas em questão para enfrentar a nova formatação da política indigenista, qual seja as fugas e comunidades itinerantes, pois desde o século XVII, populações indígenas já vinham conhecendo as políticas coloniais de resgates, entradas, “descimentos” e aldeamentos. No século XVIII com o projeto ilustrado pombalino é decretado o fim da escravidão dos índios e a retirada do poder temporal dos missionários religiosos sobre os aldeamentos, desmanchando-se assim parte da estrutura de controle da mão de obra indígena na Amazônia.¹¹ Reapareceram mais fortes os conflitos entre o Estado Português, os colonos e os jesuítas pelo controle sobre os indígenas. Um processo de secularização das missões avançou sob a perspectiva de se criar as chamadas “muralhas do sertão”: índios transformados em colonos e/ou súditos. Em 1757 o sistema das missões jesuíticas é extinto, sendo criados os *Diretórios Pombalinos*, pelo então Governador Mendonça Furtado. Povoações indígenas de antigos aldeamentos se transformam em vilas, surgindo normas para reger a vida cotidiana das mesmas com o objetivo de controlar a população indígena.¹² Assim, a administração portuguesa ampliaria as formas de domínio e poder, sendo a criação dos Diretórios parte de uma política colonial de, ao mesmo tempo, controle da mão de obra e ocupação efetiva. Havia também uma expectativa de integração, domínio e ocupação colonial, e somente em 1798 os Diretórios seriam extintos.¹³

¹¹ AZEVEDO, João Lúcio d'. *Os Jesuítas no Grão-Pará, suas missões e colonização. Borgejo histórico com vários documentos inéditos*, Lisboa, Liv. Edit. Tavares Cardoso & Irmãos, 1901; FARAGE, Nádia & Amoroso, Marta Rosa (orgs.) *Relatos da Fronteira Amazônica no Século XVIII. Documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira*. São Paulo, NHI/USP, FAPESP, 1994; SAMPAIO, Patrícia M. M. “Amazônia: fronteiras, identidades e história”. *Ciência e Cultura (SBPC)*, v. 61, p. 26-29, 2009 e Sampaio, Patrícia M. M. “Remédios contra a pobreza. Trabalho indígena e produção de riqueza na Amazônia portuguesa, século XVIII”. *Fronteras de la Historia*, Bogotá, v. 9, p. 17-58, 2004

¹² SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro, FGV, 1971, pp. 32 e segs. e FARAGE, Nádia. *As Muralhas do Sertão: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, ANPOCS, 1991, pp. 48 e segs.

¹³ MACLACHLAN, Colin M. “The Indian Labor Structure in the Portuguese Amazon, 1700-1800”, In: ALDEN, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Papers of the Newberry Library Conference. University of California Press, 1973, pp. 228 e BELLOTO, Heloísa Liberali. “Política Indigenista no Brasil Colonial (1570-1757)”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (São Paulo), número 29, 1988, pp. 59.

A vez dos “mocambos de índios”

Na Amazônia no século XVIII são abundantes os registros na documentação de natureza colonial (correspondência de comandantes militares e juizes de vilas) sobre fugas de índios dos aldeamentos e a formação de “mocambos de índios”. Para a região do Baixo Tocantins partiu uma expedição para destruir um “mocambo principal” de índios fugidos, mais propriamente em Cameté onde se reclamava que escapavam dos aldeamentos religiosos e atacavam roças em 1752. Não muito distante na região de Moju foram descobertas “casas e muitas roçarias de mandioca” num mocambo de índios, sendo que da vila do Conde, falava-se em “bastante gente em mocambo” de indígenas. Já em Soure seria localizada uma trilha de índios fugidos, uma vez que “todos” seguiam “no caminho de Arauari, a donde se acham grandes mocambos”.¹⁴ Em meados do século XVIII, o Governador do Grão-Pará já destacava: “não há meio algum de fazê-los parar [de fugir], porque nas aldeias não só não são castigados, mas, contrariamente, favorecidos e amparados, e sem estes índios já Vossa Excelência sabe que nada se pode fazer”.¹⁵ Em 1764, o diretor da vila de São Bento do Capim reclamava que “aqueles moradores ou povoadores, digo, todos eram escravos, que fugidos da escravidão, o estavam também do grêmio da Igreja. Sem deles ninguém se lembra; assim perdidos para seus donos, e para a República, para o Rey e para Deus”.¹⁶

Mas qual a origem e principalmente o recrudescimento de tantas fugas? Sabemos que na Amazônia colonial a mão de obra preponderante foi àquela indígena e escrava, sendo a escravização por “guerra justa”, resgates, “descimentos” além da compra de prisioneiros de guerra. Houve ainda a utilização da mão de obra livre – uma quase anomalia jurídica – com a utilização compulsória de índios dos aldeamentos missionários e leigos. Mesmo com a

¹⁴ Ver: GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo, Polis/Unesp, 2005, pp. 59-80.

¹⁵ Ver: FARAGE, Nádia. *As Muralhas do Sertão...*, pp. 52 e Carta do Governador do Pará, 14/06/1754 transcrita em: Mendonça, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina. Rio de Janeiro*, IHGB, 1967, Correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), pp. 554-555, tomo 2.

¹⁶ Arquivo Público do Estado do Pará (doravante APEPA), Códice 137 (1764), Ofício de 07/03/1764.

legislação antiescravista indígena e o debate colonial prosperaria uma escravização ilegal com a conivência de autoridades e fazendeiros, leigos e religiosos. A população indígena estava dividida em aldeamentos indígenas organizados por missionários, sendo aquela considerada escrava nas aldeias de serviço das ordens religiosas, nas aldeias do serviço Real e nas aldeias de repartição. Ao longo da última década do século XVII e a primeira metade do século XVIII, conflitos e desacordos entre jesuítas e colonos em torno do tratamento e controle sobre as populações indígenas aldeadas foram permanentes. Representou o período das aldeias-missões com a crescente demanda de mão-de-obra, sendo realizadas várias expedições de resgates para a captura de índios. As estatísticas sobre a população indígena nos aldeamentos, tanto de religiosos e leigos são incompletas.¹⁷ Especialmente devido a não computação dos índios dizimados por epidemias assim como a enorme quantidade de índios fugidos, que acabavam passando por sucessivos processos de reescravização e mesmo etnôgênese.¹⁸

Fugir e estabelecer comunidades de fugitivos podia significar resistir às imposições dos aldeamentos e realinhar as políticas indigenistas na Amazônia, especialmente nas áreas de fronteiras. Em 1769, na vila de Serzedelo, todo cuidado era pouco com os índios fugidos que “vieram à povoação, porém ocultos e com o sentido de levar consigo algumas mulheres, e amocambarem-se na boca deste rio”.¹⁹ Já em 1781, se enviavam tanto diligências para acompanhar o *descimento* de indígenas do *Pacajaz*, como para destruir um mocambo de outros índios no rio Arapari. Em Alenquer – Baixo Amazonas – nos lagos do Capim Tuba e Paracari acabariam presos vinte e cinco índios amocambados. Na década de 1780, a deserção dos índios – seja pela frequência e quantidade – na avaliação das autoridades acabava desorganizando parte da economia extrativa no Grão-Pará, tanto dos colonos como das fazendas e propriedades

¹⁷ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Trabalho Compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII”. *Revista Arrabaldes*. Ano 1, número 2, Set/Dez, 1988, pp. 112; segs. e FARAGE, Nádia. *Muralhas do Sertão...*, pp. 31 e segs. e BELLOTO, Heloisa Liberalli. “Política Indigenista no Brasil Colonial...” 55-6.

¹⁸ ALDEN, Dauril. “El Índio Desechable en El Estado de Maranhão durante los siglos XVII y XVIII”. *América Indígena*, volume XLV, número 2, Abril-junho, 1985, p. 437 e SWEET, David G. “Black Robes and ‘Black Destiny’: Jesuit Views of African Slavery in 17 th Century Latin América”. *Revista de História de América*, México, número 86, junho-dezembro/1978, p. 102-3.

¹⁹ APEPA, Códice 96 (1769), Ofício de 17/06/1769.

da Coroa.²⁰ Para a região do Rio Branco Farage destacou as conexões envolvendo aldeamentos, comércio intertribal, escravização e tráfico de índios, gerando grandes levantes e fugas coletivas.²¹ De fato, são nos anos de 1780 que as fugas indígenas aumentaram em diferentes regiões como Nogueira, Colares, Soure, Barcelos, Melgaço, Joanes, Ourém, Monte Alegre, Cintra e Alenquer. Neste mesmo contexto havia aumentado a retenção dos índios, permitindo-se o assentamento privado, assim como os “descimentos”. Acontecia, também, a excessiva demanda de mão de obra por parte do Estado. Cada vez mais se precisava de braços para a construção e guarnição de fortalezas, manutenção de estradas e pontes, canoas de vigilância, etc. Ao mesmo tempo aumentavam as demandas de trabalhadores nas expedições demarcatórias. Ainda que em 1755, a Coroa Portuguesa determinasse aos índios das Capitanias do Grão-Pará e Maranhão “a liberdade de suas pessoas, bens e comércio sem outra inspeção temporal que não fosse a que devem ter como vassalos”, a sua utilização compulsória continuou. Vinte anos depois, em Baião, índios eram denunciados “por não quererem absolutamente trabalhar e com suas fugas, causarão considerável prejuízo” às canoas de negócio.²² Havia ao mesmo tempo ausência de controle e vistas grossas das autoridades luso-brasileiras. Os próprios colonos reclamavam da falta de mão de obra para as lavouras e a produção extrativa. Por sua vez mesmo as autoridades sabiam da vital necessidade de trabalhadores nas fazendas reais, equipação das canoas, etc. Com a falta de gêneros na região tentava-se sem sucesso “promover as lavouras particulares dos índios, persuadindo-os”. Enquanto isso a população indígena diminuía. Não bastassem as deserções, havia ainda o problema das epidemias. Com a continuidade das fugas, os índios perceberam não só o impacto das doenças, mas também as mudanças na política colonial. Uma visita pastoral à região do rio Negro, em 1762, denunciou que os índios *Ariquena* tinham fugido em mas-

²⁰ Ver: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Trabalho Compulsório na Amazônia...” e PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e Índios escravos. Os princípios da legislação do período colonial (séculos XVI a XVIII)”, In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 118. Ver: APEPA, Códice 356, Ofício de 22/06/1781; Códice 190 (1782), Ofício de 19/06/1782; Códice 244 (1787), Ofício de 28/11/1787 e Códice 246 (1787-1793), Ofício de 01/09/1789.

²¹ FARAGE, Nádia. pp. 89, 92 e 125.

²² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Trabalho Compulsório na Amazônia...” pp. 114 e segs. e FARAGE, Nádia *As Muralhas do Sertão...*, pp. 53 e APEPA, Códice 151 (1775), Ofício de 24/09/1775

sa, “muitos das nossas terras para os castelhanos”, no caso os espanhóis. Ainda em 1780, noticiava-se que índios escravizados “por não quererem servir a seus senhores se amocambaram em as cabeceiras deste rio [em São Bento] e com a notícia que tiveram da lei das liberdades voluntariamente foram descidos”, tendo a Coroa cedido terras para que produzissem.²³ Uma década depois, na fronteira do Rio Branco denunciavam-se os “tapuyas Macuxis” e também os “Oapixanas da povoação de São Martinho” que “desertaram deixando em total abandono” a região.²⁴ Ao mesmo tempo em que continuavam os *descimentos* de grupos indígenas, se multiplicavam as comunidades de fugitivos.

Sentidos indígenas e significados do indigenismo dos mocambos coloniais

Como grupos indígenas podem ter percebido com sentidos e significados próprios as mudanças coloniais ocorridas na segunda metade do século XVIII, principalmente com a lei da emancipação e a criação e regulamentação dos Diretórios? Eles podem ter provocado novos processos migratórios, inclusive transpondo fronteiras em disputas. Nas vilas formadas pelos Diretórios – com inúmeros indígenas aldeados – sempre ocorreram fugas em massa. Cabe destacar que houve nos Diretórios tentativas de unificar e assentar diferentes grupos étnicos. Com os “descimentos”, populações indígenas de algumas áreas eram transferidas para outras mais distantes, promovendo a divisão e posterior reagrupamento de variados grupos indígenas em diversos aldeamentos. Através dos “mocambos de índios” que tanto as autoridades coloniais reclamaram na Amazônia Colonial, vários indígenas refugiados devem ter tentado – diante da impossibilidade de retornar as suas áreas de origem e/ou com suas tribos ou como estratégia política baseada novas lógicas políticas – se estabelecer em comunidades na floresta, reorganizando-se em emergentes grupos étnicos e socioeconômicos. É fundamental analisar o quan-

²³ FARAGE, Nádia. *Muralhas do Sertão...*, pp. 47; Queiroz, Fr. João de São José. *Visitas Pastorais. Memórias* (1761-1762). Rio de Janeiro, Ed. Mello, 1961, pp. 252 e APEPA, Códice 456, Ofício de 18/01/1790; Códice 551, Ofício de 08/08/1798 e Códice 200 (1780), Ofício de 10/02/1780.

²⁴ APEPA, Códice 459 (1789-1791), Ofício de 01/02/1790.

to podia haver de significados de reinvenções culturais e readaptações sócio-ecológicas, onde aldeamentos e a não permanência (fugas), podia representar, entre outras coisas, resistência às práticas econômicas implementadas. Assim micro-sociedades indígenas – muitas das quais surgidas de comunidades de fugitivos – podiam estar readaptando cultura material e práticas socioeconômicas. Algumas fugas coletivas, comunidades envolventes e migrações podiam ter significados messiânicos que ainda precisamos conhecer. Em 1789 na região do Baixo Amazonas uma expedição punitiva contra os “índios fugidos que se acham amocambados” conseguiu-se capturar o “capataz do dito mocambo”. Contra ele havia acusações de ser o “melhor de todo o Reino praticando muito mal a gente desta povoação fazendo-se Pajé e lhe obedeciam mais que do mesmo Deus querendo os levar para o dito mocambo reduzindo tudo contra a nossa fé”. Segundo as autoridades coloniais a presença de tal índio era a “causa de toda a gente meter-se no mato, pois é para eles este índio um Deus como é notório por todo este rio”.²⁵ Em 1791 na região de Tabatinga falava-se de “mocambo de Igarapé Preto” e da prisão de índios fugidos das vilas de Olivença e Javari”.²⁶ Destacando a possibilidade dos significados políticos na formação dos mocambos de índios e fugas coletivas no contexto de 1755 a 1798 – quando as missões foram extintas e foram criados os Diretórios (conflitos étnicos com os “principais” das aldeias) e as várias mudanças na legislação – talvez seja possível analisar as percepções das populações indígenas a respeito da legitimidade do poder colonial.²⁷

Para compreender as estratégias da população indígena na Amazônia Colonial seria fundamental acompanhar os contextos específicos da etno-história em diversas áreas. Os próprios aldeamentos se constituíam em espaços multiétnicos. Segundo os cronistas coloniais, os aldeamentos na área do Rio Branco, por exemplo – eram compostos por etnias Wapixana, Parauana, Otarauí, Saporá, Wayumará, Paraviana, Erimissana, Amariba, Pauxiana, Caripuna, Macuxi, Securi, Carapi e outros.²⁸ Havia ainda as lógicas de colonização envol-

²⁵ APEPA, Códice 462 (1789-1799), Ofício de 04/01/1789.

²⁶ APEPA, Códice 1077 (1791), Ofício de 22/08/1791.

²⁷ SERVLNIKOV, Sérgio. “Disputed Imagens of Colonialism: Spanish Rule and Indian Subversion in Northern Potosí, 1777-1780”. *Hispanic America Historical Review*, volume 76, número 2, maio de 1996, pp. 211-212.

²⁸ FARAGE, Nádia. p. 125.

vendo várias tribos e diversas populações indígenas. Na área do Solimões desde o final do século XVIII, existia um comércio intertribal intenso. Houve contatos com as missões espanholas e também com colonos ingleses e holandeses nas fronteiras com a Guiana Inglesa. Outro fator importante foi o deslocamento permanente, em parte uma tradição indígena de migração e mobilidade. Por exemplo, na área do Tapajós tal tradição ajuda a explicar os significados das fugas indígenas, especialmente a partir da reconstrução etno-histórica dos processos migratórios e de contatos interétnicos dos índios Munduruku.²⁹ A entrada das comunidades de fugitivos e outros setores coloniais em determinados contextos acabava por provocar alterações nos circuitos das redes e relações inter tribais. Como pode ter sido o caso dos índios WaiWai que tinham desde o período colonial uma vasta rede de trocas nas Guianas e com expedições para contatar e assimilar tribos vizinhas. Enfim as comunidades de fugitivos podiam acabar se envolvendo com conexões de grupos indígenas no eixo comércio, migração e mesmo intercassamento.³⁰ O processo de etnogênese poderia aparecer mesmo nas designações e classificações de nomes para grupos indígenas. A designação Caribe/Caripuna – por exemplo – nas áreas de fronteiras não se restringia a uma etnia específica, comparando as fontes coloniais holandesas e espanholas.³¹

As fugas e a formação de comunidades de fugitivos indígenas na Amazônia colonial na segunda metade do século XVIII propiciaram – de fato — um espaço ampliado de migrações e deslocamentos, atravessando fronteiras étnicas. Setores coloniais luso-brasileiros e luso-africanos – entre os quais desertores militares — entraram em contatos com micro-comunidades indígenas formadas destes processos de fugas. Desertores militares classificados como *brancos e mestiços*, índios aldeados e indígenas forros andavam “misturados com negros ou cafuzes”.³² Em Soure, em 1762, um sargento-mor dava

²⁹ Ver: Dossiê MUNDURUKU. Uma contribuição para a história indígena da Amazônia Colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, Manaus, volume 5, número 8, 1995.

³⁰ Cf. HOWARD, Catherine. “Pawana: a farsa dos ‘visitantes’ entre os WaiWai da Amazônia Setentrional”, in: CASTRO, Eduardo Viveiros de & CUNHA, Manuela Carneiro da. (Orgs.) *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. São Paulo, NHII/USP, FAPESP, 1993, p. 229-264.

³¹ Cf. FARAGE, Nádia. p. 105.

³² Cf. QUEIROZ, Fr. João de São José. *Visitas Pastorais...*, p. 173.

proteção e era “mantenedor de mocambos”, enviando “pano e mais cousas que pode haver” para os fugitivos. Em Cameté, diligências com índios eram enviadas para prender soldados desertores e “mulatos” escravos. Na área próxima de Baião, em 1774, denunciava-se que no rio Tocantins, “pelas praias descaradamente” andavam “soldados fugidos com alguns negros” roubando. Havia denúncias de que os próprios moradores das localidades davam proteção a “vadios”, soldados desertores e escravos fugidos e nas suas casas os “recolhem” e “amparam”. Em Abaeté, nas proximidades do rio Cupijó havia “um grande mocambo de desertores, pretos fugidos e criminosos”. Em 1777 eram efetuadas diligências para prender soldados desertores que andavam refugiados juntamente com índios.³³ Origens e motivações das frequentes deserções de soldados na Amazônia Colonial podiam ser complexas. Muitos destes militares eram antigos indígenas aldeados ou filhos destes e da segunda geração vivendo nas vilas do Diretório. Fugiam assim do recrutamento militar e dos trabalhos nas fortalezas e vilas, preferindo viver nas matas e junto às suas roças, como o desertor Manoel Covine que foi preso em Marajó, próximo a uma ilha onde “tem seu algodão”. Distanciando-se o máximo possível das localidades em que ficavam seus destacamentos, desertores militares escapavam para as regiões de fronteiras. Visitando a região de Ourém, em 1761, o Bispo Frei João de São José Queiróz, anotou que havia na região um sítio chamado Casa Forte, posto que existisse “nele uma casa que ocupam alguns poucos soldados com um comandante, para evitar os fugidios para o Maranhão; caso que não é factível dar-se, pois antes de chegar à coqueira deste lugar, entrando pelo mato e saindo logo adiante, evita-se a diligência”.³⁴ Sabe-se que o alistamento militar era uma forma de controlar a população livre, via de regra de origem indígena. Em 1769 falava-se de companhias militares formadas por “pretos, mestiços, ingênuos e libertos”. O sentido era menos militar e sim o controle sobre o trabalho e os trabalhadores. Para garantir a “defesa” da região todos os homens livres disponíveis, podiam ser utilizados na formação de tropas auxiliares. Com tantos mocambos e fugitivos, pensou-se até mesmo

³³ GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os pântanos*, p. 59-80.

³⁴ Idem.

na possibilidade de se utilizar soldados desertores para persegui-los. Juntamente com os índios, eram eles os que mais conheciam a floresta. Contra a comunidade de fugitivos encravada entre os rios Anajás e Macacus era intenção das autoridades contarem com a ajuda de Antônio Curto e João Moreira, soldados desertores: “há pouco recolhidos a esta cidade, tendo andado ausentes por aqueles sítios, e por isso os mais capazes para servirem a Vossa Mercê de guias havendo sempre com eles toda a cautela necessária como sujeitos de pouca, ou nenhuma confiança, mas que podem ser úteis a este fim debaixo de alguma promessa”. Em 1791, soldados “escolhidos” e índios “práticos deveriam ser enviados para as ilhas Caviana e Mexiana para capturar fugitivos e destruir mocambos”.³⁵

Tal quadro preocupava muito as autoridades coloniais. Com os índios considerados emancipados, a população livre crescendo e um mar de floresta, era cada vez mais difícil identificar e capturar fugitivos e habitantes de mocambos. Com tantos fugidos, desertores e mocambos a suspeição generalizava-se. Capturar fugitivos, destruir mocambos, conter as deserções militares, impedir roubos e desordens significava igualmente controlar o comércio clandestino. A Amazônia era abastecida ou mantinha relações comerciais através da via fluvial. Era no vai-e-vem das canoas, subindo e descendo os principais rios que vários produtos chegavam e saíam. Os circuitos das relações mercantis se estabeleciam de forma clandestina num cenário multifacetado. De Bujaru, em 1776, vinham notícias de que o “mulato” Lino não tinha “domicílio certo” e nem estava alistado, porém andava “vendendo continuamente aguardente de sítio em sítio aos escravos alheios”. Em Ega, o escravo Félix era acusado de furtos de “quantia de prata e frascos de aguardente de cana” da casa do soldado Francisco da Silva. Da Ilha de Joanes chegava notícia que cafuzos, mamelucos, índios e pretos que lidavam com o gado, estavam burlando o fisco. O problema dos roubos se articulava assim com o comércio clandestino. Através dessas redes de trocas, fugitivos, amocambados e desertores vendiam os produtos de suas roças, obtendo em troca, sobretudo, pólvora, armas de fogo e aguardente. Além da situação crônica de falta de vigilância sobre os taberneiros,

³⁵ Idem.

havia o problema dos regatões. Com canoas levavam e traziam produtos alcançando áreas e populações coloniais mais afastadas. Tentou-se mesmo proibir o comércio entre os índios das povoações – como aconteceu entre as vilas de Boim e Pinhel, em 1777 – algo de difícil controle e que rapidamente se articulava com as economias dos mocambos nas diversas regiões.³⁶

Não podemos atribuir na conjuntura da segunda metade do século XVIII a nomeação de “mocambo” como um local isolado ou de índios ou de negros. Podia significar também territórios de autonomia, controle sobre o trabalho e processo produtivo. De um lado em 1790 temos o governador D. Francisco de Souza Coitinho que escrevia ao Capitão Narciso Maciel Parente solicitando informações “com todo o segredo” para verificar “se por ai ou por outros sítios haverá mocambos de pretos ou índios fugidos” e de outro, no ano seguinte, na região de Turiaçu, o diretor da Vila de São Francisco que reclamava que os índios aldeados só “trabalhavam quando queriam” e que devido a estas e outras desobediências tal vila devia mais “ter o nome de mocambo de refugiado de que lugar de Vassalos de Sua Majestade”.³⁷ Nomenclaturas e usos cruzados de terminologias escondiam percepções indígenas e do indigenismo colonial no século XVIII na Amazônia.

Formas camponesas coloniais entre projetos pós-coloniais de terra e *territórios*

Também comunidades de fugitivos e mocambos coloniais constituíram uma face da formação camponesa com desdobramentos até os dias de hoje na Amazônia. Baseando-se em relatos coevos de viajantes e cronistas, Ciro Cardoso destacou as formas da atividade camponesa na Amazônia.³⁸ O padre jesuíta João Daniel avaliou que após 1757 muitos colonos, não podendo mais contar com os índios como cativos e sem recursos para comprar

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ APEPA, Códice 193 (1791), Ofício de 06/11/1791.

³⁸ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion S. O Trabalho Indígena na Amazônia Portuguesa. *História em Cadernos*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, volume 3, número 2, set/dez. 1985, p. 18-19.

escravos africanos, estabeleciam – trabalhando com seus familiares – suas próprias lavouras. Anotaria ele:

E muitas vezes sucedem que os escravos comem melhor, que seus senhores; muitas vezes vendem a seus senhores, como já dissemos a farinha; mas fora a farinha, ainda o melhor conduto é deles. A melhor carne; a melhor caça; e o melhor peixe: e algumas vezes se tem visto deitarem a porção que da sua mesa lhes repartem os senhores, e a que sempre acodem os escravos por não perderem o costume [ilegível]ra, ou aos animais caseiros, dando por razão, que eles não comem aquilo, e que tem melhor comida nos seus ranchos; e é mui ordinário esta fartura nos escravos oficiais, porque como mais trabalham para si, às escondidas, do que para os senhores, tem com que fazer gastos, e quando se apanham com as obras nas mãos, respondem que são feitas nos dias, que têm livres, e nos tempos mortos, em que trabalham para si? Destacaria ainda a autonomia dos escravos indígenas: “Também se tem feito uma observação, de que vendem mais caros a seus senhores, do que aos estranhos, as suas cousas V.G. as galinhas, que criam os cachorros; os pássaros de recreação, e tudo o que tem, e chamam seu, não obstante serem as terras, os pastos, e o sustento de seus senhores; e outras vezes lhes não querem vender nem pelo preço com que vendem aos estranhos, nem por mais; e perguntados por quê? Nada mais respondem, do que por não quererem, e muitas vezes por não se atreverem a dar semelhante resposta a seus senhores, o vão vender ocultamente para que os senhores o não possa haver: Enfim por não ser mais extenso nesta matéria, em que podia fazer inteiros volumes, e de que já dissemos alguma coisa nos costumes dos índios: concludo com dizer, o que dizem muitos outros escritores, que os escravos são outros tantos inimigos caseiros, ladrões, inféis, ingratos, e malfazejos, se exceptuamos alguns poucos, que vivem de portas adentro com seus senhores, ou por melhor doutrinados, ou por mais tímidos do castigo, ou por não terem tantas ocasiões.³⁹

³⁹ Cf. DANIEL, João, Padre. Tesouro Descoberto no Rio Amazonas. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, volume 95, tomo 1 e 2, 1975, p. 149.

Visando a alimentação abriam clareiras nas florestas e plantavam mandioca. Com uma pobreza crônica na região, alguns lavradores conseguiram mesmo com o trabalho familiar (que em algumas ocasiões contava como mão de obra poucos escravos e índios livres) uma produção de alimentos excedente para o abastecimento local. No período em que não havia proibição para a escravidão indígena, os senhores, além de fornecerem alguns alimentos, permitiam que seus escravos índios tivessem pequenas roças e criações de porcos e galinhas, que acabava gerando excedentes que eram comercializados na circunvizinhança. Com o problema crônico de escassez de alimentos os setores econômicos de subsistência tinham considerável importância. Alexandre Rodrigues Ferreira, nas últimas décadas do século XVIII assim descreveria a economia própria e as formas de atividades camponesas dos escravos:

[...] Costumam alguns senhores de engenho distribuir para cada escravo, as geiras de terras que ele necessita, com relação ao seu estado, ferindo de cada semana um até dois dias, para neles trabalhar cada um na sua roça: donde não só tiram os escravos a farinha, o milho, e o feijão de que se sustentam, eles, suas mulheres e seus filhos, nestes dias, em que trabalham para si, mas também pelos dos 3, 4 ou cinco meses, em que não moem os engenhos. E o caso é, que por experiência certa, não somente tiram os pretos das terras que lavram a farinha precisa para o seu sustento, mas chegam a vender quase todos os gêneros de lavoura, além de muitas criações: até ajuntarem somas com que se libertam a si, e a seus filhos.⁴⁰

Com o problema crônico de escassez de alimentos – mais grave em outras áreas coloniais como Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro – este setor econômico de subsistência também tinha uma considerável importância na Amazônia Colonial. Destruir mocambos – para além de se capturar índios e soldados desertores – significava também a possibilidade de confiscar farinha. Sabia-se, de fato, que nos mocambos conseguia-se farinha. Em Barcelos, em

⁴⁰ BNRI, Códice 21, 1, 16 fl. 25 e 25 v trecho citado e transcrito em: CARDOSO, Ciro Flamarion S. Economia e Sociedade em áreas..., p. 146, nota 16.

1759, o Capitão Joaquim de Mello informou: “descobri aqui um mocambo com que achei uma roça que mandei desfazer que me deu trezentos e seis alqueires de farinha que vieram na melhor ocasião”. De Ourém, anos depois, eram remetidos “trinta e cinco paneiros de farinha que mandou fazer o Tenente Diogo Luís das roças dos amocambados”. Em Cintra, índios amocambados há vários anos se entregaram ao padre, trazendo os produtos de suas roças. Amocambados no Outeiro “tinham roçado e um tijupar feito”. Em virtude de poderem se abastecer com a farinha e outros produtos dos mocambos, vários setores coloniais mantinham contatos com os fugidos e mesmo davam-lhes proteção. Em Benfica, ao serem convocados para participarem de uma diligência para prender índios amocambados no igarapé Tamatatuia, moradores demonstraram desinteresse e “disseram que não queriam sem que lhes mostrassem ordem por escrito”. Encravados nas brenhas das florestas, os amocambados tentavam desenvolver uma economia camponesa. Em Nogueira, em 1783, índios fugitivos presos num igarapé revelaram que “não tiveram tempo de se prontificarem de farinha e que estavam esperando o socorro dos parentes”. Índios amocambados preparavam – na medida do possível – suas roças, roubavam ferramentas e as autoridades sabiam disso. Para evitar deserções em massa de índios, tentou-se mesmo oferecer roças para eles em algumas povoações.⁴¹ Um extenso relatório enviado por Raimundo José ao governador do Pará, em 1767, já bem demonstra como estava à região. Inicialmente relatava que foram encontrados alguns mocambos nos rios Mapuá e Anajás. Porém, seus habitantes tinham fugido para as vilas de Melgaço e Portel. Mocambos descobertos e algumas prisões efetuadas também na Vila de Chaves e em Ponta de Pedra. Alguns “confessaram que os companheiros se tinham recolhido às ditas vilas por aviso que tiveram e assim foram avisados os dois mais mocambos”. Nas vilas de Veiros, Pombal e Souzel foram atacados os mocambos do Igarapé Acorahy junto ao rio Iaraucu. Mais apreensões com moradores acusados de acoitá-los, sendo que alguns “confessaram o mocambo novo que tinham feito para se mudarem e ninguém saberem deles a onde já tinham feito roças e casas”. Um ataque a outro mocambo próximo foi frustrado porque os fugitivos tinham sido avisados pelo ajudante da vila de Veiros.

⁴¹ GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os pântanos...*, p. 59-80.

Em frente à vila de Monte Alegre, havia informações de existir “alguns mocambos” tanto no lago do Curuá como no Igarapé Gonsari. Informou ainda o referido relator que “pelos mocambos destes rios se achavam algumas roças em um se acharam roças que dão para cima de 300 alqueires de farinha”. Nestas diligências vários soldados desertores seriam presos.⁴²

Considerações finais

No século XIX, processos e experiências de ocupação e de etnogênese de várias populações continuaram na Amazônia. Verifica-se que as nomenclaturas de “mocambos de índios” quase desaparecem. Neste caso “mocambo” cada vez mais é utilizado para “pretos fugidos” e para “desertores” que eram os integrantes das tropas auxiliares, portanto descendentes das populações coloniais – em parte de origem indígena – que abundavam em vilas e povoados. Os movimentos de migração e deslocamentos de vários setores da população continuaram, assim como as suas motivações, sentidos e significados. As questões de trabalho e controle social continuavam efervescentes. Em 1801 na região do Marajó, no rio dos Macacus, seriam capturados índios nas “cabeceras do rio Mapuá”. Mais investigações apontavam que existiam nos “matos da Ilha de Joannes muitos mocambos com muita e diferente gente” sendo que muitos lavradores se utilizavam dos “seus trabalhos e negociações” dos habitantes deles. Em agosto acabaria presa uma família de “índios da nação Macuá” e um deles revelou que ali estava há “muito tempo e faziam roça de mandioca e sustentavam de caça e pesca que matavam com arco e flexa e que não sabem de arma de fogo”.⁴³ Na revolução camponesa da Cabanagem na década de 30 e 40 dos Oitocentos que alcançaria as várias regiões das antigas Capitânicas do Rio Negro e Grão-Pará os termo “amocambados” voltaria a ser utilizado para denominar aqueles também chamados de “malvados” cabanos e seus deslocamentos e aldeamentos e/ou povoados itinerantes.

Identificar e analisar as reconfigurações territoriais específicas e suas dimensões coloniais e pós-coloniais passa a ser um desafio – mais um estímulo – para considerar várias áreas do conhecimento, especialistas e também os movimentos sociais.

⁴² Idem.

⁴³ APEPA, Códice 324, Ofício de 9/8/1801 e Códice 325, Ofício de 20/8/1801.

O Movimento Operário Brasileiro e a Inspiração Internacional (1870-1920)

Claudio H. M. Batalha (Unicamp)

Em uma data imprecisa do ano de 1905 foi lançado o manifesto de Partido Operário Independente, com sede no subúrbio carioca de Cascadura, não fosse por algumas características muito particulares esse seria apenas mais um entre os incontáveis partidos operários lançados para desaparecer logo em seguida ao longo da Primeira República.¹ Entre essas características o fato de ser presidido por uma mulher Elisa Scheid, caso único no Brasil desse período (talvez por isso o texto impresso do manifesto vinha emoldurado de uma rica decoração floral pintada à mão). Outro aspecto que chama a atenção é que ao invés dos exemplos de franceses, alemães ou italianos que inspiravam outras organizações esse partido espelhava-se no exemplo do Independent Labour Party de Keir Hardie. É verdade que o conhecimento sobre a trajetória de Hardie e do ILP e a eleição do primeiro ao parlamento provinha, segundo o texto do manifesto, de um autor francês, paradoxalmente anti-socialista, Yves Guyot, jornalista, político e economista liberal.²

No manifesto do POI a referência ao ILP e a Hardie serve de exemplo e de afirmação de uma orientação classista. Afinal a chegada de Hardie ao parlamento britânico, descrita por Guyot em passagem reproduzida no manifesto, ficou célebre pelo traje que o recém-eleito envergava e pelo boné que levava à cabeça, que reafirmavam orgulhosamente sua origem na classe trabalhadora e simbolizava aqueles que ele representava.

Quando pensamos a relação do movimento operário e suas organizações, tanto sindicais, quanto políticas com a dimensão internacional, o primeiro aspecto que salta aos olhos é a universalização de formas de luta e de tipo de organização. A universalização do capitalismo como modo de produção e

¹ Cf. *Arquivo Nacional: 150 anos (visão histórica)*. Rio de Janeiro: Index, 1988, p. 97.

² O texto de Yves Guyot de onde provém a referência a Hardie é *Les conflits du travail et leurs solutions*. Paris: G. Charpentier/E. Fasquelle (col. "Etudes de Physiologie Sociale", t. 5), 1903, p. 34-5.

das relações que ele engendra propiciou também a universalização das formas de estruturação do movimento operário. Se os contextos nacionais e regionais variaram consideravelmente e conseqüentemente o modo como o movimento operário respondeu a esses contextos, não se pode dizer que as formas organizativas tenham assumido um caráter específico na escala local, regional ou nacional. Outro aspecto “internacionalista” do movimento operário diz respeito às correntes ideológicas, certamente ocorrerá imediatamente ao leitor os exemplos do sindicalismo revolucionário, com suas práticas comuns, sua concepção da organização, sua articulação de lutas e organizações independente das fronteiras dos Estados nacionais; do anarquismo, pela universalização de seu ideário e pelo universalismo de seus fins; do comunismo, pela reprodução em escala mundial de um modelo de partido, sob a direção de um centro. Deveríamos, também, englobar o movimento operário católico e as organizações católicas que atuam no meio operário na mesma lógica dos exemplos anteriores, particularmente do comunismo, as mesmas organizações pelo mundo afora, obedecendo às mesmas diretrizes e respondendo a uma direção centralizada. Entretanto, o objetivo deste texto é justamente deixar de lado esses exemplos, que já foram estudados com maior (anarquismo e comunismo) ou menor (catolicismo) ênfase, para tentar demonstrar que as referências internacionais estão presentes de modo muito mais amplo na história do movimento operário, até mesmo nas suas manifestações sem uma evidente filiação a correntes internacionais.

Há, entretanto, situações a serem exploradas nas quais a existência de um movimento internacional estruturado não necessariamente estabelece ligações orgânicas com suas manifestações no contexto brasileiro. Esse é o caso da Internacional Operária e Socialista, formada em 1889 e, mais tarde, conhecida como Segunda Internacional, e a sua ausência de relação com os diversos partidos surgidos no Brasil que se identificavam com seu ideário. A única participação do Brasil na Internacional Socialista ocorreu em 1893, todavia de forma indireta, quando membros da Allgemeiner Arbeiterverein (Associação Geral dos Trabalhadores) de São Paulo redigiram um relatório sobre a situação brasileira, em nome comissão executiva nacional do Partido Operário Brasileiro, enviado ao Congresso Internacional Operário Socialista, reunido em Zurique (Suíça), em agosto daquele ano, e delegaram a representação bra-

sileira no congresso a Wilhelm Liebknecht, dirigente do Partido Social-Democrata alemão (SPD na sigla em alemão), e ao socialista suíço e secretário do congresso, Robert Seidel.³ Três anos mais tarde, um segundo relatório foi enviado ao Congresso da Internacional Socialista realizado Londres, dessa vez assinado pela própria Allgemeiner Arbeiterverein.⁴

As referências internacionais estão presentes particularmente nos jornais endereçados aos operários e, por vezes, redigidos por eles, que constituíram, portanto, a principal fonte deste texto. É evidente, que aqueles que escrevem nesses jornais, constituem uma fração ínfima de militantes que dominam, com maior ou menor desenvoltura, os códigos da cultura letrada, entre os quais o uso de referências a exemplos e autores estrangeiros. Para usar uma terminologia gramsciana que ainda me parece adequada para descrever esse grupo: eles constituem os “intelectuais orgânicos” do operariado.

A seleção de determinadas referências ao invés de outras é um aspecto que merece reflexão. Diversas hipóteses podem ser aventadas para explicar esse processo, entretanto, são sempre de difícil demonstração. Há fatores que certamente são determinantes, a exemplo, da língua em que esses autores que servem de referência publicaram. Como é sabido no Brasil do século XIX e parte significativa do século seguinte, a língua de comunicação com o mundo é o francês. A tal ponto que causava espanto em mais de um visitante estrangeiro, o peso daquela língua. Louis-Xavier de Ricard, poeta socialista francês, que editou o jornal *Le Sud-Américain* no Rio de Janeiro, em 1885-1886, publica em seu jornal dados sobre as consultas de livros em bibliotecas públicas da corte, nos quais a consulta de títulos em francês vem logo depois das consultas em português e muito à frente das consultas de títulos em outras línguas. Os dados de consultas de obras de acordo com as línguas em que foram escritas para o primeiro semestre de 1885 na Biblioteca Nacional eram os seguintes:⁵

³ Cf. Georges HAUPT, *La Deuxième Internationale, 1889-1914: étude critique de sources, essai bibliographique*. Paris/Haia: Mouton, 1964, p. 102-3, 148.

⁴ Ambos os documentos foram publicados em Paulo Sérgio PINHEIRO e Michael M. HALL, *A classe operária no Brasil, 1889-1930: documentos*, vol. 1, *O movimento operário*, São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 26-32.

⁵ Louis-Xavier de RICARD, “Le Sud-Américain – Statistique de Rio de Janeiro”, *Le Sud-Américain*, Rio de Janeiro, 2 (28), 10/01/1886, p. 1.

Português	Francês	Inglês	Latim	Árabe	Italiano	Espanhol	Alemão
3739	2568	20	78	6	9	5	3

Esse quadro na Biblioteca Nacional se manteve inalterado no início da década seguinte, segundo levantamento realizado por Tania Bessone,⁶ ainda que chame a atenção a diminuição no número de consultas se comparado ao ano de 1885.

Livros por língua consultados na Biblioteca Nacional

Ano/Língua	Português	Francês	Inglês	Outros
1891	1.020	551	46	43
1892	807	474	30	30
1893	798	614	23	32
1894	562	526	28	45

Há casos, porém, de bibliotecas especializadas, como a da Escola Politécnica, em que a consulta a obras em francês supera a de obras em português.⁷ O crescimento do peso do inglês e, em menor grau, do alemão no início do século XX, não representou uma ameaça imediata ao predomínio do francês como principal língua estrangeira.

A ligação com a França representava mais do que o simples uso instrumental de uma língua de comunicação com o mundo, era uma adesão a aspectos e a valores da cultura francesa, como percebeu Georges Clemenceau ao visitar o Brasil, em 1910, e ser recebido no Senado com um discurso proferido em francês pelo presidente da casa, Quintino Bocaiúva:

Na emoção de sua palavra quando ele evoca a autoridade moral da França, o sentimos estreitamente ligado à Revolução Francesa. Assim estamos

⁶ Cf. Tania Maria BESSONE. *Palácios dos destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (col. "Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa", 11), 1999, p. 106.

⁷ *Ibid.*, p. 105.

em plena comunhão de espírito e de coração na grande corrente de pensamentos e de sentimentos que conduz os povos às formas superiores de justiça e de liberdade. É a França ainda que eu vou encontrar no Brasil [...] ⁸

Essa realidade é percebida pelos jornais voltados para os trabalhadores, assim em meio aos diversos discursos propugnando a educação técnica e formal do operariado, não falta também a percepção de que o aprendizado de língua estrangeira, isto é, do francês constituía uma necessidade. A percepção desse conhecimento de uma língua estrangeira para ter acesso ao mundo não era nova, ela já era expressa no jornal *O Artista*, de 1870:

A instrução geral de que precisa [o artista] é: saber ler, escrever e contar; conhecer uma língua estrangeira (1) para poder estudar a parte técnica de sua profissão, e acompanhar os progressos que esta faz nos outros países; que possa apreciar o movimento político do país; ajuizar do valor das leis que se decretam e o dos homens incumbido de confeccioná-las, de julgar segundo elas, e de fazê-las executar.⁹

A o texto da nota da passagem acima tornava ainda mais claras as razões para isso:

Em nosso país é preciso que conheça uma língua estrangeira, pois que não há em língua portuguesa obras escritas sobre as artes e a indústria e nem tampouco periódicos que se ocupem desse assunto.¹⁰

A presença de uma esmagadora maioria entre as referências a autores estrangeiros de franceses nas páginas *O Artista*, bem como nas dos seus congêneres, não deixa dúvida que por língua estrangeira entendia-se o francês.

De início as referências explicitamente políticas ao estrangeiro são mais raras, e quando ocorrem são politicamente moderadas. Os autores estrangei-

⁸ Georges CLEMENCEAU, *Notes de voyage dans l'Amérique du Sud : Argentine - Uruguay - Brésil*, Paris: Hachette, 1911, p. 210.

⁹ "O artista", *O Artista*, Rio de Janeiro, 3 (1), 27/11/1870, p. 1. A ortografia e a acentuação foi atualizada em todas as citações.

¹⁰ *Ibid.*

ros e situações políticas no exterior mencionados nos jornais voltados para os trabalhadores no período que precede à década de 1890 limitam-se à literatura (Lafontaine, Victor Hugo, E. T. A. Hoffmann, Lord Byron, Eugène Sue, Charles Deslys), à cultura clássica (Aristóteles, Sócrates, a mitologia grega), aos filósofos iluministas (Voltaire, Rousseau) e a republicanos oportunistas da terceira república francesa (Jules Simon, Eugène Pelletan). Uma exceção fica por conta de *O Socialista*, do Rio de Janeiro, jornal ligado ao clube de mesmo nome, que, a despeito de sua relativa moderação política, publicou notícias elogiosas sobre Max Hödel e Karl Nobiling,¹¹ que promoveram tentativas de assassinato contra o Imperador Guilherme I da Alemanha. Os sobrenomes dos dois frustrados regicidas foram inclusive adotados como pseudônimos pelos articulistas do jornal, que mantinham o anonimato. Não há elementos para atribuir ao jornal uma afinidade com o socialismo do tipo que seria promovido pelo SPD alemão, como sustenta Lincoln de Abreu Penna na trilha aberta por Evaldo da Silva Garcia.¹² Um dos raríssimos artigos assinados no jornal, o “Evangelho socialista”, pelo escritor Ernesto Castro (que também figurava entre os colaboradores do *Jornal das Famílias*),¹³ proclama sua adesão aos princípios de 1789.¹⁴ Há, sem dúvida, menções ao SPD e aos seus sucessos eleitorais ao falar do quadro da Alemanha e dos casos de Hödel e Nobiling, mas que não bastam para demonstrar uma adesão ao ideário daquele partido. A referência mais próxima de um autor socialista nesse jornal é Saint-Simon, que aparece associado a Rousseau na seguinte passagem:

Rousseau, fundamentando no seu Contrato Social a doutrina socialista resumiu-se em uma proposição: Todo homem tem direito a tudo que lhe é necessário; Saint Simon, afirmando a verdade da grande doutrina filosófica, afirma: A cada um segundo sua capacidade, a cada capacidade segundo suas obras.

¹¹ “Nobiling”, *O Socialista*, Rio de Janeiro, 1 (1), 20/7/1878, p. 2; “Um grande exemplo”, *O Socialista*, 1 (3), 3/8/1878, p. 1-2.

¹² Cf. Lincoln de Abreu PENNA, *Imprensa e política no Brasil: a militância política do proletariado*, Rio de Janeiro: E-papers, 2007, p. 11 n. 7; p. 23-4.

¹³ Cf. Alexandra Santos RIBEIRO, *Para além da amenidade: o Jornal das Famílias (1869-1878) e sua rede de produção*. Tese (Doutorado) - Campinas, UNICAMP/Instituto de Estudos da Linguagem, 2007, p. 70, 271.

¹⁴ Cf. Ernesto CASTRO, “Evangelho socialista”, *O Socialista*, 1 (7), 31/8/1878, p. 2.

Nestas duas proposições estão consagrados dois grandes princípios: 1º A negação da extrema desigualdade social; 2º A supressão da hereditariedade na família.¹⁵

A referência a exemplos internacionais ou a autores estrangeiros não necessariamente significava a adesão a um modelo ou declaração pública de uma filiação ideológica, podia ser uma mera ilustração de uma dada situação. Referências à mitologia e à história greco-romanas, a filósofos ou a literatos podiam servir apenas como demonstração de domínio sobre certas convenções da cultura letrada, particularmente importante no século XIX, quando os esforços da militância operária dirigiam-se para a valorização do trabalho manual e a obtenção de reconhecimento social. Isso talvez explique porque quase todos os jornais dirigidos ao operariado, nos anos 1870, voltavam-se para questões literárias, instrutivas e culturais e deixavam isso explícito em seus subtítulos: literário, instrutivo, recreativo e assim por diante.¹⁶ Entretanto, não devemos descartar que a insistência em objetivos culturais e literários fosse uma maneira de evitar eventuais problemas com as autoridades e uma forma de prudência política. Afinal, *O Socialista* do Rio de Janeiro, um dos únicos a explicitar questões de natureza política, a despeito de seu subtítulo igualmente pouco ameaçador (Órgão de um club, jornal político, chistoso e comercial), viu seus vendedores serem submetidos a todo tipo de arbitrariedade por parte da polícia da corte e depois dos artigos simpáticos a Hödel e a Nobiling, o Club Socialista que representava viu-se na obrigação de emitir uma nota distanciando-se de qualquer apoio ao magnicídio.¹⁷

Referências a autores estrangeiros eram tão frequentes nas páginas dos jornais operários das últimas décadas do oitocentos que sua ausência chama a atenção para alguns casos. Na corte a *Gazeta Operaria*, órgão dedicado especialmente aos interesses dos artistas e operários, publicado em 1881, fazia apenas

¹⁵ "O Socialista: Questões de doutrina", *O Socialista*, 1 (7), 31/8/1878, p. 1.

¹⁶ Por exemplo: *O Typographo*, Jornal litterario e instructivo, Desterro, 1872; *O Trabalho*, Orgam typographico, jornal litterario e noticioso, São Paulo, 1876-1877; *O Proletario*, Hebdomadario artistico, litterario e recreativo, Rio de Janeiro, 1877-1878 (que mudaria depois para Orgão dos operarios, critico litterario e recreativo); *O Trabalho*, Revista historica, litteraria e scientifica de artes e officios, exclusivamente consagrado aos interesses das classes operarias, Rio de Janeiro, 1879; *O Operario*, Periodico litterario e noticioso, Desterro, 1881; *O Trabalho*, Periodico noticioso e litterario, Sorocaba, 1882; *Typographo*, Orgão litterario, Desterro, 1888.

¹⁷ "Cidadãos" *O Socialista*, 1 (6), 24/08/1878, p. 2; "Gazetilha: protesto", *O Socialista*, 1 (7), 31/08/1878, p. 3.

referência eventual a Rousseau. Entre 1884 e 1885, a *Gazeta Operaria*, segunda época, possível continuação do periódico precedente, que trazia agora como subtítulo Órgão proletário do Rio de Janeiro, e deixava claro ser propriedade do tipógrafo J. F. da Veiga, criticava o governo, denunciava a arbitrariedade policial, fazia menções ao socialismo e à eventualidade de uma revolução, porém praticamente não continha nenhuma referência a autores que tivessem se debruçado sobre esses temas. Os únicos autores estrangeiros que constavam regularmente de suas páginas eram os que assinavam os folhetins publicados. Um deles era Félix Bodin, cujo *Resumo da história inglesa* foi publicado em capítulos. A despeito da propaganda que esse autor fazia do ensino mútuo, das caixas de poupança, dos montepios e dos asilos, a publicação de sua obra dificilmente poderia ser considerada uma referência política explícita. A única referência mais explícita, ainda que sob a forma de uma notícia neutra, foi uma pequena nota sobre a morte do “notável socialista francês” Jules Vallès.¹⁸ Uma possível explicação para a ausência de referência a autores com conotação claramente política é a conjuntura da primeira metade dos da década de 1880, marcada pela repressão que se seguiu à Revolta do Vintém, pelo arrefecimento da atividade oposicionista e por episódios de limitação à atividade da imprensa como o assassinato em 1883 do redator do jornal *O Corsário*, Apulcro de Castro.¹⁹

Nos anos 1890, as referências políticas tornaram-se frequentes e listas de autores, nem sempre compatíveis entre si, proliferam nas indicações para leitura feitas pelos jornais. Encontramos tais listas em jornais como *A Questão Social* de Santos ou *O Socialista* de São Paulo.²⁰ Nelas constam, quase sempre em francês, no caso daquelas que não foram originalmente escritas em português, obras dos seguintes autores: Karl Marx, Friedrich Engels, August Bebel, Paul Lafargue, Gabriel Deville, Ferdinand Lassalle, Benoît Malon, Jules Guesde, Sebastião Magalhães Lima, César De Paepe, Panayotis Argyriadès, Filippo Turati, Enrico Ferri, Cesare Lombroso, Oliveira Martins, Eugenio George, e mesmo Edmondo De Amicis. Nas listas dos dois jornais os únicos nomes repetidos são os de Marx e Malon. Todavia, há uma evidente diferença entre essas suges-

¹⁸ “Julio Vallès”, *Gazeta Operaria*, 2ª época, 2 (8), 19/02/1885 p. 3.

¹⁹ Sobre esse episódio ver June E. HAHNER, *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil, 1870-1920*, trad. de Cecy Ramires Maduro, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993, p. 72-4.

²⁰ “O Centro Socialista recommenda a leitura dos livros desta lista e que são encontrados em sua bibliotheca”, *A Questão Social*, Santos, 1 (3), 15/10/1895, p. 8; “Pela instrução”, *O Socialista*, São Paulo, 3 (68), 14/08/1898, p. 4.

tões aparentemente heterogêneas de leituras, ainda que todas dentro do campo do socialismo, e a orientação que prevalece nos jornais. Ambos expressam a leitura dominante no Brasil do socialismo entre os últimos anos do século XIX e primeiros anos do século seguinte, também presente em outros periódicos como *Echo Operario* (1896-1899, 1901) de Rio Grande, a *Aurora Social* (1901-1907) do Recife ou a *Gazeta Operaria* (1902-1903, 1906) do Rio de Janeiro; leitura capaz de juntar Marx e Malon, sob a ótica de Ferri, como indica a passagem abaixo que atribui ao socialismo científico a seguinte filiação:

Os inspiradores desta concepção positiva do socialismo foram Carlos Marx, Fernando Lassalle, Frederico Engels, Benoit Malon.²¹

Não faltam exemplos de amalgamas de autores e teorias contraditórios nas páginas da imprensa operária. O jornal *O Trabalho*, órgão do Partido de Operários e Artistas do Pará, que circulou entre 1901 e 1904, fazia referências a anarquistas como Jean Grave e Neno Vasco, mas também a Marx, Malon, Deville, Jaurès.²²

Convém, porém, ressaltar que essa junção de autores diversos não pode ser atribuída à confusão ideológica vigente nos trópicos, àquilo que José Murilo de Carvalho batizou de “maxixe do republicano doido”²³ ao tratar das correntes ideológicas na capital federal na última década do século XIX. Foram provavelmente os socialistas italianos do Partido Operário Italiano, 1880-1890, que estaria na origem mais tarde com outras organizações do Partido Socialista Italiano, os primeiros a estabelecer o binômio Marx e Malon.²⁴ Portanto, não há originalidade na interpretação brasileira, já que encontra paralelo em outros contextos. O contato próximo entre José Ingenieros e vários dos colaboradores dos jornais socialistas mencionados acima, particularmente com a redação de o *Echo Operário*, torna plausível que Ingenieros tenha sido um dos

²¹ “Socialismo Científico”, *O Socialista*, 3 (62), 3/07/1898, p. 1.

²² Cf. Vicente SALLES, *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos. Capítulos da história do Pará*. Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 79-82.

²³ José Murilo de CARVALHO, *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 24.

²⁴ Sobre Malon e o socialismo italiano ver Letterio BRIGUGLIO, *Benoît Malon e il socialismo in Italia*, Pádua: Centro per la Storia del Movimento Operaio nel Veneto/Tipografia Antoniana, 1979. Sobre o Partido Operário Italiano ver Maria Grazia MERIGGI, *Il Partito Operaio Italiano. Attività rivendicativa formazione e cultura dei militanti in Lombardia (1880-1890)*, Milão: Franco Angeli, 1985.

difusores dessa concepção no Brasil.²⁵ Filho de Salvatore Ingegneros Napoletano, com quem Malon colaborara durante seu exílio italiano nos anos 1870 no jornal *Il Povero* de Palermo, Ingenieros conhecia de perto as concepções vigentes entre os socialistas italianos.

Os autores citados e o peso de cada um deles nos jornais operários da última década do século XIX e os dos primeiros anos do século XX, têm uma dupla função: servem de argumento de autoridade à medida que são citados no contexto de determinadas discussões e, ao mesmo tempo, revelam uma afinidade política entre aqueles que os citam e os autores citados. É evidente que a compreensão e consequentemente o uso feito dos autores citados é muitas vezes parcial e até distorcida. Por exemplo, à medida que poucos liam alemão, o socialismo alemão e particularmente as obras de Marx e Engels, chegaram ao Brasil em traduções francesas e muitas vezes por meio de vulgarizadores, que ofereciam versões simplificadas das obras originais, caso do popular resumo do *Capital* de Gabriel Deville, *Le Capital de Karl Marx, résumé et accompagné d'un aperçu sur le socialisme scientifique*, (Paris, 1883). Ainda, que a compreensão do original estivesse comprometida isso não muda o fato de que Marx fosse relativamente conhecido e citado no Brasil, mesmo que fosse o Marx de Deville. O que, aliás, não é muito diferente da situação francesa e de outras.

Há, ainda, outras situações em que a referência internacional desempenha um papel, um deles é para possibilitar a comparação. O discurso em torno do “atraso” do operariado brasileiro, quando confrontado ao caráter “adiantado” de seu congêneres europeu, foi recorrente no movimento operário brasileiro desde os seus primórdios. Essa comparação entre Europa e Brasil não raro acaba por tornar-se uma comparação entre o operariado nacional e o imigrante estrangeiro. A comparação aparece de forma implícita em passagens do já mencionado relatório redigidos pelos operários de língua alemã e enviados ao Congresso da Internacional Socialista de 1893, em Zurique. Para tornar-se explícita no relatório enviado pelo mesmo grupo ao Congresso da

²⁵ Cf. Margar [pseud. de Mariano Garcia], “Capital Federal (Correspondencia)”, *Echo Operario*, 3 (98), 7/08/1898, p. 3; Benito Bisso SCHMIDT, *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*, Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 77-8.

Internacional Socialista de 1896, em Londres, com momentos que pouco ficam a dever a Louis de Couty.

Nós nos encontramos portanto num país dotado, como poucos, de tantas riquezas naturais, mas cujo povo foi infelizmente durante muito tempo submetido a um clero despótico, e guarda ainda a lembrança da escravidão. O povo é incapaz, a curto prazo, de tomar a iniciativa de uma reorganização política [...]

Nessas condições, ninguém ficará espantado se declararmos que o movimento operário brasileiro é dos mais modestos, pelo menos segundo as concepções européias. Até uma data recente, a única organização social-democrata em São Paulo era a Associação Geral dos Trabalhadores [Allgemeiner Arbeiterverein] que elaborou o presente relatório. Falando muito concretamente, ela continuava a ser a única, pois as associações social-democratas brasileiras que se formaram aqui e em Santos não podem ser consideradas como verdadeiras organizações operárias, apesar de seus líderes, saídos da burguesia esclarecida, se esforçarem por difundir as idéias socialistas no povo.²⁶

A comparação aparece de forma explícita sob a pluma do médico socialista baiano, radicado em São Paulo, Estevam Estrella, que chega a estabelecer uma hierarquia entre os trabalhadores nacionais e os de diferentes origens de imigrantes. Essa comparação, nos limites do racismo, faz descrições pouco lisonjeiras de todos os grupos, com exceção dos alemães, aos quais atribui virtudes organizativas únicas, fruto certamente da impressão causada sobre o autor da experiência da Allgemeiner Arbeiterverein de São Paulo. A título de exemplo, vejamos apenas as descrições do proletariado nacional e os de origem alemã:

O elemento proletário nacional é composto de pretos (ex-escravos), mulatos, mestiços e mamelucos. Este elemento é abundante nos Estados do Norte do Brasil, isto é, da Bahia até o Amazonas [...]

²⁶ PINHEIRO e HALL, *op. cit.*, p. 31-2.

O atavismo do chicote e o aviltamento moral causado pelos horrores da escravidão são fatores poderosos que atuam sobre a educação cívica da massa proletária, desta *canalha* sem brio, da *ralé*, *la prebaglia*, como lhe chama a burguesia em geral.

O operariado nacional é completamente indolente e por muitos anos quiçá... não entrará em luta consciente com os seus opressores [...]

O alemão avulta mais nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e S. Paulo. Devido à raça e língua, torna-se um povo reconcentrado, sóbrio.

Gente muito boa, costumes nobres, porém demasiadamente frios, verdadeira antítese com os latinos.

Mesmo assim o operariado alemão em qualquer parte que esteja, forma grupos e faz a propaganda do socialismo - marxista.²⁷

Estrella estava longe de ser um caso isolado ao traçar esse quadro, como podemos ver no diagnóstico feito pelo tipógrafo português Mota Assunção:

[...] a Republica encontrou aqui um proletariado atrasadissimo, a um ou dois seculos de distancia do proletariado europeu. Na parte indigena – pretos, mulatos e brancos – predominava a subservencia da escravidão, abolida havia um ano; porque os habitos e tradições daquele nefasto regime não se limitava às suas presas diretas: refletiam-se como ainda hoje se refletem, sobre todos os que trabalham para outrem.²⁸

Voltemos, ainda, ao aspecto já mencionado da referência internacional como modelo, que por vezes pode ser confundido com a comparação, afinal a comparação entre a classe operária “atrasada” e a “avançada”, implicitamente adota essa última como paradigma. Entretanto, a adoção do modelo de referência aparece de forma mais acabada quando é explicitado, torna-se um

²⁷ Estevam Estrella, "Republica Social V", *Aurora Social*, 1 (16), 15/12/1901, p. 2.

²⁸ Mota ASSUNÇÃO, "A questão social no Brasil II", *A Vanguarda*, 1 (4), 25/07/1911, p. 1.

tipo ideal. Um dado modelo de organização partidária ou de estrutura sindical que servem de inspiração e de horizonte para os militantes brasileiros.

Um dos casos mais curiosos de uso de um autor estrangeiro para legitimar posicionamentos políticos foi protagonizado por dirigentes da Associação Gráfica do Rio de Janeiro em 1920. No processo de preparação para o 3º Congresso Operário Brasileiro, a realizar-se de 15 a 20 de abril de 1920, a AGRJ elaborou um conjunto de teses a serem apresentadas, sob o título “Neutralidade sindical”. Em linhas gerais as teses sustentavam que toda política partidária deveria ficar fora dos sindicatos, entendendo por política partidária não apenas aquela originada de partidos políticos, mas também a política de correntes ideológicas como o anarquismo. Essas teses e diversos artigos publicados no jornal da associação, *O Graphico*, levavam a crer que essas posições provinham do professor de filosofia francês, Félicien Challaye, no seu livro amplamente citado pelos gráficos cariocas *O Sindicalismo: o sindicalismo revolucionário, o sindicalismo reformista*, na tradução portuguesa de 1912.²⁹ No entanto, Challaye não era um teórico do sindicalismo. Na realidade seu livro era um texto informativo sobre as duas correntes dominantes no sindicalismo Frances, com diversas citações de representantes dessas correntes. As citações do livro, supostamente do próprio de Challaye de acordo com a AGRJ, eram na realidade do socialista Albert Thomas e o próprio título das teses da associação dos gráficos cariocas para o 3º Congresso “neutralidade sindical” foi extraído de artigo de Thomas, citado no livro, publicado na *Revue Syndicaliste* em outubro de 1907. Qual a razão dessa impostura?

As primeiras citações de Challaye em *O Graphico* datam de 1917,³⁰ portanto muito antes da organização do 3º Congresso estar em andamento. Seu livro é sempre mencionado sem os subtítulos, ou seja, apenas como *O Sindicalismo*, o que propiciava confusão com o livro homônimo do sindicalista revolucionário italiano, Enrico Leone, cuja tradução estava a venda no Brasil.³¹ Nem a versão original do livro de Challaye, nem tampouco a tradução portuguesa possibilitam ao leitor a confusão entre o texto do autor e as citações de

²⁹ Félicien CHALLAYE, *O sindicalismo: sindicalismo revolucionário, sindicalismo reformista*, Trad. de Manuel Ribeira, Lisboa: J. Rodrigues Castello (col. "Biblioteca Social Contemporanea), 1912. A edição original francesa tinha por título *Syndicalisme révolutionnaire et syndicalisme réformiste*, Paris: F. Alcan, 1909.

³⁰ "A jornada de oito horas", *O Graphico*, Rio de Janeiro, (33), 1º/05/1917.

³¹ "Livros à venda", *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 8 (68), 5/03/1915, p. 4.

outros a que recorre. Albert Thomas nesse momento tinha se tornado o Ministro do Armamento da França, imersa na Primeira Guerra Mundial, citá-lo, como argumento de autoridade, para sustentar as posições de alguns membros da direção da AGRJ, que tinha os anarquistas na oposição, certamente seria um erro político. Isso evidencia que a impostura é intencional, mas para que funcionasse era preciso que o texto que o livro de Challaye tanto no original, como na tradução fosse um texto razoavelmente desconhecido. Na obra do autor, que mais tarde se tornaria célebre como anticolonialista e pacifista, com diversos livros de sucesso sobre temas como as grandes religiões, as escolas filosóficas, etc., o livro em questão é de importância menor e frequentemente esquecido nas notícias biográficas sobre ele. Edgard Leuenroth possuía um exemplar da tradução portuguesa em sua biblioteca, mas é possível que na época não se tenha dado conta da impostura ou, quem sabe, preferiu não criar dificuldades para seu irmão João Leuenroth, que presidiu a AGRJ de 1915 a 1918.

Ao longo deste texto procurei explorar as diversas maneiras através das quais a dimensão internacional aparece no discurso do movimento operário brasileiro, particularmente por meio dos jornais, e os variados usos que são feitos dessa dimensão. O aspecto central que pretendi enfatizar é que a dimensão internacional por meio de referências, comparações, modelos, é inseparável do movimento operário no período abordado mesmo quando as ligações orgânicas inexistem.

Trabalho, Controle e Resistência: Os portuários de capatazia riograndinos na luta por direitos (1959-1969)

Edgar Ávila Gandra (UFPEL)

Lidiane E. Friderichs (UFPEL)

Os portuários riograndinos possuíam a função básica de transporte e manutenção de cargas no cais do porto de Rio Grande, através da atividade braçal denominada *capatazia*. Realizavam um trabalho similar ao desenvolvido pelos estivadores, porém a bordo dos navios. Atuavam também como serventes no refeitório e nos armazéns, desempenhando uma infinidade de tarefas, desde a limpeza até os serviços de escritório. O Porto de Rio Grande empregava, neste tipo de serviço, entre 1959 e 1969, em torno de um mil e duzentos operários que atuavam como diaristas avulsos, trabalhando apenas quando havia necessidade de seus préstimos. A utilização de um grande número de operários nos serviços de operação do Porto está relacionada à pequena automação do mesmo, tornando necessária a força humana no desenvolvimento de todas as tarefas, pois:

[...] na indústria portuária essa é a forma predominante do trabalho, por ser um setor onde, apesar da presença do capital se observar em grande escala, a divisão técnica do trabalho e a maquinaria ocupam um papel pouco significativo.¹

Alguns autores afirmam que os operários que exercem atividades musculares, como é o caso dos estivadores e portuários, geralmente são estigmatizados pela sociedade: “O trabalho no porto, instável e pesadíssimo, tem sido classificado como um daqueles em que as chamadas “classes laborieuses”, confundem-se com as “classes dangereuses”.² Endossando essa posição, Ingrid Sarti ressalta:

¹ SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos – direito e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 27.

² OLIVEIRA, Carlos Alberto de. *Quem é do mar não enjoa: os estivadores de Rio Grande nos anos de 1960*. Assim, AP, 1995. Projeto de Tese (doutorado). Universidade Estadual de São Paulo/UNESP, 1995, p. 4.

[...] uma certa imagem predomina nos círculos acadêmicos e é extrapolada para a sociedade. Trata-se do operário que exerce sua força muscular dentro do esquema de corporação sindical mantida pela corrupção de uma liderança mafiosa como a que Elia Kazan registrou em seu “clássico” do cinema, ‘On the Waterfront’.³

No caso específico do operário das docas de Rio Grande, essa estigmatização possuía uma profunda relação com o seu notável estado de miserabilidade. Os portuários, como já mencionamos, possuíam precárias condições de vida, sejam em relação à moradia, à alimentação ou ao vestuário. Prestavam qualquer tipo de serviço braçal, a fim de minimizar a pobreza. Os próprios trabalhadores reconhecem que a sua pobreza atraía a desconfiança da classe abastada, que os consideravam potencialmente capazes de violências e furtos. “Neste sentido, são recorrentes nos periódicos locais de Rio Grande, as notícias sobre o perigoso bairro Getúlio Vargas, moradia da maioria dos portuários, local considerado um antro de toda espécie de gente, e que deveria ser evitado”.⁴

Os portuários contavam com um sistema de vigilância próprio, efetuado pela Guarda Portuária. Sobre ela, destacamos, que era uma organização estatal, onde os funcionários eram concursados do Departamento de Portos, Rios e Canais (DEPREC) e possuíam poder de polícia dentro das dependências do Porto de Rio Grande, sendo destacado pelos trabalhadores, sua ação repressiva, bem como, a existência de uma Cadeia dentro do Porto.⁵ Para controlar e disciplinar os portuários a Guarda portuária possuía um efetivo que oscilava em torno de 60 homens que, em caso de necessidade (greves por exemplo), podiam solicitar apoio da brigada militar e da Marinha do Brasil, o que de fato fizeram em vários momentos. Regina Célia Pedroso constatou que mesmo nos momentos em que o Estado brasileiro tem sido classificado como democrático, existe a persistência da concepção da polícia como instrumento de manutenção da ordem e preservação da segurança.⁶

³ SARTI, Ingrid. *O porto vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 13.

⁴ GANDRA, Edgar Ávila. *O cais da resistência. A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969*. Cruz Alta, UNICRUZ, 1999.

⁵ Idem.

⁶ PEDROSO, Regina Célia. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2005.

O alto grau de exploração percebido pelos operários das docas permite entender o elevado volume de abandono de emprego. A maioria dos operários das docas aguardavam apenas uma oportunidade para desenvolver outras atividades, que lhes propiciassem melhores condições de trabalho e de remuneração. A consciência da sua exploração também se manifestava na sua relação com os capatazes da administração portuária de Rio Grande e entre eles próprios, pois era marcada por conflitos e violências. Agressões físicas e verbais eram comuns e estavam ligadas geralmente às condições de trabalho. Esse clima motivou a criação, no Porto, de uma cadeia para os indisciplinados. Exemplificamos com as palavras de Antônio Nailem Espíndola:

[...] então um companheiro que era da minha escala por sinal, estava em cima do lote de couro, arriando, que pegava entre dois e jogavam lá em baixo, [para que] os que estavam lá em baixo colocarem no carrinho e empurrar [...] até a beira do cais para os que estavam lá fazerem a lingada, e aí [...] subiu o capataz e reclamou que ele estava demorando. E o coitado do rapaz, ali trabalhando que nem um animal e [irritou-se com] o capataz, que chamavam de Cavanhaque. O rapaz deu-lhe um soco no meio dos olhos e ele rolou. Prenderam o cara porque naquela época, inclusive, tinha presídio dentro do porto. Tinha o chefe da guarda que se chamava Campos [...] então o tiraram o rapaz dali já preso, detiveram o rapaz [por] 72 horas no xadrez [...] lá dentro para qualquer coisa que o trabalhador discutia, já vinham dois e algemavam e levavam para o xadrez [...].⁷

A Guarda portuária zelava pelo controle e disciplina do trabalho no Porto de Rio Grande, que eram ininterruptas ao longo do dia. Logo, havia um rodízio no horário de serviço do trabalhador portuário. Quando em escala, era das sete horas às onze e trinta; das treze e trinta às dezessete horas e das dezessete às dezenove. E posteriormente, havia uma “chamada” quando tinha serviço no “Porto Velho” da cidade do Rio Grande. Para trabalhar das dezenove e trinta às vinte e quatro horas; ou das dezenove e trinta às quatro

⁷ Entrevista realizada por Edgar Ávila Gandra, em 25 de fevereiro de 1997.

horas; ou das dezenove e trinta às sete horas da manhã. Destacamos que, mesmo após dez horas de trabalho, muitos operários permaneciam no cais na expectativa da *chamada* do turno da noite, pois este se constituía em pagamento de horas extras. Na medida em que o valor da diária estava aquém das suas necessidades, situação agravada com o atraso dos pagamentos, as horas extras complementavam o salário. Em uma nota, o *Jornal Rio Grande*, assim avalia a situação dos portuários:

Reina descontentamento nos meios portuários desta cidade em vista do atraso verificado nos pagamentos de ordenados referentes ao mês de julho.[...] O atraso dos pagamentos já está acarretando dificuldades aos funcionários portuários, os quais se mostram revoltados com o descaso da administração estadual e estão tomando providências para que seu problema encontre a devida solução.⁸

Com relação aos baixos vencimentos dos obreiros do cais, a administração do porto promovia uma confusão premeditada, não adotando nenhum padrão para vincular os vencimentos dos mesmos e utilizando-se do caráter avulso dos portuários para lhes negar aumento de salários. Esta situação foi possível pelo fato dos trabalhadores estarem a serviço de um órgão público, mas não serem funcionários estatais. Essas questões geraram várias greves e tensões que obrigaram os trabalhadores portuários a se organizarem em uma entidade representativa para lutarem por seus direitos.

As difíceis condições de vida desta categoria propiciaram uma experiência em comum e motivaram a elaboração de uma identidade de classe que veio possibilitar a criação do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande. Hobsbawm reforça nossa afirmação:

[...] ficou historicamente comprovado que é difícil contestar e impedir a consciência de classe, já que ela surge natural e logicamente da condição proletária, pelo menos na forma elementar de consciência sindical, isto é, o reconhecimento de que trabalhadores como tais precisam organizar-se cole-

⁸ *Jornal Rio Grande*, nº 199. Rio Grande, 7 ago. 1959, p. 8.

tivamente contra os empregadores, a fim de defender e melhorar suas condições como operários assalariados.⁹

Resistindo às adversidades do mundo do trabalho, procuraram se organizar em uma entidade, que os representasse, constituindo, após várias lutas, uma associação de classe que, posteriormente, se transformou no Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Capatazia de Rio Grande. Na época ser sindicalizado abria a possibilidade de inúmeros direitos. Com a transformação da associação em Sindicato, em 2 de abril de 1960, contando oficialmente com 441 filiados, os militantes da categoria continuaram a desempenhar importante papel reivindicatório, conseguindo a regulamentação de vários direitos para os trabalhadores. Dentre estes, temos o da taxa de produção e a da organização da jornada de trabalho e o do acordo que obrigava a administração do DEPREC do Rio Grande do Sul a utilizar, prioritariamente, a mão-de-obra dos sindicalizados.

Convém aqui refletirmos sobre a relevância desses direitos para a vida dos portuários. A regulamentação do período de serviço e a preferência por mão-de-obra sindicalizada acabavam com as maiores preocupações da categoria, pois tornava possível a organização da jornada de trabalho e garantia ao obreiro, mesmo que este não estivesse na escala de serviço, um salário mensal de, pelo menos, 25 diárias, o que lhe propiciava melhores condições de vida. Com referência a essas conquistas, o suplemento *O peixeiro*, do jornal *Agora*, de Rio Grande, publicou a seguinte nota:

Percebendo que a história não está adaptada à realidade local, Alves aponta que os rio-grandinos desconhecem, por exemplo, que dois moradores de Rio Grande tiveram papel preponderante na mudança de rumos para os trabalhadores de portos brasileiros. Um é o próprio Dinarte [presidente do Sindicato dos Portuários na época] que, em acordo realizado no Rio de Janeiro, em 1960, através de grupo interministerial, onde ele representava os portuários de todo o país, conseguiu para a categoria avanços como

⁹ HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 88.

30 dias de férias em dobro, abono de Natal, abono de família, adicional por tempo de serviço e um salário básico para cada aposentado, independente dos vencimentos recebidos pela Previdência Social. Outra figura de destaque foi o já falecido João Batista de Paula Ramos, ex-presidente do Sindicato dos Estivadores, autor intelectual dos artigos 285 a 289 da CLT, que implantou o serviço de produção para todos os portos brasileiros.¹⁰

Destacamos que esse artigo também possibilita avaliar que, já em 1960, os militantes portuários de Rio Grande encontravam-se no mesmo patamar de seus colegas pertencentes aos demais sindicatos do país. O salário-produção possibilitou um grande aumento nos vencimentos dos portuários. Nas palavras de Cristóvão Barbosa dos Santos:

[...] existia uma taxa de produção e como o volume de produção era muito alto, está me entendendo?! [...] o salário do trabalhador passou [comparativamente], digamos, de 42 reais por dia, às vezes para 400 reais por dia. Gerava aquela controvérsia, aquela ciumeira, diziam assim, “trabalhador portuário da beira do cais do porto de Rio Grande está ganhando tanto como o governador”.¹¹

Antes estigmatizados pela pobreza, agora o serão pela boa remuneração. Com todas essas conquistas, o Sindicato passou a ter maior credibilidade entre os operários da categoria, sendo reconhecida sua importância para a melhoria de vida que experimentavam. O número de membros da entidade aumentou, bem como a sua participação nos debates promovidos pelos ativistas da mesma. Na fala de José dos Santos Leal: “... eu acho, se não tiver um retorno financeiro, não há sindicato que sobreviva. Então, depois que começou a vir o retorno financeiro, inclusive aqueles que já falei, que eram chamados rebeldes, pegaram a vir [para o Sindicato] e teve gente que trabalhou bastante pelo sindicato”.¹²

¹⁰ *Agora*, nº 4247. Rio Grande, 25 fev. 1990, p. 4.

¹¹ Entrevista realizada por Edgar Avila Gandra, em 17 de fevereiro de 1997.

¹² Entrevista realizada por Edgar Avila Gandra, em 20 de fevereiro de 1997.

Observamos que a união dos portuários riograndinos favoreceu a melhoria de vida dos mesmos e uma unidade de ação para resistir às adversidades do mundo do trabalho. Essa resistência assumiu várias formas, afinal como afirma Marilena Chauí, a “[...] resistência[...] pode ser difusa – na irreverência do humor anônimo percorre as ruas, muros da cidade – quanto localizada em ações coletivas ou grupais”.¹³ A obra de Chauí ainda nos permite afirmar que a resistênciatanto pode ser deliberada, como espontânea, assumindo uma postura multifacetária, e possibilitando uma melhor apreensão das várias formas de resistências, que os militantes portuários de Rio Grande elaboraram fazendo frente à realidade por eles vivenciada.

Juntamente com a ideia de resistência formulada por Chauí, visualizamos outro conceito importante para refletirmos a cerca de como os portuários riograndinos contam e interpretam sua história: a Memória. De acordo com Portelli, os relatos humanos, “acompanham o tempo, crescem com o tempo e se decompõem com o tempo”, assim como suas versões mudam “quando elas próprias mudam”.¹⁴ Compreendemos assim, que a memória é mutante e está em contínua negociação entre o passado e o presente para a constituição de uma identidade individual ou grupal, sendo ela uma mescla de interferências, acréscimos e subtrações que variam de acordo com os diferentes meios sociais que pertencemos.

A memória sobre a ditadura civil-militar se mostrou bastante difícil de ser trabalhada, visto que ela foi, e pode-se dizer que ainda é, confinada ao silêncio e ao esquecimento. Lidar com a memória de acontecimentos traumáticos, que muitas vezes contém violência física ou psíquica, é mexer com um passado pouco resolvido e discutido, no entanto, como afirma Michael Pollack, “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente impõe ao excesso de discursos oficiais”.¹⁵ Anda de acordo com Pollack podemos definir que,

¹³ CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 63.

¹⁴ PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na História Oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d' Água, 2000. p. 298.

¹⁵ POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989, p. 3.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos [...]. A referência ao passado serve para manter a coesão os grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis.¹⁶

A capacidade de resistência e identificação de interesses dos portuários riograndinos foi duramente testada com o advento do golpe civil-militar de 1964. Estando o presidente do sindicato no Rio de Janeiro, quem respondia pelos portuários era seu vice-presidente, Antônio Nailem Espíndola, que teceu o seguinte relato.

[...] o estouro foi trinta e um de março de noite e no outro dia, quando me acordei e liguei o rádio e estava dando, inclusive, que o porto estava sendo guarnecido pela Brigada Militar. Explicando que o governo tinha sido deposto. [...] Quando eu cheguei, encontrei o presidente da estiva que já estava lá e ele me disse que derrubaram o governo e nós vamos ter que ver, porque nós não vamos poder trabalhar. E quem estava no comando da Brigada Militar era o capitão Leão, que me disse que eles só estavam lá cumprindo ordem do comandante geral da Brigada Militar, para dar proteção ao porto: “nós não viemos aqui para atacar o trabalhador, não estamos contra os trabalhadores [...]”. Então, nos reunimos, eu, o presidente dos conferentes da época e o Carnaval [presidente da estiva Elmo Simões]. [...] Decidimos ali rápido na rua, o que cada um deveria ir para sua distribuição de trabalho, que não havia trabalho ate resolver o problema [impedir o golpe].¹⁷

¹⁶ Idem, p. 7.

¹⁷ Entrevista realizada por Edgar Avila Gandra, em 25 de fevereiro de 1997.

Além da paralisação das suas atividades no porto, outra forma de resistência empregada pelos obreiros das docas foi a adesão de muitos aos comitês de resistência ao Golpe de 1964. Na cidade do Rio Grande, desde o primeiro momento, começaram a circular listas para a inscrição de voluntários para enfrentar os golpistas. No depoimento de Farydo Salomão, então prefeito de Rio Grande – RS, eleito pelo PTB e apoiador de João Goulart: “[...] quando nós abrimos o voluntariado, muitos companheiros [...] estavam prontos para arrancar daqui para Porto Alegre”.¹⁸ Milhares de trabalhadores riograndinos mobilizaram-se em defesa do governo Goulart, chegando a impedir a circulação, em 2 de abril de 1964, do porta-voz dos conservadores comprometidos com o golpe no município, o *Jornal Rio Grande*. Um artigo denominado de “Violência Sindical” retrata esse episódio:

O jornal Rio Grande não circulou no dia de ontem. E isso porque ainda vivíamos no regime da anarquia e da estupidez fomos vítimas de uma violência e contra ela protestamos com vigor. [...] Procurando sustentar o dispositivo Brizolista, o espúrio Comando Geral de Greve, ontem pela manhã concitou os trabalhadores a deixarem os locais de trabalho em manifestações de solidariedade aquele que havia sido deposto pelas forças armadas. [...] Esperamos que fatos deploráveis como o que ocorreu ontem não se reproduzam [...] Basta de greves políticas, basta de Anarquia!¹⁹

Observamos que nem todos os portuários se dispuseram ao enfrentamento com os golpistas. Neste sentido, novamente recorremos ao depoimento de Hélio Soares: “Olha era assim, é bom, é ruim, presta não presta, foi assim uns do lado outros contra, ficaram divididos [...]”.²⁰ Contudo, podemos afirmar, através da análise das entrevistas, que a grande maioria foi contrária ao golpe de 31 de março. Diante da capitulação do governo Goulart, os portuários e demais trabalhadores abortaram a resistência. Decepcionaram-se com a atitude da administração que apoiavam. Na interpretação de Espíndola: “Infelizmente, depois tivemos que recuar, quando vimos que o governo estava deposto e começamos a escutar no rádio que o Brizola tinha

¹⁸ Entrevista depositada no Núcleo de Documentação História - FURG.

¹⁹ *Jornal rio Grande*, nº 92. Rio Grande, 3 abr. 1964, p. 1.

²⁰ Entrevista realizada por Edgar Ávila Gandra, em 21 de fevereiro de 1997.

ido junto com o João Goulart para o Uruguai. Então naquele dia não teve trabalho, mas no outro dia tivemos que voltar ao trabalho”.²¹

A historiografia tende a minimizar as resistências dos trabalhadores ao golpe de 1964; afirmando que estavam atrelados ao governo de Goulart e, quando esse capitulou, foram facilmente desmobilizados,²² visto ser um movimento de cúpula, aspecto que não concordamos. Reconhecemos que a maior parte da classe operária brasileira estava desmobilizada, porém discordamos desta visão, pois, pelo menos neste objeto de estudo, os obreiros das docas de Rio Grande, este fenômeno não ocorreu. A militância portuária riograndina recebia, amplo respaldo de sua base. Os militantes portuários não poderiam ser caracterizada como “pelegos” e, que sua vinculação ao governo Goulart, motivava-se por inúmeros direitos conquistados na administração deste. Contudo, não hesitavam em se confrontar com o governo quando não atendida suas reivindicações.

Neste contexto, sua resistência em 1964 caracterizou-se, principalmente, pelo nível de consciência da necessidade de defenderem seus interesses. E, quanto às críticas de “fácil desmobilização”, podemos afirmar que a categoria não se desmobilizou, mas sim reorientou sua maneira de agir. Neste sentido, o golpe de 1964 pode ser visto como um momento de transição, da instalação forçosa de uma nova realidade para os trabalhadores portuários de Rio Grande, mas não de abandono da capacidade de resistência desses trabalhadores. O medo esteve presente no Sindicato desde a constatação da vitória do movimento de sublevação, imprimindo uma vigorosa mudança na vida desses militantes, tanto no aspecto público como no privado. Nas palavras de Hélio Amaro Soares, “[...] nós tínhamos medo era de uma repressão porque nós éramos, como vou te dizer, recém-nascidos em 1964, foi aquele baita choque: ai! Vão liquidar com nós!”

Diante das incertezas, alguns portuários preferiram abandonar a cidade, procurando escapar da repressão. O comentário de José dos Santos Leal é ilustrativo deste fato:

²¹ Entrevista realizada por Edgar Avila Gandra, em 25 de fevereiro de 1997.

²² Vide Jacob Gorender, Moniz Bandeira, Octávio Ianni, referenciados em nossa bibliografia.

[...]muitos saíram daqui da cidade, eu mesmo fui um que saiu da cidade. É para evitar complicação. Segundo, eu estava de férias e me avisaram que iam me prender, então eu me afastei, eu voltei e como eles não tinham nada contra mim, porque eu nunca fui fichado em partido político [...].²³

Os ativistas que fugiram conseguiram escapar da repressão imediata. Pelo contrário, os que permaneceram na militância, bem como os demais trabalhadores portuários sentiram, já nos primeiros momentos, as consequências de seu posicionamento legalista.

Os portuários que mantiveram suas atividades de trabalho, passaram a executar suas funções sob o estigma do medo. Os boatos sobre as possíveis prisões eram uma constante, circulando entre os trabalhadores e constituindo-se como um elemento novo da cotidianidade, inaugurando um novo período da vida sindical, que extrapolou para todo o corpo social.

O Estado criou um estigma que todo indivíduo estava passível de ser contaminado pela “ideologia vermelha”, todos eram inimigos e prováveis criminosos sociais ou políticos até que provassem sua inocência. Assim, qualquer contestação ao governo era rapidamente associada a um crime contra a Nação e punida como tal. Essa Ideologia Policial, que tem por finalidade controlar as massas “perigosas” da sociedade não é uma novidade imposta pelo governo civil-militar, tem de acordo com Regina Célia Pedroso, raízes que remontam o período colonial e vão se reformulando de período em período, tendo a prática repressiva adquirido certo caráter “normal” e “justo” na sociedade brasileira. Segundo Pedroso,

Este saber institucionalizado justificou a necessidade da utilização da força física como parte das ações preventivas e repressivas contra os inimigos da ordem, que foram associados a figuras maléficas, conspirativas e destruidoras do ordenamento social e político. Através do mito da ordem edificou-se o ideal de sociedade a ser alcançado.²⁴

²³ Entrevista realizada por Edgar Ávila Gandra, em 20 de fevereiro de 1997.

²⁴ Pedroso, op. cit., p. 94-95.

Essa concepção punitiva pode ser observada também com os portuários riogrnadinos, visto que dois dirigentes portuários foram presos, Dinarte Luz Alves e Antônio Nailem Espíndola e outros 26 trabalhadores sindicalizados foram demitidos. A prisão desses militantes demonstra a preocupação dos golpistas com os ativistas das docas. Devemos ter sempre presente, a importância do controle dessa estratégica categoria.

Sobre o encarceramento dos portuários são de extrema relevância os comentários de Antônio Nailem Espíndola:

Bom, eu fui preso dentro do porto quando cheguei a uma hora, de manhã, fui distribuir o trabalho. Estavam todos meio apreensivos porque diziam que iam ter prisões, porque nós havíamos resistido no início. Eu falei que não ia me esconder, que eu não tinha cometido crime algum. **O que eu fazia, no caso, defender o trabalhador.** Então, quando eu cheguei a uma hora, o inspetor Ernani Freire, que era o chefe da guarda do porto, aí ele me chamou e falou que o delegado regional queria falar comigo. Quando eu cheguei lá, ele me deu voz de prisão. Me disse: ‘você está preso por ordem do Ministro da Marinha’. Aí, eu pedi para me explicarem o motivo da minha prisão. Aí, ele disse que não tem nem explicação, mandou me examinar para ver se eu não tinha arma, e logo chegou um jipe e me levaram para o capitão, e ele me disse de novo: ‘você está preso em nome da lei’. E eu pedi porquê. Aí, ele me disse: ‘não tem explicação’. Me mandou para o navio Conopus, lá encontrei um pessoal da viação férrea e já começou a chegar mais gente, daí chegou Dinarte, Capitão Athaydes.²⁵

Nesse depoimento, além de reafirmar que a resistência dos portuários ocorreu motivada pela defesa de seus interesses, o entrevistado permite-nos refletir sobre duas outras questões. A primeira é que se evitou prender os militantes na presença de seus companheiros. E a segunda é que não expuseram os motivos de sua prisão. Tudo ocorrera num estilo que nos lembra a obra de Kafka. Isto demonstra, à priori, os aspectos que caracterizaram as

²⁵ Entrevista realizada por Edgar Avila Gandra, em 25 de fevereiro de 1997. [grifos nossos].

detenções no período da ditadura militar. Salientamos ainda que a sede do Sindicato foi invadida à procura de armas e material julgado de ordem subversiva. Contudo, antevedendo a ação repressiva dos golpistas e conscientes que tinham sido derrotados, os militantes portuários de Rio Grande incendiaram as atas e demais documentos, inviabilizando supostas provas de subversão. Essa atitude, além de demonstrar que os documentos no Sindicato comungavam com o antigo governo, revela, também, uma prática de resistência, pois negou aos vitoriosos informações sobre suas atividades políticas.

Neste contexto, os ativistas portuários, quando foram presos, sabiam que estavam sendo por serem contra a mencionada revolução, pois ser contrário ao advento golpista era ser subversivo. Aliás, sob o rótulo de subversivo e/ou comunista foram justificados todos os aprisionamentos e desaparecimentos da época, mesmo sem nenhuma prova.

Os encarcerados, que não se limitavam aos portuários, foram conduzidos inicialmente para o navio oceanográfico Canopus, da marinha brasileira. Além dos que já citamos, vários sindicalistas, vereadores como o capitão Athaydes Rodrigues e o próprio prefeito do município também foram presos. O cotidiano dos prisioneiros do navio Canopus era diferenciado. Enquanto figuras expressivas eram relativamente bem tratadas, pois tinham a possibilidade de passeios, assistir filmes e ler jornais e livros. Esse foi o caso do capitão Athaydes Rodrigues, já os “de abaixo”, ou seja, portuários e demais trabalhadores, não possuíam muitos privilégios, dormindo em espaços restritos e ali ficavam confinados, sem poder conversar, nem ler. Exemplificamos com os depoimentos do capitão Athaydes e do militante portuário Antônio Nailem Espíndola, respectivamente:

Chegamos a um camarote. Está vazio, isto é não vejo qualquer ocupante. [...] Tem um relativo conforto, e sobre uma escrivaninha, vejo um exemplar de ‘Os Sertões’. [...] Mal começo a leitura, quando o imediato retoma e convida-me a passar para a sala de armas; onde verei um filme. [...] Tomo conhecimento do regime carcerário. Podemos ler jornais e ouvir o rádio de bordo. As refeições são boas e três vezes por dia [...].²⁶

²⁶ RODRIGUES, Athaydes. *Agora Eu... A revolução de 1964 em Rio Grande*. Porto Alegre: Pallotti, 1980. p. 20-21.

No caso do portuário Antônio Espíndula as regras são duras. Como podemos observar no relato abaixo:

[...] nós fomos levados para o navio e daí fomos colocados ali, um monte de homens dentro de uma pecinha que tinha cinco metro quadrados, a gente dormia nuns beliches e a comida vinha para a gente, o vigia nos alcançava por uma frestinha. A pessoa não podia nem conversar, não podia ouvir rádio, não podia ler jornal, não podia se comunicar com a família.²⁷

A remoção para a capital gaúcha e o desembarque dos prisioneiros foi noticiado pelo *Jornal Rio Grande*, de 25 de abril de 1964. Em uma notícia de primeira página, aparecia o nome de todos, tornando pública sua condição de presos políticos.

A documentação oral e escrita que analisamos nos permite afirmar que mesmo estando detidos e enfrentando uma série de adversidades, os militantes portuários expressavam preocupação em manter seus empregos. Prova disso é a solicitação às autoridades por atestados que provassem que eles estavam afastados do trabalho obrigatoriamente, encontrando-se a disposição da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Os ativistas portuários ficaram detidos cinquenta e sete dias e, quando retornaram ao município de Rio Grande, já haviam sido demitidos. Tais demissões foram justificadas pelas suas participações em uma greve ocorrida em 1963. As verdadeiras razões das exclusões das atividades do porto ficaram, dessa forma, dissimuladas. Os operários das docas que permaneceram no exercício de suas funções no porto vivenciaram sua própria experiência no contexto do cotidiano marcado pelo medo. Mesmo afastados do cárcere, sofreram os mais diversos tipos de repressão.

No primeiro momento, o temor destes relacionava-se com o fechamento do Sindicato e a demissão de todos os trabalhadores sindicalizados. Tanto que o *Jornal Rio Grande*, de 12 de maio de 1964, publicou uma matéria na qual o governador pedia a intervenção militar do Exército no porto da

²⁷ Entrevista realizada por Edgar Avila Gandra, em 25 de fevereiro de 1997.

cidade, alegando, entre outros motivos, os altos salários dos portuários sindicalizados.

A intervenção não se efetivou. Porém, por um longo período, os operários das docas viveram em um clima de tensão. Seu cotidiano de trabalho também foi alterado, aliás, essa realidade ocorreu nacionalmente. A esse respeito o jornal *Voz Operária*, n. 15, de março de 1966, destaca a seguinte matéria:

Marítimos, estivadores e portuários tem sido alguns dos setores mais visados pelos homens da ditadura, desde o golpe de abril. A lei 4.860, de 29 de novembro de 1965, condensou e aprofundou mais ainda as medidas antioperárias do governo. [...] Com base no 20 ato Institucional, decretou que o trabalho nos setores portuários e marítimos passaram a ser considerados do 'interesse da segurança nacional'. Por esse decreto, o delegado do trabalho marítimo pode suspender qualquer trabalhador por 90 dias e instaurar inquérito contra ele [...] Outra cláusula desse decreto-lei determina que as guardas portuárias fiquem subordinadas aos capitães dos Portos [...] transformados em força de repressão de seus companheiros de trabalho.²⁸

Na conjuntura específica de Rio Grande, neste período, coube aos administradores do porto, agora fortalecidos, lançar mão de uma perseguição sistemática aos trabalhadores, principalmente aos militantes, objetivando um maior controle dessa categoria e, até mesmo, o fechamento de seu Sindicato. Os depoentes afirmam que os administradores aproveitaram-se do Golpe de 1964 para persegui-los. Segundo Espíndola:

Após 64 piorou mais porque eles ficaram, a administração ficou, com mais força, o problema da administração era ser contra o sindicato e eles ficaram com mais força, eles achavam que eles eram os revolucionários que eles tinham feito a revolução, mas não fizeram nada, os administradores aqui não fizeram nada, depois é que a cama estava pronta e eles se deitaram.²⁹

²⁸ Apud FREDERICO, Celso (Org.). *A Esquerda e o movimento operário 1964-1985*. São Paulo: Novos Rumos, 1987. p. 33-34. v. 1.

²⁹ Entrevista realizada por Edgar Ávila Gandra, em 25 de fevereiro de 1997.

Essa perseguição ocasionou uma mudança forçada no cotidiano de trabalho desses operários. Sua liberdade de circulação, nas dependências do porto, foi cerceada. Anteriormente, quando acabavam seus afazeres em algum navio, os portuários possuíam o direito de utilizar o tempo restante da forma que desejassem. Com a ditadura, foram obrigados a cumprir rigorosamente o horário de trabalho. Delineava-se uma nova distribuição do fator tempo o que levava a uma perda que feria diretamente a antiga rotina.

O refeitório do porto, um espaço privilegiado, onde, além de se alimentarem, os trabalhadores socializavam-se, foi fechado. Com isso, onerou-se financeiramente este segmento da classe operária, ocasionando, também, a eliminação de um local de discussão, descontração e integração. Observamos assim, a transformação de um antigo modo de trabalho, expressa pelo fechamento de espaços sociais e de uma maior rigidez no tempo do trabalho. Essas mudanças, implementadas com base na coação, foram bastante sentidas pelos obreiros das docas, tanto que mereceram menções em todas as entrevistas colhidas. Há, nos depoimentos, um alto nível de consciência de deterioração de seu modo de vida, após a implementação dessas transformações. Em conversas informais, Hélio Amaro Soares nos afirmou que o fechamento do refeitório foi uma atitude revanchista do então governador Ildo Meneghetti.

Segundo Soares, logo após o golpe de 1964, Meneghetti visitou o porto e quando esteve no refeitório não recebeu a menor simpatia dos trabalhadores, que não lhe deram atenção enquanto discursava e negaram-se a aplaudilo. Dois dias após essa visita, por ordem do governo estadual, o refeitório foi fechado. Outro fator, preponderante na mudança do modo de vida dos obreiros do cais, foi o drástico rebaixamento de seus salários, tendo como consequência elevadas privações materiais. Nas palavras de José dos Santos Leal: “Ah, afetou! A gente tinha um padrão de melhorar bem de vida e a gente ficou naquela base da sobrevivência, não mal como muitos trabalhadores, mas, também, não bem como a gente vinha tendo”.³⁰ As perdas foram significativas já que ocorrera a redução de 50% do seu salário, com o rebaixamento dos percentuais das tabelas de produção. Além disso, os direitos conquistados foram cortados,

³⁰ Entrevista realizada por Edgar Avila Gandra, em 20 de fevereiro de 1997.

mantendo-se “[...] apenas o adicional por tempo de serviço e as ’25 diárias.’”(SILVA, 1995, p. 206). Quanto às demais conquistas, tais como salário-chuva, descanso semanal, salário-família, entre outros, foram abolidos ou reduzidos dos vencimentos dos obreiros das docas.

Além do visível declínio do padrão de vida, as famílias dos operários das docas sentiram toda a tensão que cercava o porto de Rio Grande penetrar em suas casas. A possibilidade da demissão e da prisão era uma constante preocupação das esposas e filhos desses trabalhadores das docas. O cotidiano do medo distendia-se do local de trabalho, penetrando nos lares.

Nas eleições realizadas em 04 de novembro de 1964, ocorreu a vitória de trabalhadores comprometidos com os ideais da administração do Sindicato anterior ao golpe. A diretoria era composta por José dos Santos Leal, presidente, Moacir Martins Rodrigues, secretário e José Maria Rodrigues, tesoureiro. Com esta, houve o gradual retorno dos operários ao seu Sindicato.

Destaca-se que Moacir Martins Rodrigues foi identificado por Antônio Nailem Espíndola como comunista. Fato que não deveria ser ignorado por outros trabalhadores. Contudo, não ocorreu nenhum caso de denúncia, demonstrando que a “polícia secreta no porto”, se existia, não era tão eficaz quanto se propagava. Além disso, estava instalada na Capitania dos Portos de Rio Grande, neste período, uma comissão interessada em descobrir (ou forjar) comunistas nas entidades representativas dos trabalhadores das docas. Caso Moacir Rodrigues fosse identificado como tal, não poderia ter concorrido à diretoria do Sindicato. Mesmo com toda essa investigação não ocorreu delação.

A não denúncia denota a existência de solidariedade. Sobre esta questão, são preciosas as palavras de Antônio Nailem Espíndola, quando indagado sobre a presença dos comunistas no Sindicato dos portuários após o golpe de 1964:

[...] continuaram, mas evidente que ninguém mais se manifestou, até antes do golpe militar havia aquela manifestação, eles não se manifestavam publicamente, mas nós sabíamos todos, um por um. Podíamos até fazer uma relação.³¹

³¹ Entrevista realizada por Edgar Ávila Gandra, em 25 de fevereiro de 1997.

Outro exemplo de solidariedade de classe ocorreu quando um dos diretores deu um desfalque no Sindicato. Os trabalhadores, objetivando a não participação da polícia no assunto (que provavelmente acarretaria em uma intervenção do Ministério do Trabalho na entidade) destituíram o membro faltoso da administração e cobriram, do próprio bolso, as perdas acarretadas por ele.

Imediatamente após a eleição desta chapa, ocorreu a ameaça de fechamento do Sindicato. Segundo o artigo “Ameaçado de extinção o Sindicato dos Trabalhadores Portuários”, do *Jornal Rio Grande*, de 10 de novembro de 1964, essa medida diminuiria os gastos da folha de pagamento do DEPREC. Podemos questionar se não teria existido uma estreita relação entre os dois fatos, a vitória de uma chapa combativa e a ameaça de fechamento da entidade.

Não encontramos referências oficiais que expliquem as razões que impediram extinção, visto que o próprio governador Ildo Meneghetti enviou um representante ao Ministério do Trabalho, com o objetivo de conseguir a cassação da carta sindical da organização portuária. Entretanto, o Sindicato manteve-se. Para Cristóvão Barbosa do Santos:

Não, eles tentaram diversas vezes interferir no sindicato dos portuários, chegaram a pedir a cassação do sindicato dos portuários, mas acontece que o sindicato dos portuários foi fundado estritamente dentro da lei, dentro da legislação brasileira, ele estava abrangido pela Consolidação da Lei do Trabalho, pelo direito de sociedade, é livre associação sindical, tinha parecer favorável e por isso é que, diversas vezes, eles bateram na justiça e perderam [...] ³²

Percebemos, na citação desse entrevistado, o valor que o mesmo atribui ao papel da lei. Além da tentativa de fechamento do Sindicato, o governo começou a impedir o ingresso de novos trabalhadores no mesmo, o que se constituiu em um grande problema para os sindicalistas. Para os governantes, era uma forma de estagnar até a desestruturação completa da entidade de

³² Entrevista realizada por Edgar Avila Gandra, em 25 de fevereiro de 1997.

classe dos portuários. Outra tentativa de destruição da entidade representativa dos operários do cais de Rio Grande foi a suspensão, em outubro de 1964, do pagamento que o DEPREC dava aos militantes liberados para servir ao Sindicato. Este fato causou um profundo transtorno à recém eleita diretoria. Não recebendo vencimentos, os membros eleitos teriam de continuar trabalhando na escala, o que reduziria uma ação sindical, impossibilitando a sobrevivência da entidade de classe dos operários das docas. Sobre esta questão, os comentários de José dos Santos Leal:

Não teria condições, porque até poderia sobreviver [o Sindicato], mas seria muito difícil, por exemplo, o cara estar trabalhando lá e não tinha como sair e resolver o problema aqui. Ai ia chegar o ponto talvez que, para mim, foi a intenção da chefia da época, dos administradores da época, que eles achavam que com aquilo eles quebrariam o Sindicato. Que, pra mim, um administrador me perguntou, que eu pertencia a diretoria do sindicato dessa época que eles cortaram o salário, e agora como é que nós íamos ficar sem salário [...]

Essa crise foi superada pela consciência de classe dos trabalhadores, visto que os mesmos, em assembleia, deliberaram pagar, do próprio bolso, o salário aos companheiros, para que estes mantivessem o Sindicato aberto. Essa atitude coletiva comprova a importância que a categoria delegava à sua entidade de representação. Até aqueles que pararam de frequentar a entidade de classe dos doqueiros de Rio Grande, contribuíram para que este se mantivesse em pleno funcionamento. O comportamento prova que a solidariedade entre os obreiros, mesmo abalada, mantinha-se.

Este fato se consubstancia em uma forma de resistência, pois não consentiram na desarticulação de sua entidade de classe, enfrentando e superando os entraves criados pelos administradores do DEPREC.

No porto, os ativistas atuavam na fiscalização das tabelas de produção, no que se referia ao pagamento dos vencimentos dos obreiros das docas, visto serem comuns erros da chefia do DEPREC com relação aos mesmos. E, geralmente, esses enganos diminuía os salários dos trabalhadores. Essa atividade constituía-se, para os portuários, como uma forma de luta contra a

administração do porto de Rio Grande. Nas palavras de Cristóvão Barbosa dos Santos:

[...] nós conferíamos a produção do porto, nós reclamávamos quando a produção estava errada, tal terno [sistema de cooperação entre os portuários que trabalham em equipe] botou tantas toneladas, tanto é tanto, toca tanto para tanto aqui na folha de produção, digamos assim, toca quatrocentos dá cento e vinte, né? Mas onde é que estão os outros duzentos e oitenta, aí temos refazer os cálculos para ver onde estava errado, essa era a função do Sindicato. O Sindicato sempre foi um instrumento de luta [...].³³

Destacamos que, visto o fechamento dos antigos caminhos de reivindicações, os militantes portuários direcionaram suas ações principalmente para a justiça. Antes, porém, analisaremos outras práticas de luta, bem como a estigmatização que a sociedade conferia aos trabalhadores portuários.

A resistência efetivada pelos operários do cais foi multifacetária, tanto institucionalizada por meio do Sindicato (negociações com administradores e ações judiciais), como diluída nas “pequenas batalhas” desenvolvidas no porto de Rio Grande. Entre essas práticas espontâneas de luta, destacamos o emprego de táticas para burlar o controle da administração portuária, sejam pelas fugas do serviço, sejam pelo não comparecimento nas convocações extraordinárias de trabalho.

As fugas se davam quando terminava o serviço em algum navio, antes do final da carga horária diária obrigatória. Ociosos escapavam das dependências do DEPREC, pulando o muro. Alguns retornavam no horário regulamentado ao fim do seu turno, para responder a chamada de saída, outros simplesmente iam embora sem a intenção de retornar neste dia, confiando na sorte de não serem descobertos.

Outra forma de fugir ao controle foi denominada, pelos portuários, de “pato”. Consistia na prática de um acordo no qual um assumia as funções

³³ Entrevista realizada por Edgar Avila Gandra, em 17 de fevereiro de 1997.

do outro de forma alternada. De maneira que o trabalhador não comparecia ao porto em todos os seus turnos. Isso acontecia em dias em que não atracavam navios e, conseqüentemente, não havia taxa produção, pois, nos dias de grande fluxo de embarcações, tal fato não ocorria.

Além dessas, os trabalhadores enfrentavam a administração através do não comparecimento nas convocações extraordinárias, o que demonstrava o descaso destes operários com sua chefia. Destacamos que, muitas vezes, principalmente na prática do não comparecimento as convocações, ocorriam punições aos “indisciplinados”. Essa punição parece que não os assustava, pois as fichas de identificação desses trabalhadores revelam vários casos de reincidência. Essas práticas de resistência caracterizaram uma tentativa de retorno à “liberdade” de movimentação existente antes do golpe. Com estas, mantiveram uma relativa flexibilidade no controle de seu tempo.

Um mito valorizativo existente entre a categoria dos portuários consiste na idealização de que eles foram os primeiros a rebelar-se judicialmente contra a “revolução”, o que aumentou a confiança da categoria na diretoria do sindicato. O relato de suas experiências no judiciário, suas ações e suas vitórias, estimularam atitudes semelhantes de outros sindicatos de trabalhadores portuários de outras regiões do país.

Os relatos de Cristóvão Barbosa dos Santos e Moacir Martins Rodrigues, respectivamente, ilustram a vanguarda dos portuários do município de Rio Grande na relação com a justiça trabalhista e o quanto a ideia de lutar juridicamente em defesa dos seus direitos mobilizou os sindicatos de portuários em todo o país.

Conseguiram manter o Sindicato porque era o seguinte, você veja isto, você que não tem nada, que conseguiu uma casa e o emprego que tinha, de uma hora para outra se você vai se posicionar contra, visceralmente contrário ao regime dominante, você vai ser posto na rua, você vai passar fome, vai passar necessidade [...] não foi no sentido da arrogância, não foi no sentido da prepotência, não foi no sentido de medir forças, foi no sentido de reivindicar juridicamente aquilo que nos tinham tirado, tá? E aí a revolução levou pau! [...] nós íamos a Federação [dos portuários] e nós [...] ganhamos isto na justiça.

Então, quer dizer, outros portos, até a Bahia, Salvador, quer dizer, agarrava também aquelas vitórias. Também Espírito Santo. Então algumas conquistas que nós conseguimos através do poder judiciário [...] era tão ber-rante que a gente ia para o poder judiciário e ganhava, tanto que não chegamos a perder uma só ação, por causa que nós procurávamos entrar com aquelas coisas que eram justas.³⁴

Com o exposto acima, percebemos que, na percepção dos portuários, a justiça tornou-se a saída para os portuários reaverem seus direitos, sendo esse um ponto fundamental da reconstrução dessa categoria.

Considerações finais

É interessante analisar que o contexto turbulento do cenário nacional que os portuários riograndinos vivenciaram, proporcionou um momento de efervescência organizativa do movimento sindical brasileiro e agudizou as pressões sobre os trabalhadores. Soma-se a esse contexto a vigilância intensa que os trabalhadores foram submetidos pelos seus empregadores, que naturalmente lhes propiciava uma autoconsciência de sua situação subalterna na sociedade. Nesse sentido, acompanhamos Mike Savage no que tange a suas formulações sobre a insegurança estrutural vivida pelos trabalhadores aqui analisados. Segundo Savage:

Na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa constrangê-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma e sem o apelo a outras agências. Essa formulação [insegurança estrutural] nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar dos seus problemas – da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, à tessitura de redes de apoio nas

³⁴ Entrevista realizada por Edgar Avila Gandra, em 17 de fevereiro de 1997.

vizinhanças e por aí vai. É tão relevante olhar para as estratégias de vida atualizadas nos bairros urbanos e nos lares quanto para o processo de trabalho em si mesmo.³⁵

Todas essas adversidades percebidas favoreceram a criação das condições para que esses trabalhadores se organizassem enquanto coletivo e lutassem por seus direitos, ou seja, emergiu entre essas categorias uma intencionalidade de resistência que foi um elemento fundamental na constituição de sua identidade enquanto grupo social.

Referências

CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREDERICO, Celso (Org.). *A Esquerda e o Movimento Operário 1964-1985*. São Paulo : Novos Rumos, 1987. v. 1.

GANDRA, Edgar Ávila. *O caos da resistência. A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969*. Cruz Alta: UNICRUZ, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. Os trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. In: _____. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. *Quem é do mar não enjoa: os estivadores de Rio Grande nos anos de 1960*. Assim, AP, 1995. Projeto de Tese (doutorado) - Universidade Estadual de São Paulo/Unesp, 1995.

PEDROSO, Regina Célia. *Estado autoritário e ideologia policial*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 3, v. 2, p. 3-15, 1989.

³⁵ SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: *Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (Org.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 33.

PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na História Oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

RODRIGUES, Athaydes. *Agora Eu... A revolução de 1964 em Rio Grande*. Porto Alegre: Pallotti, 1980.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SARTI, Ingrid. *O porto vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos – direito e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hucitec, 1995.

Violência Contra os Povos Indígenas em Roraima e Luta pela Homologação da Reserva “Raposa Serra do Sol” (1970-2009)

Jaci Guilherme Vieira (UFRR)
Paulo Sérgio Rodrigues da Silva (UFRR)
José Victor Dornelles Mattioni (UFRR)

Os índios e a violência

A violência contra os povos indígenas não é uma prática recente, pode ser “historicizada” a partir da colonização portuguesa e espanhola na América. Os movimentos para aniquilar o outro, o diferente, não apenas na contemporaneidade, foram processos sistemáticos e intencionais que se estenderam ao longo de muitos anos. Esses podem ser analisados sob várias circunstâncias e perspectivas históricas. Ao penetrar nessa temática tão polêmica e discutida é fundamental perguntar *a priori*: “O que é violência?”. Assim, apresentamos alguns conceitos de violências como condição necessária para compreender a temática proposta.

Na obra publicada pelo Centro Internacional de Investigação para a Paz (CIIP),¹ possui uma conceituação de violência e as várias formas em que ela se manifesta. Nesse trabalho violência não se reduz apenas a uma atitude de agressão física, forma mais comumente identificada, há, no entanto outras modalidades de violência tão nocivas quanto a violência física. Odália diz que: “*Não é só violência física que distila o viver em sociedade e que apavora o homem: outros temores, outros medos, assaltam-se e acabam também por moldar seu estilo de vida*”.²

¹ CENTRO Internacional de Investigação para a Paz; Universidade para a Paz das Nações Unidas. *O estado de paz e evolução da violência: a situação da América Latina*. [Tradução: Maria Dolores Prades] Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

² ODALIA, Nilo. *O que é violência*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 15.

Não são consideradas violências apenas as hostilidades declaradas a uma pessoa ou a um grupo. Aqui são analisados os fenômenos e as dinâmicas sociais, as quais estão envolvidas práticas sutis ou não de ações violentas. Não se pode tomar o estudo da violência pela violência em si. Devem-se investigar as várias causas que podem contribuir para os atos violentos como: pobreza, ausência de democracia, desigualdades estruturais, deteriorização do meio ambiente, tensões e conflitos étnicos, o desrespeito aos direitos humanos.³

Toda ação violenta seja física, cultural, patrimonial, étnica e outras são empecilhos a uma convivência dinâmica de uma sociedade ou de um grupo: “[...] os diferentes tipos de violência não representam apenas custos materiais, implicam também obstáculos tanto para a construção de sociedades capazes de desenvolver as potencialidades de seus habitantes, como para a construção de uma ordem política saudável que favoreça a integração social”.⁴

Violência não é apenas o que é visível fenomenologicamente, apesar da visibilidade histórica dos tipos de violências, contudo outras leituras e compreensões ajudam entender que violência pode ser visível e também invisível.⁵ A “violência invisível” acontece em práticas caracterizadas como: coação; pressão psicológica; imposição ideológica, constrangimentos e outras.

Um aspecto da violência, bastante presente em muitos momentos históricos na América Latina, é a violência étnica, caracterizada por várias formas. Entende a CIIP que:

Os conflitos étnicos fazem parte da categoria violência cultural e expressam tanto a discriminação exercida pelo poder central em relação aos grupos minoritários como

³ CENTRO Internacional de Investigação para a Paz, op. cit.

⁴ Idem, p. 23.

⁵ Idem.

⁶ Idem, p. 60.

os processos de aculturação por meio dos quais a cultura dominante se impõe sobre as minorias.⁶

Ao estudarmos mais profundamente a questão da violência étnica, neste caso, os atos violentos contra os povos indígenas temos total clareza de que ela está relacionada a questão da terra. As terras indígenas no Brasil, como também em outros Estados Nacionais da América Latina, continuam sendo um elemento de disputa, objeto de madeireiros, projetos minerais, grandes projetos agropecuários, multinacionais e o já conhecido agronegócio o que na prática significa uma luta constante de diversas etnias contra o extermínio. As pesquisas apontam que o Brasil é um dos países mais violentos da América Latina, em relação à violência étnica. Verificamos que a situação de várias etnias em todo o país é de constante alerta, pois o que está em jogo são fortunas em terras, em minérios, em madeira gerando diversas formas de violência tanto material como cultural.⁷

O Estado de Roraima

Roraima, não é diferente. Roraima é um dos estados mais jovens da federação, com uma das maiores populações indígenas. São mais de 45 mil índios no interior, somente na terra indígena Raposa Serra do Sol temos 20 mil e mais de 10 mil indígenas moram em Boa Vista a capital, onde vivem em bairros periféricos, sobrevivendo de subemprego com longas jornadas de trabalho. Muitos negam sua própria condição de índio como forma de se proteger e garantir sua sobrevivência.⁸

⁷ Somente em 14 meses de exploração, entre 1975 e 1976, cerca de 500 garimpeiros extraíram 580 toneladas de concentrados de cassiterita, minério retirado em pequenos aviões e helicópteros para Boa Vista e de Boa Vista para Manaus em grandes aviões da Varig. SANTOS, Breno Augusto. *Amazônia: potencial Mineral e perspectivas de desenvolvimento*. São Paulo. Edusp: 1981.

⁸ Para isso ver SOUZA, E. P.; REPETTO, M. (Orgs.) *Diagnóstico da situação dos indígenas na cidade de Boa Vista - Roraima*. Boa Vista: Gráfica Ióris, 2007.

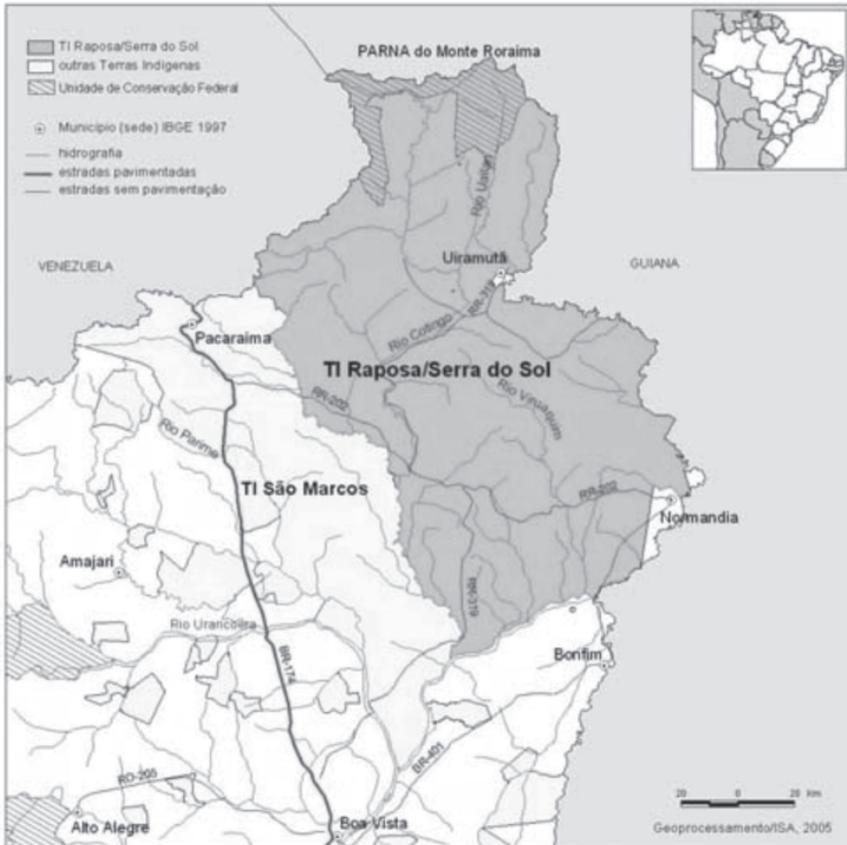
Mapa I Terra Indígena raposa Serra do Sol



Fonte: Instituto Sócio Ambiental (ISA), 2005.

Recentemente, em Roraima, vários empresários ligados ao setor agropecuário ocupavam a terra indígena Raposa Serra Sol (Mapa 2). Aqui fazemos um destaque para os grandes e pequenos pecuaristas e principalmente os rizicultores. Estes últimos chegaram à região por volta de 1970 com promessas de riquezas da ditadura militar, ocupando áreas indígenas e alargando seus domínios quando passaram a comprar de má-fé posses de antigos fazendeiros.

Mapa 2: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos



Fonte: Instituto Sócio Ambiental (ISA), 2005.

Em 2010 estavam localizados numa área de mais de 100 mil hectares, com uma produção de 160 mil toneladas de arroz irrigado anualmente, mais de 30 mil cabeças de gado e mais de três mil hectares de plantação de soja. Estavam na melhor área da região.⁹ Para o presidente da Fundação Nacional

⁹ Somente na área cultivada por Paulo César Quartiero era de mais de 400 hectares de arroz irrigado. Quando foi retirado da área havia em torno de 50 mil sacas de arroz para serem colhidas.

do Índio (FUNAI), o historiador Márcio Meira, um dos principais fatores para uma nova onda de ataque às terras indígenas é a expansão econômica, especialmente do agronegócio, em direção às regiões onde vivem os índios.

A Igreja Católica e os Índios – décadas de 60 e 70

Foi a partir do acirramento da disputa pelo controle das terras indígenas em Roraima, somado ao fato das relações capitalistas estarem mais definidas, no final da década de 1960, que passamos a verificar, com mais intensidade o aumento da violência contra os povos indígenas, em especial, a etnia Macuxi na terra indígena Raposa Serra do Sol. Porém, a história não tem uma única mão. Também é verdade que foi o próprio aumento da violência que levou boa parte dos povos indígenas, especialmente, os moradores das serras, onde a Igreja católica possuía maior influência, a iniciar um processo de organização política nos moldes dos não índios, auxiliada por essa Igreja.

Um envolvimento mais comprometido dos missionários com as populações indígenas em Roraima data de 1968, por iniciativa do instituto da Consolata. Novos missionários chegaram à região por essa época, formando uma nova base missionária, passando a realizar encontros com os Tuxauas das diversas comunidades, especialmente entre os índios Macuxi e Wapixana, consideradas as duas maiores etnias da região. O principal tema discutido não era mais a questão religiosa em suas comunidades como afirmaram alguns autores até aqui, mas eram reuniões que discutiam e deliberavam sobre problemas graves, enfrentados em suas comunidades, como a invasão de terras e a exploração da mão-de-obra de seu povo.

Muitos já afirmaram que os índios de Roraima passaram a reunir-se na Missão São José, fundada em 1949, pela ordem da Consolata na vila Surumu, somente para tratar de assuntos religiosos. Contudo, Nagib Lima e vários dirigentes locais da FUNAI, haviam observado que as primeiras reuniões dos índios datam de 1968, momento em que a Igreja se preocupava somente em ministrar alguns cursos de cunho religioso. Porém, ao término dessas reuniões, afirma o autor, os índios tiravam algum tempo para discutir os problemas que

enfrentavam nas suas regiões. Nessas conversas, a princípio informais, destacava-se a invasão de suas terras.¹⁰

Seria muita pretensão querer relatar todas as ações violentas ocorridas durante os séculos XVIII, XIX, XX e início do século XXI contra os povos indígenas em Roraima. Muitos antropólogos, historiadores já tiveram essa preocupação e não convém repetir tais estudos.¹¹ Nossa preocupação está ligada ao período mais atual.

Numa história mais recente de Roraima, os principais conflitos violentos contra os povos indígenas estão relacionados à ocupação da terra, principalmente por fazendeiros, rizicultores, garimpeiros, que acirram conflitos violentíssimos deixando vítimas de ambos os lados. Porém, é bom ressaltar que os conflitos sempre ocorreram de forma assimétrica prevalecendo à força das armas, das instituições, dos meios de comunicação entre outros, sendo que a justificativa passou a ser a internacionalização da Amazônia.

Paulo Santilli em sua obra *Pemongon Patá: Território Macuxi, Rotas de Conflitos*, trabalhando temporalmente o período do final do século XX ao início do século XXI e os embates conflituosos na área Raposa Serra do Sol, analisa o roteiro histórico das principais crises envolvendo o grupo étnico Macuxi, principalmente.

Santilli¹² deixa claros os motivos de acirramento (ver como usar a palavra acirramento, ou trocar por conflito) entre índios e não-índios, ficando caracterizado que os atos violentos estão vinculados diretamente à disputa da terra. O autor observa que de um lado há o fazendeiro que se aproxima, faz amizade e conquista a simpatia do índio, que, por sua vez, aceita a relação de compadrio. Essa relação que parece desinteressada, conforme mandam os preceitos cristãos, foi uma maneira de o fazendeiro conquistar não apenas a amizade, mas também a terra do indígena. A partir daí, instalase a matriz que irá gerar discórdias, confusões, conflitos, mortes, torturas e

¹⁰ LIMA, José Nagib da Silva. *Educação Indígena em Roraima*. Boa Vista RR. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História da UFRR; 1993 (datilografado).

¹¹ Neste caso, consultar os trabalhos dos pesquisadores sobre o assunto: Nadia Farage, Paulo Santilli, Jaci Guilherme Sousa e outros.

¹² SANTILLI, Paulo. *Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflitos*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

outros: “Os índios mais idosos, moradores das aldeias situadas nos campos do Vale do Rio Uraricoera, mantêm, entretanto, presente, na memória oral, um tempo anterior a esse, marcado pela violência dos primeiros colonos civis ao instalarem suas posses naquela área, tanto queimando aldeias, expulsando os habitantes, quanto conduzindo-os a trabalhos forçados; chamam-no de “tempo de ditadura”.¹³

As comunidades indígenas Macuxi ao relatarem coletivamente alguns aspectos históricos confirmam a posição violenta dos fazendeiros:

Eles [fazendeiros] diziam que queriam ter um lugar para viverem juntos com a gente, pareciam ser todos bons [...] Os parentes eram usados como mão de obra barata para construção de casas, currais, cercados, plantio de fruteiras, capinzais, vaqueiros e outros trabalhos de interesse dos brancos. Os brancos começaram a enganar os indígenas fazendo a troca de objetos que os brancos tinham, por moças e rapazes. Assim, os jovens eram vendidos em troca de mercadoria de pouco valor, às vezes por um machado, terçado, sal, um forno e o rapaz ou moça ia com o branco para fazer o trabalho na fazenda e às vezes até apanhavam dele.¹⁴

A Organização Indígena e Igreja Católica

A organização indígena iniciada a partir do final da década de 1960, com as primeiras reuniões realizadas na Missão do Surumu, a 160Km de Boa Vista, que a época contou com a participação de várias etnias indígenas, passou a ser o marco o embrião de uma organização maior dos próprios índios, assessorados pela Igreja, para defender seus interesses.

A partir daí deu-se o rompimento entre a Igreja e as elites locais. O discurso das elites era que a culpa da rebeldia por parte dos índios é dos padres, chamados de comunistas, que querem “*impedir o desenvolvimento da região*”, na medida em que “*insuflam*” os índios pobres e miseráveis. Sem esses “*agitadores*”,

¹³ Idem, p. 60.

¹⁴ CLEMENTINO, Alcelino et al. *Os Filhos de Macunaimê – Vida, História, Luta – ou vai ou racha. A luta continua*. São Paulo: Loyola, 2004. p.26.

tudo estaria tranquilo, com a ordem antiga garantida.¹⁵ Por esse discurso, os padres se tornam inimigos da propriedade privada e da ordem legal. Esse discurso passou a ser estampado com mais veemência no início dos anos 70 em todos os jornais escritos e falados localmente por um grupo de intelectuais, costumeiramente chamados na região de filhos dos pioneiros.

A Igreja de Roraima, a partir do final da década de sessenta, deixou de estar comprometida com os fazendeiros, passando a reunir os índios, a denunciar e combater a invasão das terras e principalmente a contribuir para organizá-los politicamente, com o objetivo de conseguirem a demarcação definitiva de suas terras. Esse processo inaugurou uma nova mentalidade, uma nova atitude e também uma nova direção na Diocese de Roraima ante a questão indígena no ex Território, projeto que tem sua continuidade até os dias atuais pelos membros da Ordem da Consolata. A primeira “Carta Pastoral” denominada “*Podem os Missionários Evangelizar os índios?*”, acaba nos dando uma amostra desse novo projeto.

Amados filhos e filhas do Senhor,

Durante o tempo da quaresma, não poucos Bispos costumam enviar ao povo de Deus, a ele confiado uma mensagem especial ou carta pastoral, que ajude a refletir sobre alguma verdade e constitua exortação ao crescimento na vida cristã em preparação a páscoa.

O que determinou a escolha deste tema, é um acontecimento invulgar e de máxima gravidade, sucedido no dia 06 de fevereiro de 1979, quando a Funai resolveu proibir os missionários desta prelazia o ingresso nas áreas indígenas do território, a aos índios a participação em reuniões programadas pela mesma Prelazia. Sem falar dos atropelos que efetua no setor de liberdades cívica, já garantidas pela Constituição Federal, a proibição revela quanto desconhecimento da evangelização da Igreja, e como o Índios continua a ser man-

¹⁵ Ver Jornal *Folha de Boa Vista*- Boa Vista, 01/08/2001. Num artigo o Deputado Federal Salomão Cruz (PPB-RR) afirma textualmente que há uma marcha, uma ação acelerada para transformar parte da Amazônia em novas Nações, sendo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Conselho Indígena de Roraima (CIR) instrumentos poderosos na própria internacionalização da Amazônia.

tido numa situação de condicionamento que afetam profundamente o seu crescimento humano e social...

Os verdadeiros lesados são os índios, os mais desprotegidos do território: infelizmente a maioria das pessoas não sabe e nem avalia quão aviltante é a situação de muitos índios, carentes de alimentos e assistência, prensados pelo latifúndio, dependentes nas coisas mais elementares, dominados, desfrutados e manipulados. Aproximadamente 20.000 pessoas vivem como rebotalho da sociedade.

Duas são as carências fundamentais de que eles sofrem: primeiro a terra, segundo a consciência da própria dignidade de suas capacidades, do direito de viver na sua Cultura [...]¹⁶

A elite de Roraima parecia ter acordado para um fato novo, a partir do final da década de 60, ao se deparar com as primeiras reuniões realizadas na Missão do Surumu. Essas reuniões contavam com a participação das diversas etnias indígenas do Território. Era o embrião de uma organização maior dos próprios índios, assessorados pela Igreja, para defender seus interesses e constituía parte do projeto levado adiante pelas bases missionárias, que posteriormente fora assumido pelo Conselho Indígena Missionário (CIMI).

Em Roraima, a organização política das comunidades indígenas era um fato inédito. Uma ruptura que mais tarde provocaria uma forte alteração na correlação de forças, especialmente, no processo de reconhecimento das terras indígenas. Os fazendeiros, ao longo de muitas décadas, haviam se acostumado a enfrentar os problemas com as populações indígenas de três formas, por meio da cooptação de suas lideranças; da força que, na maior parte das vezes, terminava com a eliminação dos índios e posterior tomada das suas terras; e de acordos que sempre beneficiavam os fazendeiros, tendo como árbitro o administrador do órgão indigenista local do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ou da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Nas primeiras Assembleias, e nas reuniões por região, os índios passaram a demonstrar um grau de organização que não se limitava a xingar fazendeiros, derrubar cercas das fazendas ou matar o gado que por ventura fosse encontrada rondando as suas roças ou perdido no interior das suas comuni-

¹⁶ Carta Pastoral 9/3/1979.

dades. Sendo assessorados pelos missionários, superaram essa fase, passando, a exigir das autoridades federais a demarcação de suas terras. Além disso, passaram a fazer críticas à FUNAI e reivindicações por escrito, por meio de cartas e abaixo assinados, retirados em diversas reuniões. Para as lideranças indígenas a FUNAI estava completamente desacreditada, uma vez que estava a serviço dos fazendeiros, não impedindo que estes invadissem as suas terras.¹⁷

As ações violentas dos fazendeiros também tiveram como pano de fundo o não reconhecimento da organização indígena, vista como uma ameaça a sua presença nas terras que, por direito natural, não lhes pertenciam, mas, sim, aos povos indígenas. A partir do momento em que os povos indígenas dos lavrados despertaram para a criação de gado (*Projeto idealizado pela Igreja denominado “Uma Vaca para cada Índio”*) foi necessário construir cercas, currais e barracos, o que vibrou como ameaça: “Os fazendeiros começaram a não gostar disso. Perceberam que se este processo continuasse nas malocas, os rebanhos das comunidades iriam aumentar de maneira tal que não poderiam mais defender a tese de que os índios não precisam de terra porque não têm criação”.¹⁸ A reação dos fazendeiros ao princípio de organização indígena passou a ser violento. As ações da organização indígena passaram a incomodar e isso para muitos ecoou como uma afronta. No entanto, a organização indígena, com o passar dos anos, ficou mais representativa na luta pelo direito a terra.¹⁹

Por outro lado, os processos violentos contra as populações indígenas localizadas na área Raposa Serra do Sol se intensificam depois de uma forte expansão pecuarista, uma continuidade do garimpo. Muitos indígenas estavam submetidos a trabalho forçado num esquema de dívidas por troca de mercadorias. Fazendeiros passaram a queimar aldeias e a matar suas lideranças. Assim foram diversas as lideranças indígenas ou não que tombaram mortas, entre outros tipos de ações violentas entre os anos de 1970 a 2009, como demonstraremos através de quadros estatísticos a seguir.

¹⁷ VIEIRA, J. G. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980*. Boa Vista: Editora UFRR, 2007.

¹⁸ CIDR. *Índios e Brancos em Roraima*. Coronária, 1990. p. 47. (Coleção Histórico-Antropológica, nº 2).

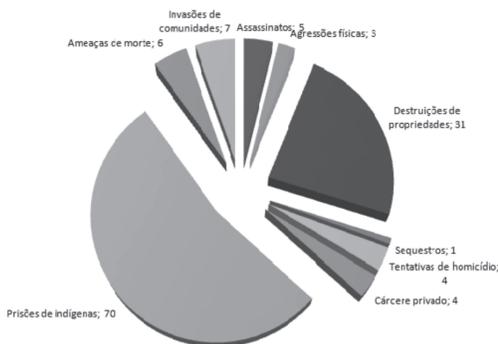
¹⁹ SILVA, P.S.R. *A violência contra os povos indígenas no foco do Jornal Folha de Boa Vista-RR - período de 1996 a 2005*. 2007, 109 f. Monografia. Universidade Federal de Roraima, Departamento de História, Boa Vista, 2007.

Dados estatísticos da violência contra os povos indígenas em relatórios e jornais de circulação local no Estado de Roraima

Como foi dito anteriormente a violência se manifesta sob várias formas, e no caso da violência contra os povos indígenas no estado de Roraima não é diferente. Os gráficos a seguir foram construídos a partir de dados coletados de jornais de circulação local, além de outras fontes como o relatório elaborado por Ana Paula Souto Maior.²⁰ Por meio deles, podemos apreender os procedimentos violentos contra as etnias indígenas da área Raposa Serra do Sol ao longo de várias décadas, conforme pode ser visualizado na representação dos gráficos 1, 2 e 3. Já o gráfico 4 é dedicado ao processo de reação empreendido pela etnias indígenas da área em questão ao longo das três últimas décadas.

Observando os três primeiros gráficos pode-se verificar que os processos violentos contra os povos indígenas ao longo da demarcação e homologação da Raposa Serra do Sol, abrangendo uma ampla gama de ações que vão desde agressões físicas a atentados contra a vida dos indígenas, formas de violência “mais visíveis”, até ameaças e outros tipos de violências mais difíceis de serem percebidas. Também podemos perceber por meio dos gráficos, a ocorrência de ações violentas contra propriedades dos indígenas como: destruição de casas, roças e retiros.

Gráfico 1: Violência contra as etnias indígenas : 1980 a 1989



Fonte: jornais de circulação em Boa Vista entre 1980 a 2009.

²⁰ SOUTO MAIOR, Ana Paula. *Crimes contra os Índios em Roraima*. Dossiê. Conselho Indígena de Roraima, 2003.

Do processo de violência contra os povos indígenas (Gráficos, 1,2 e 3) participaram não só invasores das terras indígenas, como garimpeiros e fazendeiros mas também órgãos e instituições públicas como a Polícia Civil e Militar, como também um personagem novo, as Forças Armadas, especificamente o Exército Brasileiro, que numa ação desastrada acabou comprometendo-se na defesa dos interesses da elite local. Essas instituições acabaram dando suporte em ações como: destruição de propriedades, prisões ilegais, invasões de comunidades indígenas, sequestros e cárcere privado. O que mais salta aos olhos no gráfico I, por exemplo, o excessivo número de prisões, isso levando em conta somente os noticiados nos jornais locais temos 70 índios presos. Outro dado é o número de assassinatos, neste caso temos 5, as destruições de propriedades foram intensas, chegando a total de 31.

Na década seguinte, Os meses de setembro a dezembro de 1992 foram crivados de conflitos na área indígena Raposa serra do Sol. Nesse período surge um fato inédito, a presença de soldados do Exército brasileiro no dia 02/09/1992 na comunidade do Maturuca. Segundo relatos dos índios, neste dia mais de 40 soldados e oficiais prenderam o índio Amadeus, sem qualquer justificativa, posteriormente foi entregue a Polícia Federal em Boa Vista. Ainda segundo os índios, os soldados estavam a procura do padre Jorge, assim arrombaram a porta da missão católica, os barracões onde estavam a merenda escolar, o local onde ficava os equipamentos de energia, desligaram o sistema de comunicações, terminando por levar pastas contendo documentos da missão. Existe uma forte evidência que o grande objetivo dessa operação fosse prender o padre Italiano Jorge dal Bem ligado a Diocese de Roraima que não foi encontrado; para fazendeiros e garimpeiros um dos grandes responsáveis pelos conflitos na região.²¹

No dia seguinte procurado pela imprensa, o comando militar da 15ª Brigada disse apenas que os homens estavam realizando reconhecimento da área de fronteira. O coronel Peixoto, responsável pelas relações públicas da brigada disse que maiores informações deveriam ser consultadas em Brasília, junto ao comando do Exército, e deu o caso por encerrado.

²¹ Jornal *Diário de Roraima*. Boa Vista 3/9/1992.



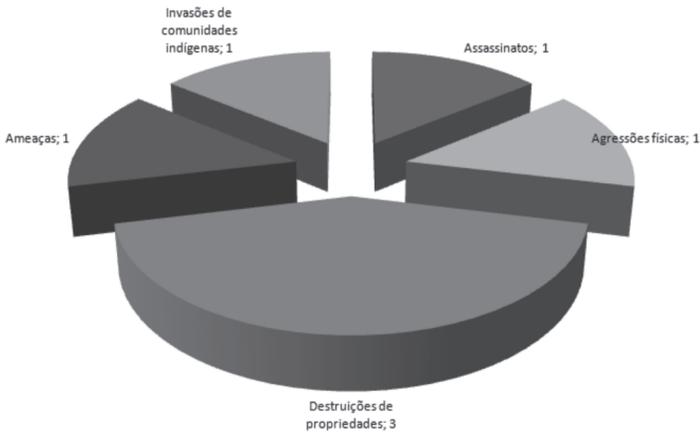
Fonte: jornais de circulação em Boa Vista entre 1990 a 1999.

No gráfico acima, o número de assassinatos que na década anterior tinha sido de 5 subiu para 12 e as tentativas de homicídios que foi de 4 passou para 10.

A destruição das propriedades continuaram, as invasões de comunidades que foi de 7 passou para a 11 comunidades.

Embora o foco deste artigo seja a Raposa Serra do Sol, não podemos deixar de destacar que esse processo de violência contra os povos indígenas ocorreu no Brasil como um todo. Com relação a situação do estado de Roraima devemos enfatizar as violência contra as populações Yanomami – que culminou com o massacre de cerca de 24 indígenas em 1993 por parte de garimpeiros – violência esta que não teve fim com a homologação da reserva Yanomami. Outro caso que merece ser destacado é o ocorrido na Maloca Santa Cruz, onde os índios travaram uma luta pela posse de suas terras com fazendeiros Newton Tavares. Uma das consequências desta disputa foi o assassinato de dois indígenas, Damião Mendes e Mario Davis por parte do vaqueiro Manuel dos Santos, empregado do fazendeiro Newton Tavares.

Gráfico 3. Violência contra as etnias indígenas: 2000 a 2009

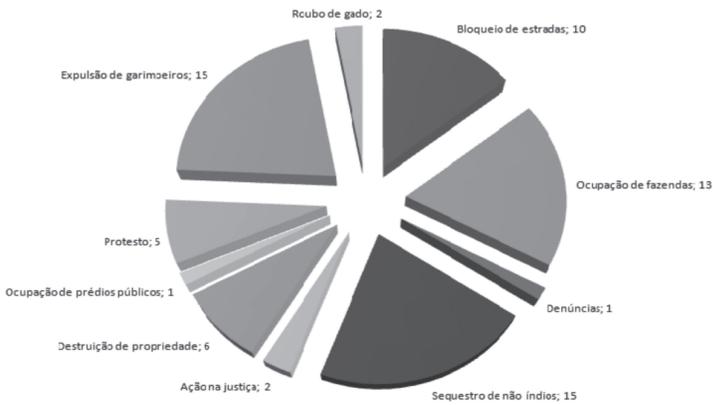


Fonte: jornais de circulação em Boa Vista entre 2000 a 2009.

Já no gráfico 3, percebe-se que a violência contra os povos indígenas de 2000 a 2009, aparece com um grau menor de intensidade nas páginas policiais. Credita-se isso, ao fato da própria organização indígena está mais fortalecida, além do fechamento dos garimpos em terras indígenas e o abandono de alguns pecuaristas das terras indígenas, em especial da área indígena Raposa Serra do Sol.

A todo esse processo de violência, contra os povos indígenas, que se estende desde o período colonial, corresponde um conjunto de ações de resistência por parte dos índios mostrados no Gráfico 4. Por meio deste gráfico podemos perceber que algumas destas ações de resistência estão diretamente relacionadas com a violência sofrida pelas comunidades indígenas. É o caso da presença de garimpeiros em terras indígenas, uma das agressões mais frequentes contra as populações nativas, gerando toda uma variedade de prejuízos para essas populações: como degradação do meio ambiente (tão importante para a sobrevivência dos índios) e males como o alcoolismo e a prostituição.

Gráfico 4: Reação das etnias indígenas - 1970 a 2009



Fonte: jornais de circulação em Boa Vista entre 1970 a 2009.

Nesse processo de resistência a organização indígena que se intensificou a partir da década de 60 desempenhou um papel de destaque. Seja nas Assembleias organizadas pelos religiosos da Igreja Católica, ou por meio de documentos enviados a FUNAI e as autoridades federais, os indígenas buscaram dar visibilidade aos problemas enfrentados em suas comunidades, como uma forma de combater a violência por eles sofrida.

Um dos principais obstáculos que os indígenas tiveram que enfrentar para garantir o cumprimento de seus direitos, principalmente o direito a terra, foi o comprometimento de vários setores da sociedade civil roraimense com os interesses daqueles que ocupavam ilegalmente as terras indígenas. Em um dos seus trabalhos sobre violência indígena Souto Maior afirma:

A situação de violência a que estão submetidas as comunidades indígenas é um reflexo do comprometimento de órgãos públicos e autoridades estaduais e federais. A impunidade para os que violam direitos indígenas à vida, à integridade física, às suas terras e recursos naturais é agravada, particularmente para os índios da Raposa/Serra do Sol, pela demora na conclusão do processo de reconhecimento oficial dos limites desta terra indígenas.²²

²² SOUTO MAIOR, op. cit.

Dentre os atos de violência cometidos contra os indígenas envolvendo prisões ilegais, um merece ser destacado o ocorrido na delegacia do município roraimense de Normandia no ano de 1988 quando o indígena da etnia macuxi Ovelário Tames, com apenas 17 anos, foi preso ilegalmente por motivo banal. Dentro das dependências da delegacia o indígena foi brutalmente espancado por membros da polícia militar, vindo a falecer em virtude dos ferimentos sofridos. O caso tinha tudo para seguir o mesmo caminho de muitos outros atos violentos cometidos não só contra os índios da Raposa Serra do Sol, mas também com índios de outras reservas, ou seja, gerar revolta e indignação nos povos indígenas, ser noticiado nos jornais locais e depois ser esquecido pela sociedade não-índia, sendo que os culpados não sofreriam nenhum tipo de punição. Porém este caso teve como diferencial o fato de ter sido levado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) ao conhecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Figura 1).

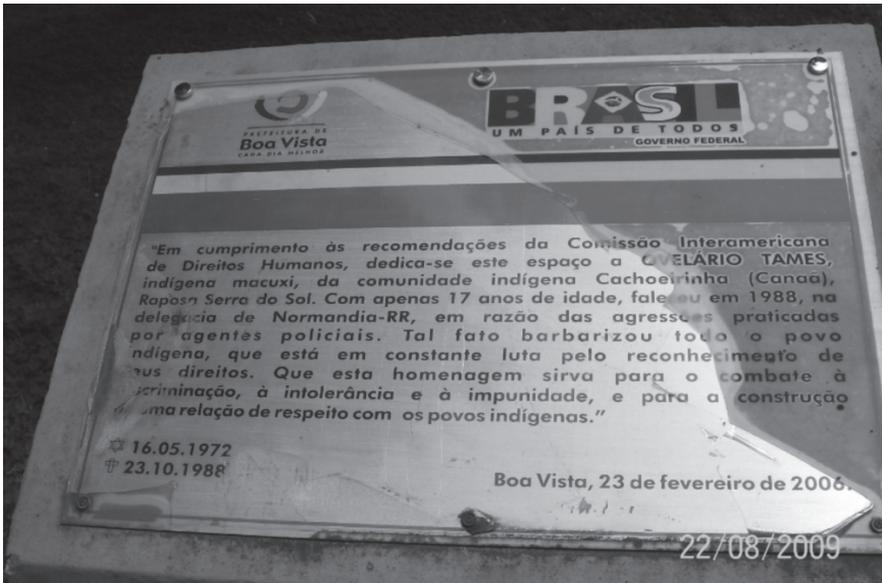


Figura 1: Placa da Comissão Interamericana de Direitos Humanos dedicada a Ovelário Tames (Praça do Centro Cívico – Boa Vista RR).

Foto: Paulo S. Rodrigues da Silva, 2009.

Este órgão determinou ao governo brasileiro o pagamento de uma indenização a família da vítima e a obrigatoriedade de uma retratação pública com a colocação de uma placa numa praça pública informando sobre o caso, a foto abaixo mostra esse monumento. No entanto os culpados pela morte de Ovelário, assim como tantos outros responsáveis por diversos tipos de violências, como visto acima, contra os povos indígenas, nunca foram julgados pelo crime, revelando a impunidade das ações violentas cometidas contra os índios não só em Roraima, mas também no restante do Brasil.

Outra grande ação violenta contra as etnias indígenas e também contra as pessoas que lutam a favor das causas indígenas foi a destruição da antiga Missão do Surumu, hoje Centro Indígena de Formação, localizado a 160 km de Boa Vista, dentro da região Raposa Serra do Sol.²³ Na madrugada do dia 17 de setembro de 2005, a missão foi cercada por aproximadamente 150 homens encapuzados, armados com espingardas, paus, facões, revólveres que destruíram completamente a antiga Missão (Jornal Vira-Volta, 2005). O grupo chegou em caminhões e caminhonete e ateou fogo em todas as instalações da Missão (Figura 2): casa dos padres e das irmãs, Igreja, escola e hospital. Algumas pessoas presentes no local foram agredidas fisicamente, inclusive um paciente do hospital (CIMI, 2005).



Figura 2: Destruição das instalações do Centro de Formação Indígena.

Foto: Arquivo da Diocese de Roraima (2005).

²³ O estudo sobre a destruição do Centro de Formação Indígena pode ser encontrado nos trabalhos de SILVA, Paulo S. R. *A violência contra os povos indígenas na ótica do jornal Folha de Boa Vista 1996-2005*. UFRR, 2007 (monografia); Vieira, J. G.; Silva, P. S. R. *A violência indígena na ótica do jornal Folha de Boa Vista*. Revista Textos & Debates (no prelo).

Esse grupo liderado por fazendeiros da região que ocupavam parte da terra indígena Raposa Serra do Sol, já haviam invadido a Missão em 2004 e sequestrado padres e missionários da Congregação da Ordem da Consolata e os mantido reféns por três dias (CIMI, 2005). O ex-prefeito de Pacaraima, que era um dos maiores rizicultores da região, antigo dono da Fazenda Depósito, mostrado no primeiro mapa, Paulo C. Quartiero foi indiciado pela Polícia Federal como partícipe do sequestro dos padres Ronildo Pinto França e César Avallaneda e o irmão Juan Carlos Martinez.²⁴

A “violência simbólica” nos dizeres do ex-presidente da CNBB, Dom Geraldo Magela, destruiu o palco das primeiras assembleias dos indígenas, que marcou o fortalecimento do movimento e organização pela homologação da terra Raposa Serra do Sol. O espaço simbólico da resistência representa o compromisso da Igreja Católica com as questões indígenas.²⁵ Na verdade, a violência contra as populações indígenas não é apenas simbólica, mas são processos violentos que envolvem agressões físicas, assassinatos, sequestros, trabalho escravo, discriminação, preconceitos, destruição de patrimônios, invasões de propriedades e destruição cultural.

Um dos casos mais emblemáticos da violência indígena foi o assassinato do índio Aldo da Silva Mota, com grande repercussão nacional e internacional.²⁶ No dia 02 de janeiro de 2003, conforme relato do Coordenador do CIR, o senhor Jacir José de Souza, no requerimento encaminhado ao Superintendente da Polícia Federal de Roraima, o indígena Aldo da Silva Mota, casado, 52 anos, morador da comunidade Lage, região das Serras, vaqueiro no Retiro Fé em Deus, pertencente ao indígena Inácio Brito, atendendo a um recado recebido dos vaqueiros da Fazenda Retiro, “pertencente” ao ex-vereador de Uiramutã o senhor Francisco das Chagas Oliveira, de que um garrote do rebanho o qual tomava conta havia se desgarrado e encontrava-se na Fazenda Retiro, dirigiu-se sozinho à fazenda a fim de resgatar o garrote. Nesse

²⁴ *Folha de Boa Vista*, 2004.

²⁵ MAGELA, Geraldo. Raposa/Serra do Sol: da festa à violência. *Folha Opinião*, Caderno Tendências/Debates, São Paulo, domingo, 09 de outubro de 2005.

²⁶ SILVA, Paulo S. R. Op. cit.; Sobre esse caso ver artigo: SILVA, P.S.R.; VIEIRA, J.G. A cobertura da morte Aldo Mota na ótica do jornal *Folha de Boa Vista*. *Revista do NUHSA*, Boa Vista, v.1, n.1, ago-dez 2007.

mesmo dia, segundo consta no Aditamento da Denúncia do Ministério Público Federal, Ação Penal nº 2003.42.00.001839-9, nas dependências da “Fazenda Retiro”, os denunciados Elisel Samuel Martin e Robson Belo Gomes, vaqueiros até então, agindo conjuntamente, assassinaram “à queima roupa”, com disparos de arma de fogo, o índio Aldo da Silva Mota. Após o homicídio, os dois vaqueiros enterraram em uma cova rasa o corpo do índio.

Nesta história marcada pelo descaso das autoridades em relação às questões indígenas, foi surpreendente o resultado do laudo realizado pelo Instituto de Medicina Legal do Estado de Roraima. Despreparo, erro, negligência, incompetência, falta de condições materiais para realizar exames cadavéricos ou por que o necropsiado era um índio? O certo é o que Laudo Nº 118/03-IML, realizado em Aldo da Silva Mota, assinado pelos médicos legistas Dr. Ricardo Gouveia e Dr. César Augusto de Souza foi superficial, ao atestar que a *Causa Mortis* foi indeterminada, não merecendo ser levado em consideração em face de sua insubsistência.²⁷ Logo após sair o laudo, inconformados com o absurdo, as lideranças indígenas representadas pelo CIR reivindicaram um novo Laudo Cadavérico, desta vez conduzida pelo Instituto de Medicina Legal do Distrito Federal. Os peritos estiveram no local fazendo um levantamento de todos os detalhes. Juntamente com o laudo cadavérico realizado em Brasília, foi possível confirmar a morte violenta de Aldo da Silva Mota por arma de fogo.²⁸

Ao terminamos esse artigo esperávamos pelo final do julgamento, marcado para o dia 17 de maio de 2012 deste caso onze anos depois, onde finalmente, os dois vaqueiros e o proprietário da fazenda foram levados a júri popular. Dois dias antes do julgamento uma grande manifestação foi feita por parte das comunidades indígenas que se postaram em frente aos tribunais de justiça na capital. Liderados e mobilizados pelo Conselho Indígena Roraima (CIR), cujo objetivo era esclarecer a opinião pública sobre o assassinato do índio Aldo da Silva Motta, para que o mesmo não caísse no esquecimento. A mobilização foi intensa, ocasião em que foi entregue uma carta a sociedade

²⁷ SUPERINTENDÊNCIA de Polícia Federal. *Relatório da Polícia Federal - Inquérito da Polícia Federal nº 006/2003*. Boa Vista, 14 de julho de 2003.

²⁸ Idem.

civil relatando a situação de impunidade que impera em Roraima frente aos ataques de fazendeiros e seus capangas as comunidades indígenas. Essa mobilização acabou ganhando um destaque importante na imprensa local.

A grande surpresa desse episódio, foi o desenrolar do julgamento no dia 17 e 18. A corte foi presidida pelo juiz federal Elder Girão Barreto. Os réus confessos do crime, tanto o proprietário da fazenda como os dois vaqueiros foram inocentados por ampla maioria do júri, o que comprova mais uma vez que, a violência contra os povos indígenas continuará impune por longos anos. A grande surpresa desse caso ficou por parte do promotor de justiça, que deveria a princípio, julgar o dono da fazenda como culpado, solicitar ao juiz a sua soltura, declarando a sua inocência. Essa documentação do processo faz parte de outra pesquisa que estamos desenvolvendo a mais de um ano.

Por fim, poderíamos perguntar qual o mote utilizado para tanta violência contra os povos indígenas e a sua impunidade. A justificativa sempre esteve calcada na questão da *“internacionalização da Amazônia e uma possível intervenção estrangeira”* discurso antigo e apoiado inclusive por instituições como as Forças Armadas Brasileiras. Esse parece ser o grande ingrediente, o grande argumento das elites roraimenses e dos coronéis da comunicação local, daí o uso intenso da força, seja ela qual for para espantar esse fantasma e justificar a violência contra as populações indígenas que lutam pela sua terra.

Por último um novo debate vem sendo feito no Congresso Nacional, com o apoio dos Senadores do estado de Roraima Mozarildo Cavalcante e Romero Jucá. Depois da homologação da Raposa Serra do Sol em área contínua efetivado no Supremo Tribunal Federal, agora lutam pela abertura das terras indígenas para o estabelecimento de um garimpo profissional, feito por empresas e reguladas pelo Estado, tendo o Congresso a última palavra sobre a possibilidade da área indígena ser explorada ou não.

Referências

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Unesp, 1991.

CENTRO Internacional de Investigação para a Paz; Universidade para a Paz das Nações Unidas. *O estado de paz e evolução da violência: a situação da América Latina*. Tradução de Maria Dolores Prades] Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

CIDR. *Índios e Brancos em Roraima*. Coronária, 1990. (Coleção Histórico-Antropológica, n. 2).

CLEMENTINO, Alcelino et al. *Os Filhos de Macunaimí – Vida, História, Luta – ou vai ou racha. A luta continua*. São Paulo: Loyola, 2004.

FREITAS, Marilena. Manifestação resulta em bloqueio de estradas e detenção de padres. *Folha de Boa Vista*, 07 jan 2004, Caderno Política, p. 03-A.

MAGELA, Geraldo. Raposa/Serra do Sol: da festa à violência. *Folha Opinião*, Caderno Tendências/Debates. São Paulo, domingo, 09 de outubro de 2005. Disponível em: <www.cimi.org.br>. Acesso em: 10/07/2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Ação Penal nº 2003.42.00.001839-9 Peça: Aditamento da Denúncia - MPF ADIT. Denúncia 001/2003. Darlan Airton Dias – Procurador da República. Boa Vista, 23 de outubro de 2003.

MISSÃO do Surumu é saqueada. *Conselho Indigenista Missionário*, Manaus, 17 set. 2005. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=1470&cid=247>>. Acesso em: 04/11/2006.

ODALIA, Nilo. *O que é violência*. São Paulo: Brasiliense, 1985

SANTILLI, Paulo. *Pemongon Pata: território Macuxi, rotas de conflitos*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

SANTOS, Breno Augusto. *Amazônia: potencial Mineral e perspectivas de desenvolvimento*. São Paulo: Edusp, 1981.

SILVA, P. S. R. *A violência contra os povos indígenas no foco do Jornal Folha de Boa Vista-RR - período de 1996 a 2005*. 2007, 109 f. Monografia. Universidade Federal de Roraima, Departamento de História, Boa Vista, 2007.

SILVA, P.S.R; VIEIRA, J. G. A cobertura da morte Aldo Mota na ótica do jornal Folha de Boa Vista. *Revista do NUHSA*, Boa Vista, v.1, n.1, ago-dez 2007.

SOUTO MAIOR, Ana Paula. *Crime e impunidade em Roraima*. Conselho Indígena de Roraima, Boa Vista, fev. 2003. Disponível em: <http://www.cir.org.br/noticias_030221_dossie.php>. Acesso em: 4 de julho de 2007.

SOUTO MAIOR, Ana Paula. *Crimes contra os índios em Roraima*. Dossiê. Conselho Indígena de Roraima, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA de Polícia Federal. *Relatório da Polícia Federal - Inquérito da Polícia Federal nº 006/2003*. Boa Vista, 14 de julho de 2003.

VIEIRA, J. G. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980*. Boa Vista: Editora UFRR, 2007.

As Políticas de Reestruturação do Território na Amazônia Sul-Occidental e o Desenvolvimento Sustentável

Márcio Roberto Vieira Cavalcante (UFAC)

Integração e Segurança: As contradições da Fronteira¹ Clássica

O problema amazônico é nitidamente diverso do nordestino; objetiva-se a ocupação efetiva da área estrategicamente orientada, *com vistas à preservação das fronteiras internacionais* e incorporação definitiva de sua economia ao todo nacional. Para consecução desses objetivos que, em última análise, acabarão por criar condições para o desenvolvimento auto-sustentado da área, realizou-se a “operação Amazônia”.²

As diretrizes da geopolítica militarista (1967), que acima descrevemos, mostram de forma clara o imaginário de *unidade nacional* que se pretendia transmitir no período que ficou conhecido como *milagre econômico*. A política de Integração Regional acaba por se constituir nesse cenário como um dos instrumentos para a incorporação da região amazônica ao todo da economia e do território nacional.

A região amazônica nas décadas de 1960 e 1970 passa a constituir-se como objeto de preocupação dos governos militares que se sucediam no po-

¹ O Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA (N. 77) em um artigo intitulado “Algumas Questões Sobre a Amazônia como Fronteira” procura por em questão a caracterização da Amazônia como região de Fronteira econômica. Segundo ele o conceito de Fronteira é uma noção construída de fora, e que se tornou comum usa-la para denominar o “outro”, diante deste entendimento propõe o abandono desse conceito. Concordamos com sua argumentação a respeito do conceito de fronteira, mas, acreditamos que esse conceito, uma vez esvaziado da relação centro/periferia, continua sendo do ponto de vista das ciências sociais o mais coerente para pensarmos o processo de incorporação da região amazônica a “sociedade e a economia global”.

² Ministério do Planejamento e Coordenação Geral - *Diretrizes de Governo: Programa Estratégico de Desenvolvimento*, Brasília, Junho, 1967, p. 138.

der desde 1964. A ênfase nacionalista e o impulso desenvolvimentista, marcas registradas do regime militar fazem à região amazônica se tornar alvo de políticas de construção de infraestrutura. Essas políticas iriam ser a alternativa para a construção do desenvolvimento da região que representa 60% do território nacional. A proposta era reverter sua situação econômica baseada fundamentalmente na empresa extrativista e estabelecer um intenso processo de (re)ocupação da região que na época era vista pelos militares como uma área de baixa densidade populacional, em suas palavras um “grande vazio demográfico”. Todo esse esforço destinado a integração da Amazônia deve-se, em grande parte, a preocupação que os militares construíram em relação a situação de fronteira que a região apresentava. Nesse sentido, o desenvolvimento e a incorporação da região significavam em última instância a garantia de *integridade territorial* e a *soberania nacional* sobre ela.

Há muitas definições para o regime militar no Brasil e suas políticas orientadas para a região amazônica. No entanto, uma que julgamos mais frutífera e adequada para o entendimento das políticas de intervenção, especialmente a política de Integração Regional, é a de Octavio Ianni³ onde ele resume as ações da ditadura para a Amazônia a partir de duas inspirações.

Talvez se possa dizer, em forma breve, que a ditadura instalada no Brasil adotou principalmente duas políticas na Amazônia. Uma, de *inspiração geopolítica*, destinada a refazer e reforçar os laços da região com o conjunto do País, em especial o Centro-Sul, econômica, política, militar e culturalmente dominante. Outra, de *inspiração econômica*, destinada a reabrir a Amazônia ao desenvolvimento extensivo do capitalismo.⁴

Segundo o autor, além da inspiração geopolítica de integrar a região a totalidade do território, o que norteou o processo de (re)ocupação da região amazônica foi o interesse econômico de grupos representativos do capital internacional. A política econômica adotada pelo regime militar nesse período fundamentava-se na abertura econômica, ou como demonstra Ianni, uma política econômica dependente. A principal característica desta política é a ên-

³ IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)*. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1986.

⁴ Idem, p. 78.

fase dada em ampliar a base do sistema industrial, e conseqüentemente, aumentar o grau de inserção da economia brasileira no sistema de divisão internacional do trabalho. Esse momento ficou conhecido como “milagre econômico” (1967–1973), período marcado de um lado pela prosperidade e desenvolvimento da economia nacional, e de outro pelas transformações, devassamentos e tensões sociais na região amazônica nas décadas posteriores a 1964. Octavio Ianni mostra que desde o primeiro momento em que foram sendo postas em prática, as políticas governamentais adotadas para Amazônia provocaram a generalização da luta pela terra.

esse desenvolvimento, principalmente extensivo, do capitalismo na Amazônia, provocou uma espécie de “revolução” na questão da terra na região. Em poucos anos, os indígenas viram as suas terras invadidas e o seu modo de vida prejudicado, revolucionado ou definitivamente alterado. Frequentemente se viram pressionados, submetidos, expulsos ou assinados. Às vezes, esses índios eram prejudicados pelos posseiros que chegavam e estabeleciam roças e criações em terras tribais. Outras vezes, os índios, os caboclos amazonenses e os posseiros eram pressionados e expulsos de suas terras pelos grileiros [...]. A terra dada, farta, do sem fim, tribal, ocupada ou devoluta, pouco a pouco, ou de repente, transformou-se em mercadoria. Para os próprios trabalhadores, índios, caboclos, sitiantes e posseiros, nas margens e centros, a terra ficou diferentes, estranha, estranhada.⁵

O processo de desenvolvimento do capitalismo na Amazônia não levou em consideração um histórico de ocupação ocorrido na região desde início do século XIX, nem muito menos a ocupação que se estabelecera na região por pelo menos algumas centenas de anos. A existência de comunidades de seringueiros e índios que habitam a floresta e que mantinham com ela vínculos profundos, tirando seu sustento e o de suas famílias não foi levada em consideração, enquanto uma forma de ocupação tradicional da região.

⁵ IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura*. Op. cit.

Uma das atividades econômicas proposta para desenvolvimento da região foi a agropecuária em substituição à “anacrônica” economia extrativista. Essa é uma característica da proposta de desenvolvimento que mais teve implicações em níveis ambientais, sociais, econômicos, culturais e político. Tudo isso por sua característica de concentração fundiária, degradação ambiental, esvaziamento de territórios e dispensa de mão-de-obra. Sem falar das implicações culturais a que essa atividade nos remete, tendo em vista que, populações inteiras de índios foram sendo empurradas, cada vez mais, para os “fundos dos seringais” e os seringueiros passaram a sofrer um intenso processo de tentativa de desarticulação total de suas formas de viver e morar, sendo gradativamente expulsas de suas terras e colocações de seringa, bem como obrigadas a se deslocarem para áreas urbanas das cidades mais próximas e, posteriormente, no caso do Acre, para Rio Branco, a capital do Estado, ou, em alguns casos, para os seringais nativos da Bolívia.

É frente a esse cenário que diferentes movimentos de resistência de seringueiros e outros trabalhadores rurais passaram a se articular na região. Diferentes sujeitos sociais se organizaram em movimentos de resistência que articulava a luta contra as derrubadas da floresta que representava, em primeira e última instância, a tentativa de preservarem seus tradicionais modos de vida, constituídos historicamente em mais de um século de experiências sociais no interior da mesma.

Consolidaram-se como movimentos de resistência de âmbito plural e com estratégias que encontravam eco nas questões concretas e coletivas de seus cotidianos. Trabalhadores que “[...] não só lutam para resistir contra os que matam e desmatam, mas por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar”.⁶

Em meio aos conflitos e movimentos de resistência que se generalizavam em todos os quadrantes da região amazônica o regime militar trilhava o caminho do *progresso e desenvolvimento*. A integração da região *ia sendo conseguida* por meio da construção de grandes empreendimentos de infraestrutura e pro-

⁶ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônia*. São Paulo: Contexto, 2001. p.130.

jetos rodoviários e da destruição do modo de vida de povos indígenas, agricultores, seringueiros e outros sujeitos sociais. Destruição de seus territórios historicamente constituídos e ocupados por gerações.

O Programa de Integração Nacional (PIN) era simbolicamente a materialização da integração econômica e territorial da região amazônica. Esse programa fundamentava-se na abertura de duas rodovias na Amazônia – a Transamazônica (ligando o Nordeste a Belém-Brasília à Amazônia ocidental – Rondônia – Acre) e a Cuiabá-Santarém, ligando Mato Grosso à Transamazônica; além da construção de estradas o programa previa ainda a implantação, em faixa de terra de 10 km de cada lado das novas rodovias, de um programa de “colonização e reforma agrária” como parte da política de ocupação da região. Essa proposta partia de uma tentativa dos governos militares de consolidar por meio da garantia de acesso e oferta de mão de obra os empreendimentos que naquele momento se dirigiam para a região. Essa proposta de *integração* idealizada pelos governos militares se constituiu em uma política de ocupação e desenvolvimento, baseada em modelos inadequados à região. Inadequado não só por se basearem em interesses de grupos econômicos internacionais, mas também por terem provocado graves problemas culturais e sociais às populações indígenas e, mais recentemente, às demais populações de extrativistas e colonos, que viram desrespeitadas suas identidades culturais e suas áreas de ocupação histórica.

Integração e o (Des)Envolvimento Sustentável: Alguns aspectos da nova fronteira

A Amazônia brasileira não deve ser considerada de forma isolada. A prioridade estabelecida na política externa do Governo Lula de ênfase na integração continental, leva a uma preocupação maior com a Amazônia sul-americana, tendo a bacia amazônica e o bioma florestal como referências. De outro lado, o PAS quer colocar o debate acerca do desenvolvimento da Amazônia no contexto de desenvolvimento do País, inclusive com a perspectiva de revisão de velhas abordagens que predominaram na interpretação da região (PAS, 2005).

As preocupações a respeito da Amazônia e as políticas públicas direcionadas a ela, continuam, ainda hoje, sendo permeadas pela necessidade da integração regional. O novo cenário político nacional e mundial equaciona, de outra forma, essa necessidade e o lugar da Amazônia na atual geopolítica. Diferentemente da geopolítica militarista, presente na *Fronteira Clássica* onde a integração regional tinha como objetivo a garantia da soberania nacional por meio da manutenção das fronteiras territoriais, hoje se percebe uma ênfase cada vez maior em estabelecer a integração da região e de sua economia à economia de outros países da América do Sul por meio da *desintegração* das fronteiras jurídicas.

Essa proposta está delineada nos atuais projetos governamentais e no *Plano Amazônia Sustentável* (PAS). A atual intervenção governamental visa promover o desenvolvimento da faixa de fronteira por meio *de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul.*⁷ Nesse sentido, as políticas públicas para a região, são formuladas com o objetivo de enfrentar as desigualdades regionais, com base em uma proposta de possível desenvolvimento *diferenciada*. Para esse fim, estão sendo articulados investimentos em infraestrutura econômica.

Inserido nesse planejamento das políticas de desenvolvimento regional temos o *Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira* que tem como objetivo específico promover o desenvolvimento de uma região altamente complexa em suas relações com os países vizinhos e que, por um processo histórico de *abandono* governamental, é extremamente carente de infraestrutura.

As áreas situadas na fronteira brasileira, especialmente aquelas localizadas na Amazônia, de ocupação econômica recente estão sendo priorizadas pela política de desenvolvimento.

Sob o signo do *Desenvolvimento Sustentável*, a faixa de Fronteira vai se constituindo como alvo das políticas de desenvolvimento dos governos Estadual e Federal, que iniciam na região um processo de construção de infraestrutura para subsidiar essa proposta de desenvolvimento. A construção

⁷ Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira formulado pelo Ministério da Integração Nacional em 2003.

dessa infraestrutura está prevista nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. É a partir dele que nos últimos anos se intensificam investimentos direcionados para a construção e asfaltamento de estradas, construção de barragens, hidrelétricas e hidrovias entre outros empreendimentos direcionados para o desenvolvimento da região. Essa proposta está distribuída em nove Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento: Arco Norte, Madeira-Amazonas, Araguaia-Tocantins, Oeste, Transnordestino, São Francisco, Rede Sudeste, Sudoeste e Sul.

Do conjunto de investimentos previstos para os Eixos Arco Norte e Madeira-Amazonas (eixos que compreendem os projetos para a região amazônica), que compreende os Estados do Amazonas, Acre, Amapá, Roraima e Rondônia, encontram-se implantados ou em implantação: a hidrovia do Rio Madeira; os gasodutos Coari-Manaus e Urucu-Porto Velho; linhas de transmissão de energia para o Acre e Mato Grosso; o aeroporto internacional de Porto Velho; a pavimentação das rodovias BR364 e BR317 nos estados de Mato Grosso e Acre; a pavimentação das rodovias BR156 e BR401 ligando o Brasil à Guiana Francesa e à República da Guiana; a ligação rodoviária Manaus - Boa Vista - Caracas e a linha de transmissão de energia elétrica Guri - Boa Vista, que faz a integração energética do País com a Venezuela. A pavimentação da rodovia BR317 entra nesse planejamento como obra concluída e em plena utilização.

Todos esses empreendimentos têm como justificativa inicial a necessidade que a região amazônica tem de um crescimento ambientalmente sustentável e redutor de desigualdades regionais. Essa nova orientação tem como proposta principal, modificar a *percepção predominante no passado, que entendia o meio ambiente como obstáculo ao crescimento econômico, para inseri-la como variável qualificadora do novo modelo.*⁸ Fazendo uso do tempo histórico onde a intervenção autoritária na Amazônia gerou várias implicações legitimam e justificam o tempo presente onde o *reordenamento* das políticas e da intervenção estatal na Amazônia acontece.

⁸ Plano Amazônia Sustentável (PAS) formulado por uma ação interministerial entre os ministérios do Meio Ambiente, Relações Exteriores, Planejamento e da Integração Nacional, formulado e lançado em 2005.

A presença do princípio de sustentabilidade nos discursos e propostas governamentais, nos remete a discussão levantada por Leff em *Globalização, Ambiente e Sustentabilidade do Desenvolvimento*. Segundo o autor, *a sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro [...]*⁹ A construção dessa *nova* proposta de desenvolvimento regional, afirma e reafirma as limitações da racionalidade econômica do modelo de desenvolvimento construído pelo o regime militar, para a região amazônica nos anos posteriores a 1964. A perspectiva discursiva que se coloca, é a de uma nova racionalidade que consegue superar a racionalidade econômica militarista, e o seu intenso processo de degradação ambiental. A *nova* proposta pressupõe a conciliação do desenvolvimento com o equilíbrio ambiental. Sem, no entanto, percebe que no atual sistema econômico a proposta se constitui na tentativa de conciliar o inconciliável. Não leva em consideração as limitações do atual sistema econômico *de internalizar as condições ecológicas e sociais [...] deste processo.*¹⁰

Uma *política de representação* que legitima e naturaliza um discurso político que constrói as condições necessárias para a implementação de uma *nova/velha* estratégia de apropriação econômica dos recursos naturais. Esse *novo/velho* paradigma perpetua o olhar e o procedimento mercantilista que “coisifica” a natureza e os homens. Perspectiva que sempre fez (e continua fazendo) parte das políticas de desenvolvimento na região amazônica.

Nessa moldagem (ou remodelagem) das relações entre o poder estatal, meio ambiente e a sociedade civil na Amazônia, ganha destaque a proposta de integração sul-americana. Que nas entrelinhas do *novo* plano situa a Amazônia no contexto continental. Nesse sentido, a integração da Amazônia sul-americana seria uma tentativa de articulação de conexões (ou relações) da região com a totalidade do continente sul-americano. Ora acentuando as relações com o *espaço global*, ora acentuando a soberania nacional e as relações com o restante do território nacional.

⁹ LEFF, Enrique. *O Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

¹⁰ Idem.

A identificação das conexões *globais* e *locais* que planejam estabelecer (e que estão pondo em prática) na região é fundamental para pensarmos a questão inicial de nosso trabalho, a saber: compreender como a Amazônia e as políticas públicas voltadas para ela se inserem no mundo contemporâneo. Entender quais as dimensões da globalização do planeta, em seu movimento incessante de alteração das práticas e processos materiais que servem a reprodução da vida, nessa que é umas das maiores e mais importantes regiões da América do Sul.

Devemos partir, no entanto, do entendimento produzido por Egler que mostra que o conceito de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento e a proposta de *integração regional*, que lhes é inerente, constrói e representa o território nacional como um *espaço geoeconômico aberto*.¹¹ Visão que rompe com a ideia de país fragmentado segundo suas fronteiras geopolíticas formais. Essa constatação é crucial para pensarmos não só a afirmação de Wallerstein de que *ocapital nunca permitiu que suas aspirações fossem determinadas por fronteiras nacionais*,¹² mas também de construirmos alguns questionamentos e entendimentos a respeito das implicações socioculturais dessa *desintegração simbólica* das fronteiras geopolíticas formais.

Para isso, partimos das considerações de Barth em Grupo Étnico e suas Fronteiras.¹³ O entendimento proporcionado pelo autor possibilita construirmos a sensibilidade de perceber as áreas e regiões, onde esses diversos empreendimentos foram (e estão) sendo implementados com um olhar diferenciado. Olhar que percebe o *espaço geoeconômico* dos planos governamentais para além da categoria fria e abstrata do planejamento burocrático. Olhar que percebe esse espaço como produto da vivência e sobrevivência de uma infinidade e pluralidade de grupos humanos que compartilham essencialmente uma mesma cultura (leia-se nacional), no entanto, que estabelecem diferenças interligadas que distingue cada um desses grupos humanos através de seu comportamento.

¹¹ Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento: prováveis impactos ambientais, texto produzido por Cláudio A. G. Egler, geógrafo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹² WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contexto, 1991.

¹³ BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras vocações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

Esses grupos constroem através de sua apropriação dos espaços suas próprias fronteiras. Nessa direção, só faz sentido pensarmos a *desintegração das fronteiras geopolíticas formais*, uma das características do processo de globalização da Amazônia, para percebermos quais as influências e implicações desse novo processo de modernização na cultura dos diferentes grupos sociais que habitam a região. As fronteiras sobre as quais devemos concentrar nossa atenção são as fronteiras sociais que estabelecem relações com outras e *novas* fronteiras territoriais.

A fronteira étnica canaliza a vida social. Ela pressupõe uma organização extremamente complexa do comportamento e das relações sociais desses grupos. A vida social, nessa perspectiva, está ordenada ao longo de escalas de tempo e espaço fixos, contínuos [...] O tempo e o espaço devem ser entendidos como as coordenadas básicas de um sistema de organização e representação do mundo vivido.¹⁴

No entanto, com a emergência desse novo processo de modernização¹⁵ que os governos Estadual e Federal estão implementando na região amazônica ocorre com as escalas de tempo e espaço um intenso processo de mudança estrutural e estruturante¹⁶, o que Harvey chama de *destruição do espaço através do tempo*. Segundo ele, o processo de *modernização tardia* estabelece importantes transformações do tempo e do espaço. Processo que fragmenta não só as *fronteiras territoriais legais*, mas também, em proporção semelhante transforma e reordena as *fronteiras culturais*. Hall chama atenção, que esse reordenamento e as transformações que acontecem à medida que ocorrem transformações no espaço e no tempo, são responsáveis pelo *desalijamento do sistema social* dos diferentes grupos, que são submetidos a essa *modernidade tardia*.¹⁷

¹⁴ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

¹⁵ Concebemos como novo processo de modernização da Amazônia as atuais iniciativas dos governos estadual e federal que vão no sentido de implementação de infraestrutura para subsidiar o processo de integração e desenvolvimento da região amazônica.

¹⁶ Estruturante na medida em que as transformações econômicas exercem pressões sobre o sistema das relações sociais dos diferentes grupos, forçando-os a um processo de adaptação de suas formas de viver ao novo cenário que se impõe.

¹⁷ HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

O *desalojamento do sistema social* extrai as relações sociais, fundadas em escalas de tempo e espaço *fixos*, dos contextos locais de interação em que acontecem, e implementam a reestruturação destas ao longo de escalas indefinidas de espaço-tempo.¹⁸ Essa mudança é responsável pelo processo de mudança cultural de diferentes grupos. Suas identidades que se localizavam no espaço e tempo simbólicos se fragmentam e pluralizam em um processo onde a condição humana desses grupos se funda em uma dimensão de complexidade nunca antes alcançada.

A modernidade separa, cada vez mais, o espaço do lugar, ao reforça relações entre outros que estão “ausentes”, distantes, de qualquer interação face-a-face. Nas condições da modernidade [...], os locais são inteiramente penetrado e moldados por influências sociais bastantes distantes dele. O que estrutura o local não é simplesmente aquilo que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza.¹⁹

Essa separação entre o espaço e o lugar²⁰ se dar na medida em que a escala tempo-espaço deixa de ser construções exclusivamente da vida social. O tempo-espaço vivido e experienciado pelos diferentes sujeitos sociais passa a ser alvo do racionalismo cartesiano dos planejadores e burocratas do Estado. O espaço, nessa perspectiva, “*viene a ser um instrumento político intencionalmente manipulado*”²¹ para se alcançar um modelo de desenvolvimento econômico determinado por grupos econômicos ou pelo Estado. Nesse sentido, o planejamento e o empreendimento planejado impõem ao espaço e aos seus habitantes uma temporalidade estranha aos modos de vidas estabelecidos. Sendo responsável pelo processo de *desencaixe dos sistemas sociais*. A teoria do *desencaixe* desenvolvido por Giddens²² vai de encontro com as considerações de Hall.²³ Ambos entendem esse processo como o *deslocamento* das relações sociais de contextos locais de interação e reestruturação através de extensões de tempo-espaço.

¹⁸ Idem.

¹⁹ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991. p. 27.

²⁰ Lugar, referente a “Lugar Antropológico”, que designa, segundo Marc Auge em *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*, uma construção concreta e simbólica do espaço, como espaço “existencial”, lugar de uma experiência de relação com o mundo de um ser essencialmente situado “em relação com o meio”.

²¹ LEFEBRE, Henry. *Espacio y Política*. Barcelona:Ediciones Península, 1976.

²² GIDDENS, Op. cit.

²³ HALL, Op. cit.

O homem fronteiro e suas fronteiras

A recuperação da “Estrada do Pacífico” (Rodovia BR317), prevista no planejamento dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento do Governo Federal, é a base da política da integração regional adotada pelo governo do Estado do Acre. Essa rodovia é apresentada nos discursos oficiais, como a forma mais viável de garantir o desenvolvimento da região, e a superação das desigualdades regionais. É a partir da Rodovia BR317 (que liga a capital do Estado a fronteira do Brasil com o Peru e Bolívia) que se direcionaria grande parte das exportações da região. A rodovia foi construída com o objetivo de ligar o território brasileiro aos portos fluviais peruanos, sendo uma saída viável e barata para a economia regional.

Seu processo de asfaltamento e recuperação ocorreu envolto ao discurso ambientalista, onde se afirmava que a tradição militarista dos grandes empreendimentos já não fazia mais parte da realidade amazônica. A integração, nessa perspectiva, além de se constituir como o instrumento para consolidar as relações diplomáticas e econômicas entre os três países fronteiriços, era a proposta mais viável para a consolidação do “Desenvolvimento Sustentável” no Acre.

O (des)envolvimento na Amazônia historicamente vem afastando/distanciando as populações de seus territórios e espaços da vida cotidiana. Essa lógica ainda predomina na região de fronteira, de forma mais acentuada nas áreas que são margeadas pela recém-pavimentada Rodovia BR317. O processo de desenvolvimento desencadeado pelo asfaltamento da Rodovia BR317, que foi pensado como isento do peso destruidor e impactante que as políticas de construção de infraestrutura na Amazônia passaram a identificar, tem se mostrado como um dos fatores mais importantes no processo de racionalização das áreas margeadas pela rodovia.

Tal processo promove mudanças e transformações nos modos de vida e nas relações sociais lá estabelecidas, redefinindo a configuração espacial, e em um processo conflituoso, reordenando os usos do espaço. As áreas acima referidas passam por um processo de especulação imobiliária, de

reconcentração fundiária, e de uma intensa urbanização do campo e dos modos de vida engendrados naquele espaço.²⁴

Processo de racionalização que ocorre à medida que as áreas de influência da rodovia e as práticas sociais estabelecidas nelas são incorporadas em uma nova ação econômica própria da empresa capitalista. Esse processo é acompanhado por uma mudança cultural e social, dissolvendo os modos de vida estabelecidos. Movimento que instaura um processo de transformação e ruptura intenso no espaço de vivências de seus habitantes, destruindo com o lugar onde engendraram relações de afetividade e de identificação. Espaço no qual eles continuam a viver e que não é mais o local no qual viviam. Espaço que se transforma em *lugares de memória* sobre os quais percebem a imagem do que não são mais.

Em algumas comunidades pode-se perceber uma transição de uma economia predominantemente de subsistência para outra economia baseada na agropecuária, devendo-se levar em consideração nesse contexto que as *estruturas estruturadas*, na acepção de Pierre Bourdieu, passam a atuar como *estruturas estruturantes*,²⁵ orientando e organizando as práticas econômicas/sociais da existência cotidiana, instaurando certa uniformização dos modos de vida de trabalhadores rurais. Essas transformações econômicas exercem pressões sobre o sistema das relações sociais e no universo das representações dessas pessoas, forçando-as a um processo de adaptação de suas formas de ver/viver no mundo as estruturas econômicas importadas e impostas, ou seja, a reinvenção de seu universo cultural que se materializa sob a pressão da necessidade econômica.

Esse processo se instala e implementa relações sociais desiguais e conflituosas e a fragmentação das relações cultura-natureza estabelecidas, levando muitos dos pequenos produtores em sua grande maioria moradores de áreas de reforma agrária, impossibilitados de se adaptarem a nova ordem, por

²⁴ A noção de urbanidade do campo é definida por Milton Santos em sua obra *Técnica, Espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional* como o processo de mudança das relações sociais, e também mudança no conteúdo material do território.

²⁵ Segundo Bourdieu em *O Desencantamento do Mundo*, à medida que a organização econômica se expande, tende a se impor como um sistema quase autônomo que espera e exige do indivíduo um certo tipo de prática e disposições adequadas ao novo "cosmo" que se instaura.

terem como atividade principal a cultura de lavoura branca, pouco rentável do ponto de vista econômico; útil apenas para a subsistência, a venderem suas terras para grandes proprietários e buscarem as periferias dos municípios de Brasília e Rio Branco para viver.

Centenas de famílias de agricultores que na década de 1970 tiveram de migrar para espaços desconhecidos na região norte, fruto das políticas de colonização oficial muitas famílias iniciaram processo de desterritorialização²⁶ em busca de um possível futuro para as suas vidas, hoje têm que vir para as periferias das cidades mais próximas e deixar para trás (ou reinventar em outros espaços) uma cultura herdada e/ou construída e se defrontar com uma outra que para eles é estranha, pois não ajudaram a criar, cuja história desconhecem por não fazerem parte dela ou terem sido excluídos da mesma. Realidade nova que dificulta a uma adaptação aos centros urbanos, obrigando-os a criarem formas próprias de ocupação do espaço, a custo de uma favelização da cidade, onde recriam antigas condições de vida que estabeleciam no território perdido.

Esse processo amplia simbolicamente a fronteira jurídica para além dos limites do Estado Nacional e redefine territórios historicamente constituídos, estabelecendo novas fronteiras no âmbito da vida cotidiana desses homens e mulheres; além de promover mudanças e transformações nos modos de vida e nas relações sociais; redefinição que ocorre em meio a um processo conflituoso de reordenamento dos usos do espaço.

Referências

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da Supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus, 1994 (Coleção Travessia do Século).

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras vocações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

²⁶ A noção de desterritorialização é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território. Esse processo é acompanhado pela construção de novas territorialidades que por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios através da reconstrução parcial de velhos territórios.

BECKER, B. Significância contemporânea da Fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: *Fronteiras*. Brasília: Universidade de Brasília/ORSTON, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1994.

CASTRO, E. R., MONTEIRO, R. CASTRO, C. *Atores e relações sociais em novas fronteiras na Amazônia*. Novo progresso, Castelo de Sonhos e São Félix do Xingu. Paper de Bachgrund. Belém, 2002.

CASTRO, Edna. Estado e políticas na Amazônia em Face da Globalização e da Integração de Mercados. In: COELHO, Maria Célia Nunes; MATHIS, Armin; HURTIENNE, Thomas (org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejusp/UFPA-NAETA.

CASTRO, Edna. Políticas públicas como campo de pesquisa. In: COELHO, Maria Célia Nunes; MATHIS, Armin; HURTIENNE, Thomas (org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejusp/UFPA-NAETA.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazonas*. São Paulo: Contexto, 2001.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1986.

IANNI, Octavio. Nação: província da sociedade global. In: TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR, 2004.

LEFEBRE, Henry. *Espacio y política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LEFF, Enrique. *O Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista Nogueira. Algumas Questões Sobre a Amazônia como Fronteira. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 77.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contexto, 1991.

Artigos e pesquisas

“Pacíficos e carentes de um Estado Protetor e Provedor”: Os trabalhadores amazonenses na propaganda estadonovista

Hosenildo Gato Alves (Ufam)

O Brasil da década de 1920 foi marcado por inúmeros problemas sociais, como as constantes atividades dos operários que culminavam muitas vezes em greves de consideráveis proporções e o movimento tenentista. Esses conflitos fizeram com que o tema das massas viesse à tona. As elites brasileiras, muitas vezes através de seus intelectuais, voltaram suas preocupações para o controle das massas e buscaram alternativas para integrá-las politicamente; o fantasma da Revolução Russa “assombrava” setores da nossa elite e o medo de revoluções sociais passou a se fazer presente no imaginário desses estratos de nossa sociedade.¹

Segundo a historiadora Maria Helena Capelato, a questão social passou a ser o grande fantasma a ser exorcizado. Nesse campo, germinaram ideias nacionalistas vindas da Europa e reinterpretadas em nosso país. Assim emergiram das ideias de grupos nacionalistas, propostas que defendiam uma nova identidade coletiva² para viabilizar a integração dos trabalhadores à sociedade e, para organizar as “massas perigosas” e “inorgânicas”.

A crítica desses intelectuais foi direcionada ao liberalismo, na medida em que, segundo eles, o liberalismo não conseguiu resolver os problemas nacionais. Por essa perspectiva, a formação de um Estado forte e centralizado foi percebida como condição primeira, para a produção de uma consciência coletiva, de uma unidade nacional. E, para a gestão desse Estado, tornar-se-ia imprescindível a figura de um chefe, de um César, que controlaria as “massas irracionais”. Esse líder seria cultuado e a unidade nacional posta em prática.

¹ CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 39.

² Idem, p. 212.

Nesses anos – início e decurso da década de 1930 – a figura que se destacou para se tornar esse possível líder foi a de Vargas e o Estado forte e centralizador foi o Estado Novo.

Durante o Estado Novo, através do culto ao Chefe e ao regime, a questão da nacionalidade foi exaltada para a conquista das massas, e assim acalmá-las. E também, como bem salientou Paranhos, esse culto envolveu uma preocupação de ordem prática na medida em que dizia respeito à legitimação do regime.³

Nesse processo a propaganda política estadonovista teve um papel imprescindível. Ela, ao agir no campo dos imaginários e das representações, procurou através de forças simbólicas, provocar mudanças na maneira pela qual a sociedade brasileira se apreendia, ajudando a reforçar a impressão de unidade nacional entre os brasileiros. Ela ajudou o regime e seu chefe a se apresentarem e representarem-se de maneira sempre grandiosa. Através desse prisma, experiências históricas anteriores tentaram ser apagadas; como exemplo, o Estado se propôs a criar uma nova identidade para os trabalhadores.

Desarticulando o movimento dos trabalhadores

Acerca da história do movimento do operariado amazonense no Amazonas da “República Velha”, apesar da visualização de que a historiografia sobre essa temática está ainda em processo de construção, podemos afirmar que vários setores do operariado local eram politizados, organizavam-se em sindicatos e, em muitos casos, organizaram e praticaram greves.⁴ No que concerne à organização, é possível afirmar que muitos, para exprimirem suas críticas, e darem mais sentido de coletividade aos seus anseios, produziam jornais. Essa constatação nos possibilita a visualização da existência de uma imprensa operária e de sua forte atuação.⁵

³ PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala: Origens da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. p. 59.

⁴ Cf. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflitos no porto de Manaus, 1899-1925*. 2. ed. Manaus: Edua, 2003; TELES, Luciano Everton Costa. *A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)*. Dissertação de Mestrado, UFAM, Manaus, 2008.

⁵ Cf. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto (Org.). *Imprensa Operária no Amazonas*. (transcrições e fac-símiles) Manaus: EDUA, 2004. p. 11.

Essa historiografia pioneira nos abre um panorama que nos dá base para afirmarmos acerca da presença de um fazer político do operariado amazonense e de uma consciência de classe, pela qual, os trabalhadores locais procuraram fazer sua própria história e lutar pelos seus direitos.

No que concerne ao período Vargas no Amazonas, apesar da inexistência de trabalhos de historiadores acerca dessa temática, o presente estudo encontrou indícios que nos direcionam a constatar essa possibilidade.⁶ Isso é possível, não somente pela presença de um jornal operário como *A Lucta Social*,⁷ mas também pela presença de notas, sobre várias organizações de trabalhadores, em periódicos da grande imprensa. Um bom exemplo é o jornal *Tribuna Popular*.

O jornal *Tribuna Popular*, que teve inicialmente o subtítulo “Órgão do Partido Trabalhista Amazonense”, representava o interesse dos políticos elitistas do Amazonas e, por mais que ele se apresentasse como uma alternativa para os anseios dos trabalhadores, procurando orientá-los, organizá-los, afirmando que eles “estavam habituados a servir de degrau por onde os políticos com suas lábias subiram para se elevar às suas altas posições”,⁸ no fim, as intenções do periódico e do Partido Trabalhista eram as mesmas que eles se propuseram a criticar.

Contudo, apesar dessas intenções políticas e dessas relações de forças presentes nesse periódico, ele abre espaços que nos possibilita, através de suas páginas, visualizarmos em vários momentos, determinada organização política e mobilizações de trabalhadores. Como adágio é possível encontrarmos nas páginas desse periódico, indícios de uma greve no setor do *curtume* em Manaus. Em uma nota na Seção de “Interesses Commerciaes” desse periódi-

⁶ Aqui deve ficar claro que o presente estudo não objetivou analisar, por mais que em alguns momentos façamos referências, a organização e comportamento do operariado amazonense durante a “Era Vargas”. Nosso foco foi a análise do discurso varguista, principalmente o estadonovista, direcionado a esses setores.

⁷ O jornal *A Lucta Social* circulou em uma primeira fase no ano de 1914, e numa segunda no ano de 1924. Contudo se encontrou um de seus exemplares, em uma terceira fase que data do ano de 1931 – *A Lucta Social*, n. 52, Manaus, 02 de janeiro de 1931, que se encontra, hoje, no Laboratório de História da Imprensa do Amazonas da UFAM. Ainda acerca do *A Lucta Social*, nessa terceira fase, ele adentrou a década de 1930, encontra-se uma referência de sua circulação no jornal *Tribuna Popular*, de 1934. *Tribuna Popular*, nº4. Manaus, 21 de maio de 1934. Há também indício de outro jornal da imprensa operária, *O Avante*. Cf. *Tribuna Popular*, n. 49. Manaus, 01 de abril de 1935.

⁸ *Tribuna Popular*, n. 3. Manaus, 15 de maio de 1934.

co, do dia 21 de maio que circulou pelo menos até o dia 16 de julho de 1934, afirmava-se que em “consequencia da greve dos cortumes, os compradores” estavam “retrahidos”.⁹ Apesar de não termos outras informações sobre a referida greve – quando e por que iniciou? – é interessante constatar que ela tenha durado no mínimo, quase dois meses.

Ainda, nas páginas desse periódico, é possível averiguarmos discursos dos trabalhadores amazonenses e atuações em busca de uma alternativa que os desvencilhem das incursões dos governantes e patronato à sua autonomia. Falas que defendem a organização política dos mesmos, para que eles escolhessem, entre seus pares, pessoas que pudessem, nos Congressos Legislativos, lutarem para elaboração de leis que venham lhes amparar. A nota abaixo, sem sombras de dúvidas, representaria a intenção política de muitos setores dos trabalhadores amazonenses nesses sete primeiros anos da década de 1930:

Já não é mais tempo de continuar estacionaria a classe trabalhista.

É o momento de cooperar, dentro da ordem e da fraternidade, pela completa reivindicação dos nossos direitos pela perfeita segurança do nosso futuro.

A todo o trabalhador assiste o direito de organização, por isso não deve temer a qualquer injunção de adestradores e corruptores do bem coletivo. Os factos teem demonstrado perfeitamente, que a causa primordial, de serem sempre tolhidas as medidas que de algum modo venham beneficiar o homem do trabalho, é por viverem elles dispersos do meio dos seus irmãos de lucta, e de sua agremiação unica, que realmente o pode amparar, proteger e defender. [...]

Os princípios mais elementares das diversas transições, por que vem passando o mundo, indicam claramente que é ao trabalhador que compete a integral defesa dos seus direitos, assim como a sua cooperação, nas nossas leis dentro dos congressos legislativos.¹⁰

⁹ *Tribuna Popular*, n. 4 ao n. 12. Manaus, 21 de maio a 16 de julho de 1934.

¹⁰ Produzido pelo Sindicato da Construção Civil. “Precisamos definir-nos, trabalhadores”. *Tribuna Popular*, n. 52. Manaus, 22 de abril de 1935.

Porém, se é possível nesse período a visualização, mesmo que indiciária, de uma atuação política de setores dos trabalhadores locais em busca de direitos sociais, é também visível a intenção do governo central em dificultar esse acontecimento. Para tanto, se apresenta um discurso que o incuba de tal processo, ameaçando em deixar à margem dos direitos sociais, o trabalhador que não seguisse os ditames do Estado. Em uma nota do *Tribuna Popular* de 1935 é possível presenciar esse discurso:

O homem trabalhador não é mais uma simples machina productiva que se move inconsciente, sem presentir o dia d'amanhã, quando a idade ou a doença o incapacitar.

O Estado, exigindo-lhe actividade para o seu desenvolvimento economico, tem a obrigação irrestricta de o cercar de todas as garantias.[...]

A educação a assistencia e o bem-estar são deveres do Estado para com todas as classes e, especialmente, para com as menos favorecidas de fortuna. [...]

Leis rigorosas de amparo ao trabalho, leis de assistencia às classes. Taes medidas virão abrir os olhos da consciencia dos trabalhadores, mostrando-lhes que o regimen não é abastardo, que a Republica deixou de ser aburguezada e trata de todos com o mesmo interesse.

Desapparecerão, com esses remedios, os pronunciamentos de odiosidade entre classes [...]

*TRABALHISTAS! Abri os vossos braços para receber em vosso seio todos os homens, capitalistas, proprietarios, medicos, bachareis, professores, commercarios, artífices e artistas, enfim, todos os homens que, menos materializados, saibam vos querer como irmão e comprehendam que, para o debellar da crise que nos assoberba só ha um problema, um grande problema – o problema econômico e cultural das classes que tem a sua incognita na: Educação, como obrigação do Estado; na Subsistencia, pelo trabalho dignamente retribuído; na Assistencia, como obrigação do Estado; no Bem-estar material e espiritual e, finalmente, no Direito ao trabalho, cuja infração fará com que desapareçam todos os deveres do Estado para com o individuo infractor.*¹¹

¹¹ "Trabalhismo". *Tribuna Popular*, n. 42. Manaus, 11 de fevereiro de 1935. Grifo meu.

A citação supra, é um exemplo de outras falas desse período, que representam uma ideologia, que ganhou maior contorno durante o Estado Novo. Essa ideologia é a do trabalhismo, que defendia a colaboração entre as classes sociais e a adesão dos trabalhadores à dependência com relação ao Estado. Para esse fim, a propaganda do mito da outorga, que veiculou a ideia de que os direitos sociais direcionado aos trabalhadores não seria o fruto de suas próprias lutas, mas sim uma dádiva do Estado provedor e seu presidente *clarividente*, que tomaram essa iniciativa de forma espontânea, teve um papel de destaque. Ela foi uma tática que se tendeu ser bastante eficaz para a desmobilização do operariado brasileiro em um primeiro momento (1931-1942), e de mobilização a partir de 1942 para manter Vargas no poder através do apoio desses setores.

A partir de 1942, os governistas anunciavam aos trabalhadores que havia chegado à hora suprema, em que esses colocariam o devotamento cívico e suas capacidade de ação e cooperação na defesa, a qualquer preço, do solo inviolável da pátria, e “das legítimas, árduas e generosas conquistas” que a eles “foram *outorgadas* no sistema de vida, na organização política e na economia”¹² do povo brasileiro.

Contudo, a criação do mito da outorga, inserida na ideologia do trabalhismo, como nos alerta o historiador Adalberto Paranhos, não se deu no vazio, mesmo que de forma mínima, ela teve que se materializar, tornando-se uma forma de atender os interesses mais ou menos imediatos dos trabalhadores, mesmo que tenha sido parcial e fugisse dos propósitos dos setores mais amplos do movimento operário.¹³

Nessa perspectiva, esse historiador acredita que, os direitos trabalhistas concedidos por Vargas aos trabalhadores foi uma fala roubada dos próprios trabalhadores brasileiros, que foi reelaborada, através de uma legislação trabalhista – na fala dos governistas a mais adianta e mais culta do mundo –, sendo direcionada aos mesmos. Assim, o mito da doação serviria para amortecer as lutas de classe e tentar apagar da memória dos trabalhadores suas atuações

¹² PERES, Leopoldo. *Frente do Trabalho na Guerra. O Proletariado Brasileiro e a Palavra de Ordem do Presidente Getúlio Vargas, na Marcha Para a Vitória*. Manaus: Imprensa Pública, 1942, p. 11.

¹³ PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala*. Op. Cit., p. 24.

políticas anteriores ao Estado Novo – do período que compreende toda a República Velha até os meados da década de 1930¹⁴ – o que possibilitaria, na visão dos governistas, a despolitização do operariado brasileiro, facilitando o seu controle por parte do governo. Vejamos dois exemplos que nos possibilitam visualizar uma mínima parte, mas significativa, dessa atuação do governo Vargas. O primeiro exemplo é a comparação das duas imagens abaixo.



Fonte: *A Voz do Trabalhador*, n. 30. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1913.



Fonte: *O Jornal*, n. 2340. Manaus, 1º de maio de 1938.

Em ambas as imagens, vemos a representação de um trabalhador à beira mar contemplando o “sol da liberdade”. O mesmo está de braços abertos, após rebentar os grilhões, para receber na alvorada, os primeiros raios da liberdade. Ou seja, as imagens passam a ideia de que começa naquela manhã um novo mundo para os trabalhadores, de um futuro melhor, e de realizações; um mundo livre. E o que acaba diferenciando, um pouco, as duas imagens, é o fato de que na primeira figura o chão sob o qual o trabalhador se ergue é constituído por um monturo de crânios.

¹⁴ Idem, p. 25.

Contudo, é na visualização desse detalhe que se abre um panorama para percebemos que as duas imagens são antagônicas. Ambas realmente procuram passar a ideia do advento da liberdade para os trabalhadores, entretanto essa liberdade é conseguida de formas diferentes. Passemos então a historicizar as duas imagens.

A primeira faz parte da data comemorativa do 1º de maio de 1913, e foi veiculada no jornal “A Voz do Trabalhador”, periódico da Confederação Operária Brasileira. A imagem ainda vinha acompanhada de um poema, que tinha nas duas últimas estrofes, os seguintes dizeres:

Calendimaio! O Sol que te ilumina seja
O último a iluminar as grades da Prisão,
Os muros do quartel e as fachadas da Igreja;
E amanhã, ao brotar do grande Astro o clarão,
Que aos seus raios triunfais o Homem, por fim seja
Sobre a Terra, a cantar, liberto do patrão.¹⁵

A segunda também procura comemorar o 1º de maio, contudo o ano é o de 1938, e faz parte das festividades organizadas pelo Estado Novo que, seis meses antes, acabara de ser instalado. Essa imagem veio acompanhada da seguinte mensagem:

Na nação brasileira, a data é particularmente festiva, pois é a oportunidade *que tem a família operaria de demonstrar às autoridades os seus agradecimentos commovidos pela conquistas magníficas que já mereceu, principalmente no benemerito governo Getúlio Vargas, atravez de sabios preceitos, representando garantia, segurança, conforto, paz.*¹⁶

A primeira imagem simboliza perfeitamente uma concepção corroborada por vários setores do operariado brasileiro do pré-30. Para esses trabalhadores, seria através das suas atuações políticas, através da suas lutas, de suas organizações que eles iriam conseguir a liberdade; conseguir direitos

¹⁵ *A Voz do Trabalhador*, n. 30. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1913.

¹⁶ *O Jornal*, n. 2340. Manaus, 1º de maio de 1938. Grifo meu.

sociais. Nessa perspectiva eles pregavam, em sua grande maioria, uma autonomia em relação ao Estado brasileiro, ou melhor, eles defendiam a supressão desse Estado; não é por acaso, que o trabalhador, dessa imagem, está sobre as caveiras que simbolizam a derrocada do exército, do capitalismo, do clero, da burguesia, da aristocracia, em síntese dos grupos e sistema econômico, que exploram esse trabalhador, e que detêm o controle do Estado.

Para esses trabalhadores, seus inimigos seriam o próprio Estado e suas Instituições. Somente eles, através de suas lutas seriam os responsáveis por sua liberdade. O 1º de maio *seria o dia do trabalhador*, um dia de lutas.

Já a segunda imagem representa perfeitamente, o discurso sócio-político, presenciado no período pós-Movimento de 1930, principalmente, durante o Estado Novo. Nesse discurso, o Estado se apresenta enquanto o único capaz de prover os direitos trabalhistas, ele seria o responsável por outorgar esses direitos. Assim sendo, os trabalhadores deveriam agradecer o que estava sendo feito para eles. Nessa perspectiva o 1º de maio *seria o dia do trabalho*, um dia de festas e agradecimentos para com os governantes.

Um outro exemplo que trilha por esse enviesamento, e que, ainda, procura construir uma boa imagem da personalidade de Vargas é o discurso do Inspetor Regional do Trabalho, pronunciado no 1º de maio de 1939 em Manaus para vários trabalhadores, que se reuniram para comemorar a assinatura do decreto-lei que instituiu a Justiça do Trabalho:

Justiça do Trabalho, quer dizer: justiça para os trabalhadores, justiça rápida, justiça sem intermediários.

É mais uma promessa do presidente Getúlio Vargas, para com o proletariado nacional, que se cumpre: *é mais uma demonstração da bondade do coração do presidente magnânimo que se revela: é mais uma vitória que o trabalhador brasileiro ganha sem derrame de sangue, sem lutas, sem greves, sem exigir, sem impor.*

*É, enfim, mais uma realização do Estado Novo, para a garantia da paz, para a consolidação, para o progresso do Brasil, dentro da ordem constituída, dentro da harmonia realizada, dentro do espírito cristão, onde emana os princípios básicos da legislação social-trabalhista brasileira...*¹⁷

¹⁷ *O Jornal*, n. 2650. Manaus, 2 de maio de 1939.

Outra coisa interessante acerca dessa citação, e de outras mensagens, que visam propagar a questão da “outorga” da legislação trabalhista pelo “presidente magnânimo”, é a presença, como nos lembra o historiador Adalberto Paranhos, de certa contradição que nós percebemos nos discursos dos governistas. Se por um lado o discurso do trabalhismo, e no seu seio o mito da outorga, tinha também como intenção, apagar da memória dos trabalhadores suas atuações políticas, suas lutas por direitos, e muitas das mensagens estadonovistas exaltassem o papel do Estado, contraditoriamente, em muitas delas, é possível constatar referências, diretas e indiretas, às lutas de classe dos trabalhadores, suas atuações políticas no pré-30, e até mesmo durante os sete primeiros anos da década de 1930.¹⁸

Chegou à hora da retribuição: mobilizando os trabalhadores

É quase unânime na historiografia acerca do Estado Novo, a afirmação de que desde quando ele é instalado, em novembro de 1937 até início ou meados de 1942, o regime não se preocupou com a mobilização das massas, não se preocupou em buscar apoio desses setores. Foi a partir desse período, e principalmente em 1945, que Vargas se preocupou em buscar esse apoio.

Como exemplo, temos visão da historiadora Ângela de Castro Gomes. Essa historiadora acredita que o ano de 1942 foi um marco sugestivo para o rearranjo de forças do Estado Novo, uma vez que a ambiguidade política se tornou presente e passou a dominar o clima do regime. Gomes entende essa ambiguidade como uma tentativa, por parte das lideranças do regime, em abrirem mão de um posicionamento autoritário, sem, contudo, abrirem mão das posições de poder detidas por elas. Por esse viés, essas lideranças precisavam garantir a condução do processo de saída do autoritarismo para se manterem no poder, agora através de uma *ordem democrática*.¹⁹ Assim procuram executar práticas políticas que auxiliassem no processo de transição.²⁰

¹⁸ Em obra já citada, o historiador Adalberto Paranhos percebe essa contradição nas falas dos governistas. Devido a essa análise desse historiador, procurei averiguar, se essas contradições eram perceptíveis e se existiam, na propaganda veicula através da imprensa.

¹⁹ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 170.

²⁰ Contudo como expus em outro lugar, não concordo com a historiadora, quando esta afirma que, desde 1942, os governistas para se manterem no poder, se mostrem afeito em sair de um regime autoritário, e busquem uma via democrática. ALVES, Hosenildo Gato. *Imprensa e Poder: A Propaganda Vargasista na Imprensa Amazonense (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado) - UFAM, Manaus, 2009, p. 101-105.

Nesse processo, segundo a referida historiadora, o ministro do trabalho Marcondes Filho foi um dos grandes artífices. Ele desenvolveu várias medidas que já vinham sendo postas em prática pelo Ministério, que auxiliassem nessa via continuísta; atitudes que perpassavam no campo da educação, da saúde, alimentação, habitação, e principalmente as direcionadas para o campo da organização do trabalho.²¹

Neste último caso, o objetivo visado, segundo Gomes, seria o “estreitamento dos laços entre Estado e o movimento operário, via representação sindical”.²² Assim se investiu na divulgação e propaganda direcionadas a esses setores. Desenvolveu-se um conjunto de medidas direcionadas à questão da sindicalização, soma-se a isso, por fim, a montagem de uma estratégia que teria como base a organização sindical corporativista, cuja matriz seria o discurso ministerial.²³ O discurso de Marcondes Filho, proferido em finais de setembro de 1943, perante lideranças sindicais no Rio de Janeiro, é um reflexo dessa preocupação do regime, ou seja, a de mobilizar os trabalhadores para buscar uma sustentação para o regime e seu chefe:

Hoje em dia o trabalhador está completamente integrado com a direção dos negócios do Estado. Ele é ouvido e traz a colaboração de sua experiência; ele tem justiça própria. O Estado não mais lhe faz favores, porem lhe reconhece direitos e é o primeiro a proclama-los.

Todo esse monumento eu é a legislação trabalhista, todo esse amparo prestado pelas instituições de seguro social, os trabalhadores brasileiros sabem que foi o presidente Getulio Vargas, que lhes deu...

Por isso os trabalhadores brasileiros estão coesos em torno do sr. Getulio Vargas e não dão ouvidos aos impacientes e saudosistas das agitações estereis [...]

Os gestos dos corretores de seguro, ajudando a vencer a guerra, foi uma pronta e clara demonstração de que os trabalhado-

²¹ Foi com essa intencionalidade que o ministro Marcondes Filho veio a Manaus, no dia 18 de março de 1943, conversar com as autoridades locais. Essa viagem durou um dia. *O Jornal*, n. 3830. Manaus, 19 de março de 1943. Ver também *Revista Sintonia*, n. 34. Manaus, Março de 1943.

²² GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Op. cit., p. 171.

²³ *Idem*, p.170.

*res do Brasil estão na posição de sentido e que cumprirão tudo o que for necessário para cumprir a determinação do sr. Getúlio Vargas.*²⁴

Contudo, como alerta a historiadora Ângela de Castro Gomes, essa prática comportou dimensões contraditórias uma vez que, ao mesmo tempo em que se procurou controlar o movimento sindical, necessitou-se que movimento fosse, de fato, representativo no seio do operariado. Não se procurou simplesmente o mero controle, mas a mobilização, o que só seria possível se ocorresse certa atuação política do operariado, que estava excluído do cenário político desde 1935.²⁵

De fato, a partir do ano de 1942, se percebe através da imprensa local, certa preocupação do governo, com uma propaganda *relativamente mais elaborada*, e direcionada aos trabalhadores, com a intenção de mobilizar esses setores, para que retribuíssem ao regime a efetivação dos direitos trabalhistas há muito tempo requisitado. Até então, a presença da propaganda direcionada a eles era bastante esporádica nos periódicos locais, sendo realizada quase que apenas durante as comemorações do 1º de maio, citados também durante o aniversário do 10 de novembro, e no dia 19 de abril (aniversário de Vargas). Porém mesmo com essa mudança de perspectiva, quando comparadas a outros temas da propaganda estadonovista, a propaganda direcionada aos trabalhadores ainda apresenta um caráter bastante secundário.²⁶

A conjuntura nacional exigia essa atuação por parte do regime como forma de sua própria existência: com a entrada do Brasil ao lado dos Aliados na Segunda Guerra, as contradições internas do Estado Novo começam a aparecer. Nesse complexo rearranjo de forças, seus opositores ganham terre-

²⁴ *O Jornal*, n. 3996. Manaus, 30 de setembro de 1943. Grifo meu.

²⁵ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalho*. Op. Cit., p. 171.

²⁶ Estudos acerca da propaganda demonstram certa inexpressiva representação do trabalhador e do trabalho, tanto nas mensagens quanto na iconografia, quando comparadas com outros temas da propaganda estadonovista. A historiadora Silvana Goulart, analisando os conteúdos das matérias (um total de 5799) publicados, pelo DEIP de São Paulo na imprensa paulista, entre os anos de 1941 e 1944, nos mostra que apenas 2,2% da matéria se referiam ao trabalho. Para o ano de 1941, ela não encontrou nenhuma matéria. GOULART, Silvana. *Sob a verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 110. Ver também, CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena. Propaganda Política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 188-209.

no e aos poucos, setores das elites brasileiras que se relacionavam com o regime se mostram distante, o antigo suporte das forças armadas mostram-se desgastados.

Nesse período, o discurso do trabalhismo se intensifica, concomitantemente o do mito da outorga, mas agora, este adquire um sentido mobilizador. Os trabalhadores deveriam obedecer ao presidente, eles, segundo o ministro Marcondes filho, deveriam estar “atentos às suas vozes de comando”.²⁷ Era a vez dos trabalhadores retribuírem o favor que lhes foi prestado pelo presidente. Vargas estaria do lado do povo, do trabalhador, protegendo-os, ele era claramente representante do povo, no mais ainda havia muito a ser feito:

Getúlio Vargas é elite, é classe média e é povo. Não desampara o direito de quem o tenha. Não pergunta a procedencia nem a arvore genealogica de quem o procura. Examina, apenas. *Mas creio que ele é muito mais povo do que elite e classe média. Muito mais povo porque sabe que é aí, neste palco ignorado, que se ensinam os grandes dramas do Brasil.*

Nestes últimos dez anos o que se fez pelo trabalhador foi alguma coisa de substancial. Das greves sangrentas feitas a pata de cavalo, saíram todos os operários de todas as categorias para as garantias que as leis atuais lhes asseguram. Já o homem que trabalha não é mais uma máquina que o estado atira fora quando emperra. É uma força util que o governo considera e ampara, zela e defende. O operário sabe disso, acompanha as medidas que o governo toma em sua defesa, as leis que faz promulgar para que ele não seja um explorado, O operário compreende que está no governo um homem justo, que jamais quis fazer um uso indevido da sua autoridade, um chefe de admirável plasticidade e compreensão dos problemas sociais e humanos desta hora dramática para o destino da humanidade.

*[...]. O Estado Nacional não se deslumbra com o que já concluiu. Permanece em ação.*²⁸

²⁷ *O Jornal*, n. 3996. Manaus, 30 de setembro de 1943.

²⁸ *Revista Sintonia*, n. 37, p. 7. Manaus, junho de 1943. Grifo meu.

Porém, apesar dessa reviravolta, pouco adiantou o direcionamento, o apelo de Vargas aos trabalhadores. A força que esses setores tinham ou aparentemente mostravam ter, não foi suficiente para evitar um golpe organizado pelos opositores e ex-aliados do regime e de seu presidente.

A representação dos trabalhadores: negando a identidade de classe em prol de uma identidade coletiva, nacional

Como falamos anteriormente, foi a partir de 1942 que notamos a presença um pouco mais constante, ainda que secundária, de uma propaganda política, através da imprensa amazonense direcionada aos trabalhadores. A partir daqui analisaremos essa propaganda direcionada a esse setor da sociedade amazonense.

Concomitantemente ao desenvolvimento do mito da outorga pelo governo, ocorria a tentativa de negação de uma história de lutas do trabalhador. Foi comum a propaganda estadonovista, ao engrandecer o regime, desqualificar a trajetória do trabalhador anterior ao governo Vargas.

Por esse panorama, o governo tentou apresentar o trabalhador como alguém, com pouca atitude política; assim, procurou-se negar uma identidade de classe. Segundo a propaganda, na sociedade do período anterior, o trabalhador era visto como “um pária”, não tendo as suas angústias nunca ouvidas. Eram esquecidos pelo poder público, e no outro pólo eram explorados pelo patrão. Devido a esse estado de coisas, o seu meio se tornava um solo fértil para que estrangeiros plantassem sementes de “exóticas ideologias extremistas” como o anarquismo e o comunismo.

As mensagens estadonovistas enfatizavam que o maior responsável pela situação do trabalhador era o Estado, na medida em que sendo o proletariado brasileiro tolhido de se organizar e de receber direitos, as falsas promessas dos estrangeiros soavam como uma saída.²⁹

O proletariado brasileiro, segundo a propaganda, era passivo, carente de atitudes. Para que parte de seus problemas fosse resolvido, iniciativas deve-

²⁹ O *Jornal*, n. 3712. Manaus, 10 de novembro de 1942.

riam vir de fora do seu meio, e foi o que ocorreu. Se o Estado de outrora era ausente, o que se instalou a partir de 1930 atuou de forma diferente. O novo Estado o “presidente clarividente” passaram a se antecipar às angústias dos trabalhadores, outorgando-lhes uma legislação trabalhista, assim os trabalhadores nem precisaram para esse fim, da utilização de ações violentas que iam de encontro ao caráter pacífico do trabalhador brasileiro:

Quem se detiver um pouco na análise do que se tem feito, no Brasil, na esfera do direito social, surpreender-se-á com o vulto das conquistas realizadas pelo trabalhador [...]. E tudo isso se processou normalmente, sem que houvesse necessidade de apelar à violência ou de recurso à força.

Não é sem razão que se diz que temos uma legislação trabalhista das mais adiantadas e eficientes do mundo. Na realidade, o homem que trabalha e luta, no Brasil, encontrara nas leis sabias que promovemos o amparo e a segurança que vieram substituir o desinteresse e o abandono dos poderes públicos, vigorantes até 1930.³⁰

No Estado Novo, os trabalhadores tinham encontrado um grande amigo, um trabalhador como eles, alguém que se preocupou em resolver os problemas que atingiam esse segmento social. Esse amigo era Getúlio Vargas, que

Pelas suas virtudes preclaras, pela fortaleza do seu caráter e clarividência do seu patriotismo, mas sobretudo, pelo seu amor às multidões obreiras e sua profunda identificação com as aspirações e as fadigas, os sofrimentos e as alegrias, do trabalhador, houve de consagrar-se, no voto espontâneo do povo, *o operário maior do Brasil*.³¹

Com Vargas no poder, os trabalhadores brasileiros passaram a ter uma identidade, na medida em que eles tinham sido inseridos na sociedade brasileira pelo governo; essa identidade seria coletiva, nacional. Ou seja, a propaganda varguista negava a identidade de classe dos trabalhadores em prol de uma identidade nacional, negava a luta de classes, pois o Estado resolveu os

³⁰ *Revista Sintonia*, n. 37, p. 07. Manaus, junho de 1943.

³¹ PERES, Leopoldo. *Frente do Trabalho na Guerra. O Proletariado Brasileiro e a Palavra de Ordem do Presidente Getúlio Vargas*, na Marcha Para a Vitória. Manaus: Imprensa Pública, 1942, p. 12. Grifo meu.

conflitos sociais introduzindo “no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da nação”, representados pelo próprio Estado. O Estado Novo veio orientar a relação entre o capital e o trabalho, desse modo ambos não entrariam em conflito, “entravando, como outrora, o progresso do paiz”.³²

Assim, percebe-se na propaganda varguista direcionada ao proletariado brasileiro, além da veiculação do mito da outorga, o preceito do trabalhismo, ou seja, a cooperação entre as classes sociais. Nessa perspectiva, se outrora havia conflitos entre o patronato e os trabalhadores, nesse período eles haviam cessado, pois todos eram trabalhadores – soldados, intelectuais, governantes, patronato e proletariado – e o bem maior era a Nação. Desse modo patrões e empregados, no 1º de maio – de fato todos os dias – andavam “hombro a hombro, carregando a Bandeira augusta da pátria, resam preces ardentes de devotamento e de sacrifício aos interesses do Brasil”.³³ A propaganda impugna a conciliação das classes, a identidade de classe do proletariado era diluída.

Mesmo quando, a partir de 1942, Vargas busca o apoio dos trabalhadores para se manter no poder, esses só poderiam atuar em sintonia com o Estado, suas ações só teriam sentido se fossem para o bem da nacionalidade, ou melhor, para o bem do regime e do seu presidente que representavam essa nacionalidade e os interesses do trabalhador. Todo e qualquer movimento dos trabalhadores à parte do Estado, era criticado e visto como não representativo. Ou seja, condenavam-se pensamentos e iniciativas autônomas dos trabalhadores. Esse ditame era visto no artigo 521, letra “a” do Decreto-lei nº. 5452 de 1º de maio de 1943, no tocante as condições para o funcionamento dos sindicatos, que afastaria das agremiações, “qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e interesses da Nação” bem como “a candidatura a cargos eletivos estranhos ao sindicato”.³⁴

Porém, com o esgotamento do controle do Estado Novo, sobre a autonomia dos trabalhadores, muitos passam a ser organizar de maneira à parte do governo, e esses posicionamentos passam a ser criticados pelo regime:

³² *Jornal do Commercio*, n. 12916. Manaus, 1º de maio de 1942.

³³ *O Jornal*, n. 3562. Manaus, 1º de maio 1942.

³⁴ *O Jornal*, n. 6422. Manaus, 18 de outubro de 1945.

Na atual contingencia que atravessa o País tem proliferado por aí afora, um sem numero de messias (vai mesmo com m pequeno) para cuidar das coisas que dizem respeito ao operariado. *Partidos, agremiações, sindicatos, o diabo, enfim.* Todos trazem programas vistosos, temas embaladores, ilusões que enchem a alma de qualquer mortal. No numero deles está, por ai solto, um movimento que diz pretender unificar os trabalhadores. Todos os trabalhadores, de um modo geral, *já se acham unificados perante as entidades de classe que os representam.*³⁵

Contudo, a determinado setor dos trabalhadores, aqui da Amazônia, como bem nos lembra a historiadora Maria Verônica secreto,³⁶ ocorreu algo de singular. Até o presente momento se falou que a propaganda acerca dos trabalhadores não foi tão intensa, e quando ocorria tinha como intuito o engrandecimento do regime, diluindo a identidade de classe para fins objetivados pelo Estado Novo. Porém, para a Amazônia, na conjuntura da Segunda Guerra, devido à necessidade de recrutamento de mão-de-obra direcionada aos seringais, a propaganda estadonovista valorizou a imagem de determinado segmento dos trabalhadores amazônicos, o seringueiro, ou melhor, o “soldado da borracha”.

Devido aos “Acordos de Washington”, o Brasil foi incumbido de fornecer o látex para os Aliados, para esse fim, tem início no país a “Batalha da Borracha”. O governo brasileiro procurou direcionar para os seringais da Amazônia, uma grande quantidade de mão-de-obra. Para o recrutamento desses trabalhadores, a propaganda varguista atuou em duas dimensões, uma nacional e outra local.

Na de âmbito nacional, a propaganda – que estava inserida, na ideia do governo da “Marcha para o Oeste”, e na proposta de ocupação e colonização dos “espaços imensos e despovoados” – procurava mostrar a dupla oportunidade que esse trabalhador, na sua maioria nordestinos, teria; a de ganhar a vida e a de servir a Pátria, enfatizando que eles não seriam desampara-

³⁵ *O Jornal*, n. 6422. Manaus, 18 de outubro de 1945. Grifo meu.

³⁶ SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas: do "Discurso do rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, n. 40, julho-dezembro de 2007, p. 125.

dos pelo governo. A propaganda dava a essa empresa um ar de mobilização militar:

Partindo do nordeste ou mesmo do Rio e São Paulo, grupos compactos de trabalhadores estão marchando para a Amazônia. Todos os caminhos, todos os meios de transportes são utilizados. Descem rios, flanqueiam montanhas, pelo mar e pelo ar, eles ai veem decididos a trabalhar e aproveitar a dupla oportunidade de ganhar a vida e a de servir à Patria. São humildes mais dispostos à longa jornada rumo à floresta misteriosa e prometedora. [...] Todos eles viajam já sob contrato garantido pelo governo federal. Terão sessenta por cento do produto. E como esse preço está fixado para até 1946, eles veem sabendo quanto vão ganhar. E receberão além disso assistencia medica, dentaria, alimenticia e material, ferramenta em toda a extensão possível.³⁷

No âmbito local, a propaganda procurou de uma forma mais intensa, apelar para um discurso emotivo, que procurou heroicizar o papel desses trabalhadores (desses “soldados da borracha”), mostrando a importância que eles tinham, naquele momento, para a Nação:

Tú seringueiro da Amazônia, soldado descalço dos mutás cavaleiro glorioso esporeando a barriga alvadia e esgalga das ucuquiranas e balatas, apóstolo do bem e da supremacia, estoico torturado no prazer que tens na dor e no flagício imposto pela imensidade bárbara da selva verdejante, sacerdote da fé, da paz, da vitória e da liberdade, has de ver em cada átomo do teu produto, mais uma vida poupada a um teu irmão.
O teu corpo suarento, sob o caustico atordoante dos meiodias, a porejar gotejante pelo esforço quotidiano a prol do valor nacional, exala o mais inebriante de todos os perfumes. O universo inteiro, os bárbaros, os potentados e humildes, admiram-te neste expoente máximo de angústia mun-

³⁷ *O Jornal*, n. 3817. Manaus, 3 de março de 1943. Grifo meu.

dial e conciso da tua sublimitude apoteótica de altivez, vêm nas tuas vão calosas, a máquina construtora, o britador constante, a bigorna que ha-de estruturar um novo rumo e solidificar uma nova civilização.³⁸

Na propaganda voltada ao seringueiro, o Estado Novo procurou validar o homem-trabalhador, o sujeito ativo. O regime dependia em parte do seu trabalho, que ajudaria a trazer a vitória aos Aliados. A ele como bem exemplifica a citação acima, eram direcionados os mais valiosos tributos e adjetivos.

Como nos referimos, esse foi um caso singular; aos outros segmentos dos trabalhadores no Amazonas coube apenas as suas diluições na nova definição elástica do que era ser um trabalhador, definição essa que abarcava também o patronato.

Aqui, como conclusão, caberia um questionamento: a propaganda varguista direcionada aos trabalhadores e outras formas de controle teriam conseguido exercer um domínio pleno sobre os trabalhadores? Apesar de eu não ter analisado nenhuma fonte produzida por esses setores, na medida em que não era o objetivo desse estudo, nas fontes analisadas é possível perceber indícios de resistências, que se tornam mais evidentes, a partir de 1945.

Há indícios na grande imprensa que demonstram, sem sombras de dúvidas, que a figura de Vargas encantou e muito os trabalhadores locais, principalmente quando suas ações estavam relacionadas ao campo social. Contudo, há outros indícios de que a questão de conciliação entre as classes, tanto defendida pelo Estado Novo, deixou a desejar. Em alguns casos, trabalhadores amazonenses viam nos seus patrões, pessoas que tinham interesses de classe que divergiam dos seus, viam que eles os exploravam, percebendo em suas relações injustiças, assim procuravam seus direitos sociais.

Vejamos um caso que exemplifica bem isso. Em uma nota de *O Jornal* de 3 de março de 1940, esse periódico procurou elogiar o advogado Manoel Severiano Nunes – futuro vice-presidente do Departamento Administrativo do Amazonas e futuro deputado federal, que será eleito nas eleições de de-

³⁸ *Revista Sintonia*, n. 37, p. 06. Manaus, junho de 1943. Grifo meu.

zembro de 1945 – afirmando que ele era um grande conhecedor das leis trabalhistas, sendo uma pessoa bem vista em todos os círculos da sociedade local. Segundo o periódico, entre o operariado ele se tornara mais bem visto depois que, ao advogar pelo senhor Martinho Maria Alves, capataz da Serraria Firmeza de Itacoatiara, fez com que a justiça desse provimento à reclamação deste, para voltar a exercer sua função, da qual fora afastado, além de fazer com que a firma pagasse uma indenização.³⁹

Para somar-se a esse caso temos mais dois que se referem a greves que ocorreram nesse período em Manaus. Já nos últimos dias do Estado Novo, em setembro de 1945, vão ocorrer duas greves em Manaus; não devemos nos esquecer que o artigo 139 da Constituição caracterizava a greve como recurso anti-social, ou seja, ela era proibida. Na segunda quinzena de agosto de 1945, 150 operários da Serraria Pereira entraram em greve pleiteando um aumento de 40%; seus patrões pediram 10 dias para uma resposta, e assim eles voltaram a trabalhar. Passado o prazo, pediram mais 03 dias, e como nada fora resolvido os operários ameaçaram entrar em greve de novo no dia 03 de setembro.⁴⁰ Infelizmente não temos fontes que falem do desdobramento a partir do dia 03, se ela ocorreu de fato e se os trabalhadores conseguiram o aumento.

No dia 20 de setembro foi a vez dos motoristas dos bondes da Manaus Tramways entrarem em greve por causa de aumento; contudo, no dia 21 a greve tinha se encerrado com a promessa de que ocorreria o aumento.⁴¹

O caso do capataz Martinho Alves, que não foi o único,⁴² mais as duas greves citadas anteriormente, demonstram que não havia no Estado Novo a

³⁹ *O Jornal*, n. 2923. Manaus, 3 de março de 1940.

⁴⁰ *O Jornal*, n. 6384. Manaus, 2 de setembro de 1945. Ver também *Jornal do Comércio*, n. 13922. Manaus, 2 de setembro de 1945.

⁴¹ *Jornal do Comércio*, n. 13938. Manaus, 22 de setembro de 1945. Ver também *O Jornal*, n. 6398. Manaus, 20 de setembro de 1945.

⁴² Ainda é possível averiguar dois outros casos de trabalhadores que se sentiram lesados e foram atrás dos seus direitos, mas não tiveram o desfecho feliz do caso do senhor Martinho Alves. O primeiro caso é do carpinteiro Eduardo Pereira que procurou a Junta de Conciliação do trabalho, para receber o pagamento de serviços que se julgava com direito, da Firma de Construção do senhor Boaventura Affonso da Silva. Cf. *O Jornal*, n. 2834, Manaus, 1 de dezembro de 1939. Segundo caso é do senhor Emygdio José Figueiras, que procurou a Junta de Conciliação para receber o pagamento de serviços da Firma de Construção do senhor Joaquim Gonçalves Carrilho. Na primeira audiência a Junta em 28 de agosto de 1939 condenou o senhor Joaquim a pagar ao senhor Emygdio, porém o empregador recorreu ao Ministério do Trabalho, e obteve ganho de causa. Cf. *O Jornal*, n. 2941. Manaus, 24 de março de 1940.

total e desejada concórdia entre patrão e trabalhador. Esses casos, mais precisamente os caso das greves, mostram-nos que a propaganda e ações varguista não apagaram da memória dos trabalhadores uma trajetória de luta e de atuação política, na qual a greve servia como instrumento de reivindicação.

Referências

ALVES, Hosenildo Gato. *Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado) - Ufam, Manaus, 2009.

BACZKO, Bronislaw. A Imaginação Social. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da moeda, 1985. v. 5.

BATALHA, Cláudio. *O Movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BATALHA, Cláudio. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências. In FREITAS, Marcos Cezar de (org). *Historiografia brasileira em Perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

BATALHA, Cláudio. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano*. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política no varguismo e no peronismo: caminhos metodológicos. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos, PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHIMIDT, Benito Bisso. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: Novas Histórias. In FREITAS, Marcos Cezar de (Org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 183-203.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). *O Brasil*

Republicano: o tempo do nacional-estadismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-143. v. 2

CAPELATO, Maria Helena; DUTRA, Eliana Regina de Farias. Representação Política. O Reconhecimento de um Conceito na Historiografia Brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

CHARTIER, Roger. *A História cultural entre prática e representações*. Lisboa: DIFEL. 1988.

CHARTIER, Roger. Poderes e Limites da Representação. Marin, o discurso e a imagem. In: _____. *À Beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: _____. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2002.

D’ ARAUJO, Maria Celena. Estado, Classe trabalhadora e Políticas Sociais. In: FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org). *Brasil em perspectiva*. 21. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 227-255.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. In: _____. *Olhos de madeira: novas reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernandes Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas políticas: ensaios em história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Editoras FAPERJ/MAUAD, 2005.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade Oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

JAHR GARCIA, Nelson. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo: Loyola, 1982.

JAHR GARCIA, Nelson. *O que é propaganda ideológica*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PANDOLFI, Dulce. Os anos de 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estadismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13- 37.

PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

PATLAGEAN, Evelyne. A História do Imaginário. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A História Nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Na Contramão da História: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945). *Canoa do Tempo*, Manaus, Editora da Universidade de Manaus, v. 1, n. 1, p. 11-32, 2007.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade sobre os ombros: trabalho e conflitos no porto de Manaus, 1899-1925*. 2. ed. Manaus: Edua, 2003.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto (Ogr.). *Imprensa Operária no Amazonas*. (transcrições e fac-símiles) Manaus: Edua, 2004.

PRESTES, Anita L. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 2. ed. Manaus: Suframa/Gráfica Lorena, 1990.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. Manaus: Edua, 1997.

SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 115-135, julho-dezembro de 2007.

TELES, Luciano Everton Costa. *A vida operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)*. Dissertação (Mestrado) - Ufam, Manaus, 2008.

A criança no mundo do trabalho na cidade de Manaus (1890-1920)

Alba Barbosa Pessoa (Ufam)

O processo de industrialização das principais cidades do Brasil, em meados do século XIX e primeiras décadas do século XX, foi de intensa exploração da massa trabalhadora. Extensas jornadas de trabalho associadas às condições de trabalhos insalubres, fizeram parte de seu dia-a-dia. Guardadas as devidas especificidades de cada região, a maioria dos trabalhadores chegava a exercer dezesseis horas de trabalhos diárias, restando pouco tempo para o descanso ou lazer.¹ Habitando barracos, mocambos, cortiços, favelas ou vilas operárias conviviam em espaços reduzidos, com pouca ventilação, muitas vezes com a umidade, o que os tornava alvos fáceis de doenças.² Somando-se a isso os problemas com transporte e infraestrutura e a completa ausência de políticas sociais, levou os trabalhadores da Primeira República a uma “extraordinária mobilização coletiva e a uma forte organização de classe”.³ Organizaram-se em diversas formas com objetivo de lutar por melhores condições de trabalho e de vida, fazendo eclodir, em diversas partes do país, movimentos pela redução da jornada de trabalho, por melhores salários, redução da carestia dos preços alimentícios e pelo cumprimento da regulamentação do trabalho infantil.⁴

Largamente utilizado em várias cidades brasileiras, o trabalho da criança teve importante papel no processo de industrialização do país. Para os patrões, “a função moralizadora do trabalho justificava a introdução de um vasto contingente de menores nas indústrias, especialmente nas têxteis. O tra-

¹ BATALHA, Cláudio H. M. *O Movimento operário na primeira República*. São Paulo: Jorge Zahar, 2000. p.11.

² HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Global, 1982. p.152.

³ BATALHA, Cláudio H. M. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 14.

⁴ Embora no referido período não se utilizasse o termo trabalho infantil por não ser feita distinção entre o trabalho do adulto e o trabalho da criança, preferimos utilizar essa terminologia devido atualmente ela se encontrar consagrada no que se refere ao trabalho das crianças.

balho nesta perspectiva era visto como uma forma de impedir a vagabundagem e o desperdício das energias das crianças”.⁵

Quanto às condições de trabalho da criança, estas não eram diferentes das adversidades enfrentadas pelos adultos. Com idade entre seis a doze anos trabalhavam junto a estes em ambientes com pouca iluminação e ventilação, cumprindo longas horas mesmo de forma inconsciente, incutia no imaginário ela foi a amior e participava das ps expedientes de trabalho ininterrupto, má alimentação e exercendo tarefas que não eram compatíveis com sua compleição física.⁶ As funções que exerciam eram as mais variadas sendo encontrados trabalhando em Fábricas de alimentos, bebidas, cigarros, chapéus, vidros, tecidos, tijolos e outras indústrias.⁷ Em algumas fábricas havia máquinas construídas em tamanhos específicos para crianças.⁸ Exercendo as mesmas tarefas que os adultos, embora recebessem salários inferiores, estavam expostos a constantes agressões físicas e ataques sexuais.

Na cidade de Manaus, guardadas as devidas proporções, as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores se assemelhavam com a situação vivida nas demais cidades brasileiras. Encontravam-se submetidos a extensas horas de trabalho, alimentação de má qualidade, convivendo em local de trabalho insalubre e má remuneração, entre outras adversidades. Tais condições levaram a diversas formas de mobilizações por parte da massa trabalhadora a fim de minorar a exploração a que se viam submetidos. A título de ilustração dessas manifestações organizadas por sindicatos, associações, sociedades, agremiações ou outras entidades, podemos citar os carroceiros e os cocheiros que paralisaram respectivamente em 1887 e 1905 em contestação as sanções a que estavam submetidos pela intendência municipal;⁹ os padeiros e vendedo-

⁵ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1985. Sobre esse assunto também se destacam: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. *Crianças Operárias na Recém-industrializada São Paulo*. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998; MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. *Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes. 1982;

⁶ Ibidem, p.138.

⁷ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. *Crianças Operárias na recém industrializada São Paulo*. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 264.

⁸ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. *Infância Operária e Acidente de Trabalho em São Paulo*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 199. p.124.

⁹ DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus (1890-1920)*. Manaus: Editora Valer, 1999. p. 161.

res ambulantes de pão em 1909;¹⁰ as cinquenta e seis operárias da fábrica de roupas “Amazonense” que em 1912 se declararam em greve pacífica pela readmissão de um colega de profissão que havia deixado o trabalho por conta de constantes ofensas por parte do patrão;¹¹ os estivadores do porto de Manaus que em diversos anos paralisaram suas atividades em prol das respectivas reivindicações: pelo aumento dos preços de seus serviços; pelo reajuste do valor da jornada de trabalho e regulamentação para 10 horas diárias de trabalho; pela implementação da jornada de oito horas de trabalho.¹²

É nesse contexto de intensa exploração do trabalhador manauara e de efervescência do movimento operário em resposta a tal situação, que encontramos um elevado contingente de pequenos trabalhadores exercendo as mais variadas funções nos diversos cantos da cidade. Tais crianças, obrigadas pela extrema pobreza em que vivem suas famílias, muitas vezes estão a entregar sua força de trabalho em troca de comida, roupas e abrigo. Elas estavam presentes no comércio, nas vendas ambulantes, no serviço doméstico e em outros mais. As funções por elas exercidas e suas idades também são variadas.

No trabalho formal eles eram encontrados nas alfaiatarias, bazares, botequins, barbearias, cafés, depósitos de exportação, fábrica de cigarros, hotéis, livrarias, marcenarias, mercearias, moinhos, ourivesaria, oficinas de pirotecnia, papelarias, tabacarias, tipografias e outros estabelecimentos comerciais. Exerciam diversas funções tais como atendente de mercearia, ajudante de fotógrafos, auxiliar de sapateiro, caixeiro, copeiro, empacotador de cigarros, garçom, marceneiro, porteiro, serviços gerais e outras.

Sendo o trabalho infantil muito expressivo no comércio, os menores estavam presentes na maioria dos estabelecimentos comerciais. Nas mercearias eram muito utilizados os serviços de menores a partir de dez anos de idade no atendimento de balcão e limpeza da loja. Nesses estabelecimentos havia clara preferência por crianças portuguesas, sendo frequente nos jornais do período

¹⁰ *Jornal do Commercio*, n. 1827. Manaus, 4 de maio de 1909, p. 2.

¹¹ *Jornal do Commercio*, n. 3080. Manaus, 14 de novembro de 1912, p.1.

¹² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999. p. 207-239. Durante o ano de 1919, segundo a autora, os estivadores participaram de uma greve geral que teve a participação de diversas categorias como os padeiros, os lixeiros, sapateiros, carroceiros, choferes e outros.

notas informando: “Precisa-se de um criado de 10 à 12 anos. Prefere-se português”.¹³ Era elevada a presença de portugueses na cidade. O comércio da borracha atraía inúmeros imigrantes nacionais e de estrangeiros como os portugueses, espanhóis, ingleses e outros. Os imigrantes lusos se destacaram nas casas aviadoras, sendo que “os de menores posses estavam espalhados por toda a cidade com seus estabelecimentos: mercearias, botequins, quitandas, açougues e padarias”.¹⁴ Contudo, nem todos os portugueses eram proprietários sendo elevado a participação da mão-de-obra lusa no trabalho informal como estivador, vendedor ambulante etc.

A preferência pelo trabalhador lusitano nos estabelecimentos de proprietários portugueses, para além de ser resultado do preconceito existente contra a mão de obra local, vista como indolente e indisciplinada, dada aos maus hábitos, provavelmente seria uma forma de garantir maior exploração do empregado,¹⁵ ou seja, o fato de patrão e empregado serem de uma mesma nacionalidade em terra estrangeira criava laços de identidade entre ambos possibilitando maior dependência do empregado em relação ao empregador. Em pesquisa sobre a imigração portuguesa para a cidade de Belém, Edilza Joana Oliveira Fontes sugere que a preferência pelo trabalhador infantil português se dava pela possibilidade de “conseguir uma exploração da força de trabalho desses menores, mediada por prática paternalista no que diz respeito à exigência de fidelidade e obediência”.¹⁶

A mão de obra infantil também se fazia presente em lojas de artigos fotográficos. A Fotografia Portuguesa empregava em seu estabelecimento meninos com a idade entre dez a doze anos de idade para exercerem a função de ajudante de fotógrafo e meninos com doze a quinze anos de idade para

¹³ *Jornal do Commercio*, n. 2126. Manaus, 2 de março de 1910, p.1.

¹⁴ BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia, formação social e cultural*. Manaus: Valer, 1999. p. 70-72.

¹⁵ Sobre a preferência por trabalhadores estrangeiros em detrimento de mão-de-obra nacional ver: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)*. Manaus: Edua, 1999. p. 158-159; COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando Viver ameaça a Ordem Urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1997. p. 72-73; AVELINO, Alexandre Nogueira. *O Patronato Amazonense e os Mundos do Trabalho: a revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1919)*. Dissertação (Mestrado) - em História. Manaus: Ufam, 2008. p. 70-90.

¹⁶ FONTES, Edilza Joana Oliveira. *Preferem-se Portugueses(as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará, (1885-1914)*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2002. p.126.

serviço de criado;¹⁷ nas alfaiatarias essas crianças atendiam os fregueses ao lado de adultos exercendo praticamente a mesma função, fazendo algum mandado ou ainda entregando encomendas; nas livrarias atrás do balcão ou nas oficinas tipográficas, os pequenos corpos dividiam o reduzido espaço com máquinas e trabalhadores adultos;¹⁸ nos bazares atendendo na venda de rendas, bordados, fitas para cabelo, artigos para costura e outras miudezas; em hotéis e hospedarias como porteiros e carregadores de malas; nas lojas de confecções masculinas e femininas como ajudante de vendas; nas lojas de ferragens em vendas de espingardas, pistolas, dinamites e outros produtos do gênero. Nas pequenas oficinas nós os encontramos como auxiliar de sapateiro, ajudante de confecção de fogos de artifícios e marceneiros.¹⁹



Crianças trabalhando em tipografia



Crianças trabalhando na alfaiataria

¹⁷ Respectivamente *Jornal do Commercio*, n.1861. Manaus, 7 de junho de 1909, p. 1 e *Jornal do Commercio*, n. 2105. Manaus, 9 de fevereiro de 1910, p.1.

¹⁸ *Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas*, 1910.

¹⁹ No *Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas* de 1910 pode-se observar em meio a madeiras, meninos trabalhando em oficinas de carpintarias junto a adultos.

²⁰ Araújo, André Vidal. *Bases Sociais da Pedagogia Curativa*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado da Cultura e Desporto. p. 32.

Contudo, um outro tipo de trabalho também absorvia a mão-de-obra infantil, qual seja, as vendas ambulantes. A venda de jornais era bastante disputada por esses menores. Cedo se dirigem à porta das redações dos jornais, onde recebem os diários para venda. Colocado os exemplares a cabeça, embaixo do braço ou pendurados em bolsas seguem sob a chuva ou sob o sol causticante, em busca de compradores.²⁰ Como engraxates também serão encontrados em diversos pontos da cidade, ora com a caixa de madeira sobre os ombros a procurar fregueses ou sentados sobre elas a olhar o movimento.²¹ Outros iam às ruas carregando passarinhos em gaiolas a oferecerem no mercado. Quando não conseguiam mercadorias para vender, ficava a porta das lojas a espera de fazer algum mandado para os comerciantes, ou nos mercados como carregadores de compras.²² A maioria deles com roupas em más condições de uso e descalça. O fato de estar descalço pode indicar não apenas o estado de carência material em que tais menores viviam, mas também uma possível mostra da recusa ao abandono de antigos hábitos.

O trabalho infantil era requisitado através de jornais que estampavam em suas primeiras páginas, uma variedade de vagas especificando a função bem como o sexo e a idade pretendida aos candidatas. Surpreende-nos o elevado número de vagas solicitando menores para trabalhar em cafés e botequins, bem como a pouca idade requisitada, como pode ser percebido no anúncio em que o Botequim do Povo informa “menino ou menina – até 10 anos, precisa-se. Informa-se no Botequim do povo”.²³ As atividades a serem exercidas por esses menores consistiam em prestar atendimento aos fregueses, servindo os mais diversos tipos de bebidas, cigarros e charutos, além do serviço de limpeza do ambiente de trabalho.

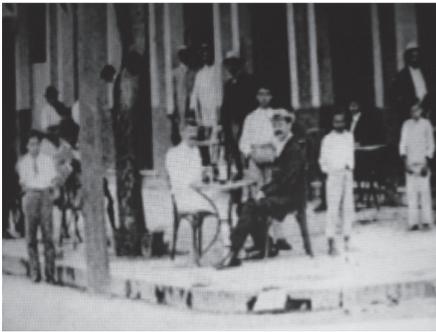
²⁰ Araújo, André Vidal. *Bases Sociais da Pedagogia Curativa*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura e Desporto. p. 32.

²¹ Na cidade de São Paulo havia igrejas que alugavam uma de suas portas para que o engraxate ali se estabelecesse. Ver: PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: A Vida do trabalhador pobre na Cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: Edusp, 1994. p.181.

²² A presença de crianças próximas aos estabelecimentos comerciais aguardando pequenos serviços em busca de uns trocados é frequente nos álbuns de fotografias da cidade por todo o período pesquisado.

²³ *Jornal do Commercio*, n. 3204. Manaus, 29 de março de 1913, p.1.

Tudo indica ser uma prática antiga o trabalho de crianças no atendimento em bares, como pode ser observado em outro anúncio que diz “Precisa-se de um menino de 10 a 12 anos de idade, de preferência português, e que tenha prática em taverna”.²⁴ Tal anúncio ao solicitar prática em taverna para crianças entre dez a doze anos de idade, revela que o uso de menores nesses estabelecimentos se fazia com bem menor idade. Assertiva que pode ser confirmada pelo anúncio anterior que estipula como idade máxima para a admissão de menino ou menina a idade de “até” 10 anos. Tais anúncios sugerem ser comum para a época crianças passando a maior parte do dia em ambientes regados a álcool e jogos.



Criança trabalhando em botequim
(Manaus)



Crianças trabalhando em botequim
(Itacoatiara)

Entretanto, não eram somente os bares e cafés que se mostravam ambientes nocivos ao trabalho de menores. Nas fábricas de fogos de artifícios, eles estavam expostos aos constantes perigos do trabalho de confecções de explosivos. Trabalho este que se revelava de alto risco até para os trabalhadores adultos.²⁵ Tudo indica que eles também realizassem serviços no porto da cidade como indica a nota publicada pela Manáos Harbour, empresa estrangeira que tinha a concessão para administrar o porto, nos diversos jornais da cidade.

²⁴ *Jornal do Commercio*, n. 2724. Manaus, 20 de novembro de 1911, p. 1.

²⁵ *Diário de Manáos*, Manaus, 4 de julho de 1891. p. 2.

[...] É justo, por tanto, que em face dessa situação possa a diretoria escolher os trabalhadores que [...] esteja em condições de prestar melhores serviços.
Não pode assim, admitir mais ao serviços crianças e pessoas fracas, como antigamente [...]²⁶

Todavia nossa pesquisa não possibilitou afirmar com precisão qual a faixa etária de idades dessas crianças nem quais os serviços por elas executados.

As fábricas de cigarros instaladas na cidade também utilizavam essa mão-de-obra empregando elevado número de menores. Isso pode ser percebido no álbum *Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas* de 1910, onde encontramos fotografia da fábrica A Cubana com trabalhadores de pouca idade a porta de seu estabelecimento. A fábrica Itatiaya também fazia uso do trabalho infantil para o serviço de embalagens de seus produtos. E para realização dessa tarefa noticiavam nos jornais ofertas de empregos com os dizeres “Precisa-se na fábrica Itatiaya, precisa-se de empacotadora de 9 a 15 anos”.²⁷

Esse anúncio é muito significativo, pois indica que as meninas, ao contrário do que se costuma afirmar, não estavam trabalhando exclusivamente nos espaços domésticos. Muito pelo contrário, o papel social feminino não estava restrito ao espaço da casa. As mulheres exerciam diversas atividades fora do âmbito familiar. Da mesma forma, as meninas poderiam ser encontradas exercendo a função de empacotadoras em fábricas de cigarros, em lojas comerciais operando máquina registradora, trabalhando em botequins, descascando castanhas em fábricas de beneficiamento, ajudando na confecção de artefatos femininos em ateliês de costuras etc.

A fábrica de cigarros no anúncio anterior deixa claro que a vaga para empacotadora destina-se exclusivamente a menina. Nesses estabelecimentos

²⁶ *Jornal do Commercio*, Manaus, 17 de janeiro de 1911. *Apud* PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*. Op. Cit., p. 116. Segundo a autora esse anúncio de não mais recrutar crianças e pessoas com pouca robustez física era uma retaliação por parte da empresa contra os resultados obtidos na greve pelos estivadores do porto.

²⁷ *Jornal do Commercio*, Manaus, 18 de abril de 1910, p. 1. É muito significativo o fato de jornais que em seus editoriais propagavam a defesa dos bons costumes e da moralidade fazendo campanha contra a presença de menores nas ruas da cidade por estas serem o local do vício e da perversão, não virem como nocivo a publicação em suas páginas de anúncios solicitando crianças para trabalharem em ambientes nos quais elas teriam contato direto com o jogo, a bebida e o fumo. Isso nos possibilita inferir que a preocupação maior não era com os vícios aos quais as crianças estariam expostas nas ruas, mas sim o fato de estas não serem produtivas, não terem trabalho.

essas menores exerciam longas jornadas de trabalho em ambientes fechados a manusear cigarros e charutos. Nos ateliês de costuras, elas ajudavam na confecção de chapéus, cintos, meias, vestidos, anáguas, luvas e outras indumentárias femininas. Nas fábricas de beneficiamento de castanhas, passavam longas horas sentadas frente a balcões a manusear os descascadores. Através do filme de Silvino Santos podemos observar ao lado de trabalhadoras adultas, exercendo as mesmas atividades, essas menores em constante risco de ter seus pequenos dedos imprensados nas máquinas. Muito provavelmente tais crianças estavam trabalhando ao lado de suas mães na fábrica, o que evidencia a utilização da mão de obra como forma de complementar os parcos salários recebidos nas fábricas.²⁸

A presença de menina a operar máquina registradora, nos causou surpresa. A nota publicada no jornal do *Commercio* informando, “Menina – De 10 a 12 anos, precisa-se para tomar conta de uma caixa registradora: deve saber ler e escrever. Cartas para Maximino, nesta redação”.²⁹ O anúncio, infelizmente não nos possibilita precisar se os serviços da menina seriam prestados na própria redação do jornal. Contudo, fica evidente que os trabalhos exercidos por meninas não estavam restritos apenas aos serviços domésticos, elas também ocupavam cargos considerados de maior responsabilidade como trabalhar como caixa em estabelecimento comercial exercendo, ainda, outras tarefas que exigiam o conhecimento da leitura e da escrita.

Percebemos que as ocupações exercidas por esses pequenos trabalhadores eram realizadas de forma indistinta entre os sexos e faixa etária. Isso nos leva a refletir sob quais condições de trabalho eles estavam submetidos.

Conforme vimos anteriormente, de uma forma geral a massa trabalhadora na cidade de Manaus estava exposta a local de trabalho insalubre, a má alimentação, má remuneração e longas jornadas de trabalho. Levando em consideração que não havia distinção entre os trabalhos executados pelo adulto e pelo menor, podemos então afirmar, que o trabalho infantil estava inserido nas mesmas condições. E sendo o comércio local muito expressivo do uso da

²⁸ SANTOS, Silvino. *O Paiz das Amazonas*, 1922.

²⁹ *Jornal do Comercio*, n. 2245. Manaus, 04 de Julho de 1910, p.1.

mão de obra da criança, podemos então utilizá-lo para vislumbrar quais condições eram essas.

O trabalho no comércio era muito exaustivo, com jornadas de trabalho variando entre dez a quinze horas diárias sem descanso semanal, mal remunerado e de condições insalubres. Os trabalhadores do comércio, denominados caixeiros, iniciavam o trabalho às 6 horas e iam até as 21 ou 22 horas.³⁰ Executavam as mais diversas tarefas tais como abrir o estabelecimento, arrumar as mercadorias, cuidar das vendas entre outras mais. As crianças executavam tarefas que muitas vezes os adultos não aceitavam realizá-las, tais como a limpeza dos balcões, das prateleiras e do estabelecimento, bem como na entrega de mercadorias pela cidade.³¹ Os patrões mantinham seus empregados sob constante vigilância a fim de não permitirem que se inscrevessem em associações operárias ou adquirissem hábitos considerados inadequados, entre eles a predileção pelo álcool. Percebe-se que essa vigilância era mantida sob os caixeiros crianças se estendendo aos caixeiros adultos.

[...] e o receio de cáirem em desgraça para com seu patrão, a ponto de evitarem que o encarregado da cobrança da associação se dirija a casa onde trabalham [...] a paternidade ridícula que algumas casas comerciais assumem sobre seus empregados, não permitindo que estes tenham ampla liberdade em suas ações [...] não deixa de ser irrisório querer estender essa tutoria até aos mais velhos empregados [...] Dê-m-lhe liberdade e toda, deixem-n'os proceder como pensam[...] se com essa liberdade advierem-lhes os maos costumes, inocullados nas mesas de botequins ou nos conventilhos comndenados [...] censurem-n'os ou dispençam-n'os.³²

Embora houvesse uma lei municipal que proibisse que os estabelecimentos comerciais funcionassem aos domingos, com exceção para as farmácias, drogarias, botequins, cafés e barbearias, esta não era cumprida. Com muita

³⁰ *Tribuna do Caixeiro*, n. 21. Manaus, 6 de setembro de 1908, p.4.

³¹ COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando Viver ameaça a Ordem urbana*. Op. cit., p. 60.

³² *Tribuna do Caixeiro*, n. 9. Manaus, 14 de junho de 1908. p.2.

freqüência o Jornal Tribuna do Caixeiro noticiava o desrespeito a Lei do Descanso Dominical por parte dos donos dos estabelecimentos comerciais que se recusavam a fechar suas portas.³³ Embora ameaçados de multas, os donos das casas comerciais burlavam a lei e quando eram visitados pelo fiscal que os obrigava a fechar as portas, eles arrumavam um jeito de não cumpri-la. Neste caso fechavam as portas do estabelecimento, porém mantinham os funcionários trabalhando nos serviços internos da loja como a organização das mercadorias, na faxina do estabelecimento entre outras mais. Essa tática utilizada pelos patrões os livrava das multas e possibilitava a permanência dos funcionários no local de trabalho, porém a ausência de luz e ventilação os deixava expostos a doenças.³⁴ Na luta pelo descanso dominical, em dezembro de 1908 os empregados no comercio conseguiram a redução diária da jornada de trabalho, ficando estipulado o encerramento das portas as 18horas. As longas horas de trabalho exercido pelos caixeiros em Manaus, não era fato isolado no Brasil, pois conforme afirma June Hahner, a luta dos comerciários pela redução da jornada de trabalho e pela folga aos domingos era uma constante em várias cidades brasileiras.³⁵

Além da extensa jornada de trabalho e dos ambientes inadequados os menores também estavam sujeitos a freqüentes acidentes de trabalho. O trabalho como caixeiro em lojas de ferragens os colocava em permanente contato com uma variedade de armas, munições e explosivos em geral, o que os tornava alvos fáceis de acidentes. Na loja de ferragens Cardoso & Companhia à rua marechal Deodoro, o caixeiro Pedro de Souza, de 13 anos de idade, ao vender balas de revolver para um freguês, foi atingido no pescoço por um disparo acidental, quase o levando a morte. Paulo era órfão e vivia com uma tia.³⁶

Entretanto, o manuseio de mercadorias de alto risco muitas vezes tinha um desfecho fatal. Este foi o resultado do acidente envolvendo dois pequenos funcionários de uma oficina pirotécnica, narrado pelo Diário de Manáos.

³³ *Tribuna do Caixeiro*, n. 7. Manaus, 31 de maio de 1908. p. 2.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ HAHNER, June E. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993. p. 105.

³⁶ *Commercio do Amazonas*, n. 456. Manaus, 5 de maio de 1899.

Uma nova e irreparável desgraça deu-se nesta capital hontem ás 3 horas da tarde. O contra mestre da officina de fogos pyrotechicos do prestante cidadão Valdivino Elias D'Alencar, estava preparando uma massa forte de substância inflamáveis e mandou encher bombas um menino de nome Emiliano.

Ou por **imprevidência do menino** ou por qualquer outra **circunstancia casual** a massa fez explosão fazendo ir pelos ares a metade da cobertura de zinco da officina e occasionando a morte instantânea do menino Emiliano cujo corpo ficou horrivelmente destroçado.

[...] O cidadão portuguez Antonio de Almeida, contra mestre da officina ficou gravemente ferido em ambas as pernas e no ombro esquerdo. Um menino de nome Jesuíno de oito a nove annos de idade recebeu também alguns ferimentos leves na costa..

Sentimentamos ao sr. Valdevino por esta nova e immerecida desgraça com que a fatalidade pos a prova mais uma vez a sua reconhecida constancia e amor ao trabalho.³⁷

Tais reportagens evidenciam que as condições de trabalho as quais os menores estavam expostos os colocavam em permanente risco, pois além de exercerem funções incompatíveis com as suas idades e compleição física, os ambientes de trabalho se revelavam espaços inadequados e perigosos devido ao manuseio de armas de fogo e produtos explosivos. Tal situação perpassa por todo o período estudado.

Outro exemplo dessa situação pode ser dado com a notícia publicada no Jornal do Commercio registrando um grave acidente de trabalho ocorrido em uma mercearia. Segundo o periódico, o menor Sansão da Silva, de nacionalidade portuguesa, com treze anos de idade trabalhava na Mercearia Alvorense, á Rua Municipal, atual Sete de setembro.

[...] levado pela curiosidade própria de seus poucos annos, hontem, imprudentemente, aproveitando um momento em que se achava sozinho no interior da mercearia, lembrou-se elle de examinar a espoleta de uma bomba de

³⁷ *Diário de Manãos*. Manãos, 4 de Julho de 1891, p. 2. Grifo meu.

dynamite, mas o fez com tanta infelicidade, que esta explodiu-lhe inesperadamente na mão esquerda, esphacellando-lhe três dedos e ferindo-o ainda no rosto.³⁸

Crianças sendo mutiladas em decorrência das condições de trabalho nos parecem que eram frequentes na cidade de Manaus. Isso se deve a ausência de lei específica que regulamentasse os acidentes de trabalho, o que só veio a ocorrer no Brasil em janeiro de 1919.³⁹ Chama a atenção o fato de os jornais não noticiarem os acidentes de trabalho com a mesma regularidade em que eles aconteciam, e quando o faziam responsabilizavam unicamente a falta de atenção dos menores ou atribuíam o fato a uma simples obra do acaso.⁴⁰ No entanto, tal posicionamento não era prática específica da imprensa manauara. Na cidade de São Paulo em 1908, o jornal *A Voz do Trabalhador*, jornal em defesa da causa operária, denunciava o fato de a imprensa da cidade paulista diariamente noticiarem inúmeros acidentes de trabalhos quase sempre responsabilizando os próprios trabalhadores por tais acidentes. Esse periódico propõe, então, que tais redatores, “ditadores da opinião pública” que saiam das confeitarias e dos *rendez vours* e se dirijam às fábricas e canteiros de obras para ver quais as condições de trabalho a que estão submetidos o operariado paulistano, e vejam quem é o verdadeiro responsável pelos acidentes de trabalho. Que se dirijam aos centros industriais para observarem as dezenas de crianças entre oito à 14 anos trabalharem até 10 horas da noite, e que devido a sua pouca idade tornam-se fáceis de serem apanhadas pelas máquinas.⁴¹

De fato, o elevado número de acidente de trabalho sofrido pelo trabalhador infantil era uma realidade nas demais cidades brasileiras. Na cidade

³⁸ *Jornal do Commercio*, n. 5175. Manaus, 23 de setembro de 1918, p.1.

³⁹ Lei n. 3.724 de 15 de janeiro de 1919. Esta lei estabelecia que todo o acidente ocorrido na realização do trabalho, estaria o patrão obrigado a prestar socorros médico e hospitalar, bem como ao pagamento de uma indenização a família do empregado. Anterior a essa data, não havia lei específica para os acidentes de trabalho. Este era regido pelo código anterior a república e estabelecia que em caso de acidente caberia ao empregado provar que o mesmo ocorrera na realização do trabalho, o que tornava praticamente inviável tal tentativa.

⁴⁰ Destoava dessa prática o jornal *Vida Operária*. Embora nas páginas desse jornal não tenha sido encontrado notícias sobre acidentes envolvendo menor, durante o ano de 1920, por várias vezes esse jornal denunciou o não cumprimento da Lei de Acidentes de Trabalho por parte dos patrões. Estes continuavam a descontar dos vencimentos dos trabalhadores os dias que estes permaneciam parados em virtude do acidente.

⁴¹ *A Voz do trabalhador*, n. 1. Rio de Janeiro, 1º de julho de 1908, p. 2.

de São Paulo em 1919, as fábricas têxteis chegaram a compor seu quadro de funcionário com 40% de mão de obra infantil. Estes estabelecimentos eram palcos de constantes acidentes de trabalho envolvendo crianças. Tais acidentes poderiam resultar em queimaduras, perda da mão ou de parte do braço, entre outras mais, conforme afirma Esmeralda Blanco B. de Moura.⁴² As mutilações também eram frequentes no Rio de Janeiro, como demonstra Boris Fausto ao afirmar que nessa cidade crianças eram mutiladas pelas máquinas, ao dormirem em serviços, extenuadas pelo trabalho.⁴³

Entretanto, não era somente aos acidentes de trabalho a que estavam expostos os pequenos trabalhadores. Os maus tratos por conta dos patrões faziam parte do seu dia a dia. Uma tarefa não executada ou mal cumprida, a demora em realizá-las era motivo de espancamento dos menores. Tais excessos eram possíveis graças a não aplicação das leis que regulamentavam o trabalho infantil. Tais leis faziam parte do conjunto de leis e decretos estaduais. Em todo o período pesquisado os jornais noticiavam diariamente tais agressões, que saía da simples repreensão, passando pelo espancamento e chegando muitas vezes ao extremo, como o que ocorreu ao menor Horácio:

Victoria Dixo é casada com José Rocha Dixo. São arrendatários de uns quartos a rua 10 de julho, nos fundos da Merceria Cabacence. Victoria, hontem, pelas 9 horas da noite, na ausência do marido, virou á valente, e espancou barbaramente um pequeno de 12 annos de nome Horácio, empregado daquella merceria, derramando kerozene no menino para deitar fogo, não o fazendo por ter elle corrido.

Passando por ali um agente de policia deu voz de prisão à Victoria, mas esta, pedindo-lhe licença para mudar a roupa, evadiu-se pelos fundos da casa.⁴⁴

Essa notícia nos permite perceber as tensões que permeavam as relações no trabalho infantil. Como já afirmamos anteriormente a jornada de trabalho no comércio, mesmo nos de pequeno porte, muitas vezes se estendiam até altas horas da noite. Como muitos dos funcionários moravam no próprio local de trabalho, o expediente se prolongava mesmo após as portas do

⁴² MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. Crianças Operárias na Recém-Industrializada São Paulo. Op. cit., p 265/266.

⁴³ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976. p.116.

⁴⁴ *Jornal do Commercio*, n. 740. Manaus, 20 de julho de 1906, p. 2.

comércio serem fechadas. Nesse momento é que se fazia a limpeza do estabelecimento, arrumavam as mercadorias e outras atividades. Esse provavelmente era o caso do menor citado na reportagem acima. Até as 21 horas ele ainda estava no local de trabalho e depois de ter sido espancado por pouco não teve o corpo em chamas.

O uso de substância inflamável para concretizar tal agressão revela que tais relações de trabalho eram conflituosas e em permanente estado de tensão, pois os castigos físicos que eram dispensados aos menores poderiam de uma hora para outra tomar proporções inesperadas. A agressão física no espaço de trabalho pode representar o ápice da demonstração de força do patrão na exploração da força de trabalho do menor.

Reações indignadas vinham por parte de alguns populares que presenciavam as agressões ou delas tomavam conhecimento, levando o caso à polícia ou aos jornais. Como foi o caso do menor José Monteiro da Silva, de doze anos de idade, empregado em uma sapataria pertencente a um espanhol que frequentemente era seviciado pelo proprietário.

[...] ontem porém as coisa chegaram finalmente a um termo, por isso que, o pequeno sendo duramente espancado, cahiu por terra quase agonizante e deitando golphadas de sangue pela boca.

Alguns vizinhos indignados com o procedimento do homem fera levaram o fato ao conhecimento da polícia.⁴⁵

Em outras situações as reclamações eram enviadas diretamente aos jornais denunciando os maus tratos dispensados aos menores trabalhadores. Esse foi o procedimento de um cidadão que se dirigiu a redação do jornal a fim de cobrar medidas contra o proprietário de um hotel que diariamente seviciava um menor que trabalhava em seu estabelecimento como criado. Na ocasião de mais uma agressão, segundo o denunciante, diversos fregueses que se encontravam no estabelecimento censuraram tal comportamento.⁴⁶

⁴⁵ *Jornal do Commercio*, n. 5158. Manaus, 5 de setembro de 1918, p. 1. Em todo o período pesquisado é recorrente as denúncias da população contra espancamentos de menores trabalhadores.

⁴⁶ *Jornal do Commercio*, n. 5657. Manaus, 1º de fevereiro de 1920, p. 1.

As pequenas trabalhadoras não estavam sujeitas apenas aos espancamentos ou safanões, elas também eram vítimas constantes da violência sexual. Sugerimos que essas meninas eram frequentemente perseguidas pelos patrões, pelos clientes dos estabelecimentos ou, não raramente, pelos trabalhadores adultos. Os ataques sexuais as menores por parte dos patrões, provavelmente seria uma forma de demonstrar que além de ele ser proprietário de força de trabalho, ele também era possuidor de seu pequeno corpo.

Agressões físicas aos menores trabalhadores também podem ser observadas em outros estados, pois conforme afirma Margareth Rago, no início da industrialização do país, os menores eram frequentemente castigados com surras e bofetadas pelos contramestres.⁴⁷ Tal assertiva é corroborada por Foot Hardman para quem “as prepotências e agressões físicas dos chefes e mestres contra menores eram a norma também no caso da indústria de vidro de pequeno e médio porte”.⁴⁸

As denúncias publicadas nos jornais contra os espancamentos de menores, para além de evidenciar os maus tratos infligidos aos pequenos trabalhadores, indicam a aceitação do trabalho infantil por grande parte da população. Tal assertiva se baseia no fato de as denúncias fazerem referências apenas aos maus tratos e aos excessos praticados contra os menores e não contra o trabalho infantil em si, nem tampouco às condições em que ele se efetuava. Nesse período o trabalho era visto como um valor moral imprescindível ao bom cidadão. Dessa forma, as famílias viam no trabalho infantil a possibilidade de seus filhos virem a garantir um futuro melhor, além de serem encaminhados a trilhar o caminho da “virtude”. Somando-se a isso as precárias condições de existência as que estavam submetidas à maioria das famílias em Manaus ante aos elevados preços dos produtos básicos, os levavam a encontrar no trabalho das crianças a única forma de garantir a sua sobrevivência. Tal reflexão reverbera nas palavras de June Hahner, para quem “as famílias pobres não poderiam viver sem o trabalho das mulheres e crianças”.⁴⁹

⁴⁷ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. Op. cit., p. 143.

⁴⁸ HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. Op. cit., p.136.

⁴⁹ HAHNER, June E. *Pobreza e Política*. Op. cit., p. 222.

Contudo, não vamos pensar as crianças trabalhadoras apenas como vítimas do sistema capitalista, que lhes exauria as forças e maltratava seus corpos sem que estas reagissem ante tal situação. O trabalhador infantil, assim como os demais trabalhadores, encontrou formas de resistências às adversidades do mundo do trabalho. Tais ações podem apenas ser vislumbradas nas entrelinhas das notícias de jornais ora em forma de fuga, ora em forma de furto. Com frequência patrões denunciavam o criado de sua residência que havia fugido com o dinheiro que saía para fazer alguma compra, ou o sumiço de pequenas mercadorias de estabelecimentos comerciais. São pequenas ações que, para além de serem vistas como sinais de delinquência, revelam uma forma de retaliação às condições que lhes eram impostas.⁵⁰

Esmeralda Blanco B. de Moura em suas pesquisas informa que, para São Paulo as ações de resistências dos trabalhadores infantis se davam na forma de freqüentes desobediências e brincadeiras realizadas com os instrumentos de trabalho no interior das fábricas paulistas.⁵¹ Enquanto que para Margareth Rago, as próprias agressões físicas que estes menores constantemente recebiam dos patrões, podem sugerir uma forma de resistência surda e abafada.⁵²

Dentre os vários usos que se fez do trabalho infantil na cidade de Manaus, o serviço doméstico foi a ocupação de maior destaque. As casas de família utilizaram em larga escala o trabalho de crianças, sendo inúmeros anúncios solicitando meninos e meninas, estas com maior frequência, para serviços domésticos como cuidar de crianças, lavar e passar roupas, arrumar a casa e outras obrigações. Assim como nas demais atividades, os menores exerciam responsabilidades que hoje nos parecem não serem compatíveis com as suas idades, sendo ilustrativo um anúncio que diz “precisa-se de uma menina de 9 a 12 anos, a rua dez de Julho, para tomar conta de uma criança de 2 anos”.⁵³

⁵⁰ Em relação aos furtos cometidos pelos menores trabalhadores, Santos Junior os percebe como “uma forma de compensação pelo tempo de expropriação da força de trabalho”. SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e Criminalização de Práticas Populares em Manaus (1906-1917)*. Dissertação (Mestrado) - em História. São Paulo: PUC, 2005. p. 186.

⁵¹ MOURA, esmeralda Blanco Bolsonaro. *Crianças Operárias na Recém-Industrializada São Paulo*. Op. cit., p. 270.

⁵² RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Iar*. Op. cit., p. 143. Ainda para São Paulo a autora cita como forma de resistência dos menores, as fugas que eles faziam das fábricas, a fim de não serem obrigados a limpar as latrinas; as pedradas que disparavam nos contramestres quando estes saíam das fábricas em direção as suas residências e outras mais.

⁵³ *Jornal do Commercio*, n. 4615. Manaus, 1º de março de 1917, p.1.

Tais anúncios, muito frequentes na época, evidenciam o uso que famílias ricas faziam dos serviços de crianças pobres. Estas eram empregadas para exercerem a função de babás, o que não excluía os serviços da cozinha que teriam que realizar. Em algumas ocasiões as chamadas para emprego vinham acompanhadas de frases como “paga-se o que merecer ou para todo o serviço”, como ilustra os anúncio: “preciza-se de uma menina com ate 15 annos para cuidar de uma creança, paga-se o que merecer”, ou “precisa-se de rapaz ou rapariga de 10 a 14 annos, para todo serviço”.⁵⁴ Tais anúncios demonstram o quanto esses menores estavam à mercê da subjetividade dos patrões ao ser mensurado o valor dos seus serviços ou no estabelecimento de tarefas específicas a serem exercidas.

Todavia, os jornais não eram o único meio de se conseguir mão-de-obra infantil. A Tutela e o Contrato de Soldada garantiram o abastecimento de crianças para realização dos mais diversos serviços domésticos. Com a promessa de alimentá-los, educá-los e vesti-los, além de ensinar-lhes um ofício, os filhos das famílias pobres através da legislação, muitas vezes foram entregues à revelia da vontade dos mesmos e de seus pais, à famílias que eram totalmente estranhas a eles. Tais promessas eram utilizadas como forma de mascarar o uso da mão de obra infantil sem remuneração.⁵⁵

A análise dos processos dos Juizados dos Órfãos da Cidade de Manaus, instituição que legislava sobre os menores, nos revela os maus tratos e as condições desumanas a que eram submetidas muitas dessas crianças. Os conflitos que permeavam tais relações ficam evidenciados nos Autos de Petição em que:

Helena Schock mãe legítima das orphãs Emilia Schock de 10 annos e Helena Schock de 7 annos, ambas brasileiras, vem queixar-se dos maltratos e castigos que costuma dar as ditas menores seu tutor Antonio Kramer de nacionalidade allemã. Alem disso as meninas vivem descuidadase sem o necessário conforto em casa de seu tutor, que lhes

⁵⁴ Respectivamente, *Jornal do Commercio*, n. 2200. Manaus, 19 de maio de 1910 e *Jornal do Commercio*, n. 2681. Manaus, 11 de novembro de 1911, p. 1.

⁵⁵ AZEVEDO, Gislane Campos. *De Sebastianas e Geovannis: o universo do menor nos processos dos juizes de órfãos da cidade de São Paulo (1817-1917)*. Dissertação (Mestrado) - em História: PUC, 1995. p. 78-79.

exige serviço incompatível com o seu sexo e idade, como mandar a mais velha fazer sozinha carretas do mercado publico, e uma ou outra servirem de serventes em contruções. Acresce ambas são batidas deshumanamente chegando a ponto de uma delas ser espancada e prostrada por terra em plena rua.

A mãe pouco pode saber dos soffrimentos de suas inditosas filhas por lhe vedar o dito tutor de vê-las.

Em vista do exposto a mãe pede que se digne a mandar abrir o respectivo inquérito procedendo os exames nas menores para se verificarem sevicias que ellas apresentam, afim de apurada a procedência desta, que seja exonerado o dito tutor e substitua-o por uma brasileira de consciência e coração.⁵⁶

Além de evidenciar que as crianças eram tuteladas mesmo com pais vivos, a petição acima demonstra que os serviços físicos executados por esses menores muitas vezes estavam para além de suas capacidades físicas e que os trabalhos executados não se restringiam apenas ao ambiente doméstico, podendo se espalhar por vários pontos da cidade, no caso o mercado e construções. Isso não surpreende, pois como forma de aumentar os seus ganhos, muitos tutores colocavam os menores no mercado público para servirem de carregadores ou para vender mercadorias, ou então alugavam seus serviços a terceiros.⁵⁷ Dessa forma, a presença de inúmeros menores vendedores nas ruas da cidade registradas nas fotografias, nem sempre se tratava de estratégias de sobrevivência, mas sim de artimanhas criadas por seus tutores com a intenção de aumentar seus lucros com a mão de obra de seus tutelados.

Além de estarem sendo privados da disponibilidade de seu tempo para realizarem as tarefas que bem lhes conviessem, também lhes era tirado o direito de receber visita dos pais. Isso demonstra que ao se virem em ambiente hostil e sem um rosto familiar, essas crianças se viam obrigadas a criarem suas próprias estratégias de sobrevivência.

⁵⁶ Autos de Petição dirigida ao Juízo Municipal de Órfãos da Cidade de Manaus. Manaus, 6 de junho de 1910. Arquivo Público do Estado do Amazonas.

⁵⁷ AZEVEDO, Gislane Campos. *De Sebastianas e Geovannis*. Op. cit., p. 86-85.

A fala da mãe nos permite inferir que havia resistência por parte dos menores tutelados em relação aos desmandos do tutor. Não podendo se manifestar de forma direta, ela pode ser percebida na recusa ou lentidão na realização de alguns serviços. Daí o fato de muitas vezes, serem espancados em plena rua. Isso demonstra que embora de aparências frágeis, as crianças trabalhadoras não devem ser vistas como seres dóceis e passivos. Elas reagiam, dentro de suas possibilidades, às imposições que lhes estavam sendo feitas.

As condições de trabalho descritas na petição já eram vistas nos periódicos da cidade por volta de 1904, quando o *Jornal do Commercio* publicou a carta do sr. Adolpho Torino, dirigida à redação do referido jornal, na qual denuncia os “sofrimentos que passavam duas infelizes crianças” sob o jugo de seu tutor. Segundo o denunciante, durante o dia as crianças eram empregadas em serviços domésticos.

[...] e alguns excessivamente pesados para a idade relativa, e a noite sobre pretexto de ensiná-las a ler as martiriza de uma maneira tão bárbara que só uma pantera o poderia fazer. Enquanto essas crianças estão prostradas de cansaço desejando o momento de poderem repousar, são obrigadas a estar com uma cartilha nas mãos [...] e sujeitarem-se a tantos bolos que incomoda deveras a qualquer ouvido que seja humano. [...] hoje principiou esse martírio as 8 horas até as dez e meia.⁵⁸

Tal carta deixa claro que os filhos das famílias pobres eram retirados dos seus lares sob pretexto de que seriam entregues às famílias que realmente teriam condições de criá-las, dando-lhes melhor assistência do que recebiam junto às suas famílias. Contudo, o que se observa, é que estas passaram a ter uma vida que, além das privações materiais, incluía constantes castigos físicos e sobrecarga de trabalho.

Todavia, as crianças tuteladas não se submetiam de forma passiva ante tal situação. A fuga das residências onde serviam como criados foi bastante utilizada por estes pequenos trabalhadores. Os jornais desse período diaria-

⁵⁸ *Jornal do Commercio*, Manaus, 3 de Fevereiro de 1904.

mente noticiavam as fugas desses menores. O jornal *Commercio do Amazonas* no ano de 1899 noticiava o desaparecimento da casa de seu tutor o menor Jose de Oliveira Leite, com 9 ou 10 anos de idade, natural de Maués. O tutor avisa que esta era a quarta vez que o menino fugia de casa e protestava contra quem lhe desse guarida.⁵⁹ A menor Othilia de tal, foi mais uma a constar nas páginas do *Jornal do Commercio* por ter fugido da casa de seu tutor. Segundo a reportagem, horas mais tarde ela foi ao posto policial declarar que fugiu da casa do mesmo devido a ser constantemente maltratada por ele e que não voltaria mais para a lá, sendo então encaminhada ao Juízo dos Órfãos. Esses são apenas exemplos de como a fuga era uma prática constante por parte dos menores. Em todo o período pesquisado os jornais estão repletos de notícias de fugas dessas crianças, o que evidencia a resistência deles.

Um bom exemplo do quanto a maioria dos menores não se subordinava aos ditames de seus tutores está nos Autos de Petição em que é requerente o sr. Manoel Bivar, na qual declara que

O menor Manoel da Silva a favor do qual assinou termo de tutela em 5 de novembro do ano próximo findo, é excessivamente viciado, e tem a mania de fugir sem causa justificada como passa a expor.

Tutelado a 5 de Novembro como acima ficou dito, fugiu a 10, sendo pegado a 14; fugiu a 27, sendo pegado pela policia dia 30, fugindo ainda no mesmo dia, e somente hoje sendo novamente encontrado.

Ora, como se vê, em oitenta dias decorridos da tutela, apenas ele permaneceu em casa vinte dias, trazendo continuamente incomodo a si e a policia durante o resto do tempo.⁶⁰

O requerente, diante do exposto, solicitou a baixa do Termo de Tutela do referido menor.

Podemos deprender que o ambiente em que viviam eram espaços de permanente tensão, onde ambos, tutor e tutelados, viviam em estado de alerta permanente. A fuga se mostrava como alternativa mais eficaz para essas crian-

⁵⁹ *Commercio do Amazonas*, n. 471. Manaus, 25 de maio de 1899, p. 3.

⁶⁰ Autos de Petição do Juízo dos Órfãos. Manaus, 31 de janeiro de 1916. Arquivo Público do Estado do Amazonas.

ças. Percebem-se, nos referidos documentos, que a polícia teve papel fundamental na tentativa de coibir tais práticas cabendo a elas o papel de correr a cidade em busca dos ditos menores fugidos.

Não partilhamos da visão que fizesse parte do senso da sociedade manauara que a fuga de menores significava uma ilegalidade, e que por este motivo os “pequenos fujões” eram denunciados e levados à delegacia.⁶¹ Era comum tais menores receberem abrigo de desconhecidos, onde poderiam se manter escondidos. Embora houvesse quem os denunciasse às autoridades competentes, não devemos generalizar. Muitos dos menores fugidos foram delatados sim, contudo muitos outros foram acolhidos nas residências onde procuraram abrigo.

Como era do conhecimento da população o grande número de fugas por parte dos menores, já era esperado que, caso aparecesse um menor pedindo comida e lugar para dormir muito provavelmente se tratasse de fuga de tutelados. Sendo, na maioria das vezes, a justificativa de maus tratos que levaram a saída desses pequenos das casas onde residiam, muitas famílias não relutaram em acolhê-los.

Em várias situações que tais menores foram entregues às delegacias de polícia por se recusarem a voltar para casa de seus tutores, foram encaminhados aos Juízos dos Órfãos que, se comprovados os maus tratos, expedia outra nomeação de tutela para o dito menor. Isso pode ser evidenciado na notícia publicada pelo *Commercio do Amazonas* na qual o tutor, ao denunciar a fuga de seu tutelado, afirma logo protestar contra aquele que lhe desse guarida. Isso demonstra que tal prática não era incomum na cidade.

Desapareceu há dias da casa onde reside, a rua 24 de maio, o menor José de Oliveira Leite, de 9 ou 10 anos de idade, meu tutelado [...]

Sendo esta a quarta vez que sem razão, mais iludido foge este rapazinho de casa. Protesto por este meio, contra qualquer que tenha lhe dado guarida sem meu consentimento.⁶²

⁶¹ SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e Criminalização de Práticas Populares em Manaus*. Op. cit., p. 190. O autor sugere que havia consenso entre a sociedade que a fuga de menores tutelados era ilegal, sendo este o motivo das denúncias de alguns moradores sobre menores fugidos.

⁶² *Commercio do Amazonas*, n. 471. Manaus, 25 de maio de 1899, p.3.

A questão de dar abrigo a menores “fujões” também pode ser comprovada nos autos de petição em que é requerida a remoção da tutela da menor Stephania de 11 anos de idade, que estava em nome do Sr. Manoel Rodrigues Pereira Caldas. No decorrer do processo, o oficial de justiça foi à casa do referido tutor intimá-lo para entregar a menina pois este tinha perdido o direito a tutela da mesma. Nessa ocasião, o Sr. Caldas afirma isso não ser possível por ter a mesma fugido. O oficial declara nos autos que sabe que a menor está escondida na casa do Sr. Caldas pois é de conhecimento que “o dito senhor tem costume de esconder menores alheios”.⁶³

Talvez por apiedar-se da situação das crianças pobres, talvez por discordar da violência a que estas estavam submetidas, ou quem sabe ainda talvez pela possibilidade que havia de vir a tornar-se tutor das mesmas caso fosse comprovado pelo Juízo dos Órfãos as agressões por elas sofridas, fato é que tais crianças acabavam por encontrar refúgio em algumas residências.

Analisar as dimensões do trabalho infantil está para além de identificar as ocupações exercidas pelos menores, pois tais dimensões se interconectam por todo o dia-a-dia dessas crianças, como podemos observar nos autos de petição em que é requerente o Sr. Domingos Silva, tutor da menor Basília Vicência, de doze anos de idade. Após ter fugido da casa onde residia é intimada a comparecer ao Juízo dos Órfãos, para prestar esclarecimento, e aos questionamentos deu as seguintes respostas:

Que tem doze anos de idade [...] Que atualmente acha-se em casa do professor Francisco Pedro de Sampaio e anteriormente em casa do Sr. Domingos da Silva; que saiu desta casa por ser bastante maltratada, tanto assim que, a esposa do Sr. Domingos Silva brigava com ella na cozinha, manda o marido dar-lhe; que ella e sua companheira de nome Leonor fugiram da casa do Sr. Domingos Silva [...] que ella e sua companheira vieram do Ceará em primeira classe e em companhia da senhora do Sr. Domingos Silva, que sua vó residente no Ceará entregou-a aos cuidados do Sr. Do-

⁶³ Autos de Petição dirigida ao Juízo dos Órfãos. Manaus, 10 de fevereiro de 1894. Arquivo Público do Estado do Amazonas.

mingos Silva [...] que fugiu pelos fundos da casa, pulando uma cerca [...] Que trabalhava desde manhã a tarde antes do jantar [...] que Dona Rachel ralhava e a cada passo dava-lhe pancada bem como seu marido; que não sabe nem ler nem escrever e que nunca nem Dona Rachel nem seu marido procuraram dar-lhe uma carta do ABC, nem a sua companheira, vivendo exclusivamente nos serviços domésticos [...] que depois seguindo encontraram o Sr. Pedrosa, a quem não conheciam, sentado na porta, e a quem pediram agasalho; que no dia seguinte ella foi a casa do professor Sampaio, onde é bem tratada, não saindo a rua e onde está aprendendo a coser, a ler; que não deseja sair do poder deste, porquanto não somente ele como a sua família a tratam muito bem e a prova é que ela tem sua roupa em bom estado, tem vestidos novos.⁶⁴

A menor Basília Vicência representa mais uma das inúmeras crianças que vinham do interior e de outras cidades do nordeste brasileiro, a fim de se empregar nas casas de famílias manauaras. A seca no nordeste obrigava várias famílias a se retirarem em busca de melhores condições de vida. O que aconteceu com Basília é reflexo disso. A avó, sem condições de oferecer um futuro melhor para a neta, a entregou para outra família a fim de que esta pudesse receber maior assistência. As famílias que entregavam seus filhos para outros sabiam que eles seriam usados como empregados domésticos. No entanto, eles acreditavam que junto a isso a criança passaria a frequentar uma escola, receberia educação, seria bem alimentada, ou seja, bem cuidada. Aqui chegando, a maioria das vezes, as condições de trabalho que as esperavam não eram as imaginadas pelos seus responsáveis. Essa foi a dura realidade apresentada a Basília e sua companheira. Os seus dias eram preenchidos com os afazeres domésticos, lavar, passar, limpeza da casa e por vezes atender na mercearia. Acompanhados dessas atividades vinha os constantes castigos. Embora a família tivesse posses, a comida era regradada aos empregados.⁶⁵ Esta era a realidade dos pequenos, passavam o dia a trabalhar nos afazeres de casa, sendo mal

⁶⁴ Autos de Petição dirigida ao Juízo dos Órfãos. Manaus, 12 de março de 1904. Arquivo Público do Estado do Amazonas.

⁶⁵ *Ibidem*.

alimentados e não recebendo nem educação nem vestimenta adequada. Para Basília, suas horas longe do trabalho se resumiam em acompanhar a dona da casa nas visitas que esta fazia as amigas.⁶⁶

As constantes pancadas recebidas dos donos das casas e as repreensões recebidas frente aos fregueses da mercearia, revelam uma convivência tensa e conflituosa, uma relação de forças. No pequeno espaço da mercearia eram exercidos os diversos micro poderes⁶⁷. Os donos da casa se sentiam proprietários daquela menina que lhes prestava serviços demonstrando o seu poder sobre a mesma através de castigos e surras.

Contudo, não devemos imaginar que essa pequena serviçal fazia todas as tarefas que lhes eram impostas, da maneira que era esperada e que, sem motivo algum era castigada. Não. Imaginamos que, como em toda relação de poder há resistência,⁶⁸ essa menor realizava suas micro-resistências em pequenos atos que, embora não sendo um confronto direto, resultava nas pancadas. Não possuindo compleição física para enfrentar aquele que se mostrava como adversário, só lhe restando realizar as tarefas de maneira incorreta, realizá-las com lentidão ou simplesmente não realizá-las. Reforçamos o argumento que os menores, assim como os adultos, reagem a situações que lhes são adversas. Reagem dentro de suas possibilidades, sem um enfrentamento direto.

Sendo assim, Basília deixa as micro-resistências e parte para uma reação mais decisiva, foge de casa. Ao sair leva seus únicos pertences deixando claro sua determinação em não mais voltar. Caminha pelas ruas em busca de abrigo, embora encontrando quem lhe negasse não demorou em consegui-lo.

A longa fala de Basília nos permite dimensionar de que forma os pequenos trabalhadores fizeram uso do Juízo dos Órfãos como espaço de atuação nas suas reivindicações, bem como nos possibilita visualizar, sem generalizações, a rotina diária que enfrentavam os pequenos trabalhadores com horas extensas de afazeres domésticos muitas vezes fora deste, num ambiente com constante demonstração de forças de ambos os lados, patrão e empregado.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 236-242.

⁶⁸ Ibidem.

Tais relações de violência, da mesma forma podem ser vislumbradas na imprensa local. O *Commercio do Amazonas* em 1899 noticiava o espancamento de uma pequena criada espanhola. O estado em que a menor ficou era tão lastimável que o encarregado do consulado espanhol levou a menor a presença do desembargador chefe de segurança do Estado pedindo providências sobre o assunto.⁶⁹

O pequeno trabalhador também poderia vir a ter reações extremadas. Este foi o caso da menor Laura Leite da Silva, que veio da Europa acompanhando uma família com o fim exclusivo de prestar serviços domésticos, conforme noticia o *Jornal do Commercio*.

[...] Laura, a princípio mostrava-se bastante satisfeita com seus patrões; ultimamente porém, dominada por uma nostalgia acabrunhadora [...] manifestando por vezes as pessoas que a governam o desejo de voltar a pátria. [...] esse seu desejo não foi satisfeito e jamais o seria [...] se viu contrariada em sua vontade ainda infantil [...] encontrando em um móvel uma pequena quantidade de substancia pensou que estava em posse de um veneno violento [...] misturou ao vinho e serviu aos patrões durante a refeição.⁷⁰

O jornal dá como justificativa para essa atitude da menor a saudade que ela andava sentido de sua terra natal. A nostalgia a tinha levado àquela ação extremada. No entanto, podemos sugerir que possivelmente outros motivos mais graves tenham levado a menor a tomar essa atitude, embora a pesquisa até o momento não tenha encontrado dados para comprovar isso.

Percebemos, portanto, que o uso da mão de obra infantil no serviço doméstico se deu de forma intensiva, no qual os pequenos trabalhadores passavam o dia todo prestando serviços dentro e fora da casa dos tutores, não lhes sobrando tempo para o estudo.

A pesquisa revelou que por parte do governo não houve nenhuma ação efetiva contra o uso que estava sendo feito do trabalho infantil. Nas

⁶⁹ *Commercio do Amazonas*, n. 380. Manaus, 24 de janeiro de 1899, p.1.

⁷⁰ *Jornal do Commercio*, n. 2894. Manaus, 11 de maio de 1912, p.1. Em todo o período pesquisado esse foi o único caso encontrado em que o trabalhador infantil toma tal atitude.

Mensagens de Governo encontramos frequentes referências ao baixo índice de alunos nas escolas e demonstrações de que havia uma preocupação por parte dos governantes em resolver o problema, como é o caso da Mensagem enviada ao congresso em 1898, onde o governador José Carlos Ramalho Junior fala que os pais e os tutores das crianças são os grandes responsáveis pela ausência destas nas escolas pois “sedentos de cedo obter o trabalho d’estes, levados da ignorância, não mandam seus filhos e tutelados às escolas, comdenando os pobres infantes ao analfabetismo”.⁷¹ Em 1904, o governador Silvério Nery afirmava que as escolas eram pouco frequentadas devido a aversão natural que as crianças tinham em relação aos estudos, e ao “criminoso aproveitamento da atividade infantil em mister alheios a instrução”.⁷² Afora as Mensagens criticando os motivos da ausência dos menores nas escolas, não encontramos nenhuma medida efetiva por parte dos governantes para coibir ou amenizar tal questão.

As escolas noturnas eram direcionadas especificamente para as crianças pobres, pois desta forma não atrapalhariam os trabalhos que tais crianças exerciam. Funcionavam das 18 ou 19h às 21 horas, havendo algumas que recebiam crianças a partir dos seis anos de idade como informa o edital de matrícula da Escola Municipal do 3º Distrito “qualquer cidadão pobre com mais de seis anos de idade, que queira frequentar esta escola [...] procurar o respectivo professor para matrícula”.⁷³

Durante o período pesquisado a imprensa manauara pouco se manifestou sobre o uso que se estava fazendo da tutela em Manaus. A única reportagem por nós encontrada nos leva a sugerir que os jornais, assim como parte da população, fossem a favor da utilização da mão-de-obra infantil, desde que não houvesse excesso em seus usos. Embora o enfoque da reportagem fosse o descaso com as crianças do sexo masculino que mendigam pelas ruas da cidade, nela podemos entrever a postura do jornal sobre a utilização da tutela.

⁷¹ Mensagem de Governo do Estado do Amazonas. Manaus, 10 de julho de 1898, p. 7.

⁷² Mensagem de Governo do Estado do Amazonas. Manaus, 10 de julho de 1904, p.89.

⁷³ *Jornal do Commercio*, n. 2437. Manaus, 19 de janeiro de 1911, p. 2.

[...] ainda mesmo se abrindo para cada desvalido as portas de uma casa de família que o acolhesse, dando-lhes o tecto, o pão e os vestilos a troco dos serviços da creança; ainda mesmo que esses protectores não disfarçassem n'aquella expressão vizinha de paternidade, uma escravidão infligida aos tutelados [...]

Abra-se rigoroso inquérito a ver se há que d'esses tutores, verdadeiros senhores diafarçados de infelizes escravizados pela orphandade e pela miséria, menos de cinco por cento ensinam, aos seus tutelados a ler e escrever, e talvez menos de um por cento lhes ensine a ser marceneiro, carpinteiro, ferreiro ou outra qualauqre profissão liberal.⁷⁴

Em relação ao interior do Estado, as poucas reportagens encontradas revelam que o uso da mão de obra infantil se fazia de forma ainda mais violenta e desumana que na cidade, sendo frequente o roubo de crianças pobres.⁷⁵ Estas eram levadas para os seringais a fim de trabalharem na extração da borracha, em roçados ou exercendo outros serviços.

Devido às longas distâncias das autoridades competentes instaladas na Capital, os desmandos se faziam com muita frequência. A lei muitas vezes era a da força, a das armas. O que, no entanto, não significa que a população não lutasse por seus direitos. O periódico *Diário de Manãos* no ano de 1891 noticiava o caso de um suplente do subdelegado que se apresentando na casa de uma família pobre, exigiu que os donos da casa juntamente com os seus seis filhos o acompanhassem a fim de irem trabalhar no roçado de um terreno destinado a criação de gado. Como este se recusou a acompanhá-lo, o dito suplente se retirou retornando dias depois em que somente os filhos se encontravam em casa levando-os todos para realizarem o serviço. As mulheres foram levadas para os seringais a fim de trabalharem na cozinha. Os pais recorreram à justiça local, contudo a pesquisa não revelou se eles receberam os filhos de volta.⁷⁶

Muitas das crianças roubadas quando não eram levadas para os seringais, eram levadas para Manaus. Este foi o caso registrado pelo periódico

⁷⁴ *Jornal do Commercio*, n. 197. Manaus, 16 de agosto de 1904, p.1.

⁷⁵ *Vida Operária*, n. 22. Manaus, 8 de agosto de 1920, p. 1.

⁷⁶ *Diário de Manãos*, Manaus, 22 de julho de 1891, p. 2.

Commercio do Amazonas em que um lavrador residente em January teve a sua casa invadida por três homens armados que levaram duas crianças, uma com seis anos de idade e a outra com três anos.⁷⁷ Chegando a Manaus era fácil conseguir a tutela da criança, pois bastava ir ao Juízo dos Órfãos e solicitar o termo de tutela alegando que as crianças eram órfãs de pai e mãe. Não havia investigação para comprovar se tal informação era verdadeira.

Sobre essa facilidade em conseguir tutela de menores e o uso que estava se fazendo das crianças é que o Jornal do Commercio se pronunciou.

No interior do Amazonas, se compromete de forma lamentável o futuro das pobres creancinhas, que tiveram a desdita de nascer mãe protectora de um pae [...] .Apenas crescem, porém, surgem de toda parte ambiciosos, que se disfarçam em protectores, requerendo tutorias, quando o único fim é de se utilizarem dos serviços que ellas podem prestar.

Os juizes de órfãos, embaraçados diante da tremenda difficuldade de um abrigo seguro, onde as creanças desvalidas possam receber a educação necessária para tornarem-se úteis á sociedade e á pátria, agarram-se ao primeiro que requer a tutoria, muitas vezes sem fazerem as indagações ditadas pela prudência; e la vae a pobre creancinha sepultar, quase sempre, nas fadigas de um trabalho extraordinário para a sua idade [...].⁷⁸

Essa reportagem é muito significativa, pois além de demonstrar que a utilização da tutela como forma de obtenção da força do trabalho infantil sem remuneração era pública e notória, nos permite vislumbrar o posicionamento do jornal ante tal situação. Entendemos que ele não faz crítica a esse uso, apenas condena a utilização dela nos seringais devido a este tipo de trabalho ser muito extenuante.

O trabalho infantil muitas vezes também foi utilizado como forma de estratégia de sobrevivência. As famílias pobres da cidade de Manaus nesse

⁷⁷ *Commercio do Amazonas*, n. 461. Manaus, 11 de maio de 1899, p. 1.

⁷⁸ *Diário de Manãos*. Manaus, 16 de março de 1892, p. 2.

período sofrem com a elevada carestia dos gêneros de primeira necessidade. Embora a cidade tenha passado por um intenso processo de aceleração econômica, graças ao comércio exportador do látex, a grande maioria da população não vivenciou os benefícios resultantes desse momento.⁷⁹ Por todo o período pesquisado os jornais noticiam as altas dos preços dos gêneros alimentícios e a impossibilidade de as famílias pobres sobreviverem em tal situação. A fim de minorar o estado de miséria no qual estão vivendo, muitas dessas famílias irão recorrer a diversos expedientes a fim de garantir o seu sustento. Tal postura, segundo Maria Inez Machado, se deve à capacidade que as famílias pobres têm de criar novos meios de sobrevivência. Pois tal capacidade é parte da cultura de resistência do homem marginalizado pelo sistema capitalista.⁸⁰

Sendo assim, as famílias pobres colocavam seus filhos pequenos para venderem produtos nas ruas como, frutas, biscoitos caseiros, doces e outras guloseimas ou exercerem outras atividades que lhes rendessem algum trocado. Saíam cedo pelas ruas da cidade com o tabuleiro de madeira sobre a cabeça ou com o cesto de palha a oferecer seus quitutes.⁸¹

Contudo, algumas das estratégias de sobrevivências adotadas por essas crianças eram mais passíveis de punição. Esse foi o caso de Guilherme Rosa, com onze anos de idade, que se utilizava do crédito que um conceituado comerciante possuía na cidade e se dirigia as mercearias e tabernas comprando mercadorias em nome do dito comerciante.⁸² A notícia não especifica que tipo de mercadoria o menor adquiria, porém, visto ser de mercearias e tabernas, não podemos descartar a possibilidade de se tratar de gêneros alimentícios, o que pode indicar que muitas das infrações cometidas por crianças, não se tra-

⁷⁹ Como vimos anteriormente, o processo de aceleração do comércio da borracha se inicia por volta de 1890 e de forma crescente vai chegar ao seu ápice nos anos de 1910/1911, aproximadamente. A partir desse período até 1920, Manaus viverá a chamada “crise da borracha” que culminará no processo de decadência da região população. Para pesquisa aprofundada sobre esse período ver: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*. Op. cit.; DIAS, Edineia Mascarenhas. *A ilusão do fausto*. Op. cit..

⁸⁰ PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência*. Op. cit., p. 155-156.

⁸¹ *Jornal do Commercio*, n. 3.498. Manaus, 21 de janeiro de 1914, p.1; *Jornal do Commercio*, nº 3.635. Manaus, 9 de junho de 1914, p.1. Tais jornais trazem em sua primeira página fotos com flagrantes da cidade nas quais aparecem crianças carregando os cestos com produtos a venda nas ruas da cidade, bem como outras crianças vendendo mercadorias. Os álbuns de fotos da cidade também apresentam crianças com tabuleiros a cabeça.

⁸² *Jornal do Commercio*, n. 240. Manaus, 28 de setembro de 1912, p. 2.

tava de delinquência, mas sim de necessidade extrema.⁸³ Tal argumento pode ser ilustrado com uma outra notícia de jornal que informa a prisão do menor Paulo da Costa de 13 anos de idade, por ter invadido um quintal para furtar galinhas.⁸⁴



Menor vendendo nas ruas.

Foto do Jornal do Commercio, cedida por Benta Litaiff

Formas de lazer infantil

Entendendo que a apreensão das formas de trabalho não se faz apenas nos espaços em que tais trabalhos são realizados, procuramos mostrar como se dava as formas de lazer das crianças na cidade de Manaus em fins do século XIX, e nas duas primeiras décadas do século XX.

⁸³ PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência*. Op. cit., p. 185-187. A autora aponta como estratégia de sobrevivência na cidade de São Paulo o furto de roupas para o frio, calçados e gêneros alimentícios. Ela se baseia no fato de na maioria das vezes as roupas serem usadas e de pouco valor, enquanto aos gêneros alimentícios o fato de eles serem furtados em pouca quantidade para o consumo e não para revenda. Aos serem registrados pela polícia, tais infratores mostravam serem operários desempregados.

⁸⁴ *Amazonas*, n. 240. Manaus, 29 de agosto de 1909, p. 2.

Embora nesse período na cidade de Manaus se praticasse esportes como as corridas de bicicletas, o tênis, o boxe, o rugby, o judô e outras atividades esportivas,⁸⁵ podemos afirmar que eram poucos os espaços de lazer para a população manauara.

Após os primeiros surtos de urbanização da cidade, as praças passam a ser os principais espaços de lazer ocupados pela população, porém de forma distinta. A elite praticando atividades lúdicas consideradas saudáveis, desejadas e permitidas. As camadas populares praticando brincadeiras tradicionais aos seus antigos modos de vida que, no entanto, eram consideradas degradantes pela primeira.

Aos domingos os filhos da elite, sob o olhar dos pais, brincam com seus triciclos em volta a praça disputando corridas. Os adultos, organizando tudo, distribuem doces para os vencedores. A banda de música da polícia militar algumas vezes alegra o ambiente.⁸⁶

Aldrin Moura de Figueiredo conta que, para Belém, a casa era o ambiente que mais se mostrava favorável às brincadeiras dos filhos das famílias ricas. Era o lugar onde se compartilhavam os brinquedos com os filhos dos amigos da família. Era o ambiente acolhedor, que transmitia segurança e lhes possibilitava exercitar a imaginação nos diversos cômodos da casa. “O espaço por onde a criança transitava dificilmente transpunha os limites da casa materna, dos fundos do quintal, do quarteirão da rua ou, quando muito das redondezas dos bairros”.⁸⁷

Se levarmos em consideração que Manaus e Belém durante esse período, guardadas as devidas peculiaridades, viveram realidades próximas no que se refere ao processo de urbanização vivenciado por ambas capitais, podemos inferir que os espaços de diversão dos filhos das famílias mais favorecidas em Manaus também eram restritos, se reduzindo aos cinemas, teatros, as festas em famílias, os passeios de bondes e outros ambientes, sempre acompanhados

⁸⁵ Sobre as atividades esportivas praticadas em Manaus nesse período ver: NORMANDO, Tarcísio Serpa Normando. *Nas praças, nas ruas e nos rios: a Amazônia Esportiva em Sua Belle Époque*. Site na internet: www.efedportes.com

⁸⁶ *Jornal do Commercio*, nº 598. Manaus, 21 de novembro de 1905, p. 2.

⁸⁷ Memórias da infância vivida por uma criança de família privilegiada economicamente em 1910 na cidade de Belém. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memórias da Infância na Amazônia. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 320.

por algum responsável. Também não é difícil imaginar essas crianças a brincar nos suntuosos casarões da época.

As festas religiosas com suas quermesses eram outra forma de lazer onde circulavam ricos e pobres. Suas barracas com quitutes e brincadeiras atraíam as crianças.

Enquanto os filhos da elite tinham por predileção a casa como espaço de diversão, para os filhos das famílias pobres a rua era o lugar de lazer por excelência. A rua era o espaço de sociabilidade das crianças pobres. Sendo o espaço do trabalho, da diversão, das brincadeiras e muitas vezes local de moradia, a rua acabava por se tornar o núcleo de suas relações sociais. O jogo de futebol, o soltar papagaio, os banhos de rio e igarapés, jogar pedras nas mangueiras, subir em árvores, o correr e gritar eram atividades próprias da rua.

O estar com frequência nas ruas transitando, conversando, ou fazendo qualquer atividade que não fosse o trabalho, em muito preocupava as autoridades dirigentes. Eles não percebiam que o fato de as crianças desde pouca idade começar a trabalhar passando mais tempo fora de casa que com a família, tornava a rua para elas um espaço de maior sociabilidade. Entre a casa e a rua, as crianças de Manaus ampliavam seus espaços de sociabilidade, experimentando e construindo relações que, muitas vezes, diferiam daquelas vivenciadas no espaço doméstico”.⁸⁸

Sendo assim, o estar nas ruas para essas crianças pode ser visto como uma forma de reinventar, de re-apropriar um espaço que lhes foi tirado a partir de um re-ordenamento urbano. O correr, perambular, o ficar na rua para além de ser visto como um simples ato de vadiagem pode ser percebido como uma prática subversiva desse mesmo espaço. Pode ser visto como um abrir nessas ruas uma possibilidade de vivê-las, re-introduzindo dentro delas a mobilidade plural de interesses e prazeres que foram cerceados a essas crianças.⁸⁹

Para aquelas que trabalhavam como domésticos nas casas de seus tutores a rua representava um espaço de liberdade, coisa que eles não tinham na casa em que serviam. Em qualquer oportunidade que havia de eles se dirigirem

⁸⁸ *Ibidem*, p. 328.

⁸⁹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 50-51. v. 1.

à rua, o faziam prolongando o máximo essa permanência. Sendo assim, ao realizar uma compra, fazer um mandado, o faziam de forma lenta, sem pressa. Acreditamos que muitos dos castigos por eles recebidos tiveram por motivação a demora, o tempo que eles permaneciam na rua na realização de tais tarefas, intercalando trabalho e lazer.⁹⁰ “Nas ruas das cidades, mesmo que temporariamente, eram donos de seus destinos, pois, nelas, cada um optava em ser nômade, circulando pelas diversas ruas sem permanecer em lugar fixo”.⁹¹

Em todo o período pesquisado os periódicos noticiam reclamações contra grupos de meninos que se reúnem diariamente nas praças e ruas do centro da cidade para jogarem futebol, atrapalhando o trânsito e incomodando os transeuntes. A falta de espaços específicos para o lazer levava as crianças, não só elas, mas também os adultos, a transformarem esses lugares em campo de futebol. A falta de bola apropriada não era obstáculo para esse divertimento, para substituí-la faziam uso dos caroços de tucumãs, que não lhes custava nada.

Disse-nos ontem, um distinto cavalheiro, que algumas praças e ruas estão transformadas em campo de “football”. O molecório não tem o dinheiro preciso para adquirir bolas adequadas. Mas numa terra fértil como esta, isto é uma questão secundária: os tucumãs ali estão. Jogam todas as tardes, prejudicando a passagem de quem tem o que fazer.⁹²

Tais registros nos levam a refletir sobre o que incomodava mais, se o fato de esses pequenos ocuparem espaços destinados à circulação, no caso as ruas, e delas fazerem outro uso, ou, se o fato de diariamente praticarem tal atividade indicaria que não tinham uma atividade produtiva, ou, ainda, ambas as coisas juntas, indicarem o quanto eles se recusavam às normatizações que

⁹⁰ Maria Inez Machado em estudos sobre a cidade de São Paulo revela que para desacelerar o ritmo de trabalho, havia empregada doméstica que pela manhã se dirigia a horta da casa dos patrões e lá permanecia a manhã toda passeando de um lado para o outro como forma de aliviar o serviços. PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência*. Op. cit., p. 100.

⁹¹ PEREIRA, Ivonete. *Crianças e adolescentes pobres á sombra da delinquência e da desvalia*. Florianópolis (1900-1940). Tese (Doutorado) - em História. Curitiba: UFPR, 2006. p.97.

⁹² *Diário de Manaus*, n. 3954. Manaus, 29 de abril de 1915, p.1.

estavam sendo impostas. É fácil para nós imaginar que tais partidas futebolísticas se faziam acompanhar de palavras exaltadas e muitas vezes ofensivas. Sendo tais hábitos considerados inadequados para uma população civilizada, a demonstração deles em plenas ruas do centro, evidenciava para as autoridades a falta de controle sobre esses pequenos.

Muitas vezes, suas diversões eram transgressões que poderiam resultar em acidentes, como correr atrás dos bondes ou ainda, em colocar sabão nos trilhos dos trens, o que ocasionava o atraso e muitas derrapagens desses veículos.⁹³ Para além do simples vandalismo podemos ver estes atos como uma represália contra aquilo que estas crianças não poderiam usufruir. Os trens não eram transportes de massa, devendo ser de pouco acesso para esses menores. Sendo assim, talvez danificassem aquilo que lhes era vedado o acesso.

Em Manaus, era alvo de constantes denúncias o uso que os menores faziam dos foguetes e as brincadeiras com papagaio.⁹⁴ Tais brincadeiras realizadas em espaços públicos eram vistas como uma ameaça aos “cidadãos de bem”. Os foguetes eram atirados ao chão provocando estampidos altos e assustando aos moradores. As brincadeiras com o papagaio deslocavam os meninos para os espaços privados das residências, tirando a privacidade dos proprietários.

Alguns moradores da rua Lima Bacury, pedem-nos que chamemos a atenção de quem competir, para uns menores desocupados que tem por costume empinar papagaios nas imediações daquela rua.

Costumam esses meninos subirem aos muros de vários quintais [...] de onde tudo devassam, observando o que fazem as famílias no interior de suas casas, que por esse motivo se vêem na impossibilidade de fazer uso de seus banheiros.⁹⁵

⁹³ *Jornal do Commercio*, n. 4411. Manaus, 7 de agosto de 1916, p. 1.

⁹⁴ Na cidade de Florianópolis era frequente esse tipo de reclamação. Para o lazer infantil em Florianópolis ver: PEREIRA, Ivonete. Crianças e adolescentes pobres á sombra da delinqüência e da desvalia. Op. cit., p. 78.

⁹⁵ *Jornal do Commercio*, n.1814. Manaus, 21 de abril de 1909, p. 2.

Percebemos aqui que o fato de os meninos ficarem a bisbilhotar o que se passava por dentro dos muros das casas, gerava inquietação nos moradores. Estes se sentiam incomodados em serem observados ao se dirigirem aos banheiros que ficavam nos fundos dos quintais, como na grande maioria das residências da cidade. Contudo devemos levar em consideração, que nesse período o sentido de privacidade ainda não era estabelecido de forma rígida para a maior parte da população. Em uma cidade onde a maioria das casas possuía cercas de madeiras, o que tornava visível o que se fazia dentro do quintal e dentro da casa, o sentido de privacidade ainda era muito fluído. Essa fluidez em relação ao público e privado por parte da população local pode ser demonstrada na proibição feita aos moradores de se “mostrarem as janelas ou andar em público indecentemente vestido, ou em completa nudez”.⁹⁶

Percebe-se que nesse período ainda não havia o sentido de privacidade tal qual o conhecemos. Havia antes, uma interpenetração entre esses dois espaços, privado e público, não sendo possível estabelecer fronteiras distintas entre um e outro. A estrutura física das casas não possibilitava isso. Durante o período colonial os modelos das casas, principalmente as casas pobres eram compostos por um único compartimento. Sendo que nesse compartimento se realizavam diversas tarefas que incluía o preparo dos alimentos, as refeições e muitas vezes o lugar de se trocar e dormir. As casas das famílias de posses foram as primeiras a possuir cômodos nas casas com finalidades distintas.⁹⁷ O sentido de privacidade foi lentamente construído e assimilado pela população das camadas populares. Também podemos sugerir que a atitude dos meninos em cima dos muros pode ser vista como uma reação inconsciente ao novo costume que estava sendo imposto.

A predileção que eles demonstravam por atirar pedras nas mangueiras para fazerem cair os frutos, ou simplesmente para testar a pontaria, gerava muitas reclamações por parte da imprensa, que cobrava uma atitude mais enérgica por parte das autoridades policiais.⁹⁸ Da mesma forma que os dese-

⁹⁶ Código de Posturas Municipal de 1896. Art.114, p. 21.

⁹⁷ GUIMARÃES, Luiz Antonio valente. *As Casas & As Coisas*: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém, (1800-1850). Dissertação de mestrado em História. Belém:UFPA, 2006, p. 105-107.

⁹⁸ A prática de jogar pedras nas mangueiras também foi comum na cidade de Belém nesse mesmo período. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Memórias da Infância na Amazônia*. Op. cit., p. 331.

nhos ou rabiscos feitos nos muros e calçadas da cidade. Tais procedimentos eram vistos como um atentado à propriedade privada, pois geravam prejuízos aos proprietários dos estabelecimentos.

Contudo, o que mais preocupava as camadas dirigentes era o jogo. Esta atividade praticada tanto pelos adultos como pelas crianças era alvo de constante preocupação. “Esses jogos, a rasa, o bilhar, a tábua e o quino, eram considerados uma verdadeira fonte de desgraça do trabalhador que a ele entregava-se com seus poucos recursos”.⁹⁹

Por todo o período pesquisado, os jornais se manifestavam contra o crescente número de casas de jogos na cidade de Manaus, inclusive os jornais operários. O *Jornal do Commercio*, quase que diariamente cobrava atitudes das autoridades policiais contra o crescente número de casas de jogos, por ele considerado uma *variola social*, devendo portanto ser extirpado, e contra a presença de crianças nesses estabelecimentos. O *Vida Operária* também denunciava a jogatina que “campeia livremente na cidade, onde centenas de pessoas vão deixar o que ganharam com muito sacrifício.”¹⁰⁰ As casas de jogos eram vistas como o lugar no qual as camadas menos cultas eram exploradas pois, pelo fascínio das máquinas, os trabalhadores se deixavam seduzir, perdendo o dinheiro ganho para o sustento da família.¹⁰¹ Os jogos eram vistos pela população como uma diversão que poderia se tornar lucrativa. Sendo assim, na esperança de aumentar seus exíguos meios de sobrevivência, se lançavam ao jogo a fim de tentar a sorte e, quem sabe, ganhar uns trocados extras. Nessa expectativa era elevado o número de frequentadores nesses estabelecimentos praticando os mais diversos jogos. Entre os assíduos jogadores estavam as crianças.

Os pequenos trabalhadores do comércio informal e os domésticos se dirigiam a tais estabelecimentos ou mesmo às praças e jogavam abertamente. Era constante na imprensa a notícia de que os menores domésticos, entre um mandado e outro, arriscavam a sorte nos jogos perdendo todo o dinheiro destinado a compras dos patrões. “Diversas pessoas pedem-nos chamemos a atenção da policia para um botequim [...] onde o proprietário mantém várias

⁹⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*. Op. cit., p. 76.

¹⁰⁰ *Vida Operária*, n. 21. Manaus, 25 de julho de 1920, p.1.

¹⁰¹ *Jornal do Commercio*, n. 4402. Manaus, 27 de julho de 1916, p.1.

casas de jogos. [...] as crianças daquela zona perdem nas roletas e jaburus todo o dinheiro das compras que vão fazer”,¹⁰² ou ainda, “[...] até os meninos, já não falamos nem dos rapazes de menor idade, gastam o que não lhes pertence. Começam a ser viciados desde pequenos”.¹⁰³

Tal prática era vista como nocivo à moral do bom cidadão, inculcando-lhe desde cedo o amor pela vadiagem, afastando-o do trabalho e deixando de ser útil à sociedade. Percebe-se que o jogo, assim como as outras formas de lazer das crianças pobres da cidade de Manaus era percebido de maneira preconceituosa pelos setores mais privilegiados da cidade. Embora tais práticas de lazer estivessem associadas às formas de viver dessa população, elas deveriam ser extirpadas para que pudessem ser substituídas por um outro modelo de diversão considerado mais condizente com o projeto de cidade almejado pela camada dirigente. Projeto esse que visava à construção de uma cidade moderna, mesmo que para tanto se fizesse necessário excluir os trabalhadores que iriam erguê-la.

Referências

ALTMAN, Raquel Zumbano. Brincando na História. In: PRIORE, Mary Del. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

ARAÚJO, André Vidal. *Bases sociais da pedagogia curativa*. [S. l.: s. n, s. d.]

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: L.T.C., 1981.

AZEVEDO. Gislane Campos. *De Sebastianas e Geovanis: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo, (1871-1917)*. Dissertação (Mestrado) - PUC-SP. 1995.

BATALHA, Cláudio H. M. *O Movimento Operário na Primeira República*. Jorge Zahar. 2000.

¹⁰² *Jornal do Commercio*, n. 4314. Manaus, 29 de abril de 1916, p.1.

¹⁰³ *Jornal do Commercio*, n. 4889. Manaus, julho de 1916, p.1.

- CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano. arte de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. v. 1
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando viver ameaça a ordem urbana*. Dissertação (Mestrado) - São Paulo: PUC, 1997.
- COSTA, Heloisa Lara Campos da. *As mulheres e o poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência. São Paulo (1900-1920)*. São Paulo: Marco Zero.
- DANZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- DIAS, Ednéa Mascarenhas. *Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1976.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Memórias da Infância no Amazonas. In: PRIORE, Mary Del (Org). *A História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- FILHO, Walter Fraga. *Meninos, moleques e rádios: na Bahia do século XIX*. Belo Horizonte: EDUFBA, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GEREMIAS, Patrícia Ramos. *Ser “ingênuo” em Desterro/Santa Catarina: a lei de 1871, o vínculo tutelar e a luta pela emancipação dos laços familiares das populações de origem africanas (1871-1889)*.
- HAHNER, June. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDO, Victor: *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Global, 1982.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOURA, Esmeralda Branco B. Crianças Operárias na recém industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

MOURA, Esmeralda Branco B. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes. 1982.

NORMANDO, Tarcisio Serpa. *Nas praças, nas ruas e nos rios: a Amazônia em sua Belle Époque*. Disponível: <www.efedeportes.com>

ORLANDI, Orlando. *Teoria e prática do amor à criança: introdução à pediatria social no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1985.

PASSETI, Edson. O menor no Brasil Republicano. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

PEREIRA, Ivonete. *Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinqüência e da desvalia: Florianópolis, 1900-1940*. Tese - (Doutorado) - UFPR. 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatay. Os trabalhadores do futuro: o emprego do trabalho infantil. *Revista de História*, n. 14, 1985.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)*. Manaus: Edua, 1999.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: Edusp, 1994.

PRIORE, Mary Del. O Papel Branco, a Infância e os Jesuítas na Colônia. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

PRIORE, Mary Del. O Cotidiano da Criança Livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- RIZZINI, Irma. *Assistência a infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro, ed: universitária Santa Úrsula, 1993.
- SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro. *Criminalidade e criminalização de práticas populares em Manaus (1906-1917)*. Dissertação (Mestrado) - PUC-SP, 2005.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SOUZA, Leno José Barata. *Vivência popular na imprensa amazonense: Manaus da borracha*. Dissertação (Mestrado) - PUC-SP, 2005.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O Abandono de Crianças ou a Negação do Obvio. *Revista Brasileira de História*, n. 37, São Paulo, ANPUH, 1999.
- UCHÔA, Julio Benevides. *Flagrantes educacionais do Amazonas de ontem*. Manaus: 1966. (Série Euclides da Cunha).
- VIANA, Adriana de Resende Barreto. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro (1910-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- ZERO, Arethusa Helena. *O Preço da Liberdade: caminhos da infância tutelada – Rio Claro (1871-1888)*. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP-Niterói. 2004.
- ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, n. 4, São Paulo, Educ. 1985.

Educação para o trabalho: O caso do Instituto Benjamin Constant¹

Josali do Amaral² (IFPB)

Em 1901, depois de passar por uma dura rotina de estudos juntamente com outras sete asiladas no Instituto Benjamin Constant, Lina da Silva Barbosa foi aprovada em concurso público, para o cargo de professora da escola primária do Estado do Amazonas. Se por um lado o êxito de Lina representava o fito almejado pelo governo ao criar a instituição, por outro, o fracasso das outras sete apontava para a realidade que se configurava na instituição, e gerava mudanças drásticas na rotina das internas, com o intuito de fazê-las corresponder aos investimentos que fazia o governo na educação para os desvalidos.

Um ano depois, Rita Mesquita, de quinze anos de idade, fugia para a casa de seu cunhado Pimentel, no bairro do Mocó. Acusada de indisciplina pelo diretor do Instituto, Rita foi considerada arredia e “doida”, ingrata por não reconhecer o “bem” que lhe queriam proporcionar.³

Rita e Lina, asiladas no Instituto, eram cada uma, uma face da mesma moeda: de um lado as alcunhas maliciosas a que as meninas arredias estavam submetidas; do outro, uma mostra de como o empreendimento poderia solucionar a infância desvalida.

Este artigo constituiu-se a partir da análise dos documentos referentes à instrução pública do Amazonas, no período final do Império e durante os anos iniciais da República. Este estudo integrou um dos capítulos da dissertação de mestrado defendida em 2011 pela autora. A preferência pelo trato com as fontes primárias deveu-se especialmente a escassez de textos que abordem a dinâmica de criação e desenvolvimento do Instituto Benjamin Constant. Como

¹ Estudo desenvolvido como parte da elaboração da dissertação de mestrado na Universidade do Amazonas, defendida em 2011.

² Mestre em História pela Universidade do Amazonas, professora do Instituto Federal de Educação da Paraíba.

³ Jornal *Quo Vadis?*. Manaus, 1902.

parte de uma ação do Estado para dar encaminhamento à acolhida aos desvalidos, a instituição destinou-se a abrigar órfãos de famílias pobres, e tinha por finalidade educá-las para ocupar postos de trabalho na cidade de Manaus. Nosso trabalho procura pontuar a forma como foi concebido e as modificações que sofreu em função das mudanças socioeconômicas por que passavam o país e em especial, Manaus. O comércio da borracha, se por um lado aumentava a riqueza de alguns, excluía muitos do processo de acumulação e era preciso que o Estado agisse em nome dos princípios modernistas que inspiravam o desenvolvimento das capitais que cresciam sob o espectro do liberalismo nascente no Brasil.

Caridade ou filantropia

A formação do Estado-nação brasileiro, dada no Império, impôs uma série de transformações, tanto no âmbito administrativo como comportamental, principalmente se atentarmos para o fato de que este processo foi desencadeado no momento em que as tendências liberais de organização econômica aportaram nas terras tupis, por meio dos interesses ingleses. Entre os aspectos culturais que precisavam ser reencaminhados, estava a percepção dos sentimentos cristãos que permeavam a organização da colônia. A Igreja Católica cumpriu função mediadora entre as camadas populares e o Estado, e foi a responsável por conduzir as questões indesejáveis, como a pobreza e o desvio moral durante todo o período colonial. O princípio da caridade determinava a ação da Igreja para o acolhimento de órfãos e doentes em instituições que se multiplicaram no litoral, como educandários, seminários episcopais e a Santa Casa de Misericórdia. Do mesmo modo, conduzia a integridade moral da sociedade oferecendo a roda da fortuna a crianças concebidas fora dos laços matrimoniais e abria as portas de Conventos para jovens, viúvas e mulheres que maculavam estes mesmos laços. Em paralelo, o sentimento de caridade deveria inspirar os homens de bem a contribuir para a manutenção destes estabelecimentos, enquanto uma obrigação religiosa que, ao mesmo tempo, tornava este comportamento uma forma como a Metrópole administrava as questões sociais, ratificando a aliança entre Estado e Igreja que alicerçava o Antigo Regime.

Mas o advento do Império impelia que o Estado assumisse o controle das questões sociais. O pensamento liberal que se apossava do mundo moderno determinava que as ações fossem racionalizadas e o Estado passava a exercer o papel administrativo das relações sociais a fim de prover a ordem necessária para permitir a reorganização da economia.

A partir de 1824, elaborada a constituição do Império, o Estado brasileiro, sem romper definitivamente com a Igreja, assumia para si dois problemas cruciais: a indigência e a instrução pública. Socorros públicos,⁴ dispositivo destinado à população acometida do infortúnio e a criação de estabelecimentos de ensino, passaram a integrar metas a serem cumpridas pelos governos provinciais. Havia ainda uma categoria intermediária que deveria ser controlada: a infância desvalida para qual o Estado deveria prover o desenvolvimento do corpo e do espírito. As ações administrativas do Império deveriam estar diretamente comprometidas com o desenvolvimento do país, segundo uma orientação modernista e à prática de acolhida dos desvalidos, uniu-se à intenção de estabelecer um fito mais objetivo que o abrigo e a sobrevivência dos acometidos pelo infortúnio. Desta mudança de perspectiva à iniciativa de tomar como obrigação do Estado a criação de mecanismos que transformassem esta parcela da população em força de trabalho, decorreram em tentativas de agir sobre a infância desvalida como meio de evitar a indigência futura e ao mesmo tempo, criar soluções para os problemas enfrentados nas relações de produção. Desta forma, a filantropia se distingue da caridade pelo seu caráter pragmático em oposição à boa vontade cristã.

A partir da segunda metade do século XIX, paulatinamente, ocorre uma modificação na forma de pensar a criança e inicia-se uma preocupação

⁴ A Constituição de 1824, no artigo 179, no que se refere aos direitos civis, estabelece a obrigação do Império para com o Socorro Público. Este dispositivo foi amplamente empregado para minimizar as mazelas da seca no Ceará. Não está bem claro como ocorriam os socorros públicos, mas a princípio, a ajuda era providenciada a partir de repasse de erário à Província que responsabilizava a Intendência de providenciar recursos para os flagelados. Alguns juristas consideram que este dispositivo constitucional é a gênese da Previdência Social, que tem suas raízes no Império.

com a sua educação.⁵ Irma Rizzini⁶ indica que as discussões sobre o problema da Instrução Pública no país, durante o Império, absorveram os ideais civilizatórios e trataram a educação como uma forma de socialização, capaz de integrar o indigente à ordem social e, no caso dos indígenas e descendentes, conduzi-los da selvageria à civilidade.

A filantropia surgia como uma política alternativa para diminuir o impacto que a condução do liberalismo nas terras brasileiras tinha sobre as camadas excluídas das relações de aquisição de propriedade privada. É interessante enfatizar, que o discurso beneplácito não necessariamente resultava em ações eficientes para combater a desigualdade social que se acentuou no período Imperial, mas dava ao Estado o papel de ordenador da sociedade que deveria incorporar os novos patamares da produção:

Se o governo organiza o trabalho, reprime a ociosidade e socorre a indigência, levantando hospítios e criando asylums em que os desvalidos encontram meios de subsistência mediante um trabalho proporcionado às suas forças, se regulariza a instrução popular, obrigando os fabricantes e operários a que dispensem os meninos dos trabalhos fabris por algumas horas, a fim de que elles possam receber instrução necessária, [...] a actividade individual crea sociedades beneficentes,

⁵ Essa modificação pode ser compreendida a partir da obra de Philippe Arriès e Jacques Donzelet, que abordam o desenvolvimento da família moderna e seus valores. O liberalismo e seus princípios funcionais visa preparar a criança para o futuro e esta nova visão refletirá na forma como a criança será interpretada pelas autoridades brasileiras. Estas concepções mudam completamente o foco da ação benemérita. Na caridade cristã, os louros da “ação boa” recaem sobre o indivíduo que a pratica, desencadeando uma série de sentimentos e reconhecimento, o que a caracteriza como pertencente a esfera moral. A filantropia é racionalista e se apoia na finalidade da ação; o agente deve ser o Estado, que não é um indivíduo, mas a coletividade representada e que deve conduzir ações em vistas da realização do bem comum. Assim a filantropia pertence essencialmente à esfera política. LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos: Contribuição à história da pobreza no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 28-30.

⁶ RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 2004. No estudo sobre a Instrução Pública nas províncias do Pará e Amazonas, a autora mostra como o ideal civilizatório atravessou a questão da criação das Casas de Abrigo para crianças, especialmente destinadas aos indígenas. Na mesma linha, Alba Barbosa Pessoa, estudou a introdução de rotinas de trabalho nas Instituições de Abrigo em Manaus e indica como o trabalho infantil fazia parte do processo de socialização e de uma visão pragmática da ação do Estado. Idem, p. 17-18 e PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado) - em História. Manaus: Ufam, 2010, p. 90-91.

casas de caridade, montes de piedade, associações de operários e outras instituições de beneficência, para recurso do povo nos dias difíceis.⁷

No que tange a educação, seu papel era o de civilizar e habilitar para o trabalho aqueles cujos pais careciam de meios para prover os hábitos e habilidades necessárias ao novo mundo que o Estado pretendia criar.

Engels⁸ já alertava que a filantropia tinha se tornado uma forma de contornar os problemas criados pelo sistema capitalista, permitindo que as condições de relação entre operários e burgueses favorecesse ainda mais a concentração de renda entre os grandes proprietários. A filantropia, assim como a legislação, ao mediar a relação entre as duas classes, justifica a exploração pelo trabalho. Consoante a este pensamento, podemos dizer que o Estado, no Brasil, ao assumir o papel filantrópico, acumulando-o com a função legislativa, duplamente favorecia as condições de acumulação para a classe dominante.

Educação para o trabalho: um projeto para integrar as classes desfavorecidas

Ao modelo europeu, a criação de preocupações para com a situação dos pobres e as reformas urbanas tinham por finalidade regularizar as bases do sistema liberal. A já referida constituição de 1824 garantia a educação primária a todos os súditos, como condição de que estes pudessem ser “úteis” à sociedade. Esta relação entre educação e utilidade é um dos pilares do pensamento liberal moderno, que ganhou força com os movimentos intelectuais europeus. Duas coisas são pretendidas: formar um aparato de funcionários burocratas para preencher o quadro da administração pública, a fim de que pudessem criar condições para a execução da Lei; e preparar a mão de obra necessária ao desenvolvimento das cidades e da agricultura. Para Luiz Brant e Carlos Mynaio, que se dedicaram a estudar a questão dos trabalhadores de fábrica no Brasil, as políticas de arregimentação de mão de obra são parte de um esforço disciplinador que se move por duas diretrizes:

⁷ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 1870.

⁸ ENGELS, F. A situação da classe operária na Inglaterra. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos escolhidos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977. p. 123.

A gestão da força de trabalho pode ser definida como uma prática social historicamente constituída de funções 1) disciplinar-econômica, que visa a maximizar a produtividade do trabalhador através de práticas que capturam o sujeito em sua totalidade, submetendo-o a dispositivos como: recrutamento, seleção, treinamento e programas de acompanhamento de pessoal; 2) disciplinar-política, que objetiva destituir o trabalhador, como sujeito de desejo, de sua capacidade de resistência, sob as formas de organização coletiva e contestação.⁹

Essa força disciplinadora tem em seu bojo um investimento educacional que pretende habilitar os excluídos do processo de acumulação de riqueza a integrarem as classes trabalhadoras uma vez que o Estado, cumprindo sua função administradora que o liberalismo lhe incumbe, planeja a educação com destinação distinta para as classes proprietárias e não proprietárias. Em uma reunião de estudos que aliam educação e trabalho, Luiz Brant e Carlos Minayo exemplificam esta tendência a partir do discurso de Antoine Destutt de Tracy, pensador do início do século XIX que defendia a ideia de uma educação diferenciada para estes segmentos.

Em toda a sociedade civilizada existem, necessariamente, duas classes de pessoas: a que tira sua subsistência da força de seus braços e a que vive da renda de suas propriedades ou do produto de suas funções, onde o trabalho do espírito prepondera sobre o trabalho manual. A primeira é a classe operária e a segunda é aquela a qual eu chamo de classe erudita.

Homens de classe operária têm desde cedo necessidade do trabalho de seus filhos. Essas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento e, sobretudo, o hábito do trabalho penoso a que se destinam. Não podem portanto, perder tempo nas escolas.

Os filhos da classe erudita, ao contrário podem dedicar-se a estudar durante muito tempo. Têm muitas coisas para

⁹ BRANT, Luiz; MINAYO, Carlos. Educação e estratégias dos trabalhadores de chão de fábrica para ocupação de cargos de chefia. *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*, n. 21(3), p. 50-57, 2003.

aprender para alcançar o que se espera deles no futuro. Necessitam de certos tipos de conhecimentos que só podem aprender quando o espírito amadurece e atinge determinado desenvolvimento [...]

Esses são fatos que não dependem de qualquer vontade humana; decorrem necessariamente da própria natureza dos homens e da sociedade: ninguém está em condições de poder mudá-los. Portanto, trata-se de dados invariáveis dos quais devemos partir.¹⁰

O autor classificou a sociedade de classes, típica do sistema liberal, como um dado natural da organização das sociedades humanas e esta naturalização da estratificação social fataliza a educação a reproduzir as posições sociais que os indivíduos nela ocupam. A educação tornou-se, portanto, um mecanismo de reprodução da estrutura de classes, destinando a classe menos favorecida à qualidade de mão-de-obra, enquanto à classe de proprietários era destinada a formação acadêmica, necessária para conduzir os rumos da sociedade. Neste mesmo sentido, Dermeval Saviani alude à criação da instituição escolar como um fenômeno burguês, típico da sociedade de classes e que se destina a sua auto-reprodução.¹¹

No Amazonas, estas preocupações foram constantes, pois em boa parte de sua história, haverá carência de pessoas habilitadas a exercer funções burocráticas. Este fato, entretanto, não é muito destoante do que ocorria no resto do país. Com a intenção de atender aos éditos imperiais, os presidentes provinciais deveriam providenciar o orçamento destinado à instrução pública e criar regulamentos para sistematizar a educação em seu território. Isto se tornaria uma demanda para o Amazonas a partir da instalação da Província, em 1850.

No intuito de dar conta dessa classe desfavorecida que se avolumava ao longo dos anos provinciais, o projeto educacional visualizou seus frutos com a criação, em 1856, da Casa dos Educandos, com a finalidade de atender

¹⁰ BRANT, Luiz; MINAYO, Carlos. Educação e estratégias dos trabalhadores de chão de fábrica para ocupação de cargos de chefia. Op. cit., p. 50-57.

¹¹ SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12 n. 34 jan./abr. p. 155, 2007.

meninos desvalidos, especialmente os indígenas, os quais seriam levados a conhecer os princípios da civilização. Entre as profissões para as quais deveriam ser instruídos os meninos, estava a de livreiro e alfaiate.

Em 1859, a vista da criação da Casa dos Educandos Artífices, surgia a Casa das Educandas, com a finalidade de abrigar as meninas desvalidas da Província. Este empreendimento, iniciou suas atividades com cinco meninas abrigadas em instalações precárias, e funcionários desaparecendo dos relatórios em 1863. Em 69, foi fundado o Asilo Nossa Senhora da Conceição que atendia meninas desvalidas e órfãs. Embora a ênfase recaísse sobre a origem indígena, poucas eram as abrigadas que tinham esta ascendência, sendo as internas oriundas dos setores empobrecidos da cidade. Várias referências aos baixos salários dos funcionários públicos, que podem ser entendidos como classes ligadas aos setores privilegiados, levavam seus filhos à pobreza quando acometidos de morte precoce. Essa preocupação é mencionada oficialmente no relatório de 1886, quando se valoriza a criação do Asylo Orphanológico Elisa Souto, para atender a essa classe de órfãs. O Asilo N. Senhora da Conceição também receberia alunas externas para frequentar o ensino primário. A finalidade da instituição, era preparar as meninas dentro do modelo ideal de mulher que se pretendia para a sociedade amazonense: boa mãe, capaz de repassar a sua prole os valores da cristandade e da civilização. Em 76, outro educandário para meninas desvalidas foi fundado, com a capacidade para atender vinte internas subvencionadas, porém só durou quatro meses e um prejuízo de 18:000\$000. Um ano depois, a Casa dos Educandos Artífices foi fechada.

Este projeto manteve-se vivo ainda na República, com a criação do Instituto Amazonense, posteriormente denominado Instituto Afonso Pena, destinado a meninos desvalidos, com a finalidade de desenvolver as habilidades agrícolas, além das profissões já ensaiadas na antiga Casa dos Educandos. Para as meninas, depois da sucessão de fracassos, o Asylo Orphanológico Elisa Souto será reformulado e sob a alcunha de Instituto Benjamin Constant, tornar-se-á um orgulho para a sociedade amazonense.

Normal e patológico: civilizados e bárbaros

Antes de pormenorizar a trajetória de nosso objeto, gostaríamos de conduzir uma discussão sobre a forma como as políticas destinadas aos desfavorecidos da sorte eram concebidas. Tomando por base, as considerações críticas de Sidney Challoub¹² sobre a relação entre normal e patológico na constituição das formas disciplinares, que foram apresentadas como solução para orientar as políticas públicas brasileiras direcionadas aos pobres, procuramos estabelecer uma reflexão sobre a formatação dada as casas destinadas ao abrigo dos “desvalidos” criadas em Manaus durante o período estudado. A sociedade moderna foi constituída sob os auspícios de modelos civilizatórios que tinham por finalidade conformar aspectos culturais das relações sociais a reconfiguração das relações econômicas de produção. No Amazonas, isto implicava em redimensionar crenças, valores, hábitos e costumes típicos das comunidades locais e de migrantes em favor das noções de propriedade privada, produtividade, trabalho e consumo. Na prática, isto demandava modificar comportamentos e promover a aquisição de novos valores sociais. Challoub, ao analisar microscopicamente os conflitos entre trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro, numa tentativa de esclarecer posições tradicionais da historiografia brasileira sobre a dificuldade da organização do movimento dos trabalhadores, introduz uma discussão crítica sobre instrumentos conceituais sociológicos utilizados por Florestan Fernandes¹³ como um problema a ser solucionado para que possamos compreender o processo disciplinar intensificado nos anos iniciais da República.

Nesta perspectiva, Sidney Challoub considera que as categorias “normal” e “patológico”, utilizadas por Florestan Fernandes para compreender a situação dos negros na cidade de São Paulo após a abolição, é próxima daquilo que pensava a classe política que se fortalecia ainda nos anos finais do Império, impregnada por valores liberais europeus. Neste sentido, tanto as

¹² CHALLOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 80-86.

¹³ Apud CHALLOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Op. cit.

classes dominantes de outrora, como certo pensamento sociológico adotado pela historiografia, enfatizava uma concepção de normalidade comportamental que era utilizada como parâmetro para definir as classes empobrecidas. Desta forma, os pobres são compreendidos como promíscuos e incapazes de relações familiares condizentes com a nova ordem social. O que se constitui na verdade como um preconceito, na medida em que passamos a compreender que o modo de vida diferenciado não constitui uma patologia, mas sim formas complexas de estabelecimento de vínculos e de solidariedade.

A normalidade concebida pela classe política era moralista, na medida em que descrevia o comportamento desejado por uma sociedade que construiu um sistema de valores apoiado nas qualidades necessárias ao novo modo de produção, estipulando regras rígidas de comportamento, que visavam adequar as pessoas aos novos espaços e objetos que compunham o cenário da vida moderna. No trabalho, as máquinas demandavam uma disciplina que favorecesse a agilidade para lidar com os novos ritmos da produção; já na vida ordinária, a disciplina era orientada pelo sanitarismo que reorganizava o espaço, as formas de comer, vestir e morar. Tudo aquilo que fugisse aos padrões e crenças criados pelos homens ilustrados representava uma patologia, um desvio, algo deveria ser sanado ou extirpado para que o corpo social continuasse sua marcha em direção ao progresso.

O combate e a repressão às patologias sociais acabaram por se configurar em políticas de repressão e confinamento de indivíduos que foram interpretados como uma ameaça ao sistema. Segundo o autor de referência, a ideologia burguesa que se desenvolveu no país, longe de espelhar o conflito típico que opõe trabalhadores e proprietários, desenvolveu um *corpus* ideológico que hierarquiza moralmente a sociedade, colocando pobres e ricos numa escala de degradação que vai de uma elite dirigente civilizada e produtiva, passa pelos trabalhadores que de alguma forma produzem e se submetem e chega aos ociosos, degenerados, como último escalão social, sobre os quais o Estado lança seu beneplácito e sua mão forte. Estes últimos, foco da ação policial ou da caridade pública, não são vistos como excluídos ou marginalizados pelo sistema, mas como indivíduos impossibilitados ou relutantes de se integrar a nova ordem social regida pelo ideal disciplinador do trabalho. Segundo esta ideologia, não há contradição entre trabalhadores

e proprietários, mas um único todo social, pois o “sistema se caracteriza por uma linha contínua que une o mais moral ao menos moral no universo ideológico, e o mais rico ao mais pobre na estrutura social”.¹⁴

Lembremos que essa classificação entre normal e patológico é apenas uma ideologia da classe dominante que, de diversas maneiras, permanece entranhada na sociedade brasileira, como afirma o autor citado. Isto significa que não é uma verdade, mas uma das mais fortes crenças criadas no seio do projeto modernista brasileiro. Consideradas como “classes perigosas”, os pobres deveriam ser direcionados e convencidos da utilidade moral do trabalho, dos princípios higiênicos necessários para manter a ordem e a saúde pública.

É no seio desse pensamento sobre as patologias sociais, defendido pelas elites, e reiterados pelas ações da ciência sanitária, que as Instituições filantrópicas, surgidas no período por nós estudado, foram concebidas, constituindo-se numa forma de corrigir, adequar ou interditar aqueles que compunham o último grau descrito neste *corpus* ideológico. A ação caridosa de uma elite interessada em “ajudar aos pobres” trazia em seu bojo um jogo de intenções práticas, utilitaristas e mesmo frívolas, que se acercavam do zelo. Educação para crianças, saúde para o trabalhador e confinamento para aqueles que não podiam ser integrados tornaram-se metas para um setor da sociedade que desejava uma modernidade bela, racionalizada, administrada e controlada.

O Instituto Benjamin Constant: entre a habilitação doméstica e o “viveiro de professoras”

O Instituto Benjamin Constant foi considerado durante toda a República Velha o melhor fruto resultante dos investimentos feitos pela Diretoria de Instrução Pública do Amazonas. Seu ato de criação em 1884 deu-se em meio à conturbada administração de Theodoretto Souto, cearense de sólida carreira política do Partido Liberal, mas que permaneceu apenas quatro meses na Presidência da Província. A 10 de julho de 1884, declarou a emancipação dos escravos e junto a isto, inaugurava o “Asylo Orphanológico Elisa Souto”, nome

¹⁴ CHALLOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Op. cit., p. 79.

escolhido em homenagem a sua esposa, criado pela Lei nº 643 de 2 de junho de 1884, iniciando suas atividades com 18 meninas “desvalidas das *libertas* e índias”.

Em geral, pouco se comenta sobre esta destinação dada ao instituto, enfatizando-se a sua preferência pela matrícula de órfãs de origem indígena, mas à redação do texto oficial, foi anexada uma errata corrigindo o termo indígena por ingênua, ficando a seguinte redação: “*para educação e instrução de cinquenta meninas desvalidas, preferindo-se as “ingênuas e índias”*”. Não foi possível saber o que Theodoro quis dizer com “ingênua”, mas quando foi elaborado o decreto que reorganiza o Asilo, no Governo Eduardo Ribeiro, adotou-se o termo “indígena”, interpretado como descendentes de índios. A suspeita de que a criação do asilo estava ligada à decisão de Theodoro Souto de emancipar os escravos restringe-se ao anexo assinado pela regente Eulália Fernandes Rego Monteiro, à “Falla” dirigida pelo presidente José Jansen à Assembléia Provincial, do ano de 1885. A bem da verdade, esta finalidade, se existiu, logo foi substituída pela destinação de atender às filhas de funcionários públicos tornadas “desvalidas” por infortúnio de morte de um dos pais, ou ambos.

A fundação do Azylo era uma necessidade há muito reclamada pela parte desvalida de nossa sociedade.

Era lastimosa certamente, a condição da órfã em nossa província.

Meninas creadas com carinho e com decência pelos paes, eram condenadas na orphanidade a toda sorte de serviços no poder de pessoas extranhas, que nem ao menos, como retribuição disso as ensinavam a ler e educavam nos sãos princípios da moral.

Sabemos infelizmente, qual sorte tinham as desditosas órfãs, e a maior parte dellas, filhas de funcionários públicos ou de artistas que, depois de uma vida laboriosa e cançadíssima, acabavam os dias de sua triste existência, legando-lhes a miséria, único produto de sua probidade e honradez.

Eram livres, porem viviam reduzidas à escravidão!¹⁵

¹⁵ MONTEIRO, Eulália Fernandes Rego. *Relatório da regente do Azylo Orphanológico “Eliza Souto”*, de 9 de março de 1885, anexo a fala do Presidente da Província do Amazonas, Jose Jansen Ferreira Junior, de 25 de março de 1885, p. 6.

Sua instalação se deu por meio da nomeação de uma ilustre comissão, da qual faziam parte figuras importantes da sociedade amazonense, destacando-se o nome de Emílio José Moreira.¹⁶ Uma segunda comissão, composta só por mulheres da sociedade se seguiu a essa. Vê-se que houve todo um empenho da alta sociedade em fundar e administrar a casa. Logo após a sua fundação, o asilo passou a ser denominado como Azylo Orphanológico Amazonense, e sua organização se deu mediante a política até agora desenvolvida em nome da salvação dos desvalidos. Instalado em um prédio alugado, iniciou sua atividade com 18 meninas, aumentando este número para 33, no ano seguinte. A sociedade amazonense logo se compadeceu da obra e o relatório de D. Eulália, que assumiu a regência em substituição à comissão fundadora em 15 de novembro de 1884, registra a doação de fazendas (entenda-se tecidos), sapatos e outros objetos arrecadados pela direção do “Jornal do Comércio” e a doação de 5:000\$000 do Barão de S. Leonardo, a título de formar um patrimônio para a instituição.¹⁷ Sob a regência de D. Eulália Fernandes Rego, as meninas dispunham de aulas do ensino primário e prendas domésticas. Devemos lembrar que a educação destinada a esses segmentos da sociedade deveria, com baixo investimento, proporcionar resultados satisfatórios. Por isso, na rotina das meninas estava incluída a limpeza e manutenção do estabelecimento e o preparo de peças artesanais para serem vendidas em exposições e atividades filantrópicas, com a finalidade de reverter dividendos que pudessem abater o custeio das meninas pobres.

Em 1886, o Presidente Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves sugeria que a escola normal deveria funcionar nas dependências do instituto, como uma forma de minimizar gastos e preparar o espírito das moças para o gosto pelo magistério:

Ocorre ainda observar-se que, funcionando a Escola Normal do sexo feminino no mesmo estabelecimento, até

¹⁶ Importante comerciante do Amazonas trazia produtos do interior para a capital, acumulando dividendos com a exportação, antes mesmo dos tempos da borracha. Teve significativo papel na condução política dos anos iniciais da República, apoiando Eduardo Ribeiro ao Governo do Estado. BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias*. Rio de Janeiro: Editora Artenova Ltda., 1969. p. 15-16. v. 2.

¹⁷ MONTEIRO, Eulália Fernandes Rego. *Relatório da regente do Azylo Orphanológico “Eliza Souto”*, de 9 de março de 1885. Op. cit.

com serviços comuns, como é o de ensino primário, e prendas domesticas, as azyladas que revelarem talento e aproveitamento notavel, poderão se preparar como alumnas mestras, proporcionando assim um magnífico **viveiro** para a escolha de professoras.

Penso mais que, ao invés desses auxílios prestados á instituição de ensino particular, sem igualdade e com injustiça relativa, commo está no ânimo de todos, deveis suprimmil-os, para aplical-os, todos ao necessário desenvolvimento dessa utilíssima creação. **Não conheço meio mais humanitário, moralizador e fechado de exercitar-se a caridade pública.**¹⁸

O funcionamento da escola de ensino normal nas dependências do asilo, aliava o ensino da profissão de professor com a educação primária ofertada para as meninas. Haja vista o comentário grifado em nossa citação, que apresenta o estabelecimento como um “*viveiro*” de professores a serem escolhidos para as escolas provinciais. Não nos é possível continuar adiante sem comentar o caráter degradante que este termo traz para a compreensão e significado que tinha a orfandade desvalida para a sociedade amazonense. O presidente reduziu à animalidade a condição das meninas, que deveriam ser “adestradas” para cumprir as metas traçadas por seus idealizadores. Essas palavras soltas que se escondem atrás de um discurso de caridade, trazem à tona o caráter perverso do projeto educacional da Instrução Pública dirigida aos desvalidos.

Além disso, o referido presidente ainda sugeria que as crianças devessem lavar as roupas do instituto, já que esse serviço custava muito caro aos cofres da Província. Afirmava que D. Eulália garantia que as meninas davam conta desse serviço por sua idade e “robustez”.¹⁹ Esta decisão seria levada a cabo e mais adiante veremos em que resulta essa lavagem de roupas.

Se no seu primeiro ano de funcionamento a sociedade amazonense se compadecera e não mediu esforços para alimentar a ideia de sua criação, em 87, o discurso mudou e a ideia era a de suprimir as verbas para o “Azylo” a

¹⁸ CHAVES, Ernesto Adolpho de Vasconcellos. *Relatório do Presidente da Província do Amazonas*, de 25 de março de 1886, p. 20-21.

¹⁹ Idem.

fim de incentivar as obras do Liceu, na capital, e a subvenção as escolas particulares destinadas as crianças de setores emergentes da sociedade amazonense espalhadas pelos interiores mais habitados. Estabelecia-se a dicotomia entre a educação para as classes excluídas e as abastadas. Se para as primeiras instituições estabeleciam uma rotina de trabalhos que as habilitariam e disciplinariam a preencher os espaços de prestação de serviços demandados pela modernidade, para os filhos das classes emergentes, preparavam-se estabelecimentos, para os quais não se poupavam os gastos, a fim de dar-lhes uma educação preparatória ao ensino superior nas capitais litorâneas.

Retomando a dinâmica do Asylo Orphanológico, é importante salientar que o público alvo variou significativamente, tendendo a admissão de crianças pertencentes a setores da sociedade compreendidos como menos arredios. Criado para órfãs de escravos libertos e de indígenas, passou a receber filhas de funcionários públicos e artistas, o que pode explicar a conformação aparente que apresentavam as meninas no discurso das autoridades.

Com a proclamação da República e a reorganização das políticas públicas, Eduardo Ribeiro resolveu extinguir o Azylo Orphanológico e transformá-lo em Instituto Benjamin Constant pelo decreto 11, de 26 de abril de 1892. O regulamento deste ano já previa a elaboração de trabalhos de costura e bordados para fornecimento a terceiros, do qual seria constituído pecúlio para as alunas egressas, na seguinte forma: 1/3 para a “caderneta”, na Caixa Econômica, da educanda que o confeccionou. No caso de várias educandas terem colaborado na confecção, esta terça parte seria fracionada entre as mesmas. As meninas teriam acesso a sua caderneta quando desligadas do instituto. No regulamento de 1894, este dispositivo sofreu alteração, prevendo apenas 10% do rendimento líquido das vendas, podendo ser acrescido dos artefatos vendidos, produzidos individualmente nas horas vagas. As meninas do instituto deveriam produzir bordados, artefatos de produção doméstica e costuras para fornecimento a alfaiatarias e fábricas. Os serviços seriam feitos por encomenda e pagos em adiantado.

Este regulamento também previa que depois de concluído os estudos, as meninas deveriam prestar serviços ao “Azylo” a fim de minimizar os custos da instituição. Desde então, o destino dado às meninas depois de terminado o tempo de seu internato passou a constituir uma preocupação para seus dirigentes.

O Art.76 do regulamento de 1892 tratou da “colocação” das educandas, tornando o estado responsável por aloca-las em serviços como governanta, aias, costureiras etc.

Em 1893 o Instituto passou a ser dirigido pelas irmãs de Sant’anna, já admitidas na administração da Santa Casa de Misericórdia. A abertura do documento escrito por Eduardo Ribeiro insinua um desvio na administração do antigo Asilo e o governador toma para si a reforma como medida de sanear-lo. O estabelecimento receberia uma atenção especial do governador, tornando-se um dos orgulhos herdados da administração Eduardo Ribeiro e representando um patrimônio da cidade. Localizado em prédio projetado especificamente para abrigar as meninas, à rua Ramos Ferreira, constituiu-se num complexo arquitetônico imponente, representativo do poder do Estado. Reinaugurado em 1896, nas novas e modernas instalações, contava com 95 alunas regularmente matriculadas, tendo sido três desligadas por questões regulamentares.

O sucesso da instituição foi louvado pelo sucessor de Eduardo Ribeiro, Fileto Pires, e parte dos méritos foi consagrado às irmãs de Sant’anna. Fileto Pires propôs que as alunas que findassem o curso primário tivessem o direito de ali permanecerem, pois

[...] a maior parte das vezes não têm as asiladas pae, mãe ou irmã que se condoam dellas, vendo-se na dura contingência de acceitarem agazalho de pessoas que geralmente não têm qualidade moraes indispensáveis para continuar a prestar-lhes a mesma benéfica e **desinteressada protecção** dada pelo governo.²⁰

Ressaltamos que essa *desinteressada protecção do governo* está sedimentada na ideia de que as meninas pudessem ser aproveitadas como mão de obra para a manutenção do próprio instituto ou ainda como professoras para as escolas públicas, diminuindo o custo de sua educação.

As asiladas eram, em sua grande maioria, nascidas no Amazonas, ocupando o segundo lugar as nascidas no Ceará e em seguida de demais estados

²⁰ FERREIRA, Fileto Pires. *Mensagem do Governador do Estado do Amazonas*, 1897. Manaus, p. 12.

nordestinos. A maior parte tinha um dos pais vivos e uma pequena parcela era de família pobre que, embora não fosse órfã, acabava entregue ao Estado por não poder ser sustida por sua família. A partir de 1914, uma reforma regulamentar permitia a admissão de alunas externas, contribuintes. Mas este efetivo sempre foi muito diminuto, registrando-se quatro no ano de 1914 e em 1916 matricularam-se onze, somando um total de quinze, pouco mais do que 10% do total de abrigadas neste período.

As experiências pedagógicas

O instituto figurou no centro de uma discussão travada sobre a melhor forma de conduzir a educação dirigida às classes menos abastadas. Se as irmãs de Sant'anna, num primeiro momento pareciam oferecer um tipo ideal de regência, num segundo quadro, sofreram críticas dos próprios governantes que, em tese, queriam dar uma direção moderna à educação. As Mensagens dirigidas ao congresso pelos governadores e os relatórios enviados aos governadores pelos diretores da instrução pública, ao serem confrontados, apresentam um debate sobre métodos e técnicas pedagógicas. Sendo uma instituição modelar, considerada por seus bons resultados aos olhos do poder estabelecido, o instituto parecia funcionar como um laboratório de experiências educacionais.

A primeira experimentação pedagógica se deu no governo de Fileto Pires Ferreira, que em 1898 autorizou a implantação do Método Froebel.²¹ Por este sistema pedagógico, a criança devia ter o seu momento de lazer, uma vez que faz parte de sua natureza o brincar. Brincar e aprender são conceitos que surgem com a modificação da ideia de criança desenvolvida no pensamento moderno. Para a rígida disciplina dada às casas de abrigo, este método consistia numa mudança radical, o que não aconteceu, visto que os trabalhos diários deixavam muito pouco tempo para o lazer. Dentre os pesados trabalhos que as meninas faziam, figurava de modo gritante o de lavar as roupas de toda a

²¹ FERREIRA, Fileto Pires. *Mensagem do Governador do Estado do Amazonas*, de 6 de janeiro de 1898. Manaus, p. 20.

instituição. Como o fornecimento de água era irregular, isso levava as meninas a ficarem expostas à água corrente de lavadouros públicos, sendo causa de fadiga e doenças.

A autorização da utilização da nova didática seria destinada às crianças pequenas, correspondendo à intenção de aumentar a capacidade de internação do asilo e à ideia de criar creches públicas para atender crianças de três a seis anos de idade. Tal intento não era sem propósitos, pois a experiência que os governantes tinham com os sucessivos fracassos das escolas primárias levou-os a identificar os hábitos dos pais como os principais fatores do desinteresse pela educação. Sendo assim, afastar as crianças dos pais mais cedo poderia evitar a transmissão da deformação moral que se acreditava transmitida no seio da família. A classe do Jardim de Infância, foi criada em 1898, destinada às crianças de quatro a oito anos. Em 1907 esta idade foi reduzida para três anos e uma professora específica para os cuidados com a educação infantil passou a ser prevista no regulamento. Esta decisão pretendia criar dispositivos para apossar-se da criança cada vez mais cedo, a fim de conduzi-la desde os primeiros passos à conformação burguesa.

A primeira cultura moral da creança, realizada no jardim de infância, trará elementos de perfectibilidade que concorrerão mais tarde para a elevação de seu carácter, outro tanto acontecerá com a intellectual e physica, que preparam a inteligência para a aquisição dos conhecimentos e o corpo para o exercício normal das funções.²²

No ano de 1899, um surto de enfermidade desconhecida levou oito crianças a óbito sem que a junta médica da Santa Casa conseguisse identificar a causa. Os médicos recomendaram que se implantassem horas de lazer na rotina das meninas e o estado adquiriu uma chácara para este fim. Não há afirmações categóricas sobre o fato, mas o exame serial da documentação nos levou a inferir que eram as excessivas horas de trabalho, especialmente a lavagem de roupas, que levava as meninas ao quadro de doenças. A aquisição da chácara não resultaria naquilo que se pretendeu e logo o lugar acabou se destinando a

²² NERY, Antonio Constantino. *Mensagem do Governador do Estado do Amazonas*, em 10 de julho de 1907. Manaus, p. 10-11.

mais uma dependência de reclusão, agora destinada à recuperação das meninas adoecidas. O lazer recomendado pelos médicos passou a ser interpretado como convalescença. Era impossível destinar as reclamadas horas para as brincadeiras das crianças em função da exígua agenda de trabalhos que a casa exigia das meninas.

Ressaltamos que o instituto, que desde sua inauguração sempre teve em seu quadro um número de matrículas girando em torno de 100 alunas, dispunha apenas de 20 funcionários em 1900²³ e 25 em 1904,²⁴ contando com professores e irmãs de Sant'anna, para cuidar da limpeza, cozinha, cuidados com a roupa e atividades educacionais. É possível deduzir que a maior parte do trabalho doméstico ficava com as meninas. Não é à toa que os médicos receitaram lazer, pois mesmo ligados ao poder estabelecido, devem ter observado os esforços a que eram submetidas as crianças.

A vigilância era certamente complementada com castigos corretivos, que envolviam a suspensão de férias e visitas de parentes e tutores. Não há vestígios na documentação consultada sobre castigos físicos, mas a abolição deste tipo de prática constante no regulamento de 1923 sugere que eles existiam e eram praticados. Embora a documentação oficial sempre elogiasse o comportamento e a disciplina das meninas como exemplar, algumas narrativas destoam dessa imagem de tranquilidade passada pelos governadores. Em meio a leitura de relatórios de professores, nos quais foram registrados rendimentos e aspectos disciplinares, todos sempre considerados muito bons, encontramos a narrativa do professor Mariano de Lima, titular da cadeira de desenho em 1901, que deixou transparecer o que acontecia nas salas de aula.

Um relatório ou cousa que o valha, não pôde criar phantasias que disvirtuem a verdade; deve revelar factos que auxiliem a história, razão por que sou obrigado, embora isto me toque de perto o coração e me entristeça o espírito, a dizer alguma cousa do que a princípio me fez desanimar quanto ás órfãs a que alludo; declarando entretanto, anteriormente, que, se as condições atuaes não fossem completamente diferentes das de então e portanto

²³ BITTENCOURT, Francisco Públlo Ribeiro. *Relatório dos Negócios do Interior*, 1901, Estabelecimentos Pios, doc. n. 5.

²⁴ NERY, Antonio Constantino. *Mensagem do Governador do Estado do Amazonas*, em 10 de julho de 1904, anexo instrução pública, doc. n. 16, quadro dos professores e funcionários do Instituto Benjamin Constant.

abonadoras, nada refiriria, preferindo obter a minha exoneração e retirar-me do estabelecimento.

Desde o início do ensino, procurei accuradamente encaminhar o espírito e o coração das recolhidas que me tinham confiado: o trabalho foi grande e por vezes, como já disse, desanimador em seus resultados práticos, porque, enquanto nos primeiros dois a três meses, não podia por meio algum obter a atenção para o estudo e nem uma só resposta, nem mesmo a de – não sei ou não compreendo a pergunta, levando muito tempo para fazer chamada, porque cada uma respondia só um minuto depois, tão baixo e com tal moleza que, não podendo ser ouvida, era preciso repetir o nome ou o número, não podia da mesma forma e por princípio algum, evitar entre ellas conversas, risos e remoques contra minhas advertências e admoestações, e isto era seguidamente, sem cessar.²⁵

A enorme sequência desta narrativa concentra-se no esforço que o professor diz ter feito para controlar a situação de indisciplina e desinteresse das alunas, tentando adverti-las do futuro promissor que o Instituto lhes tinha a oferecer. É certo que apenas um relato não pode invalidar uma sequência que mostra o contrário, porém, como estamos avaliando documentos oficiais que reforçam a ideia de que o Instituto era um sucesso, este relato causa, no mínimo, um estranhamento e no mais uma suspeita: a de que as meninas resistiam a esta dura disciplina e às “conversas moles” de professores que as tentavam convencer do bem que o instituto lhes fazia. Considerando o meio termo para a interpretação da fonte, as meninas se comportavam, sempre que possível, como crianças e jovens normais, que acham brechas na sala de aula para fazer pequenas bagunças e opor-se a autoridade do professor. Da mesma forma, supomos que algumas se recusavam aos trabalhos e à ideia de que eram agraciadas por ter o instituto lhes acolhido, pois os relatores de vários documentos reportam-se a adjetivos depreciativos, como “ingratas”, em vários momentos. Sobre este aspecto, exemplificamos abaixo o relato indignado do diretor de 1904, Tenente Antônio Nogueira, reproduzido na Mensagem do governador Silvério Nery:

²⁵ NERY, Antonio Constantino. *Mensagem do Governador do Estado do Amazonas*, de 10 de julho de 1901, anexo da Diretoria do Instituto Benjamin Constant do Estado do Amazonas, doc. n. 71, p. 118.

Procurando estudar as causas do pouco aproveitamento de algumas alumnas, assim se expressa o director:.. não há perfeita compreensão do que o Estado faz, pelo lado do ensino. Não é culpado o director, não merecem censuras as irmãs que administram o estabelecimento, não incidem em falta os professores, dedicados todos; são as alumnas, algumas eivadas de vícios, que nem os próprios parentes, poderão conter em limites de uma educação rudimentar, que por exemplos de uma má conducta, fomentam a indisciplina e chamam a seu genio as que trazem um comportamento regular.²⁶

Não contente com todo o trabalho já catalogado como tarefas às meninas, em 1899 o governador, ao ser questionado sobre o destino das meninas ao terminar seu tempo no instituto, a título de crítica à ideia de transformá-las em empregadas domésticas ou providenciar-lhe dote para o casamento, exprimiu o pensamento que delineou os novos objetivos traçados para a Instituição:

Julgo, por conseguinte, impraticáveis e inconvenientes estes dois primeiros alvitres, parecendo-me preferível crear um estabelecimento, uma officina de trabalho, para mulheres, para educandas que concluírem os estudos. Vários objectos de immediata utilidade para o Estado ahí podem ser manufacturados, habilitando-se ao mesmo tempo a educanda, convertida em operária, a viver do seu trabalho, condição imprescindível da sua condicção moral, que nada existe de mais moralizador que o trabalho.²⁷

Se os trabalhos domésticos haviam sido instituídos e justificados pela finalidade de que as meninas representassem o ideal de mulher e mãe que a sociedade havia criado, consistindo ainda na composição de uma oferta de serviços domésticas para a elite, o governador de então começava a esboçar uma nova tendência: a formação de uma classe operária feminina disciplinada. Lembramos que toda ação benemérita do estado está associada a um conceito

²⁶ NERY, Antonio Constantino. Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, em 10 de julho de 1904. Op. cit., p. 90.

²⁷ RAMALHO JUNIOR, José Cardoso. Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, de 10 de julho de 1899, 1899, 17.

prático de utilidade assumido com a modificação do discurso de caridade para a filantropia. Mas esta ideia não foi adiante até os anos 20, quando já estavam em voga as Escolas de Artes e Ofícios de administração federal criadas em todo o país.

Silvério José Nery era contrário ao regulamento aprovado para o instituto nos governos anteriores, acusando-os ter transformado o Benjamin Constant num “Estado no Estado”.²⁸ A crítica refere-se à autoridade das Irmãs de Sant’anna, que dirigiam o programa de ensino e a disciplina aplicada ao comportamento segundo os votos cristãos, exigindo apenas conteúdos elementares na formação das asiladas. Subordinou então o estabelecimento à Diretoria de Instrução Pública e autorizou que as asiladas, cujo curso fosse concluído, fossem admitidas no curso normal.²⁹

Como forma de por em prática a ideia de transformar as meninas em professoras da rede pública, em 1901, submeteu algumas meninas ao exame de admissão da Diretoria de Instrução Pública. Os professores das escolas públicas deveriam prestar concurso para ser nomeados ao cargo, conforme determinação do governador que tentava conter as nomeações interinas que expressavam práticas de apadrinhamento na Diretoria de Instrução Pública. Oito meninas do Instituto foram submetidas às provas. Destas, uma adoeceu e não prosseguiu no exame. Das sete que o realizaram, apenas uma foi aprovada, mesmo após terem tomado aulas especiais para realizar as provas. O diretor de então, julgou que o péssimo resultado devia-se à influência dos princípios religiosos adotados como princípios educacionais:

Pondo de parte a pouca habilitação que revelaram, não estou longe de pensar que o acanhamento em extremo dessas alumnas contribuiu como fator importante para o resultado.

Com effeito, logo que assumi a direção do Instituto Benjamin Constant, fui desagradavelmente impressionado pela falta de sociabilidade, que á simples vista se notava nas educandas que se internavam no estabelecimento, só por

²⁸ NERY, Silvério José. Relatório de Instrução Pública, anexo a Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, acompanhada de anexos, de 15 de janeiro de 1901, p. 86.

²⁹ Idem.

exceção, uma ou outra, ia em visita às casas paternas ou de tutores e parentes, ficando desta arte segregadas da sociedade, onde mais tarde teriam que viver.³⁰

O diretor encerra sua fala elogiando a adoção do novo regulamento. Lina Barbosa da Silva foi a única educanda aprovada para o cargo de professora em concurso público. Louvada como aluna dedicada e exemplar, foi referenciada como um exemplo a ser seguido. Mas o mau desempenho das outras meninas levou a mais punições: a suspensão do direito às férias caso seus rendimentos e disciplina não correspondesse às expectativas.

As disposições individuais e os aspectos morais foram relacionadas com o sucesso ou fracasso da instituição. Preguiça, vícios da classe de origem eram relacionados como motivos que impediam a realização das propostas educacionais. A pobreza, lugar de onde se originavam as crianças atendidas por este tipo de instituição, não era entendida como um problema socioeconômico, mas como uma patologia desenvolvida no seio de uma cultura nativa, pressuposta como bárbara. Na prática, professores acumulavam a função de inspetoria e cadeiras de ensino, ministradas em salas de aulas lotadas. Algumas classes chegaram a ter frequência de 50 alunas por sessão. Por outro lado, os laboratórios para ensino de ciências e utensílios para aulas de desenho e matemática, dentre outras matérias, estavam deteriorados. Mas na visão dos administradores nada disso interferia no processo de aprendizado, pois os digníssimos representantes públicos estavam preocupados com os traços de caráter das meninas que resistiam ao modelo disciplinar de uma educação moderna.

Em 1905,³¹ ensaiou-se a implantação do ensino técnico, que na verdade nada mais era do que aquilo que já estava previsto no primeiro regulamento: desenvolver nas meninas a habilidade da costura e do artesanato. Entretanto, o escopo era o de assimilar o modelo de educação feminina francês, através do qual se desenvolvia a escola de moda. Longe do que acontecia em Paris, onde se estimulava a criatividade no desenvolvimento da arte da moda, no

³⁰ QUADROS, Nemésio. Documento n. 101, do Diretor do Instituto Benjamin Constant do Estado do Amazonas, anexo a Mensagem do Governador do Amazonas, Silvério José Nery, de 10 de julho de 1901, p. 108-109.

³¹ NERY, Antonio Constantino. *Mensagem do Governador do Estado do Amazonas* de 10 de julho de 1905, acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições, anexo Instrução Pública, p. 46-47.

Amazonas, o Instituto passou a aceitar encomendas externas para trabalhos de costura e bordado, para atender a sociedade manauense. Já no primeiro trimestre, as encomendas renderam 434 \$000. Mais uma vez as meninas eram pensadas em função de uma utilidade a terceiros. As vendas davam a seus administradores a sensação de que o estabelecimento era um sucesso. Ao mesmo tempo, a procura por matrículas aumentava, o que era interpretado como um sinal de aceitação da população. Não obstante, neste período, a cidade estava inchada de migrantes pobres, experimentando uma crise de moradia e alimentação, causadoras de uma alta de preços em ambos os setores, o que aumentava as estatísticas da indigência e a mendicância. Mas o otimismo dos representantes públicos que procuravam enfatizar o sucesso de seu empreendimento, omitiu ou negligenciou a interferência desses fatores no aumento da procura de vagas no instituto.

Neste mesmo ano em que se colhiam os louros do trabalho executado e vendido, o diretor aumentou o regime de vigilância e punição, alegando ser necessário restituir a disciplina do estabelecimento. Para nós ficou o questionamento se haveria alguma relação entre o aumento de trabalho e a indisciplina, já que foram proibidas as saídas aos feriados e domingos e suspensas as premiações.³² Os relatos dos diretores conflitam falas de sucesso com medidas coercitivas, o que foi por nós lido como indício de grandes contradições, entre aquilo que se queria defender em relação ao Instituto e aquilo que ele realmente era. Vejamos que, se as meninas eram realmente tão louváveis na disciplina e rendimento, que motivos poderiam levar ao aumento da vigilância e punição, senão o fato de elas resistirem às imposições da administração do instituto. Uma leitura às avessas, coadunada com o relatório do professor de desenho acima citado, demonstra que o Instituto não era a maravilha de que o Governo se orgulhava em suas notícias... outros fatos já mencionados como o fracasso das meninas no concurso de admissão de professores para a rede pública, a fuga de Rita Mesquita em 1902, as mortes e doenças sem causa conhecida, os relatos médicos que indicam a fadiga como um dos fatores associados às doenças, registros de desligamentos por indisciplina

³² Idem.

etc., são fatores que corroboram com a ideia de que a fala dos governantes pinta um quadro muito mais bonito do que a realidade vivida pelas meninas.

Nos anos que se seguiram, a falta de água no instituto permaneceu uma reclamação reticente. As doenças, além das febres “más”, se multiplicaram, chegando o temido beribéri a instalar-se entre as asiladas. Estética e necessidades prementes mais uma vez se antagonizaram: não havia erário para reformas, contratação de funcionários e professores e, se levamos em consideração que o beribéri é causado por deficiência alimentar, não havia sequer uma dieta adequada para a alimentação das meninas. Para os governantes, bastava a imponência do prédio, os trabalhos oferecidos às senhoras de sociedade e as roupas francesas encomendadas para forrar os móveis do Instituto. Tal discrepância por nós ressaltada não tem nenhuma finalidade outra que por em questão a validade dos valores civilizados que o projeto modernista tanto se esforçou em implantar neste país. O que é a racionalidade defendida pela ideologia burguesa, senão uma série de valores hierárquicos que sobrepõem o consumo de bens estéticos ao de bens necessários. Que submete a produção de subsistência a uma política de megaprodução em função do mercado internacional. É preciso lembrar sempre e sempre que esta razão defendida corresponde à lógica do sistema de capitais e só a esta lógica, não importando o que ou quem deva ser sacrificado para salvaguardar as relações de produção e consumo que fundamentam o processo de acumulação retida por uma pequena classe, que é o fim primeiro e último de qualquer ação burguesa.

Com a crise da borracha a partir de 1910, o número de solicitação de vagas cresceu ainda mais, e em 1912, o instituto abrigava 122 alunas, recusando-se a receber novatas por conta da ausência de espaço físico. O estatuto de 1914 reformou o quesito matrículas e concedeu admissão de alunas contribuintes, além de aumentar a idade de admissão para cinco anos, restringindo a educação infantil criada em 1907, para a idade de cinco a seis anos. Quanto aos trabalhos, as manufaturas das educandas deveriam incluir serviços delicados, ampliando-se para todo o tipo de rouparia doméstica, militar, religiosa e até uniformes escolares. Enfatizamos a idade de cinco anos na participação de trabalhos por considerarmos aviltante esta exigência para

meninas desta idade. Entretanto, apesar de nossa indignação, devemos lembrar que a noção de infância no início do século XX ainda era muito controversa.

E a investida na formação de mão de obra contínua: em vias da escola técnica

Em 1909, o governo federal preconiza a instalação das escolas de Aprendizes Artífices, destinadas a preparação de profissionais habilitados a exercerem profissões liberais e agrícolas. O já mencionado Instituto Afonso Penna, destinados aos meninos, logo é cedido para a realização deste fim. À luz desta direção, mais uma vez a estrutura educacional do Instituto Benjamin Constant foi modificada e iniciou-se uma série de ações que pretendiam transformar o instituto numa escola técnica para moças. As cadeiras de datilografia e sapataria foram implantadas ainda em 1914, mas só efetivamente funcionaram a partir dos anos vinte, correspondendo aos modelos das escolas técnicas criadas pela união. Em 1923, outra reforma foi feita pelo decreto nº 1460 de 31 de julho, conforme o previsto na lei 1180 de 20/09/22, art.9, nº XVIII, letra a, que previa a adoção do ensino técnico-profissional. Mas é em 1937 que o projeto tomou um direcionamento, quando foi criada a biblioteca de caráter técnico profissional e fundados os cursos técnico-profissionais nos seguintes termos: 1) ocupações domésticas (obrigatório); 2) auxiliares de comércio (alunas selecionadas por aptidão, dispondo o curso de 50 vagas) e 3) correspondente Steno-datilógrafas (obrigatório, exceto para as alunas matriculadas no curso de auxiliares do comércio).

A produção manufatureira e o fornecimento para as empresas públicas e particulares continuavam sendo empregados. Mas apenas uma exposição de trabalhos seria prevista, com a finalidade de avaliar os progressos das educandas, podendo o instituto providenciar exposições a serem marcadas para divulgação dos trabalhos realizados.

O número de educandas e de procura pela internação tendia sempre a crescer, excedendo a sua capacidade de alojamento. Entre crises e momentos menos traumáticos da história da educação do Amazonas, o Instituto Benjamin Constant sobreviveu ao longo do século, sendo reestruturado de acordo com as reformas do ensino público. Tornou-se um referencial do ensino técnico

no estado, atualmente CETAM (Centro de Ensino Técnico do Amazonas) procurado por muitos jovens que pensam no futuro e buscam referências no passado “glorioso” do Instituto [...] ainda que poucos conheçam a história de suas meninas. Muito se fala da arquitetura do prédio, do audacioso Eduardo Ribeiro, da notável qualidade do ensino [...] Mas o que sabem de Rita Mesquita ou Lina Barbosa da Silva? [...]

Referências

AMARAL, Josali do. *Ritmos e dissonâncias: controle e disciplinarização de indigentes e desvalidos nas Políticas Públicas do Amazonas*. Dissertação (Mestrado) - em História. Manaus: UFAM, 2011.

BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias*. Rio de Janeiro: Editora Artenova Ltda., 1969. v. II.

BITTENCOURT, Francisco Públio Ribeiro. *Relatório dos Negócios do Interior*, 1901, Estabelecimentos Pios, doc. N° 5.

BRANT, Luiz; MINAYO, Carlos. Educação e estratégias dos trabalhadores de chão de fábrica para ocupação de cargos de chefia. *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*, n. 21(3), 2003.

CHALLOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte Imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2001.

CHAVES, Ernesto Adolpho de Vasconcellos. *Relatório do presidente da província do Amazonas*, de 25 de março de 1886.

ENGELS, F. A situação da classe operária na Inglaterra. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

FERREIRA, Fileto Pires. *Mensagem do Governador do Estado do Amazonas*, 1897.

_____. *Mensagem do Governador do Estado do Amazonas*, de 6 de janeiro de 1898.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

MONTEIRO, Eulália Fernandes Rego. *Relatório da regente do Azylo Orphanológico “Elixa Souto”*, de 9 de março de 1885, anexo a fala do Presidente da Província do Amazonas, Jose Jansen Ferreira Junior, de 25 de março de 1885.

NERY, Antonio Constantino. *Mensagem do governador do Estado do Amazonas*, em 10 de julho de 1907.

_____. *Mensagem do governador do Estado do Amazonas*, em 10 de julho de 1904, anexo instrução pública, doc., nº16, quadro dos professores e funcionários do Instituto Benjamin Constant.

_____. *Mensagem do Governador do Estado do Amazonas*, de 10 de julho de 1901, anexo da Diretoria do Instituto Benjamin Constant do Estado do Amazonas, doc. Nº 71.

_____. *Mensagem do Governador do Estado do Amazonas* de 10 de julho de 1905, acompanhada dos relatórios dos chefes de repartições, anexo Instrução Pública.

NERY, Silvério José. *Relatório de Instrução Pública*, anexo a Mensagem do Governador do Estado do Amazonas, , acompanhada de anexos, de 15 de janeiro de 1901.

PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado) - em História. Manaus: UFAM, 2010.

QUADROS, Nemésio. *Documento nº 101*, do Diretor do Instituto Benjamin Constant do Estado do Amazonas, anexo a Mensagem do Governador do Amazonas, Silvério José Nery, de 10 de julho de 1901.

RAMALHO JUNIOR, José Cardoso. *Mensagem do Governador do Estado do Amazonas*, de 10 de julho de 1899, 1899.

REGULAMENTOS do Instituto Benjamin Constant (1892, 1894, 1907, 1914, 1923, 1937).

REGULAMENTOS para o Instituto Afonso Penna (1908, 1910).

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (Doutorado) - em História Social. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

A construção da greve dos metalúrgicos de 1985 em Manaus¹

Célia Santiago

Com a participação de aproximadamente 10 mil operários, a assembleia geral do dia 31 de agosto de 1985, em que os metalúrgicos² de Manaus decidiram pela paralisação das fábricas instaladas em Manaus, dentro do projeto Zona Franca de Manaus, representa um marco na história dos trabalhadores manauaras. Esta greve, a nosso ver, deve ser inserida no contexto de “rebel-dia” dos trabalhadores brasileiros da década de 1980. Conforme definição do sociólogo Ricardo Antunes.³ Seguindo a lógica do contexto nacional dos anos de 1980 o movimento manauara foi além da mobilização de uma categoria específica e contou com o apoio de vários segmentos sociais.

Na perspectiva de que o tempo nem sempre é aliado e que muitas vezes o registro da experiência vivida pelos agentes históricos é um caminho importante para o registro historiográfico e o compromisso de trazer para o registro acadêmico a fala dos trabalhadores é que optamos pelas fontes orais. Tínhamos urgência neste resgate de memória por termos em mente a afirmação de Jim Sharpe, de que “quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstruir a experiência das classes sociais inferiores, mais restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição”.⁴ Nosso entendimento é de que dar voz às classes populares é dever dos historiadores, em especial daqueles

¹ Este artigo tem por base o capítulo 2 da dissertação *Clandestinidade e Mobilização nas Linhas de Montagem: A construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus*, defendida em setembro de 2010, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas.

² A denominação “metalúrgicos” se aplica aos trabalhadores vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Manaus, que envolve três segmentos de trabalhadores: os metalúrgicos, os navais e os eletroeletrônicos. A denominação deve-se ao fato do sindicato ser conhecido apenas como Sindicato dos Metalúrgicos.

³ ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho* (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80). Campinas, SP: Editora Ensaio/Editora da Unicamp, 1988.

⁴ SHARPE, Jim. *A História Vista de Baixo*. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p.43.

que se inserem nos movimentos sociais como participantes, como é o nosso caso. Se não propiciarmos aos trabalhadores o registro da sua fala estaremos contribuindo para silenciar a sua história.

Para justificar a nossa busca pela memória dos operários nos apoiamos nos trabalhos de Michael Pollak, em que ele apresenta os conceitos de memória coletiva, memórias subterrâneas e memória enquadrada, que é resultado de uma ação impetrada apenas no processo de construção nacional, mas com relação a grupos específicos como associações e sindicatos. “Esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão”.⁵ Buscamos fugir deste enquadramento da memória a partir da seleção das nossas fontes orais, buscando entrevistar pessoas que ocuparam posições diferentes durante e depois da greve na organização do movimento metalúrgico.

Um problema intransponível para a história oral é o enfraquecimento da memória dos atores históricos, ou dos detentores de informações a respeito de momentos e movimentos importantes para a construção do trabalho historiográfico. O tempo, neste aspecto é cruel e implacável. E o conhecimento desta realidade foi o que nós moveu a buscar o registro das memórias dos metalúrgicos manauaras, inspirados especialmente no relato de Alessandro Portelli sobre a perda da oportunidade de registrar as lembranças da secretária do sindicato anarcossindicalista, por causa da sua debilidade física, motivada pelos seus 93 anos.⁶

A greve tem sido um instrumento de luta das classes trabalhadoras contra a exploração do capital há mais de dois séculos. Desde o início da Revolução Industrial, na Europa, há registros de formas de solidariedade da classe operária, que cruzando os braços enfrentavam os donos dos meios de produção. Exemplo deste enfrentamento, são os “motins”, registrados na Inglaterra no século XVIII e descritos por Edward P. Thompson.⁷ Os mani-

⁵ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 10.

⁶ PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org). *Muitas memórias, outras histórias*. SP: Olho D’Água, 2004. p. 299.

⁷ THOMPSON, Edward P. Economia moral revisitada. In: _____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 228.

festantes exigiam a fixação dos preços razoáveis para os cereais e sendo “uma das funções do motim era moderar o apetite de lucro desencadeado pelo livre mercado em desenvolvimento”.

A greve, que pode ser definida como “um grupo de trabalhadores que decide parar por iniciativa própria ou por orientação da direção sindical ou partidária ou de grupo”⁸ sempre esteve entre os recursos utilizados pelos trabalhadores brasileiros desde o início da sua organização. No Brasil os primeiros registros de greve são da metade do século XIX, sendo os protagonistas os trabalhadores tipógrafos do Rio de Janeiro.⁹

Com a luta pela democratização política do país houve uma retomada das lutas operárias, interrompidas durante a ditadura. Foram registradas grandes manifestações em vários estados brasileiros, notadamente a partir de 1978, com a mobilização dos metalúrgicos das indústrias automobilísticas da região do ABC Paulista. Foram tantas as greves no período que o sociólogo Ricardo Antunes classificou a década como a mais crítica do século XX,¹⁰ ao analisar o movimento operário que resultou ou foi resultante do “novo sindicalismo”.¹¹

Deste movimento crescente de mobilização participaram os metalúrgicos manauaras, que ao decidirem cruzar os braços, na noite de 31 de julho de 1985, dando início a mais importante greve já registrada no Polo Industrial de Manaus, estavam se somando aos milhares de brasileiros que optavam pela greve, ou a tinham como último recurso, para verem suas reivindicações atendidas pela classe patronal. Professores, bancários, petroleiros, servidores públicos de diversas áreas e uma série de outros trabalha-

⁸ ROMÃO, Frederico Lisboa. *A Greve do Fim do Mundo. Petroleiros 1995*. Tese (Doutorado) - em Sociologia pela Unicamp, 2006. p 270.

⁹ ANTUNES, Ricardo L. C. *O que é Sindicalismo*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. p. 48. (Coleção Primeiros Passos).

¹⁰ ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991.

¹¹ Novo sindicalismo é o termo utilizado para definir a conduta das novas lideranças que organizaram as oposições sindicais em todo o país e passaram a dirigir importantes entidades sindicais no final dos anos 70 ou início dos anos 80. Com novas táticas e novo repertório de reivindicações foi denominado de “novo sindicalismo” em contraposição ao “sindicalismo atrelado”, que não lutava contra a superexploração do trabalho e contra a legislação repressiva do estado. Tendo como prática o enfrentamento com os patrões através das greves e outros tipos de mobilizações, o novo sindicalismo contava com táticas diferenciadas denominadas de operações “tartaruga”, “vaca louca”, entre outras, que não tinham uma duração determinada e as vezes podia ser desencadeada por horas, por turno ou mesmo por um ou alguns dias. Outra característica deste “novo” sindicalismo é a busca da autonomia, com o afastamento do Estado das negociações salariais, implantada a partir do estado paternalista de Getúlio Vargas.

dores já haviam concluído o mesmo percurso de organização e paralisado suas atividades, depois do processo de silenciamento imposto pela ditadura implantada pelo Golpe de 1964, que licenciou também a academia.

Segundo reflexão de Claudio Batalha,¹² os primeiros estudos sobre a classe operária brasileira foram feitos por sindicalistas e ativistas de esquerdas, que ele chama de “historiografia militante”. Na historiografia brasileira a classe operária aparece nos anos 1950/60, através dos brasilianistas que discutiam o papel dos imigrantes na organização dos trabalhadores brasileiros. O pioneirismo entre os pesquisadores brasileiros é de Maria Cecília Baeta Neves que em 1973 apresenta o trabalho *Greve dos Sapateiros em 1906*. Para Batalha, os operários chegam tardiamente à historiografia nacional em parte por causa da repressão da ditadura, que deixava os pesquisadores pouco a vontade para pesquisar tema “tão sensível às autoridades”.

No processo de luta pela democratização setores da Igreja Católica desempenharam importante papel organizando e estimulando manifestações públicas através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se espalham por todo o país. Em meados da década anterior, em 1975, é criado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) com o objetivo de lutar pela anistia aos presos e exilados políticos. Estudantes e intelectuais das mais diversas correntes políticas participam ativamente do movimento pela democratização do país e entre os trabalhadores surge uma nova organização. Em Manaus, grupos de jovens e organizações de bairros proliferaram e lutaram pelos mais variados direitos – da moradia a salário digno – e cidadania.

“Embora marcado por muitas distinções e tensões internas, e portador de grande heterogeneidade, o sindicalismo brasileiro, em seu conjunto, já figura no rol das instituições de relevo na história republicana nacional”,¹³ afirma Marco Aurélio Santana. No caso específico dos metalúrgicos de Manaus o sindicato é instrumento essencial na luta, com a transformação se dando a partir da sua conquista por novas lideranças, no início da década de 1980. A

¹² BATALHA, Claudio. A Historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e Tendências, p. 153.

¹³ SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em Movimento: O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. IN: FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. RJ: Civilização Brasileira, 2007. p. 285.

entidade sindical é a organizadora das greves gerais da categoria, sendo a primeira delas objeto deste estudo.

Para o sociólogo Frederico Lisboa a greve permanece sendo fundamental instrumento da classe trabalhadora por conquistas e/ou defesa dos seus direitos. Como ação coletiva a greve revela “o âmago da sociedade do capital”, mostrando aos trabalhadores os limites da democracia e do Estado. Segundo ele, durante a greve os trabalhadores percebem que o arcabouço jurídico-político-institucional do Estado não lhes é favorável, estando a serviço do capital, restando aos trabalhadores lutar por seus interesses, contando apenas com sua capacidade de organização.¹⁴

Em Manaus, os primeiros embates dos trabalhadores por seus direitos podem ser visualizados através do trabalho *A Cidade Sobre os Ombros*, da historiadora Maria Luiza Ugarte que nos relata que em 1887 os catraieiros fizeram uma greve contra o aumento dos impostos municipais. Mas são os estivadores os protagonistas de várias greves na virada do século XIX para o XX, o objeto de estudo da pesquisadora, e que nos fornece algumas semelhanças com a luta dos metalúrgicos um século depois. Uma das semelhanças que nos chama atenção é o apoio manifesto às greves por muitos setores da sociedade. Após o fim das paralisações, nos conta Pinheiro que os estivadores “Ocupavam as praças e lançavam ao ar morteiros e girândolas de foguetes, numa manifestação que atraía a presença e a simpatia da população e de inúmeros membros de outras categorias que algumas vezes também paravam em solidariedade”¹⁵. Em 1985 vamos observar este apoio maciço da população e até mesmo greves em solidariedade aos metalúrgicos.

Outra proximidade entre as duas categorias – separadas por quase um século de história – esta relacionada à motivação para as primeiras greves: a precariedade da alimentação fornecida pelas empresas. Em 1919 os funcionários do “Pontão da Manáus Harbour” reagiram a precariedade da alimentação, tendo como queixa a existência de restaurantes separados para atender as

¹⁴ ROMÃO, Frederico Lisboa. *A greve do fim do mundo*. Petroleiros 1995. Tese (Doutorado) - em Sociologia pela Unicamp, 2006. p. 270.

¹⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Ccidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus 1899-1925*. 2. ed. Manaus: Edua, 2003. p.39.

diversas hierarquias funcionais, exatamente como acontecia no Distrito Industrial nos anos 80, o que motivou as primeiras greves dos metalúrgicos.

Na década de 1970, Manaus vivia um novo momento de explosão demográfica, com a implantação do modelo Zona Franca de Manaus e os trabalhadores das indústrias transnacionais instaladas na cidade passaram a condição de protagonistas na luta da classe operária nacional. Segundo dados apresentados por Marlene Pardo Ribeiro em sua dissertação de 1987, o crescimento populacional de Manaus em 1983 atingia 8,01% ao ano, com um crescimento de 336% da área urbana em pouco mais de 20 anos, de 1970 a 1982¹⁶. Neste período pode-se observar o grande êxodo do interior para a capital, com 36,69% dos habitantes de Manaus sendo migrantes.¹⁶ Há também profunda mudança no quadro da atividade econômica, com a indústria passando a representar o dobro da atividade agrícola, que até a década de 1950 era o ramo de atividade que respondia pela maior parte da renda interna do Estado. Mas, para falarmos da organização dos metalúrgicos – trabalhadores urbanos – é preciso antes nos referirmos, mesmo que rapidamente aos trabalhadores rurais, que no Amazonas também começam a se organizar na década de 1970. O Estado recebia então um grande número de migrantes vindo especialmente das regiões Sul e Sudeste, atendendo à política do governo ditatorial de “ocupar e desenvolver” a Amazônia, a última fronteira agrícola do país. Expulsos de suas terras pelos latifúndios monocultores ou pela construção de grandes hidrelétricas, como a binacional Itaipu, no Paraná, os migrantes enfrentaram na Amazônia muitas adversidades e também foram obrigados a lutar contra o latifúndio que tentava se instalar através das grandes fazendas de gado no primeiro momento e, atualmente, de soja.

No meio rural foi fundamental o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT) criada em caráter nacional em 1978. A CPT Norte 1, com sede em Manaus, começou a editar o informativo *Paneiro* em 1978. Este jornal levava aos trabalhadores rurais informações sobre a luta para permanecer na terra contra os setores alojados no Estado que sistematicamente os queriam expulsar, como aconteceu inclusive com aqueles que viviam nas proximidades

¹⁶ RIBEIRO, Marlene. De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses, p. 19.

de Manaus, onde se instalou o Distrito Agropecuário da Suframa, criado dentro do modelo Zona Franca de Manaus, como nos conta Marlene Ribeiro: “Para isso foram expulsas 28 famílias e pagas indenizações insignificantes para outras que teimaram em brigar”.¹⁷

Podemos afirmar que o trabalho de organização dos trabalhadores urbanos foi paralelo a dos trabalhadores rurais. Se no campo era importante o papel da CPT na cidade outras pastorais davam conta de atender os trabalhadores em seu anseio por mudança. As Comunidades Eclesiais de Base e Pastoral Operária foram fundamentais para a organização das oposições sindicais em Manaus, como a dos metalúrgicos.

A construção da greve

O final da década de 1970 foi o nascedouro de vários movimentos de contestação atuando em conjunto em várias frentes, na busca de liberdade política e de melhoria das condições de vida para os trabalhadores, de diversas categorias. E é dentro deste contexto que começa a ser pensada, e depois preparada, a greve geral dos metalúrgicos de 1985. O planejamento, como veremos a seguir, durou mais de um ano, mas as discussões sobre a possibilidade de parar a produção das indústrias do polo industrial de Manaus teve início muito antes.

Pelos relatos dos participantes do movimento concluímos que desde 1979, com a organização da oposição sindical metalúrgica, já estava claro para algumas lideranças que somente uma grande mobilização dos operários, e uma grande greve, poderia mudar o relacionamento do setor empresarial com os trabalhadores. As condições muitas vezes subumanas enfrentadas pelos empregados dentro das indústrias e os abusos cometidos contra eles deixavam claro que não havia, naquele momento, nenhuma disposição dos empregadores para oferecer melhores condições de trabalho.

As condições objetivas de vida destes operários, que enfrentavam ambientes de trabalho sem refrigeração, mal iluminados, sujos e com alimenta-

¹⁷ RIBEIRO, Marlene. De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico. Op. Cit., p. 181.

ção até estragada, além de agressões morais e físicas, levavam à revolta e à ações individuais, que a partir da organização da oposição sindical foi canalizada para uma ação conjunta. As primeiras ações de rebeldia registradas dentro das indústrias tiveram por motivação a alimentação deteriorada, como podemos ver pelo trabalho de Marlene Pardo.

Estas revoltas, motivadas pela insatisfação generalizada, levaram a algumas conquistas pontuais, como nos conta Amadeu Guedes, posteriormente um os líderes da greve geral:

as vezes os jornais nem publicava muito, se pesquisasse via que tinha muitos motins, muitas paralisações por horas, as vezes por dia, por causa da questão alimentar. Ai se reunia, faziam promessa aos trabalhadores que iam resolver, as vezes ficava nisso mesmo só pra os meninos não ficarem parados.¹⁸

Esta fala nos mostra a mobilização anterior à organização da greve. Mas são estas ações, as vezes desordenadas, fruto do desespero e da falta de liderança para um movimento mais consistente que acaba estimulando a organização futura. “A partir de 80, nós reunimos e decidimos que devíamos formar uma comissão específica para nos preparar pra tomar o sindicato dos antigos dirigentes”,¹⁹ nos conta Amadeu Guedes.

Depois de várias batalhas, em que muitos trabalhadores foram demitidos por aparecerem como lideranças, a chapa Puxirum chegou a vitória. A primeira luta foi para manter os trabalhadores das empresas de eletroeletrônicos filiados ao sindicato. A seguinte foi a construção da greve. A chapa de oposição foi eleita em 15 de janeiro de 1984 e a greve geral aconteceu a partir de primeiro de agosto do ano seguinte.

Foi um trabalho de “formiguinha”, com a adesão lenta dos trabalhadores. Convencer um operário a participar do movimento não era tarefa fácil por causa do medo e da falta de organização política da categoria. Era preciso

¹⁸ Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, gravada no dia 16 de outubro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada, p. 2.

¹⁹ Idem, *ibidem*.

ter cuidado para não trazer para dentro do grupo um delator. Segundo Domício Gamenha, um dos líderes da greve dentro da Moto Honda, a preparação para a greve teve início na campanha salarial do ano anterior.

foi uma greve preparada, planejada, nos preparamos praticamente desde meados de 84. [...]. Então a partir daí nós começamos a organizar as comissões de fábrica. Só na Honda nós éramos mais de 80 pessoas, mais de 80. Porque cada setor - tinha mais de 20 setores-, cada setor tinha umas dez, doze pessoas. O setor que tinha mais gente nessa organização era a linha de montagem até porque tinha um dirigente sindical naquela linha. Os militantes, como eu, o Domício, do setor de polimento, tinha 12 pessoas que apoiavam direto, que iam pro sindicato.²⁰

Hamilton Madeira, que atuava como engenheiro na Philco – o único metalúrgico entrevistado que não atuava na linha de montagem – também afirma que a organização da greve começou bem antes, quando o quadro já era totalmente favorável à tomada de consciência por causa da precariedade nas relações de trabalho.

A gente sofria as agruras da super exploração. Exploração de todos os níveis. A questão do calor, a questão do baixo salário, a questão da rotatividade, reserva de mão de obra, é lógico. Então a gente conversava entre si e no sindicato eram os mesmos problemas e o que a gente faz pra resolver isso aí? O que que a gente pensou? Nós pensamos em nos apressarmos. Analisamos e veja só o nosso exemplo, nós seremos igual a São Bernardo (risos). [...] Nós tínhamos como espelho lá, sabe?.²¹

Mas para chegar à greve foi preciso um trabalho permanente e realizado com muito cuidado para não expor os envolvidos que mais tarde teriam a atribuição de garantir o movimento dentro das empresas. Muitos percalços foram registrados. As primeiras ações foram reprimidas, muitos trabalhadores foram demitidos, mas quando finalmente a greve aconteceu havia um grupo

²⁰ Entrevista com Domício Mateus Gamenha, gravada no dia 14 de dezembro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada, p. 2.

²¹ Entrevista Hamilton Madeira Macedo, gravada em 10 de novembro de 2009, idem, digitada, p. 2.

preparado para conduzi-la. A maioria destes líderes vinham sendo preparados há vários anos, na militância dentro das instancias da Igreja católica e nas reuniões realizadas na clandestinidade.²² Há inclusive entre os nossos entrevistados aqueles que iniciaram o seu processo de conscientização nas ações da Igreja no interior do Estado, portanto, origem agrária. Este é o caso do então presidente do sindicato, Ricardo Moraes, que militava em movimentos sociais em Humaitá, antes de vir para Manaus e se transformar em metalúrgico. Este é o caso também de Nonato Neves que teve as suas primeiras reflexões sobre a exploração do trabalho mediadas pelos padres da prelazia de Itacoatiara.

Entre os 12 trabalhadores ouvidos para este trabalho apenas Hamilton Madeira não teve sua iniciação dentro da Igreja. Ele começou sua militância no movimento estudantil quando cursava a graduação em engenharia na Universidade de Tecnologia do Amazonas (Utam), hoje Faculdade de Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Mesmo Silvestre Paiva, que veio para Manaus já casado, a convite de um cunhado para trabalhar no comércio, tinha vínculo anterior com a Igreja, sendo catequista quando vivia em Belém.

Silvestre Paiva trabalhava no estaleiro Estamam - empresa pequena, que contava com cerca de 50 empregados - quando começou a participar da oposição sindical, e como tinha empatia com os demais trabalhadores, após a eleição da Puxirum passou a ser responsável pela articulação com a base, indo às casas dos operários conversar sobre a necessidade de organização para a melhoria das condições de vida. Antes disso ele tinha desenvolvido este trabalho para fechar a chapa que precisava de 34 nomes.

Alguns companheiros diziam: olha tem o fulano, acho que ele tem essa mesma ideia, topa entrar numa luta como essa. Primeiro pra direção pra ver se a gente conseguia completar os companheiros. A gente tinha uma média ainda de 12 a 13 pessoas. Tinha mais gente, mas era quem ajudava, o pessoal da Pastoral que vinha e ajudava, mas que não

²² Utilizamos o termo clandestinidade por ser ele utilizado por alguns dos entrevistados e no sentido de que a mobilização se dava de forma oculta, disfarçada, camuflada, disfarçada, para não ser percebida pelos administradores das empresas, pela necessidade do trabalhador de fugir à perseguição imposta pelo setor empresarial contra sua organização.

tava em fábrica e tinha que completar a chapa e aí a gente começou a visitar companheiros de fábricas importantes também pra que tivesse em todas as fábricas, nos setores também, aqueles companheiros que somariam com a gente e que tinham influência. Então era de noite visitando escondido.²³

As reuniões realizadas na clandestinidade serviam para organizar a luta para a tomada do sindicato e depois para a realização da greve. Nestas reuniões discutia-se a realidade nacional e as condições de trabalho dentro das empresas de Manaus e o papel do sindicato na mudança desta realidade.

As reuniões eram pra discutir um pouco a nível dos direitos da gente como trabalhador. A Pastoral Operária tinha um pouco disso e depois pra poder conhecer o que a gente tinha, como o sindicato. Pra que que o sindicato servia, como categoria? O que que a categoria podia fazer? [...] Porque diretamente lá, a gente olhava e via o sindicato defendendo os interesses patronal, porque não tinha nenhuma luta de resistência, dizendo do salário. Em outras palavras, não tinha luta contra nada, era tudo a favor de tudo que a patronal tinha. [...] Aí na época da oposição a gente já reunia escondido, até porque se não reunisse escondido, não com medo de nada, mas porque a direção do sindicato falava pras empresas que o cara estava participando e eles mandavam os caras embora, então os companheiros eram demitidos.²⁴

A falta de informação era a marca deste período. Ricardo Moraes lembra que os trabalhadores desconheciam completamente seus direitos e a maioria sequer era sindicalizada, porque desconheciam a importância da entidade sindical.

Então, passamos a frequentar o sindicato, mas olha nós éramos tão desinformados que a primeira eleição que acon-

²³ Entrevista com Silvestre Soares de Paiva, gravada no dia 19 de dezembro de 2009. Digitada, p. 2.

²⁴ Idem, p.1/2.

teceu em 1981 nem um de nós era filiado ao sindicato. Nós não éramos sócios do sindicato. Então foi uma grande decepção. Então o pessoal foi lá pegar os documentos pra pode se inscrever a chapa. [...] Então nós começamos a nos associar. Então passou a eleição e nós começamos a participar como oposição mesmo, mas na clandestinidade... Ninguém falava nas assembleias, apesar de sentir ofendidos com o que a diretoria do sindicato fazia. Mas a gente começou a frequentar o sindicato... quando foi chegando próximo da outra eleição em 1983, aí nós já tínhamos mais consciência.²⁵

Da organização dos metalúrgicos participaram também pessoas que não eram empregadas nas indústrias, mas que tinham ligações com o movimento social em especial aqueles patrocinados pela Igreja Católica. Este foi o caso de Flávia Carneiro, que depois da eleição da Puxirum tornou-se secretária do Sindicato dos Metalúrgicos e lá trabalhou até se aposentar.

Como eu era filiada e militante. Porque há uma diferença. Tem o filiado que milita e os filiados que não militam. É só filiado e não atua, né? Eu era as duas coisas. Quando foi em 83, já na oposição, a gente ajudava nas atividades de porta de fábrica, na madrugada [...] e dormia uma turma na casa da irmã Helena. Os homens dormiam na casa do padre Renato, né? Porque na Compensa já tinha grupos de militância, né? dos movimentos sociais.²⁶

Flávia Carneiro é apenas um exemplo da ação dedicada e voluntária de outros trabalhadores para que a organização dos metalúrgicos ganhasse corpo e chegasse a condição de promover uma greve geral atingindo a maioria das empresas instaladas na Zona Franca de Manaus. Vale ressaltar que os nomes da irmã Helena e do padre Renato são lembrados pela maioria dos entrevistados, como fundamentais no trabalho de conscientização dos operários.

²⁵ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 25 de novembro de 2009, digitada, p. 4.

²⁶ Entrevista com Flávia Gomes Carneiro, realizada no dia 16 de dezembro de 2009, realizada por M. Célia Santiago. Digitada, p.1.

A clandestinidade marcou as ações preparatórias para a greve, mas nem todos os cuidados evitou que alguns trabalhadores fossem sacrificados no processo. Durante a organização da chapa Puxirum 200 trabalhadores foram demitidos, segundo informações de Ricardo Moraes. Lideranças em potencial ao serem identificados pelas empresas foram excluídos de seus quadros para impedir a organização dos trabalhadores. O próprio Ricardo Moraes foi demitido da Sharp por despontar como liderança. Ele ficou desempregado por vários meses até conseguir trabalho na Philips onde estava quando foi eleito presidente do sindicato.

Após isto, confirmaram o comprometimento da direção da entidade sindical com os patrões, depois de várias demissões havidas após manifestação dos trabalhadores nas assembleias, os participantes da oposição entenderam que era preciso ganhar o sindicato, e que para isso teriam que saber o que se passava internamente na entidade e por isso decidiram infiltrar uma trabalhadora na direção “pelega”. Com as informações desta trabalhadora eles puderam se preparar para as próximas eleições e puderam definir as estratégias necessárias para isso.

A vitória da Puxirum não foi fácil. A desmobilização dos operários era grande e no primeiro escrutínio realizado em dezembro não foi alcançado o quorum. Apenas uma segunda eleição, realizada no dia 15 de janeiro de 1984, resultou na vitória da oposição, mas durante o processo de votação foram muitas as denúncias de arbitrariedade da direção que tentava a reeleição. Para garantir a presença de um fiscal da chapa oposicionista junto às urnas foi necessário recorrer ao Poder Judiciário. A Delegacia Regional do Trabalho teve que atuar dentro da entidade para que o processo fosse concluso com o mínimo de isenção.

Dentro das fábricas nem sempre a organização dos trabalhadores, no entanto, passava despercebida pelos dirigentes das fábricas, como nos conta Marlene Pardo.

Para enganar os supervisores e os encarregados, os operários deixavam um violão e as Bíblias guardadas nos armários. Após o almoço os operários reuniam para discutirem seus problemas. Quando alguém ligado à chefia se aproximava, um operário abria a Bíblia e fazia a leitura, seguida

dos comentários dos demais, ou tocavam algum canto religioso. A intensificação dos conflitos após a existência deste grupo fez com que os supervisores desconfiassem. Há alguns meses atrás, um deles relatou ao atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, que na época era o coordenador do grupo, como o dispersou. Munido de uma Bíblia, este supervisor, pouco conhecido dos operários, infiltrou-se ficando a par dos verdadeiros objetivos das reuniões.²⁷

Quando descoberta a mobilização, as lideranças eram demitidas e os demais participantes em geral transferidos de setor, espalhados em vários setores da empresa para que não tivessem mais condições de manter as conversações. Os riscos eram muitos, mas mesmo assim sempre havia aqueles que se sacrificavam em nome do movimento, como nos conta Nonato Neves.

Nós entendíamos que os trabalhadores precisariam se organizar a partir da base. E como era feita esta organização? [...] Era trabalhado com alguns companheiros que colocavam a sua cabeça a prêmio pra organizar os companheiros, pra daí nascer uma resistência pra combater as formas de servidão, de escravização, que os trabalhadores tinham no interior das fábricas. Então primeiro a gente se organizava em torno da luta específica: equipamento de EPIs, que era o capacete, a luva. [...] A partir dessa luta foram colocadas novas reivindicações que era a questão do aumento de salários, a questão da saúde [...] ²⁸

Nesta fase de organização pós-tomada do sindicato a forma de arremetimento de novos trabalhadores para os quadros da luta era ainda mais criteriosa. Contanto com a experiência do processo eleitoral e das perdas de companheiros demitidos, os organizadores do movimento tomavam todo cuidado possível antes de integrar um novo membro à equipe e facultar a ele o conhecimento dos demais componentes do grupo.

²⁷ RIBEIRO, Marlene. De Seringueiro a Agricultor/Pescador a Operário Metalúrgico. Op. cit., p. 301.

²⁸ Entrevista Raimundo Nonato Corrêa Neves, gravada em 9 de novembro de 2009. Digitada, p. 2.

eles tinham muito cuidado com a questão da segurança. Você reunia primeiro, separado, só com a diretoria do sindicato porque de repente eu podia ser um dedo-duro e entregar todo mundo, então eu ia saber dela e dos outros eu não ia saber. Eu acredito que eles faziam isso em todas as fábricas, então a gente ia passar por um período, tipo um estágio mesmo, até provar que a gente era de confiança pra fazer parte do grupo.²⁹

O relato de Luzarina Varela nos revela o nível de precaução adotado pela direção do sindicato no processo de organização da greve. A criatividade também marcou o período e o ônibus fornecido pela empresa, que em um primeiro momento servia para inibir o contato entre os trabalhadores livremente e assim dificultar a organização, passou depois de um certo momento a fazer parte da estratégia dos operários. Atuando de forma clandestina os engajados aproveitavam o trajeto de casa para o trabalho e vice-versa para conversar com possíveis aliados, falavam das dificuldades que estavam vivenciando dentro da empresa e aos poucos iam inculcando nos corações e mentes a certeza de que as coisas somente mudariam se eles se unissem e agissem.

Dentro das empresas as estratégias adotadas variaram muito. Por causa das características de cada uma delas os caminhos encontrados foram diversos. Na CCE, Isabel Guimarães, nos conta que a estratégia adotada foi o “círculo bíblico”, reunião que em geral após o almoço era organizada com o objetivo de refletir sobre os ensinamentos cristãos e na verdade analisava o martírio vivenciado pelos trabalhadores.

Era na hora do almoço. A gente almoçava rápido e era como quando tinha assembleia do sindicato. Quando tinha assembleia eu nem comia direito – aliás hoje eu estou gorda – eu pesava 37 (quilos). [...] Na hora do almoço a gente almoçava rapidinho fazendo aquele rodízio nas mesas e daí já pegava o resto do pessoal, algumas pessoas que a gente tinha para conversar a mais, alguns que não dava para pegar na hora do almoço, na mesa. Mas geralmente era

²⁹ Entrevista com Luzarina Varela da Silva, gravada no dia 20 de outubro de 2009. Digitada, p. 2

na hora do almoço que a gente fazia, depois de almoçar a gente ia para lá para fazer a leitura e passar as informações, na verdade era passar as informações (risos).³⁰

Gorete Barbosa conta que a Bíblia era o local onde se guardavam os panfletos recebidos na noite anterior no sindicato.

Como naquela época as Comunidades Eclesiais de Base eram muito fortes a gente dizia que estava estudando a Bíblia e a gente estava passando as informações do sindicato pros companheiros. [...] Aí, então, quando eles passavam a gente dizia que era a Bíblia, mas era o panfleto que a gente tava lendo pra passar as informações para os companheiros pra sindicalizar os companheiros.³¹

Para serem guardados na Bíblia os panfletos, que chegavam aos trabalhadores dentro das fábricas, precisavam ser pequenos e bem elaborados para passar a mensagem de forma segura, tanto no aspecto da informação quanto da forma. Os panfletos também eram jogados através das janelas dos ônibus que conduziam os operários para as fábricas no início dos turnos ou para suas casas no fim da jornada.

Como dissemos antes, em cada empresa foi montada uma estratégia diferente respeitando as suas especificidades. Na Moto Honda, Amadeu Guedes afirma que a distribuição de informativos do sindicato era feita discretamente e que o banheiro era o lugar de exposição.

Dentro da Moto Honda funciona assim: nós tínhamos uma meia dúzia de pessoas confiáveis, porque a gente não podia dar um boletim da Pastoral Operária para um deduzido. Aí a pessoa lia e repassava para outro de confiança. Quando todos tinham lido nós tínhamos uma tática de deixar nos banheiros anonimamente. Deixava no banheiro para outros lerem. Ou fixava com algum adesivo. Quando era assim um panfleto. Normalmente era um panfleto

³⁰ Entrevista com Ana Isabel Guimarães de Souza, gravada no dia 18 de setembro de 2009. Digitada, p.5.

³¹ Entrevista com Maria Gorete Barbosa de Oliveira, gravada em 20 de outubro de 2009. Digitada, p. 1.

com pouco conteúdo pra leitura rápida... Esse panfleto a gente também distribuía na saída dos companheiros, que eles levavam pra casa. Internamente a gente só distribuía para gente que a gente confiava para que não houvesse delação, não expusesse o companheiro também. Mas com o pessoal mais chegado a gente sempre trazia, socializava as informações e eles depois repassavam para os grupos deles, nas linhas, seus locais. [...] Mais de ouvido a ouvido, porque a questão de passar os panfletos com as propostas das greves a gente só passava para as pessoas mais de confiança, para evitar colocar em risco as lideranças. E era uma conversa, principalmente na entrada, nos ônibus, durante o trajeto na vinda. Nas conversas que se tinha nos intervalos, pra almoçar e para o lanche. Porque na época na Honda a gente tinha um café da manhã as nove e meia, almoçava – dependendo da linha – a partir das 11 e até meio-dia e tinha um lanche as 15 horas. Então era nestes intervalos que a gente se conhecia.³²

Na medida em que novos trabalhadores iam aderindo ao movimento novas formas de organização iam sendo criadas dentro da Moto Honda. Quando o número de trabalhadores era um pouco maior a estratégia foi reuni-los em torno de um violão após o almoço, engolido às pressas para sobrar mais tempo para o encontro do grupo. Debaixo de uma mangueira os trabalhadores cantavam música popular, hinos religiosos e principalmente as músicas Jesus Cristo e A Montanha, de Roberto Carlos. O passo seguinte foi realizar reuniões fora da empresa.

Como na Moto Honda, os banheiros da CCE também foram utilizados para a troca de informações e o repasse de panfletos. E até mesmo estratégias de controle das empresas foram revertidas a favor dos trabalhadores, como conta Isabel Guimarães, ao relatar a rotina do movimento dentro da empresa:

Porque era assim, tinha uma placa para você poder ir fazer xixi, tu via a menina [...] a Renife, que era a coordenadora

³² Entrevista com José Amadeu Lima Guedes, gravada no dia 16 de outubro de 2009. Digitada, p.2/3.

da linha, aí você falava me coloca aí na lista do banheiro. Se você estivesse apertada não tem problema, te lasca aí, vai esperar a sua vez. Aí a gente pegava e lá da frente fulano também ia. Tinha duzentas pessoas numa linha,.. então era uma para os homens e duas para mulheres, então eram três placas. Aí o que a gente fazia? pegava uma lá da frente e dizia você vai no banheiro agora e eu vou aqui de trás e passava informação: olha o Eduardo foi no sindicato e falou isso, isso e isso. Na hora da comida também... hoje eu almoço com cinco, conheço, já converso sobre as informações do sindicato, olha a campanha salarial, o piso é este aqui, será que ta bom pra gente? É bom ir para a assembleia, só que ninguém ia (risos). Mas pelo menos tinha aquela informação. Quando chegava o boletim do sindicato a gente lia. A maioria lia e guardava, ou então guardava para ler em casa, para não ficar lendo em frente dos caras, porque era tipo assim, você pegava o boletim e o guarda ficava olhando para ver qual era a importância que você ia dá pro boletim. Então o que a gente fazia: guardava e lia em casa, porque aí ninguém ia observar a gente. Mas tinha a informação, pra quem não lia porque tinha medo a gente ia e conversava. Na hora do almoço a gente fazia o quê, hoje a gente almoçava aqui com cinco companheiros, amanhã já sentava em outra mesa [...] Outra coisa que o pessoal usava muito era a questão da reunião, reuniões para ler a bíblia. [...]a gente levava a Bíblia, lia um versículo e metia-lhe o sarrafo na questão do sindicato, informação do nosso sindicato, os nossos direitos e tal.³³

Como a maioria dos trabalhadores era muito jovem – uma exigência das empresas para garantir a submissão – havia, além da descrença e desesperança, as dificuldades de tempo (excesso de horas-extras) e financeira (salários ínfimos), para a participação dos trabalhadores no movimento. Os operários que apesar de todas as dificuldades tentavam continuar estudando o faziam no período noturno, horário em que eram realizadas as assembleias. O deslocamento para o sindicato implicaria em gasto adicional que devia ser controlado por causa dos baixos salários. Muitas vezes para que o trabalhador pudesse

³³ Entrevista com Ana Isabel Guimarães de Souza, gravada em 18 de setembro de 2009. Digitada, p.4/5.

comparecer à assembleia de seu sindicato era preciso garantir-lhe o pagamento do transporte coletivo, como lembra Amadeu Guedes e Isabel Guimarães.

O medo seguramente pode ser também relacionado como as principais causas da lentidão no processo de organização dos operários. Ele está presente na fala dos entrevistados, que narram como era necessário cautela para ir ao sindicato e como era presente a preocupação com os dedos-duros, trabalhadores que faziam “o jogo do patrão” entregando os colegas em troca de promoção ao algum outro tipo de benesses.

A gente ia praticamente escondido. Ia escondido pro sindicato. Ninguém ia direto. Ninguém chegava e parava em frente do ônibus. Saía e ia ficar lá [...] Saía da Moto Honda e ia ficar lá na Praça da Saudade, e da Praça da Saudade a gente vinha a pé até o sindicato, e um por um. E não podia entrar de muita gente não, porque tinha olheiro, né? dos empresários. Ficavam olhando quem entrava no sindicato e saía.³⁴

Marlene Pardo nos diz que nem todos os trabalhadores se reconheceram como explorados e que alguns até se identificavam com os patrões, “sendo cooptados pelas mordomias e presentes que recebem e pelos recursos do imposto sindical que manipulam em proveito próprio”.³⁵ A delação foi uma prática tanto durante o processo de organização para a tomada do sindicato, quanto na construção da greve geral e nos momentos seguintes. Respondendo ao questionamento sobre cooptação, mudança de lado durante a greve e delação, Hamilton Madeira respondeu que houve os três casos:

Tudo isso aconteceu. Teve os três (risos). Primeiro eles foram em cima dos que consideravam deles. Foram falar e chamar de volta e alguns voltaram sim. Mais até inutilmente porque sozinho não se faz nada. É cooptaram, forçaram e alguns voltaram. [...] Então houve, e para mim isso é normal, em todas as greves que nós fizemos.³⁶

³⁴ Entrevista com Domício Mateus Gamenha, gravada no dia 14 de dezembro de 2009, realizada por M. Célia Santiago, digitada, p. 2.

³⁵ RIBEIRO, Marlene. De Seringueiro a Agricultor/Pescador a Operário Metalúrgico. Op. cit., p. 293.

³⁶ Entrevista com Hamilton Madeira Macedo, gravada em 10 de novembro de 2009. Digitada, p. 5.

A cooptação havida na época está muito presente na memória de João Batista Lopes. Ele atribui à cooptação parte da responsabilidade pelo enfraquecimento do movimento dos trabalhadores nos anos seguintes à greve geral.

Após este período em que a gente se manifestou dentro da fábrica, houve a cooptação de alguns trabalhadores por patrão, ofereciam vários cargos. Inclusive me ofereceram pra mim sair do sindicato, oferecendo uma casa, um carro e um cargo de supervisor na CCE. Aí eu não aceitei. Outros também não aceitaram, mas teve uns que aceitaram. A gente vê hoje, a gente diz que esse camarada se vendeu mesmo. Hoje ele não olha pra gente, até mesmo pros trabalhadores, não anda de cabeça erguida. Isso também foi uma coisa muito importante que aconteceu, que os patrões cooptaram alguns trabalhadores, lideranças de dentro de fábrica, para o seu lado, aí foi quando a greve de 86 quando espocou começou a enfraquecer, porque eles diziam pega o fulano porque vai ter greve e vamos dar um cargo pra ele e pronto e o cara já fazia corpo mole.³⁷

Por tudo que vimos até aqui podemos perceber que as dificuldades de organizar os trabalhadores não eram pequenas e dentro das empresas era cada vez mais difícil realizar reuniões sem correr maiores riscos, em especial aqueles que não tinham imunidade sindical. A necessidade levou à formação de grupos de fábrica, com a realização de reuniões fora das empresas. Estes grupos foram fundamentais para a greve, segundo Hamilton Madeira, que após participar do grupo de fábrica da Philco teve a oportunidade de participar de encontros em São Paulo.

Lá que eu encontrei sindicalistas ingleses, tá? E nós estávamos lá como multiplicador, agora podemos dizer assim. Observando quem era mais apto a lutar, quem tinha mais coragem, quem reclamava primeiro [...] também davam as tarefas pra ver se cumpria, e quem não cumpria já estava

³⁷ Entrevista com João Batista da Silva Lopes, gravada no dia 4 de novembro de 2009, p. 5.

fora, passava pra outro. Dentro desse um ano fazendo o grupo, e aí com reuniões semanais. [...] Nós começamos assim, informal... daquele grupamento de sexta-feira a gente tirava os mais aptos para reunir na FASE, na sexta-feira.³⁸

Hamilton Madeira lembra que na Philco não foi utilizado o recurso dos estudos bíblicos e que a organização dos trabalhadores aconteceu em grande medida fora da fábrica, com a visita aos trabalhadores e familiares em suas casas. Em suas residências os operários ficavam menos tensos com as discussões sobre salários e condições de trabalho, por não estarem sob os olhares das chefias. Ao final destes encontros o trabalhador era convidado a participar das reuniões do sindicato onde se discutiam estes mesmos problemas. A estratégia deu certo e até o momento da greve os líderes da organização conseguiram se manter no anonimato.

O Grêmio foi o caminho encontrado por Luzarila Varela para organizar os trabalhadores dentro da fábrica. As reflexões sobre as condições de trabalho e salário eram travadas entre um jogo e outro. A greve aos poucos foi se tornando uma realidade durante as discussões

Nós usávamos muito o grêmio, e ficava jogando sinuca ali e olha, fazíamos reuniões na casa de colegas à noite: vamos tomar uma cerveja lá em casa, aí a gente já sabia: olha vai ter e depois já não era só nós, já tinha vizinhos que morava e dizia: a greve vai acontecer. E a gente foi trabalhando isso lá na fábrica e tirando quem ia botar a cabeça a prêmio. Nos ônibus, eu acho que ficou assim uns dois meses, você só falava nisso. Agora, naquele cochichado. E a gente conseguiu fazer um negócio legal que no período antes da greve ninguém foi descoberto lá na fábrica pra darem conta e para fazerem medo pro pessoal, mas era assim conversando, muito dentro dos ônibus. Quem já estava envolvido e tinha muita preocupação de nem todo mundo se conhecer.³⁹

³⁸ Entrevista com Hamilton Madeira Macedo, gravada no dia 10 de novembro de 2009. Digitada, p. 3.

³⁹ Entrevista Luzarina Varela da Silva, gravada no dia 20 de outubro de 2009, p. 3.

Lindemberg Pereira, que participou de todo o processo de discussão para formação da oposição sindical e posteriormente da greve, dentro e fora das fábricas, como empregado da Philips, conta como se deu o crescimento do movimento.

A gente começou ganhando a CIPA. Ganhado a CIPA a gente criou um grupo de discussão de operários da Philips, usando as horas de almoço. [...] Em alguns momentos a gente usava realmente a Igreja. A gente começava a cantar algumas canções religiosas pra disfarçar a segurança que era muito, muito, muito bem atendida. A gente pegava alguns panfletos do sindicato e, de uma forma sutil, de uma forma não muito exposta, acabava distribuindo pros companheiros e pegava algumas ideias e algumas informações. Nós bolávamos questionários e os companheiros respondiam e depois o grupo da coordenação dos operários da Philips sentava em outro lugar, com mais calma, sistematizava as respostas e entendia o que realmente era necessidade imediata e buscava a solução daquele problema. Então por exemplo, naquele momento a gente procurava brigar não só pela questão salarial, mais tinham necessidades básicas que estavam mais fáceis de conquistar. Uma vez conquistando fortalecia e despertava a atenção dos trabalhadores. A gente levava as informações pra diretoria (da empresa) e estas informações básicas que as vezes passavam despercebidas para as grandes lideranças se colocava nas pautas de reivindicação. [...] Isso foi muito importante porque estas pequenas conquistas foram criando vontade de conquistar mais ainda, né?

[...] Quando eu fui eleito à CIPA e aí se começa um trabalho, de grupos de fábricas, né? Onde eu assumi, junto com outros companheiros valorosos, o comando do grupo de fábrica da Philips e a gente sabia que outras fábricas tinham estes grupos de fábricas, porque era discutido dentro do sindicato e então, dos grupos de fábricas a gente também discuti e encaminhou os grupos de bairros, porque nos bairros, onde ficava mais fácil a concentração dos operários a gente deixou de chamar de grupos de fábricas pra chamar de grupo de bairro porque dentro do bairro tinha vários, pessoas de várias fábricas. Não era mais Semp e nem Philips,

nem CCE e nem Moto Honda e sim operários daquele lugar. Então os grupos de bairros tomaram muita força, porque os bairros começaram a discutir inclusive a questão da associação. A gente passou a constituir associação. Enfim, tudo isso fortalecendo e encaminhando pra uma vitória, pra as greves que o sindicato poderia chamar a qualquer momento. Então o fortalecimento das greves se dava a partir de cada ponto: dos grupos de fábricas, dos grupos de bairros e nestas associações de bairros onde estavam os operários.⁴⁰

Os relatos nos levam a concluir, que embora com características próprias a organização para a greve se deu da seguinte forma: um pequeno grupo, oriundo da oposição sindical, foi aos poucos arregimentando novos trabalhadores. Inicialmente as conversas eram feitas de forma individual com cuidado para não expor-se demais aos possíveis delatores. Com o tempo o número de interessados foi crescendo e a organização ganhou novos rumos: em algumas fábricas foram criados os grupos de reflexão religiosa e em outras o caminho foi a organização de grupos de fábrica com reunião na casa dos trabalhadores. Após a posse da Puxirum a organização de base deixou os porões da Igreja para se instalar no sindicato.

Aí passamos a organizar realmente. Aquilo que era grupo de fábrica ligado à Igreja passou a ser grupo de fábrica ligado ao sindicato e mais fazendo a campanha para eleger os cipeiros - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes -, porque o cara se tornaria estável, com estabilidade não poderia ser mandado embora e aí passaria ser um braço a mais que os diretores, ele passaria a ter estabilidade e poderia reivindicar os seus direitos. Aquilo que o sindicato estava falando fora ele poderia ser uma espécie de retorno da palavra do sindicato dentro da fábrica, né? E quando foi no outro ano, em 1985, aí a gente já estava mais maduro e mais organizado, aí nós tínhamos grupos de fábricas em aproximadamente 45 a 50% das grandes fábricas.⁴¹

⁴⁰ Entrevista com Lindemberg Pereira da Rocha, gravada no dia 21 de outubro de 2009. Digitada, p. 2.

⁴¹ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 25 de novembro de 2009. Digitada, p. 7/8.

Ao sindicato cabia ainda a busca de apoio fora da sua base, costurando alianças com outras categorias profissionais que ofereciam braços para o trabalho e recursos para algumas ações pontuais. Quando chegou o momento da greve os metalúrgicos haviam conquistado uma rede de solidariedade que envolvia políticos, dirigentes sindicais de outras categorias e, claro, membros da Igreja Católica. Esta rede de solidariedade foi reforçada com a chegada em Manaus da FASE, cujos quadros empregados no apoio ao movimento dos trabalhadores rurais de Santarém se transferiram para Manaus, passando a assessorar a direção do Sindicato dos Metalúrgicos.

Quando nós começamos a campanha salarial de 85 nós começamos a mobilizar os apoiadores pra fazer o fundo de greve. O fundo de greve era organizado pela APPAM e pela Igreja Católica. A Igreja fazia a arrecadação dentro das igrejas, no ofertório para o fundo de greve e com o apoio da APPAM que tinha professores em todos os colégios pedindo que quando as pessoas fossem na igreja deixassem a sua ajuda lá para o fundo de greve. Então a APPAM e a Igreja foram dois braços fundamentais na organização dos trabalhadores da época.⁴²

Ricardo Moraes lembra que em 1984 os empregados da Sanyo pararam, numa greve espontânea em meio as negociações da Convenção Coletiva de Trabalho 1984/1985, mas que naquele momento não havia organização suficiente para que o movimento se estendesse a outras fábricas. Era preciso esperar até o ano seguinte quando após o impasse com a classe patronal na negociação das cláusulas econômicas da CCT a greve foi deflagrada, a primeira chamada e comandada pelo Sindicato.

“Metalúrgicos e Eletrônicos é hora de engrenar!” foi o título do panfleto distribuído durante a campanha de sindicalização promovida pelo sindicato em março de 1985. O impresso de quatro páginas, distribuído nas portas das fábricas, chamava atenção dos trabalhadores para o momento vivido, anunciando que novas demandas iriam ser apresentadas à categoria, como de fato

⁴² Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 25 de novembro de 2009. Digitada, p. 8.

aconteceu. Três meses depois teve início a campanha salarial que levaria ao impasse e à greve, processo durante o qual foram intensificadas as ações para conscientizar os trabalhadores sobre seus direitos.

A pauta geral de reivindicações que seria encaminhada à classe patronal foi aprovada em assembleia de 14 de junho. O panfleto que chamava para a assembleia trazia um chamamento: “União, companheiros, porque vamos à luta”. As negociações efetivamente tiveram início no dia 15 de julho, com as reuniões sendo realizadas no Novotel, hotel localizado dentro da área do distrito industrial. A guerra havia começado. Inicialmente os representantes do setor empresarial encenaram uma negociação aceitando a inclusão de novas cláusulas sociais, mas a morosidade com que fechavam os acordos parciais demonstrava que a ideia era retardar ao máximo as negociações para chegar à data base – 1 de agosto – com os trabalhadores desgastados. Mas o que aconteceu foi exatamente o contrário. A cada encontro com os empresários os negociadores apresentavam os resultados aos trabalhadores e ressaltavam a estratégia patronal para adiar ao máximo a discussão sobre as cláusulas econômicas, aumentando o nível de insatisfação dos operários.

A falha na estratégia patronal ficou comprovada na assembleia realizada na noite do dia 26 de julho quando a proposta de paralisação foi colocada e apoiada por um grande número de trabalhadores. Mas, ainda havia uma nova rodada de negociação para ser feita no domingo, dia 28, e a decisão final pela greve ficou para o dia 31 de julho.

A assembleia que decidiu pela greve contou com a presença de mais de dez mil trabalhadores e teve que ser realizada no pátio do Colégio Domingos Sávio, localizado próximo do sindicato, porque nem mesmo a rua Duque de Caxias, utilizada na assembleia anterior, tinha espaço suficiente para acomodar tanta gente. Na memória dos trabalhadores esta assembleia se confunde com as seguintes, que foram realizadas na Bola da Suframa, uma espécie de praça em uma rotatória que passou a ser referenciada na organização dos trabalhadores até que os governantes locais decidiram acabar com ela construindo um espaço público para apresentações artísticas.

Depois de aprovada a greve para começar na madrugada seguinte, foram organizados grupos para garantir a efetividade do movimento no chão de cada fábrica. Foram muitas reuniões. Durante os dias de greve foi necessá-

rio muito empenho de todos. Um grupo de lideranças dormiu no sindicato durante o período da paralisação que se estendeu até o dia 6 de agosto. Os trabalhadores ouvidos narram estes acontecimentos com muita emoção, especialmente porque logo no início a paralisação superou até mesmo as melhores expectativas. “Tudo era novo. Então em 1985 a greve foi de muita surpresa, pra quem estava dentro e pra quem não estava no sindicato, por tudo que estava acontecendo”, lembra Ricardo Moraes. Os metalúrgicos tinham então muita teoria, importantes apoios mas nenhuma prática. Precisaram aprender a fazer greve fazendo.

Nós tínhamos uma organização, mas uma organização sem experiência, vale ressaltar isso. Nós tínhamos uma teoria. Pela primeira vez a gente tava colocando em prática e não tinha ninguém ali pra nos ajudar a não ser o pessoal da FASE que também só tinha teoria, mas uma boa teoria, né? Então nós tínhamos os grupos de fábrica. Todas as tarefas eram divididas. Dentro da fábrica todos sabiam o que cada um ia fazer, só que era a primeira vez que iam fazer. Era colocar em prática pela primeira vez uma operação de guerra e colocaram um comandante para comandar, só que o comandante nunca tinha sido comandante. Ele tava pela primeira vez comandando um conflito brutal, que ele nunca tinha passado e nem nunca tinha visto fisicamente, entendeu? Então eu fiquei responsável. O meu papel era munir as coordenações de fábrica de informações. Nós tínhamos uma assessoria de aproximadamente de 12 a 15 pessoas, que nos dava sustentação nas informações que nós estávamos passando. Então eu passava as informações para as coordenações das fábricas lá mesmo no local de fábrica e eles passavam essas informações para os demais trabalhadores pelo sistema de som.⁴³

Silvestre Paiva como um dos coordenadores da paralisação, assim como Ricardo Moraes, percorria o distrito industrial durante os dias da greve. Entre as lembranças mais fortes destes dias está a chegada à porta de uma fábrica

⁴³ Entrevista com Ricardo Moraes de Souza, gravada no dia 25 de novembro de 2009. Digitada, p. 9/10.

que tinha apenas 13 empregados e receber a informação de que eles tinham deixado a fábrica, onde sequer tinha sido realizado uma assembleia, para se concentrar na Bola da Suframa junto com os trabalhadores de outras empresas. Surpreso Silvestre também ficou quando chegou à Bola da Suframa e viu o grande contingente policial que lá se instalou.

Eles fizeram um cerco policial que parecia que a gente tava fazendo alguma coisa, que tava ferindo alguma coisa da Nação. Aí a gente tinha levado bandeirinhas do Brasil, bandeirinhas de papel que a gente tinha feito. Só fizemos acionar aquilo e fazer a nossa manifestação com aquelas bandeirinhas e foi muito marcante aquilo ali, porque até parece que a gente estava desafiando eles, né? Pra eles, naquele momento, com certeza era um desafio mesmo. Mas pra nós não. Era um ato para a gente conquistar liberdade, conquistar salário. Isso mexeu, mexeu não, marcou pra mim. E mexe com a gente também, de ver o quanto o aparato da polícia, aparato do Estado, não estava pra sociedade, mas para poucos da sociedade que seria no caso o capital, os empresários. Não tava pra sociedade que precisava deles realmente.⁴⁴

Mas se a greve apresentou surpresas para os que a fizeram, também surpreendeu a classe patronal. Até então, como contam algumas lideranças, o trabalhador manauara era tido como um sujeito incapaz de se organizar e de oferecer qualquer resistência às precárias condições de trabalho e questionar os péssimos salários que recebiam. Eram dóceis demais para desafiar o poder das grandes empresas, acreditavam os patrões. “Os grandes empresários não achavam que os metalúrgicos, que o sindicato dos trabalhadores tinha tanta força de parar o Distrito Industrial”, ressalta Gorete Barbosa. Mas na fábrica Telefunken, em que ela trabalhava, a paralisação atingiu 90%. “Só ficou funcionando a questão do escritório, da contabilidade, porque toda a empresa parou”.⁴⁵ A descrença dos patrões na organização foi outro fator que facilitou a

⁴⁴ Entrevista com Silvestre Soares de Paiva, gravada no dia 19 de dezembro de 2009. Digitada, p. 5.

⁴⁵ Entrevista com Maria Gorete Barbosa de Oliveira, gravada no dia 20 de outubro de 2009, p. 3.

consolidação da greve geral, a primeira e mais importante greve realizada pelos operários do Polo Industrial de Manaus até o momento.

A greve dos metalúrgicos de Manaus, realizada em agosto de 1985, foi um marco na história do movimento social no Amazonas, resultado da junção de uma série de fatores, proporcionada por um momento único na história dos trabalhadores brasileiros. As lideranças nascentes ou “em construção” que participavam de uma série de eventos promovidos pela FASE, pelo Sindicato ou pela CUT, receberam muita teoria sobre organização de classe, mas dependeram fundamentalmente da disposição para a luta dos trabalhadores do chão de fábrica, que cada vez mais humilhados pelas péssimas condições de trabalho e massacrados com salários aviltantes resolveram, mesmo com riscos, mudar o curso da história e se rebelar contra os patrões, o governo e todo um mito construído por intelectuais que viam na ascendência indígena dos trabalhadores de Manaus um fator de passividade que impedia a organização, esquecendo a história de luta dos povos indígenas para sobreviver em um país onde seus direitos até hoje não são respeitados como devia.

E apesar dos prejuízos pessoais que tiveram todos os trabalhadores ouvidos – quase todos demitidos por causa da sua ação política – disseram que valeu a pena participar daquele momento e em especial daquela greve porque mudou, para melhor, as relações entre empregados e empregadores dentro do Polo Industrial de Manaus. A greve também trouxe resultados positivos imediatos para os trabalhadores, conforme pode ser constatado na análise das Convenções Coletivas de Trabalho daquele período, que mostram claramente a evolução das conquistas sociais.⁴⁶ A força da greve levou a um acordo entre as partes depois que os patrões já haviam entrado com o pedido da decretação da ilegalidade da greve junto ao Tribunal Regional do Trabalho, com base na Lei Antigreve (Lei 4.330/64). Para alguns o aumento nominal nos salários foi bastante significativo ao ponto de Luzarina Varela afirmar que os vencimentos dela dobraram.

⁴⁶ Cópias das Convenções Coletivas de Trabalho foram conseguidas junto ao Sindicato dos Metalúrgicos. Elas estavam dispersas em algumas caixas. A maioria, no entanto, estava em uma pasta vermelha, identificada apenas como greve de 1985. Destas convenções nos foi permitido fazer cópia xerográfica. A consulta aos arquivos do Sindicato dos Metalúrgicos foi feita no período de 20 a 22 de julho de 2009.

Característica do momento histórico vivido, vemos na greve dos metalúrgicos manauaras a forte presença do segmento progressista da Igreja Católica e de vários segmentos sociais, que participaram ativamente da construção do fundo de greve. Por tanto, a greve dos trabalhadores vinculados ao Sindicato dos Metalúrgicos, foi consequência de uma série de fatores e circunstâncias históricas, mas principalmente do compromisso de alguns poucos trabalhadores que tomaram sobre seus ombros a responsabilidade de fazer acontecer. Hoje eles têm consciência de que sem aquela greve a situação dos trabalhadores das indústrias da ZFM seria pior do que é.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho* (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80). São Paulo: Editora Unicamp, 1988.

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo; Ed. Brasil Urgente, 1991

BATALHA, Cláudio. A Historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e Tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org). *Historiografia brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005.

GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. RJ: Mauad X, 2007.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus 1899-1925*. 2. ed. Manaus: Edua, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro (org). *Muitas memórias, outras Histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

RIBEIRO, Marlene. De Seringueiro à Agricultor/pescador à Operário Metalúrgico: Um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/

organização dos trabalhadores amazonenses. Dissertação (Mestrado) - em Educação apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.

ROMÃO, Frederico Lisbôa. *A greve do fim do mundo: petroleiros 1995*. Tese (Doutorado) - em Sociologia pela Unicamp, 2006.

SANTANA, Marco Antonio. Trabalhadores em Movimento: O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge (org). *O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. RJ: C. Brasileira, 2007.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 3 v.

THOMPSON, E.P. *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

TORRES, Iraíldes Caldas. *As novas Amazôniaidas*. Manaus: Edua, 2005.

VALLE, Izabel. *Globalização e reestruturação produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manaus*. Manaus: Edua, 2007.

Orais/Entrevistas:

ANA ISABEL GUIMARÃES DE SOUZA, gravada no dia 18 de setembro de 2009, digitada.

DOMÍCIO MATEUS GAMENHA, gravada no dia 14 de dezembro de 2009, digitada.

FLÁVIA GOMES CARNEIRO, realizada no dia 16 de dezembro de 2009, digitada.

HAMILTON MADEIRA MACEDO, gravada em 10 de novembro de 2009, digitada.

JOÃO BATISTA DA SILVA LOPES, gravada em 4 de novembro de 2009, digitada.

JOSÉ AMADEU LIMA GUEDES, gravada no dia 16 de outubro de 2009, digitada.

LINDEMBERG PEREIRA DA ROCHA, gravada em 21 de outubro de 2009, digitada.

LUZARINA VARELA DA SILVA, gravada no dia 20 de outubro de 2009, digitada.

MARIA GORETE BARBOSA DE OLIVEIRA, gravada no dia 21 de outubro de 2009, digitada.

RAIMUNDO NONATO CORRÊA NEVES, gravada em 09 de dezembro de 2009, digitada.

RICARDO MORAES DE SOUZA, gravada em 25 de novembro de 2009, digitada.

SILVESTRE SOARES DE PAIVA, gravada no dia 19 de dezembro de 2009, digitada.

História, direito, cultura e relações de trabalho nos seringais do Acre: uma abordagem teórico-metodológica

Francisco Pereira Costa (UFAC)

Introdução¹

A proposta deste artigo é discutir novas tendências da historiografia, a partir de leituras e debates de que participei acerca de concepções teórico-metodológicas de vários historiadores, tais como: Roger Chartier, Raymond Willians, Alessandro Portelli e Alistair Thompson, que nos fizeram refletir um pouco mais sobre as filigranas da História Oral; alguma coisa, *an passant* sobre Carlos Ginzburg, uma compilação das ideias destes teóricos por Ronaldo Vainfas e, principalmente, onde reside maior atenção e interesse dos mestrandos, o trabalho teórico desenvolvido por Edward P. Thompson, tendo em vista tratar-se de uma produção intelectual que manteve a tradição marxista, apontando para novas perspectivas, novos conceitos, novas formas de construção e abordagem da história.

Nesse sentido, é que nos propusemos *estabelecer com o objeto de pesquisa um diálogo para tentar situá-lo numa dessas tendências historiográficas*, conseqüentemente, como construí-lo dentro do *locus* acreano. Sobretudo, guiado pela tendência abordada no pré-projeto de pesquisa intitulado: *Seringueiros, patrões e a justiça no Alto Purus, 1904/1918*.

Devo dizer, já quanto ao título do projeto que se trata de uma nomeação provisória, inclusive aproveito para fazer uma correção, o espaço em que será centrada a pesquisa é no Vale do Purus, sobretudo, em Sena

¹ Ensaio discutido na disciplina *Tópico Especial de Teoria: História e Cultura*, ministrada pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo dos Reis, durante a vigência do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal de Pernambuco, em parceria com a Universidade Federal do Acre.

Madureira, uma vez que, ali existiu e foi sede de um dos Tribunais de Apelação do Território do Acre.²

O objeto de pesquisa é bastante peculiar, bem como inédito a temática, sobretudo, nesse processo de reconstrução da história, ter como referência as *relações jurídicas* estabelecidas numa determinada sociedade, cuja, fonte imprescindível serão os processos judiciais, dizemos desta forma genérica pois, a investigação poderá dar ênfase tanto a questão criminal quanto cível. Pois, no direito um ato jurídico vincula-se a outro ou a outros, depende quais os efeitos que provocam.

Do objeto de pesquisa

O objeto de pesquisa já o nomei anteriormente, qual seja: “Seringueiros, Patrões e a Justiça no Alto Purus, 1904/1918”, em que o submeto a uma abordagem teórico-metodológica mais aprofundada, tendo como referência teórica o trabalho de Edward P. Thompson e, outros que contribuíram para delinear, teoricamente, uma nova feição do marxismo. Falaremos um pouco mais deste objeto, para que ele crie e ofereça ao leitor a devida compreensão da sua existência.

As relações havidas nos seringais já são por demais conhecidas sob a ótica da história econômica. Sem sombra de dúvida esta versão dificilmente perderá sua importância, nem seu valor histórico, no entanto, assumirá nesta pesquisa uma dimensão diferente, a partir do momento em que a ótica de estudo e apreensão deste objeto parte de outros pressupostos teóricos e metodológicos.

O processo de ocupação do Acre deu-se a partir da virada da metade do século XIX. Para cá, vindos de várias partes do país, fixaram-se homens, mulheres (estas em menor quantidade) e crianças de todos os tipos, com diversos interesses, vontades, desejos, sentimentos, ambições, orientados por um

² O Tribunal de Apelação do Território do Acre, foi instalado em Sena Madureira em 1908, consistia num Tribunal Recursal, para apelar, em grau de recurso, das decisões dos juizes de primeiro grau. Este Tribunal foi extinto em 1917, por decreto presidencial.

mundo construído simbolicamente por outrem que, de uma forma ou de outra, impulsionaram a vinda destes sujeitos para a Amazônia.

As condições internas na sociedade nordestina, tais como: desemprego, fome, escravidão imposta pelo latifúndio, somando-se a isso, a revolução tecnológica e científica na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte, perpetrada para descobertas do uso do látex, culminando com uma demanda exacerbada, imensurável pela borracha, sobretudo, a consolidação do capitalismo como capital monopolista motivaram e impulsionaram a vinda dos nordestinos para a Amazônia/Acre.

A ocupação implicou no confronto com as populações indígenas aqui existentes, detentoras de um modelo de vida e portadoras de conhecimento biogenéticos, sobre a fauna e a flora aqui existente, arraigado a uma prática cultural, econômica, política, social e mítica. Esses *modos de vida*, via de regra, foram destruídos e os detentores destas experiências foram incorporados nesta nova prática de exploração econômica implantado.

A ação dos ocupantes/exploradores das terras acreanas implicou sobremaneira, muitas vezes, em genocídio das populações indígenas.³

A ênfase que tentamos dar neste momento é para compreendermos que o processo de ocupação do Acre deu-se em medidas semelhantes ao dos europeus na Amazônia nos séculos XVII e XVIII, narrados por diversos cronistas, da época, que pese o tom medievo das narrativas.⁴

Singrando os rios, navegando meses de Belém a Manaus e desta ao Acre em gaiolas e chatas, humanos de toda estirpe ancoraram nos barrancos dos rios Juruá, Purús, Acre, Tarauacá, Muru, Envira, Madeira, Tapajós... arregaçaram a floresta ribeirinha e criaram pequenos vilarejos para impulsionar a nova atividade econômica no Acre – o extrativismo da borracha.

³ As terras acreanas passaram a ser ocupadas por comerciantes e seringalistas ávidos de lucros, utilizavam-se de um mecanismo chamado "correrias" para submeter as populações indígenas em regime de escravidão. Todavia, esta façanha só era possível depois de quebrar todas as resistências indígenas. O que não era tão difícil com o uso de um winchester. Até hoje, numa determinada comunidade indígena há uma testemunha ocular. Há excelentes trabalhos científicos com esta abordagem, deixo de mencioná-los por não se tratar objeto de nosso estudo.

⁴ O antropólogo brasileiro Darcy RIBEIRO, na sua obra *Os índios e a civilização*, dedica um capítulo à Amazônia brasileira, intitulado *A Amazônia Extrativista*, para defender a tese de que, no final do século XIX e início do século XX os índios da Amazônia encontravam-se nas mesmas condições dos do litoral, por ocasião da ocupação do território brasileiro, com uma diferença: aqui os algozes eram os próprios brasileiros.

Estes homens tinham uma feição social própria, mas aqui *fizeram-se* seringueiros, seringalistas, comerciantes, guarda livros, gerentes, mateiro, caçadores, pescadores. Outras já possuíam um fazer profissional definido. Mas há casos de terem-se feito operadores da lei, jornalistas, educadores, advogados.

Todavia, a relação econômica na Amazônia entre esses sujeitos sociais, assumia uma característica peculiar que, nesse viés, perpetua-se até hoje, salvo algumas localidades, que devido a organização sindical, aniquilaram com a cadeia de interdependência existente na extração, produção e comercialização da borracha.⁵

É oportuno aludir, mesmo que de forma sucinta, que estas relações econômicas assumem um aspecto peculiar. É conhecido na historiografia que o Seringalista é o dono, o proprietário do seringal, às vezes, de vários seringais, muitos deles do tamanho de alguns países da Europa. Nos seringais é o lugar onde existem as árvores de onde se extrai o látex - a seringueira, centenas de milhares delas.

O poder econômico do seringalista era medido pela quantidade de seringueiras e seringais que possuía, conseqüentemente, a produção de borracha. Alguns seringalistas não possuía capital de giro, para iniciar suas atividades, tanto é que os bancos não financiavam o extrativismo, por considerar uma atividade de alto risco.⁶ De modo que, eram *aviados* pelas casas aviadoras situadas em Belém e Manaus. Estas empresas forneciam créditos, através de mercadorias, além de outros utensílios e equipamentos aos seringalistas, que por sua vez repassavam aos seringueiros, cuja lista de produtos a eles vendidos, chegavam em suas barracas *com o preço superfaturado*.⁷ Conquanto, o crédito rece-

⁵ O economista Roberto Santos, na sua produção intelectual *História Econômica e Social da Amazônia (1870-1920)*, faz um minucioso estudo e análise das relações sociais de produção nos seringais da Amazônia, detectando uma cadeia de interdependência em que no vértice da pirâmide encontram-se os grandes proprietários e agenciadores da produção extrativista e, quase que numa posição intermediária o seringalista, que mantém uma relação direta com o setor produtivo, ocupado pelos seringueiros, cujo lugar é a base na pirâmide. Via de regra, submetido a um tipo de trabalho escravo. Esse modelo é conhecido por *aviamento*.

⁶ Ver Enice Mariano apud. SANTOS, Roberto. In: *Acre: o ciclo da borracha, 1903-1945*. Brasília: Gráfica do Senado, 1982, dissertação de Mestrado, p. 26.

⁷ O historiador Gerson Albuquerque durante sua pesquisa, para sua dissertação de mestrado: *Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras*, constatou, ali, que uma das práticas para manter o seringueiro atrelado e imobilizado ao Barracão, dava-se através de um artifício detectado pela esposa de um seringueiro que sabia ler e escrever. Quando chegava o comboio com os mantimentos *aviados*, junto vinha o "nota", examinando-a, percebeu que a quantidade de mercadoria que chegava era inferior ao que estava anotado. Isso foi motivo de discussão e enfrentamento com o patrão, doutro modo, conseguia manter o seringueiro com o seu *status libertatis* cerceado.

bido tornava-se numa dívida que crescia como uma bola de neve, tornando-se imoral, matemática e juridicamente impagável, uma vez que, nelas estavam embutidos juros calculados ao bel prazer do Seringalista. Além de utilizar de astúcia e outros artifícios para manter o seringueiro imobilizado dentro da sua área de trabalho, na condição de escravo, descrito por Euclides da Cunha, por ocasião de sua presença no Acre, no início do século.⁸

Outro aspecto desta cadeia de interdependência, é que os aviadores localizados em Belém e Manaus, vendiam a borracha para as casas exportadoras localizadas nas mesmas cidades, que por sua vez, colocavam o produto no mercado europeu e norte americano. Nas bolsas de valores de New York e Londres inseriam-se na lógica do capital com preços bastante alto, vindo, tanto proprietários de casas aviadoras e casas exportadoras, quanto seringalistas, usufruírem de lucros da venda da borracha.

Esta atividade econômica impulsionou e modificou radicalmente a por mais de duas décadas a economia, não só amazônica, como brasileira, uma vez que a borracha era o terceiro produto no comércio de exportação brasileiro, representando 40% (quarenta por cento) das exportações.

Não se trata de uma constatação leviana nem linear, mas o seringueiro era o único sujeito que não se beneficiava da sua força de trabalho, posto que, a possibilidade de lucro, mesmo que modesto, era muito remota, tamanha a exploração. É certo que alguns tiveram lucro (na economia extrativista era chamado de *saldo*). Todavia, a concretização de tamanha façanha, às vezes, implicava na morte do seringueiro.

Nos seringais moldou-se uma sociedade a partir desta realidade econômica. *Modos de vida*⁹ se forjaram numa relação de dominação e exploração, *conformismo e resistência*,¹⁰ regrada a violência, onde os direitos fundamentais do

⁸ Ver: CUNHA, Euclides da. *À margem da história*, São Paulo, Ed. Cultural, 1975. Esta obra faz um relato muito breve das condições de vida e de trabalho dos seringueiros no Purus, dedicando maior parte de sua obra aos aspectos naturais, geográficos e paisagísticos, reforçando sua crença no determinismo geográfico.

⁹ Estamos refletindo com Paul Thompson, em que utiliza o conceito de *cultura* como *modos de vida*, experiências, valores, costumes [...] criados a partir de uma base material, portanto, concreta.

¹⁰ Expressão cunhada por Marilena Chauí e, que deu título a obra *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*, 4. ed., São Paulo, Brasiliense, 1989. Em detida análise teórico-filosófica a autora propõe que as classes subalternas vivem uma situação de ambiguidade, ao mesmo tempo que conformam-se, mas também, resistem em suas diversas práticas cotidianas.

homem eram vilipendiados, pois, naquele núcleo populacional a lei tinha reflexo direto com o poder econômico.¹¹

Nesse sentido, há indícios fortes e evidência fática de que o homem detentor do poder econômico, ignorava e, também, não respeitava os direitos, principalmente, dos seringueiros. E, baseado não se sabe em que costumes reivindicaram para si certos direitos, tramados fora do processo legislativo. Pode ousar dizê-los consuetudinários (?). É necessária uma análise e interpretação dos contornos da formulação teórico-jurídica do que se entende por este tipo de direito. Principalmente, sua construção histórica dentro das especificidades do Acre.

Ao mesmo tempo, convém indagar se podemos falar em direitos dos seringueiros, sob qual ótica?

Alguns autores em estudo sobre a história das populações amazônicas sugeriram que as relações travadas por estes agentes sociais, assumiram características do regime escravocrata, de trabalho compulsório, trabalho semiescravo [...] de modo que, há uma variação significativa na caracterização das relações sociais de produção na Amazônia. Nós, particularmente, comungamos que constituiu-se numa modalidade de escravismo, a partir da leitura jurídica existência no Direito Penal.¹²

Além de Euclides da Cunha, Márcio Souza¹³ denunciou a existência de dezenas de processos arquivados no Tribunal de Justiça do Amazonas, localizado na capital do Estado do Amazonas, referentes a diversas arbitrariedades praticadas pelos seringalistas.

Aí reside o interesse, do ponto de vista subjetivo, bem como as condições objetivas para a realização do estudo das *relações jurídicas* travadas entre seringueiros e seringalistas, na sociedade extrativista.

O espaço, ao qual, nos referimos é onde se davam as relações de convivência, onde eram engendradas as experiência de vida, entre os diversos

¹¹ Rosana Martins presenteou-nos com a informação de que os *Juízes de Paz*, todos ou a grande maioria eram seringalistas. Isto confirma o atrelamento do Judiciário, na época ao poder econômico. Todavia, é necessário investigar em que proporção e quais as atribuições destes magistrados.

¹² O Código Penal Brasileiro reformulado em 1940 adverte no art. 149 que "Reduzir alguém a condição análoga à de escravo". Pena de reclusão de dois a oito anos. A tipificação desse fato criminoso é denominado de "plágio", que significa a sujeição de uma pessoa ao domínio da outra.

¹³ Ver: SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo.*, São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

agentes sociais, cremos que tanto nos seringais quanto na cidade. No entanto, a prestação da tutela jurisdicional ocorria nas diversas varas e comarcas das cidades.

Seguidamente, vamos elaborar todo o arcabouço teórico do objeto de pesquisa, é uma tentativa de abordagem, até então, desconhecida, sobretudo, com a opção teórico-metodológica radicada em pressupostos construídos por Edward P. Thompson, Raymond Willians e outros teóricos da “escola social inglesa” de inspiração marxista, que trabalham com perspectiva de uma *history from below*.

Da abordagem teórico-metodológica sobre seringueiros, padrões e a justiça no Alto Purus (1904/1918)

A perspectiva de estudo do tema demanda um conjunto significativo de dificuldades, destacamos como mais importante a metodologia interdisciplinar, em que não encontramos no campo do Direito uma elaboração teórica a altura do que construiu a História. Este desafio demanda um aspecto positivo que é a construção desses pressupostos teóricos a partir do diálogo com as fontes existentes.

O esboço feito sobre o objeto de pesquisa acima, cria uma assertiva um tanto, podemos dizer, abstrata, oriunda da interpretação em que se busca entender a realidade a partir da tradição marxista ortodoxa, elaborada dentro da dimensão do sistema teórico em que aparecem a influência da infra-estrutura determinando o mundo da superestrutura.

O desafio está em sair destas abstrações e, a partir das evidências e do trabalho empírico num eterno diálogo com as fontes e com o rigor teórico estabelecer nova compreensão desta realidade.

Então, debruçamo-nos numa tarefa um tanto árdua, qual seja, apegarmo-nos na elaboração teórica da História Social, parte desenvolvida por Edward P. Thompson, um teórico de grande envergadura que, sem abandonar os pressupostos marxistas, deu a sua contribuição trazendo à luz da pesquisa histórica novas categorias, para que, com elas possamos apreender nosso sujeito histórico, com a pesquisa empírica.

O trabalho desenvolvido por Edward P. Thompson, na obra a Miséria da Teoria, constatou em que a obra de Marx, deixava muitas lacunas, pois

durante muito tempo tentara comprovar suas hipóteses Antieconomia Política e, durante vinte anos constatara que pouco fizera, posto ter ficado preso na armadilha dos circuitos do capital.

Ausente a comprovação das hipóteses, os problemas surgem no que ele denominou de:

‘conceitos de junção’ (p.125): a ‘necessidade’, que pode reaparecer na antropologia como ‘norma’ e na ‘história’ como ‘vontades’ ou ‘valores’; ‘modo de produção’, que pode reaparecer como uma pressão determinante dentro de um complexo processo histórico; ‘classe’, postulada como a estruturação de um modo de produção, ou materializando-se de maneiras que nunca podem ser predeterminadas (como os historiadores mostraram suficientemente); o próprio ‘determinismo’, como fechamento ou como pressão.¹⁴

E visando dar uma outra dimensão ao paradigma do materialismo histórico e dialético, Thompson propõe as categorias teóricas de: experiência, cultura, costumes.

E na *experiência* entende que:

‘Homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes agem, por sua vez, sobre sua situação determinada’.¹⁵

¹⁴ THOMPSON, Edward Paul. *Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 181.

¹⁵ Idem, p.182.

Mais adiante o autor manifesta mais argumentos em defesa do conceito de *experiência*, para quem:

A ‘experiência’ (descobrimos) foi, em última instância, gerada na ‘vida material’, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o ‘ser social’, determinou a ‘consciência social’. *La Structure* ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência desafiam a revisão e fogem a qualquer definição estreita da determinação¹⁶.

Um breve comentário nos ajudará a entender o uso de Thompson destes conceitos. A elaboração teórica de Marx voltou-se mais para interpretação da sociedade em grandes estruturas, em que o econômico determina as relações sociais. Em outros termos, a base material direciona e marca acentuadamente o papel do Estado, a religião, os valores morais e, sobretudo, as relações dos homens entre si. Assim, por exemplo, nas relações sociais de produção, no sistema capitalista, há uma relação entre o patrão e o empregado (especifica a existência de duas classes antagônicas: burguesia e proletariado), em que aquele sendo detentor dos meios de produção, exploração deste.

Esta análise da sociedade vista em estruturas (modo de produção = formação social), contribui para a ausência de uma visão mais miúda de determinados contextos sociais. É nisto que Thompson se apegue e, diz ter descoberto, pois neste mundo micro está inserida a *experiência, em que os sujeitos aparecem autônomos e coletivos; os sentimentos; os valores morais; a consciência como algo vivido e conhecido; a cultura, como modos de vida...* Assim é para Thompson o sujeito social humano, tem fala, voz, grita, chora, ama, sofre, luta contra o outro (indivíduo) e contra os outros (coletivo). Este é o silêncio que diz existir em Marx e se propõe a desfazê-lo.

Do ponto de vista jurídico, uma questão pode ser posta para análise: como aplicar estas categorias teóricas na investigação do objeto de pesquisa?

¹⁶ Idem, p. 189.

A questão é pertinente. Entendemos que não denota nenhuma dificuldade, tendo em vista que o Direito se forjou numa tradição individualista, particularizada, atomizada.

E o indivíduo numa relação processual dada tem fala, expressa seus sentimentos, desejos, interesses, confrontos e resistências. Substancialmente suas resistências, posto que, as relações processuais contenciosas, são marcadas por interesses antagônicos.

Essa é uma das vantagens de trabalhar com o Direito, pois numa relação processual aparece o sujeito dotado de uma *experiência humana* vivida, que está incorporada em sua *consciência e cultura*.

Nisso reside o interesse e a convicção de que o uso das categorias thompsonianas contribuirá, sobremaneira, para comprovar a problematização contida no pré-projeto de pesquisa.

Todavia, é uma advertência, pode ocorrer que venha a pesquisa tomar outro rumo, até mesmo, que, a partir dela novos conceitos, surjam novas categorias teóricas, pois, na perspectiva da História Social há um diálogo profundo e permanente entre as fontes (sujeito) e a teoria.

É bom que assim seja e aconteça, pois, de certa forma os pressupostos e as categorias teóricas thompsonianas não se esgotam em si mesmas, inexistente a pretensão do que foi dito, constitua-se em dogmas, em representações sacralizadas, inibindo o desenvolvimento da própria História e da teoria.

Feitas estas considerações iniciais acerca da teoria, passemos a abordá-la propriamente, indagando como poderá ocorrer o uso daquela e do método diante do objeto de pesquisa.

De antemão, advertimos nosso interesse de abordagem é no campo do conhecimento jurídico... das relações travadas entre seringueiros e patrões, para detectar se havia ilícitudes, ilegalidades nestas relações e, quais as dimensões que ela assumia. E, no caso de haver configurado ilícitos como atuou ou atuava o Judiciário, naquele momento. Além das implicações existentes na utilização de um *regulamento* construído e aplicado pelos seringalistas contra os seringueiros.

Creemos que esta é a premissa básica do objeto de pesquisa, talvez não seja, posto que, não vamos enveredar por algo já dado, pronto e fechado em esquemas teóricos ou, em fontes em que os sujeitos aparecem com seus contornos sociais, políticos, econômicos e jurídicos definidos. Sobretudo, num

campo tão específico e peculiar - o Direito, área do conhecimento humano consolidada numa visão individualista, cujo sistema jurídico volta-se para as relações interpessoais - sujeito jurídico.

As relações jurídicas entre seringueiros e patrões sob a ótica da história social

O seringal consistia num núcleo social construído e constituído por todos os agentes sociais ali existentes, com diferentes interesses e desejos.

Em 1904, quando o Governo Federal reconheceu o Acre como brasileiro, através do Tratado de Petrópolis, depois de umas escaramuças entre os brasileiros daqui contra os bolivianos de lá, tratou logo de criar uma infraestrutura básica de cidade. Os Prefeitos nomeados pelos Presidentes da República que foram para o Acre construíram algumas edificações, bem como planejaram as cidades, dotada de um Código de Postura e Leis que disciplinavam o uso do solo e da terra.

Do ponto de vista urbano, era um arremedo da construção da cidade ideal e da modernidade na floresta tropical acreana. Dentre os vários cenários criados, um deles era o do Poder Judiciário.

Por outro lado, havia outra realidade: o trabalho dos seringueiros realizado no interior da floresta, confinados num *espaço*¹⁷ onde dali travavam suas estratégias de luta e sobrevivência.

O seringueiro mantinha, sob o domínio do patrão, uma relação de mercado direta com o patrão/seringalista, baseada na troca, no escambo.

Todavia, é na relação de trabalho que se manifesta alguns dos aspectos relacionados a *modos de vida* tanto do seringueiro quanto do patrão. E, essa relação homem/mercado é fundamental para compreendermos as relações jurídicas na sociedade extrativista. Não que o econômico determine o jurídico. Sim ou não, pelo menos para o debate teórico fica esta provocação. Todavia, a questão econômica não desprezível pelo Direito, uma vez que este cuida tanto de questões materiais como imateriais.

¹⁷ A concepção de espaço aqui exposta tem como fundamentação teórica a noção construída por Milton Santos, para quem o espaço é algo construído e se modifica em diferentes momentos históricos, de acordo com os interesses sociais, econômicos, políticos, pessoais, coletivos...

Um dos primeiros aspectos do ponto de vista jurídico a ser abordado, é delinear uma breve noção sobre o sistema jurídico no Acre. Com a divisão do Território do Acre em Departamentos, junto veio a organização e implantação do Poder Judiciário para desempenhar sua função constitucional e aquela atribuída por lei.

Nos desperta curiosidade os fatos jurídicos ocorridos no Direito Penal, Comercial e Cível. Estabelecida a relação de trabalho e de poder entre seringueiros e patrões, estes exercendo a dominação sobre aqueles, porque aquela relação de mercado, anteriormente referenciada, não se dava de forma pacífica, mas era construída num processo de lutas e resistências.

Uma das características desta dominação era a utilização do mecanismo de *superfaturar as mercadorias* víveres utilizados pelos seringueiros. Desta forma o seringalista conseguia manter o seringueiro preso ao Barracão, isto, através de um mecanismo muito simples, todas às vezes que fornecia mercadoria para o Seringueiro, aumentava aleatoriamente o preço de cada produto, de tal sorte que o seringueiro nunca, com raras exceções, conseguia pagar o crédito deixado em sua colocação, para consumo. Desta forma estava atrelado ao Patrão, *preso pela dívida*.

Este é um dos aspectos que tem uma implicação de ordem jurídica, sobre a qual debruçaremos mais adiante.

Sabe-se, através da historiografia que, quando havia, por exemplo, um homicídio num seringal, o caso, às vezes não chegava ao conhecimento das autoridades competentes, para que fosse instaurado o Inquérito Policial, outras vezes sim, e através da contribuição do patrão e a pedido da autoridade policial, aquele encaminhava o suposto homicida à cidade para tomada dos procedimentos de praxe.

José Potyguara, na obra *Vidas Marcadas*,¹⁸ relata um desses casos em que, numa festa um seringueiro, por nome Izidoro, interrompe a amamentação da

¹⁸ POTYGUARA, José. *Vidas Marcadas*, 2. ed. Rio Branco:, FDRHCD, 1986. p. 121-122. Fiquei mais entusiasmado com o uso da literatura histórica, depois que fui presenteado pela Prof.a Dra. Inês Caminha L. Rodrigues (Metrado UFPE), com a monografia de seu aluno Fernando Antonio M. de MEDEIROS. *Uma análise dos elementos do coronelismo no romance Tocaia Grande de Jorge Amado*, Maceió, mimio., 1997. Enviado em mãos pela Prof.a Dr.a Diana Galliza, para as quais sou muito grato.

esposa de Zé Ambrósio ao filho, para dançar, sem ao menos que ela tivesse tempo para recolher o seio ao vestido. Vendo aquela cena o marido sai em socorro da mulher, tirando-a dos braços do dançante e ao mesmo tempo pedindo respeito. Não contente o Izidoro resolve provocar a honra de Zé Ambrósio, que por sua vez, reage com uma bofetada em Izidoro. Sacando este de uma *peixeira* atinge Zé Ambrósio com duas facadas, matando-o na hora.

A autoridade presente era o Guarda Livros - Gaspar -, que pede para que o homicida se entregue ao Coronel, recusando-se, afirmando que não há homem ali que o prenda e, também, não se entrega ao patrão. Este em ato de bravura tenta amarrar com cordas o seringueiro. O coronel achando que seria fácil, por pouco não teve sua vida ceifada pelo homicida por um disparo de revólver da esposa Conceição que de longe tudo via, mas o Izidoro, num descuido do coronel Faustino, estava de faca em punho para desferir-lhe a primeira facada. Com o tiro no punho reduzindo sua resistência, fora amarrado e enviado ao Juiz de Tarauacá, levando os seguranças a narrativa dos fatos. O coronel deu-lhe um saque para ser pago por uma firma de Seabra.

De antemão, ver-se que foi um caso isolado que teve outras repercussões. A primeira vista trata-se de um crime contra a vida, mas, também, contrariou a autoridade do coronel Faustino, colocando em dúvida o seu poder.

É provável que o caso tenha sido apurado e julgado pela Justiça, uma vez que houve a prisão em flagrante.

Seringal, espaço de escravidão, lutas e resistências

O seringal consiste num *espaço* construído com muitas contradições, lutas e resistências. De certa forma, uma modalidade de escravidão, desenvolveu-se naquele contexto histórico e econômico, pelas práticas ali praticadas.

O tema da escravidão nos seringais é algo extremamente complexo, rejeitado por muitos pesquisadores, porém, jamais ignorado pelo ordenamento jurídico pátrio.

É certo que, historicamente, duas frentes de batalha travaram o combate ferrenho ao escravismo: uma frente no interior do próprio sistema escravista, com os escravos africanos construindo suas estratégias de lutas, resistências e experiências de vida e a outra no campo jurídico.

É evidente que, nos seringais da Amazônia e do Acre, já não se tratava mais da escravidão, em tese, havida contra os africanos no Brasil. Porém, tratava-se de uma *modalidade de escravidão*, sobre a qual, o Código Criminal do Império, no art. 179, proibia, cominando a pena de três a nove anos a quem cometesse o crime de redução de pessoa livre a escravidão.

Salvo engano, o Código Penal veio sofrer mudanças somente na década de 40 deste século, todavia, de lá até esta data conservou esta proibição. E, hoje, desde 1940, o art. 149 do Código Penal Brasileiro, define “Reduzir alguém a condição análoga a de escravo”, como uma tipificação criminal, culminando uma pena de reclusão de dois a oito anos.¹⁹

Um caso recente. Comenta-se que em Cruzeiro do Sul, um delegado de plantão, naquela cidade, por determinação do Ministério do Trabalho, passou a investigar a denúncia de trabalho escravo nos seringais do Juruá. Depois da oitiva de algumas pessoas, ou supostos escravos, encerrou o Inquérito sob a alegação de que ninguém estava no tronco, não havia venda de escravos, os patrões não matavam os seringueiros/escravos [...]

Essa perspectiva investigatória, propositadamente ou não, não atende aos preceitos constitucionais nem do estatuto penal, pois a alusão a que faz o Código Penal de 1940, espelhando-se no Código Criminal do Império de 1830, dá-se outra dimensão a condição de reduzir alguém a escravo, nos dias de hoje, no Brasil.

É de bom alvitre referenciar uma pesquisa de Neide Esterci, na qual a autora discute através de vários casos e denúncias de trabalho escravo persistindo nos dias de hoje. O tipo criminal acima referenciado fora constatado em diversas fazendas e outros lugares. O que nos causou espanto é que durante a ditadura militar, até os primeiros anos da década de 1990, há várias denúncias de casos dessa natureza, ficando a cargo da Polícia Federal a investigação e o enquadramento no fato crime.

Não, isto não é motivo para espanto, pois aqui mesmo, um parlamentar estadual fez denúncia de trabalho escravo no Seringal Valparaíso, em Cru-

¹⁹ JESUS, Damásio E. de. *Código Penal Anotado*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1995. Os comentários trazidos por este jurista é muito tímido, deixa de abordar com mais propriedade o tema.

zeiro do Sul, sendo o caso investigado através de uma comissão mista integrando membros da Assembleia Legislativa Estadual e membros da Delegacia Regional do Trabalho. Desconhecemos o resultado dessa investigação.

Isto reforça a reinterpretação que, hoje, faz a história, no sentido da construção de novas práticas, de determinadas relações sociais de produção, umas e outras tomando novos contornos e definições, porém conservando a questão básica, qual seja, o cerceamento da liberdade individual e coletiva, persistindo hodiernamente. Em outros termos, é ilusório pensar na extinção pura e simples das práticas de escravidão, elas continuam, todavia não com as características dada a escravidão negra no Brasil.

Esta é questão de ordem histórica e teórica que com a investigação empírica será melhor definida, delineada, trazendo à tona seus contornos de ordem histórica, econômica, social, política e jurídica, principalmente, por ser o viés teórico que pretendemos trabalhar.

A lei penal é clara, repetimos: “reduzir alguém à condição análoga à de escravo”. Os comentadores do Código afirmam que este fato criminoso é “plágio”, que significa *a sujeição de uma pessoa ao domínio de outra*.

É nessa perspectiva teórica que o Ministério Público Federal, em diversas partes do Brasil, tem propugnado diversas Ações Cíveis Públicas com o intuito de apurar denúncias de escravidão, inclusive aqui no Acre, através do Inquérito Civil Público nº 01, em que buscava:

erradicar um sistema de trabalho que mantém os seringueiros num permanente estado de sujeição, e até numa situação que pode ser caracterizada como enquadrada nos termos do artigo 149 do Código Penal (reduzir alguém a condição semelhante a escravidão).

A nosso ver esta é a essência teórica para entendermos e esboçarmos *aproblematização* sobre a existência da escravidão nos seringais do Acre, resultado das relações travadas entre seringueiros e patrões, no início do século. Mais ainda, no início do século.

É preciso esmiuçar estas relações para compreender melhor a interpretação jurídica que lhes cabe.

O trabalhador nordestino saía de sua terra de origem por razão ou por outra. De um lado Rui Facó salienta que a migração para a Amazônia significou rompimento com as tradições seculares de opressão e escravidão no nordeste, mas, ao chegar aqui, submeteu-se em condições semelhantes as do nordeste.²⁰

Voltemos a alguns pressupostos já referenciados neste trabalho, sobretudo, do ponto de vista teórico.

Dizer também que, taxativamente, é trabalho escravo, é impor uma camisa de força, tão somente, porque assim o Direito Penal tipifica. No entanto, na prática parece ser bastante diferente, vemos que no processo investigatório, do Inquérito Civil Público nº 01/1989, da Procuradoria da República no Acre, os resultados obtidos foram frustradores. A investigação policial efetuada pela Polícia Federal, concluiu: “Nós informamos que este *modus operandi* de transações comerciais é tradição na Amazônia, e mais especificamente no Acre, desde o século passado, quando o estado ainda pertencia a República da Bolívia”.²¹

Por sua vez, um fiscal da Delegacia Regional do Trabalho, sob nova denúncia de trabalho escravo, no seringal já citado, em 1991 ao investigar o caso, concluiu:

Se a dramática situação de penúria em que vivem atualmente os seringueiros do Seringal Valparaíso se pode chamar de regime de submissão - de escravidão branca, entendido, conseqüentemente, que não só no Valparaíso mas também em todos os demais seringais acreanos, estão submetidos também ao mesmo regime.²²

Mais adiante em seu relatório, o fiscal caracterizou a situação como sendo um problema de ordem pessoal e de luta pela posse da terra, entre seringueiro e patrão, “um simples conflito pela posse da terra, existente em boa parte do nosso país, além daquelas picuinhas de seringueiro e patrão que sempre existiram desde os primórdios, muito antes do sindicato rural”.²³

²⁰ Rui FACÓ. *A imigração em massa*. In: Cangaceiros e Fanáticos, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

²¹ ACRE. Procuradoria da República no Acre. *Inquérito Civil Público nº 01/1989*.

²² ACRE. Delegacia Regional do Trabalho. *Relatório do fiscal do trabalho*, set/1991.

²³ ACRE. Delegacia Regional do Trabalho, op. cit.

É notório no manuscrito do fiscal, primeiro que este presta um desserviço a Justiça do Trabalho, segundo que sua versão está recheada de preconceitos, o que demonstra sua tendência em beneficiar aqueles que vivem sob o manto da impunidade. Reduzir o problema da escravidão nos seringais à questões de disputa pela terra é desviar o assunto, o conteúdo da denúncia era contra a perpetuação da modalidade tradicional de escravidão existente nos seringais. Até há um fiapo de razão ao fiscal, o problema da escravidão está ligado, também, a questão da propriedade da terra, mas não como algo determinante, e no caso do Acre, hodiernamente e, no caso da denúncia a questão tem outra dimensão.

Pensemos, hoje, nas tentativas da Justiça do Trabalho de coibir práticas desta natureza, sobretudo, num momento em que existe uma justiça especializada, na ausência desta, é impossível imaginar a situação dos seringueiros, no início do século.

Certamente, inexistiam vozes como aquelas que se levantaram contra a escravidão africana no Brasil, no século XIX, a qual mobilizou boa parte dos intelectuais, parlamentares, jornalista, advogados, professores, médicos..., da época, que se colocassem ao lado dos seringueiros para juntos estabelecer uma resistência com o intuito de aniquilar com o regime de escravidão existente.

Considerações finais

O estudo de problemas vinculados a História do Acre, nos remete para o desafio de rescrever, visitar esta história ou, até mesmo, propugnar por uma abordagem nova, inédita.

Estamos diante de uma situação desta: A temática escolhida e a abordagem teórico-metodológica como suporte da pesquisa empírica, fazendo uma clara opção pela *history from below*, situada nos marcos da escola social inglesa de inspiração marxista, é um compromisso que busca resgatar a história das “pessoas comuns”, com histórias construídas num tempo móvel, carregado de experiências humanas. Nesse sentido, não se trata de uma fragmentação simplória da história, uma vez que, assim procedendo, a particularidade está vinculada ao todo, a vários contextos, social, econômico, político, jurídico [...]

Há um certo receio dos que fazem a crítica da *history from below*, de que ao atomizar a história, esta venha perder sua conexão com o todo. Desconsidero esta perspectiva, pois, aqueles que escrevem a *history from above* negam, em busca da homogeneidade de uma versão histórica, para universalizar-se, o campo fértil de possibilidades que tem a construção histórica, uma vez que, exorcizam todas as práticas e experiências vividas pelas pessoas comuns.

Na realidade a questão está posta, trabalhar com a História Social é uma opção teórico-metodológica e, assim é feito, tendo em vista que, Thompson conseguiu preencher os “silêncios de Marx”, com isto ultrapassando o estruturalismo tradicional. Thompson faz uma opção clara e contundente pelos excluídos

estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual ‘obsoleto’, artesão ‘utopista’ e até os seguidores enganados de Joanna Southcott, da enorme condescendência da posteridade. Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado moribundas. Sua hostilidade ao novo industrialismo pode ter-se tornado retrógrada. Seus ideais comunitários podem ter-se tornado fantasias. Suas inspirações insurrecionais podem ter-se tornado imprudentes. Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não.²⁴

Os sujeitos sociais que aparecem na opção de investigação empírica thompsiana não são os mesmos da nossa Amazônia, todavia, aqui há outros sujeitos sociais e podem aparecer novos sujeitos sociais. Inclusive esta é uma das mais novas preocupações das ciências sociais, a incorporação em sua agenda de novos sujeitos sociais. Compete aos historiadores, economistas, sociólogos, antropólogos, juristas, a inclusão desses novos sujeitos.

Particularmente, os sujeitos sociais com quem trabalho pode até não serem novos, não obstante é a abordagem, nisso diferimos substancialmente, das versões dada à História do Acre, ou seja, saindo, da análise e investigação, meramente, econômica.

²⁴ THOMPSON, Edwar Palmer. *The making of the English Working Class*. Londres, 1965, p. 12-13. *Apud*. SHARP, Jim. *A história vinda de baixo*. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história - novas perspectivas*. Tradução de Madga Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 41-42.

Uma advertência, ao contrário dos trabalhos científicos da “escola paulista”, para discutir e se contrapor as teses defendidas por Gilberto Freyre sobre a escravidão pacífica, o mesmo não ocorreu na Amazônia. Há quase que um silêncio sepulcral sobre o nosso objeto de pesquisa, de modo que trata-se de uma iniciativa nova, em que deparar-se-á com problemas de ordem teórico-jurídico. Porém, recorrendo aos conceitos e categorias da escola social inglesa, que não admite sistemas prontos e acabados, é provável a viabilidade da elaboração deste trabalho, nessa perspectiva de reexaminar os conceitos consagrados no campo da história e, principalmente, do Direito, como intocáveis.

É a pesquisa, o diálogo com as fontes e as evidências que trarão alguns contornos reais, ou uma versão da história das *relações jurídicas travadas entre seringueiros e seringalistas* no Alto Purus nas primeiras décadas do século XX.

A dimensão dada ao tema não se resume a uma mera litigância judicial, mas se propõe a situar o direito como um instrumento de resistência e de luta por parte de quem o utiliza.

Referências

ACRE. Delegacia Regional do Trabalho. *Relatório do físcal do trabalho*, set/1991.

ACRE. Procuradoria da República no Acre. *Inquérito Civil Público n. 01/1989*.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: CEDI: Koinonia, 1994.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

JESUS, Damásio E. de. *Código Penal Anotado*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1995

POTYGUARA, José. *Vidas Marcadas*. 2. ed. Rio Branco: FDRHCD, 1986.

SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SOUZA, Márcio. *A expressão amazônica: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

THOMPSON, Edward Palmer. *Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

